

ISSN 1677-3942

OMNIA

Revista Científica do Centro Universitário de Adamantina - UniFAI

**SUPLEMENTO DO
XV CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**
(18 a 23 de outubro de 2021)

CIÊNCIAS HUMANAS



Revista OMNIA

Revista Científica do Centro
Universitário de Adamantina - UniFAI

ISSN 1677-3942

Reitor Prof.

Dr. Alexandre Teixeira de Souza

Vice-Reitor Prof.

Dr. Wendel Cleber Soares

Pró-Reitora de Pesquisa e

Pós-Graduação

Prof.ª Dra. Márcia Zilioli Bellini

Pró-Reitora de Ensino

Prof.ª Dra. Fulvia de Souza Veronez

Pró-Reitora de Extensão

Prof.ª Dra. Liliana Martos Nicoletti Toffoli

Coordenação de Comunicação Científica

Prof. Dr. Fábio Alexandre Guimarães Botteon

Comissão Organizadora

Prof.ª Dra. Ana Carolina Palmieri Basilio

Prof. Dr. Fábio Alexandre Guimarães Botteon

Nascimento

Prof. Dr. Guilherme Batista do

Nascimento

Prof.ª Dra. Márcia Zilioli Bellini

Prof. Dr. Paulo Roberto Rocha Junior

Revisão Ortográfica

Prof.ª Dra. Ieda Cristina Borges

Prof. Dr. Paulo Boschcov

Jornalista Responsável

Daniel Torres de Albuquerque

MTb: 51.540/SP

Equipe de Apoio

Cléia de Andrade dos Santos

Arte e Editoração Eletrônica

Lélia Amara Bacheга Nakau Miyazaki

EDITORIAL

Pesquisar, investigar, observar e descobrir são competências intrínsecas de pessoas que vivem abertas ao processo de crescimento profissional contínuo. A pesquisa resume tudo isso além de ser o melhor caminho para que uma situação problema possa ser entendida e assistida com práticas ágeis que buscam elucidar situações com foco na melhoria de pessoas e processos. Ela também é a responsável para que caminhos desconhecidos, obscuros ou que não apresentam os melhores resultados possam ser transformados.

Pesquisadores são pessoas que têm a capacidade de trazer ao mundo novos olhares, questionamentos, provocações, explanações responsáveis pelo avanço da ciência e com foco na construção do novo.

Neste momento o mundo vive um misto de insegurança, de ocorrências não lineares, que fazem com que os pesquisadores se foquem na produção de soluções que permitam proteger a vida, manter a saúde, reorganizar as comunidades, resignificar as relações pessoais, restabelecer a economia e proporcionar segurança ao mundo.

A pandemia ocasionada pelo surgimento do SARS-CoV-2 veio mostrar ao mundo uma fragilidade iminente, mas também trouxe a descoberta da capacidade que todos têm de propiciar novos caminhos e novas soluções por meio das pesquisas.

Nesse contexto, foi interessante observar a capacidade de transformação e inovação que todas as áreas de conhecimento movimentaram para construir um novo cenário, possível, para um mundo ainda distante de muitos indivíduos.

A área das ciências biológicas e da saúde foram o grande foco – financeiro e emocional – das pesquisas e descobertas com o objetivo de erradicar ou minimizar os efeitos destrutivos da pandemia sobre a população mundial. Sendo assim, milhares de pesquisadores foram à busca de soluções efetivas para o enfrentamento da pandemia.

As áreas da saúde e das ciências humanas se uniram na busca de entender como a mudança abrupta de comportamento frente à necessidade do isolamento poderia fragilizar a população mundial. Outro ponto importante foi trazer à lembrança vários eventos que impactaram o desenvolvimento da humanidade no decorrer da história e que puderam ser superados, mesmo em meio a grandes perdas. A comunicação e a sinestesia foram desafios determinantes de ligação entre as pessoas e a manutenção da saúde emocional e coletiva dos povos, preservando direitos e afirmando os deveres de cada cidadão.

As ciências exatas, por meio da tecnologia e de novos produtos, vieram como determinante elo entre os povos na comunicação e manutenção das atividades laborativas na indústria, no comércio e na prestação de serviços. A mudança de rota do presencial para o virtual foi um dos maiores desafios para todas as áreas de atuação e que foi superado com grandes pesquisas focadas no mundo digital.

Nas áreas das ciências agrárias foi imprescindível promover uma reflexão intensa e sistêmica na agroecologia e na construção de ecossistemas economicamente sustentáveis para a manutenção e fortalecimento dos produtores rurais locais, bem como do reconhecimento da força da agricultura familiar em nosso país.

Após todos esses eventos, o mundo vive um momento em que a pesquisa é o único recurso capaz de embasar as ações necessárias para que se possa ter sucesso em viver esse "novo normal", resignificar e promover o crescimento mundial.

01 de Dezembro de 2021.

Prof. Dr. Fábio Alexandre Guimarães Botteon
Coordenador de Comunicação Científica

Prof. Dr. Alexandre Teixeira de Souza
Reitor

TRABALHOS RESUMOS DE 2021 – CICFAI

SUMÁRIO

CIÊNCIAS HUMANAS.....	15
ANÁLISE CRÍTICA DA PROPOSTA DE REFORMA ADMINISTRATIVA DO GOVERNO FEDERAL.....	15
BENEFÍCIOS E OPORTUNIDADES NA UTILIZAÇÃO DO E-COMMERCE PARA EMPRESAS	15
INEFICIÊNCIA NA APLICAÇÃO DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO QUE PODE OCASIONAR IMPOSIÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS POSTERIORMENTE	16
A ADOÇÃO E A PARENTALIDADE SOCIOAFETIVA: AS GARANTIAS E DIREITOS CONSTITUCIONAIS EM RAZÃO DA ADOÇÃO SOCIOAFETIVA.....	17
A ANÁLISE DA UBERIZAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO	17
A CRIANÇA NO MEIO DO DIVÓRCIO E COMO ISSO AFETA NA HORA DA CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO	18
A CRISE SISTÊMICA DA DEMOCRACIA BRASILEIRA E SUAS INSTITUIÇÕES	18
A DESARMONIZAÇÃO ENTRE OS PODERES DA REPÚBLICA E SEUS REFLEXOS QUANTO À CAPTAÇÃO DE INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS NO PAÍS	19
A EDUCAÇÃO DE ITAPETINGA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL NA ESCOLA PEIXOTO GOMIDE ...	20
A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO DIREITO FUNDAMENTAL	20
A EFETIVIDADE DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	21
A EFICÁCIA DA LEI MARIA DA PENHA: AVANÇOS LEGISLATIVOS E PRERROGATIVAS PARA O COMBATE DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	21
A ESTABILIDADE PROVISÓRIA DA EMPREGADA GESTANTE	22
A FUNÇÃO DO DANO MORAL NAS RELAÇÕES CONSUMERISTAS ENVOLVENDO INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS	23
A IDENTIDADE DE GÊNERO SOBRE O CRIME DE FEMINICÍDIO	23
A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA INFANTIL SEGUNDO REVISÃO NOS ANAIS DOS CONGRESSOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ADAMANTINA	24
A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA INTERNA NAS ORGANIZAÇÕES.....	24

A IMPORTÂNCIA DA DEFENSORIA PÚBLICA NA DEFESA DOS DIREITOS DE MENORES INFRATORES.....	25
A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL SEGUNDO OS CONGRESSOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ADAMANTINA.....	25
A IMPORTÂNCIA DAS ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS PARA UMA GESTÃO EFICIENTE EM ÉPOCA DE PANDEMIA.....	26
A IMPORTÂNCIA DE ESTUDAR GEORGE PERKINS MARSH EM CURSOS DE LICENCIATURA	27
A INFLUÊNCIA DO DIREITO CANÔNICO: RELATOS DA INQUISIÇÃO NO BRASIL COLÔNIA	27
A INSEGURANÇA JURÍDICA NA SEGURANÇA PRIVADA	28
A JUSTIÇA DO TRABALHO E O <i>HOME OFFICE</i> NA PANDEMIA.....	28
A LEGITIMIDADE DO DIREITO SUCESSÓRIO FRENTE AOS LAÇOS DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA	29
A MEDIDA PROTETIVA FRENTE AO FEMINICÍDIO.....	30
A PALAVRA COMO CUIDADO: UMA ESTRATÉGIA DE ACOLHIMENTO E FORTALECIMENTO.....	30
A PROVA DO RECONHECIMENTO NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO	31
A PSICOSSOMÁTICA NA ABORDAGEM FENOMENOLÓGICA-EXISTENCIAL.....	32
A SOCIEDADE LIMITADA E A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA PELOS TRIBUNAIS	32
A UTILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES PRODUZIDAS NO APLICATIVO WHATSAPP COMO MEIO DE PROVA NO ÂMBITO CRIMINAL	33
A VALIDADE DOS CONTRATOS ELETRÔNICOS FIRMADOS POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES	33
A VULNERABILIDADE DO CONSUMIDOR FRENTE AOS CONTRATOS BANCÁRIOS DE ADESÃO	34
ABUSO DE AUTORIDADE NA INSTITUIÇÃO POLÍCIA MILITAR.....	34
ADOÇÃO HOMOPARENTAL NO DIREITO BRASILEIRO	35
ANÁLISE DAS CONSEQUÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS DA MONOCULTURA NO MUNICÍPIO DE FLÓRIDA PAULISTA.....	36
ÁRVORES COMO PATRIMÔNIO	36
AS CONSEQUÊNCIAS DA IMPLANTAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA PARA AS FINANÇAS DO BRASIL.....	37

AS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DA ALIENAÇÃO PARENTAL	38
A CONTRIBUIÇÃO DAS INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS PARA A EDUCAÇÃO	38
A CONTRIBUIÇÃO DOS MODELOS DE GESTÃO PÚBLICA PARA A GOVERNABILIDADE DO BRASIL	39
AS EXCLUDENTES DE ILICITUDE NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	40
ASPECTOS HISTÓRICOS DO MÉTODO CLÍNICO INTERPRETATIVO DE MELANIE KLEIN	40
ASPECTOS LEGAIS DA ADOÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL	41
ATUAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL NOS CRIMES DE CORRUPÇÃO NO BRASIL	42
BRASIL: SUA DEPENDÊNCIA DO AGRONEGÓCIO NA ECONOMIA BRASILEIRA	42
CENTRALIZAÇÃO X DESCENTRALIZAÇÃO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA GESTÃO DO SUS NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL	43
CLÁUSULAS ABUSIVAS NOS CONTRATOS DE ADESÃO	43
COMO O PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE É AFETADO PELO PROCESSO DIGITAL NO BRASIL	44
COMPLIANCE TRABALHISTA: INSTRUMENTO PREVENTIVO PARA SEGURANÇA JURÍDICA E LUCROS NAS EMPRESAS	44
COMUNICAÇÃO PÚBLICA DESTINADA À POPULAÇÃO DAS ÁREAS RURAIS: PROPOSTA DE PLANO DE COMUNICAÇÃO PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE LOURDES, SP	45
CONSENTIMENTO NA LGPD: LEI 13.709 SANCIONADA EM 14 DE AGOSTO DE 2018 ENTRou EM VIGOR EM 18 DE SETEMBRO DE 2020	46
CONTOS DE FADAS: SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	46
CONTROLE DE FLUXO DE CAIXA: FERRAMENTA DE GESTÃO INDISPENSÁVEL NO CONTROLE DAS FINANÇAS DAS EMPRESAS. O CASO DOMA PRODUTOS AGROPECUÁRIOS EIRELI	47
A COVID-19 E SEUS REFLEXOS NAS PENITENCIÁRIAS BRASILEIRAS	47
CRIMES CIBERNÉTICOS E SEU ATUAL CENÁRIO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	48
CRIMES TRIBUTÁRIOS	49
DA CONCESSÃO DA TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA NAS RELAÇÕES DE CONSUMO	49

DANO MORAL POR DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL	50
DEFINIÇÕES, APLICAÇÕES E CARACTERÍSTICAS DA RESPONSABILIDADE CIVIL POR ERRO MÉDICO	50
DIREITO PENAL E DOENÇA MENTAL: CORRELAÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	51
DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA EM PERÍODOS DE PANDEMIA: DIFICULDADES NA ESTABILIZAÇÃO DO PROJETO	51
DO OUTRO LADO DA LINHA FÉRREA: O <i>APARTHEID</i> NO EXTREMO OESTE PAULISTA ENTRE 1920 E 2020	52
ECONOMIA BRASILEIRA EM MEIO À PANDEMIA	53
EMPREENDEDORISMO E SUAS ESTRATÉGIAS DE NEGÓCIOS	53
EMPREENDEDORISMO: INOVAÇÕES NA PANDEMIA	54
ENTRE A NOÇÃO DE SERTÃO E A LÓGICA EXPLORATÓRIA: REFLEXÕES SOBRE A CONDIÇÃO DA NOVA ALTA PAULISTA COMO ÁREA DE DESENVOLVIMENTO CONTIDO	54
EQUIDADE NAS CONDIÇÕES DE ACESSO AOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS PARA TRANSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSGÊNEROS: ANÁLISE CRÍTICA DO DIREITO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO	55
ESTUDO CIENCIOMÉTRICO SOBRE A GESTÃO ESCOLAR NO BRASIL: PUBLICAÇÕES NA BASE DE DADOS SCIELO	56
ESTUDO DA VIABILIDADE ECONÔMICA PARA ABERTURA DE UM RESTAURANTE DE MARMITAS <i>FIT</i> NA CIDADE DE ADAMANTINA, SP	56
ESTUDO DE CASO DA EMPRESA MAURO FOTO DA CIDADE DE ADAMANTINA, SP	57
ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICA PARA IMPLANTAÇÃO DE UMA PADARIA <i>DRIVE THRU</i>	58
ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICA PARA IMPLANTANÇÃO DE UMA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA PARA PETS (CÃES E GATOS)	58
ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA PARA IMPLEMENTAR UMA FÁBRICA DE CHUTEIRAS EM ADAMANTINA, SP	59
FALANDO DE SENTIMENTOS NO ENSINO FUNDAMENTAL	59
FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	60
FLEXIBILIZAÇÃO PROCEDIMENTAL: O NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL COMO MECANISMO DE CELERIDADE E EFETIVIDADE	61

GUARDA COMPARTILHADA DE ANIMAIS	61
HISTÓRIA DA MORTE EM PAULICÉIA (1955-1961): UMA ANÁLISE DOS REGISTROS CARTORIAIS DE ÓBITO	62
IDENTIFICAÇÃO DOS CENTROS DE EXCELÊNCIA NOS SEGMENTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA GESTÃO PÚBLICA BRASILEIRA	62
IMPACTO DA COVID-19 NOS CONTRATOS DE TRABALHO	63
IMPACTOS DO JUIZ DE GARANTIAS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.....	64
INQUÉRITO POLICIAL À LUZ DO PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA	64
JECA TATU: VILÃO OU VÍTIMA?: REFLEXÕES SOBRE O MODO DE VIDA DO CAIPIRA E SUA REPRESENTAÇÃO NOS CONTOS VELHA PRAGA E URUPÊS, DE MONTEIRO LOBATO	65
LEI MARIA DA PENHA: UMA ANÁLISE DA NATUREZA JURÍDICA DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA	65
TRAÇOS DA CULTURA LUSITANA NA ARQUITETURA TUPÃENSE NAS DÉCADAS DE 1950	66
MORTE DE TRABALHADORES DE ÔNIBUS ANTES E DEPOIS DA PANDEMIA DE COVID-19	66
ACESSO DE NEGROS AOS DIREITOS CIVIS, SOCIAIS E POLÍTICOS APÓS ESCRAVIDÃO NO BRASIL.....	67
ATIVISMO JUDICIAL COMO GARANTIA DOS DIREITOS DA COMUNIDADE LGBTQIA+ NO BRASIL.....	68
DIFICULDADES E SUPERAÇÕES DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA PARA INCLUSÃO NO MERCADO DE TRABALHO: POLÍTICAS PÚBLICAS, VISÃO E NORMAS DA CLT	68
O DESAFIO CONTRAMAJORITÁRIO DO STF E A INSTALAÇÃO DA CPI DA COVID-19: ANÁLISE À LUZ DO MANDADO DE SEGURANÇA 37760 MC-REF/DF	69
O IMPACTO DO CUMPRIMENTO DA PENA DE PRISÃO APÓS DECISÃO EM SEGUNDA INSTÂNCIA À SEGURANÇA PÚBLICA E AO PROCESSO PENAL.....	70
O JOGO COMO FERRAMENTA NA PSICOTERAPIA PSICANALÍTICA DE CASAIS	70
O NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL.....	71
O PLANTÃO PSICOLÓGICO COMO POSSIBILIDADE DE ESCUTA E ACOLHIMENTO DO TRABALHADOR NAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS.....	72
O PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A SAÚDE MENTAL DOS ESTUDANTES DE PSICOLOGIA.....	72

O QUE SIGNIFICA ENVELHECER? A RESPONSABILIDADE DOS FILHOS DE CUIDAR DOS PAIS IDOSOS	73
O SURGIMENTO DOS DIREITOS DAS MULHERES NA FRANÇA PÓS-REVOLUCIONÁRIA	73
O VÍNCULO EMPREGATÍCIO ENTRE O MOTORISTA E A UBER	74
OBRIGATORIEDADE DA PENSÃO ALIMENTAR NA PANDEMIA	74
OS PODERES INSTRUTÓRIOS DO JUIZ: GARANTIAS PARA REPRESENTAR O ESTADO NA TUTELA JURISDICIONAL E ALCANÇAR A VERDADE REAL SOBRE OS FATOS.....	75
PHISHING E PHARMING: RESPONSABILIDADE CIVIL SOBRE AS FRAUDES NA INTERNET.....	76
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA EMPRESA DE HIDROPONIA DE MORANGOS	76
PLANO ESTRATÉGICO DE UMA PADARIA <i>DRIVE THRU</i>	77
PRINCÍPIO DA ISONOMIA, COM REFLEXO NO FEMINICÍDIO, E O RESPECTIVO AUMENTO DE CASOS PERANTE A COVID-19..	78
MODELO DE PRODUÇÃO DE LEITE A PARTIR DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NA AGROPECUÁRIA	78
PSICOLOGIA: MELHORIAS ATRAVÉS DA QUALIDADE DE VIDA DOS TRABALHADORES	79
RECONHECENDO AS EMOÇÕES EM 3 ETAPAS: JOGO PSICOEDUCATIVO	79
RELAÇÃO MENTE-CORPO SEGUNDO RENÉ DESCARTES.....	80
A RESPONSABILIDADE CIVIL DO CREDOR E OS DIREITOS DO CONSUMIDOR.....	80
RESPONSABILIDADE CIVIL E CRIMINAL DA PESSOA JURÍDICA NOS CASOS DE DANO AMBIENTAL	81
RESPONSABILIDADE CIVIL POR ERRO MÉDICO NAS CIRURGIAS PLÁSTICAS ESTÉTICAS	82
RESPONSABILIDADE CIVIL: DANOS INERENTES À DESISTÊNCIA DA ADOÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	82
VIABILIDADE ECONÔMICA DA IMPLANTANÇÃO DE UMA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA PARA <i>PETS</i>	83
ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICA DA IMPLANTANÇÃO DE UMA EMPRESA DE BOTAS E BOTINAS DE COURO	83
ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA DE UMA PLANTAÇÃO HIDROPÔNICA DE MORANGOS PARA PEQUENOS PROPRIETÁRIOS RURAIS EM JUNQUEIRÓPOLIS, SP	84
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE INDÚSTRIA DE CALÇADOS (BOTAS E BOTINAS) DE COURO EM ADAMANTINA, SP	85

TELETRABALHO: UMA OPORTUNIDADE JURÍDICA E LEGAL PARA SE REESTABELECEM EM MEIO À PANDEMIA MUNDIAL.....	86
UM NOVO OLHAR ANTE A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL	86
UMA SÍNTESE DA EXPANSÃO DO DIREITO PENAL.....	87
UTILIZAÇÃO DO BANCO DE PERFIL GENÉTICO NA ÁREA FORENSE.....	87
VIABILIDADE DA APLICAÇÃO DO MÉTODO FUNIL DE VENDAS NA PROSPECÇÃO DE COOPERADOS EM UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA COOPERATIVA	88
VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E A EFICÁCIA DA LEI MARIA DA PENHA	89
VIOLÊNCIA FAMILIAR E SUA INFLUÊNCIA NA DESESTRUTURAÇÃO DA FAMÍLIA.....	89
XENOFOBIA CONTRA DESCENDENTES DE ASIÁTICOS: ASPECTOS DISCRIMINATÓRIOS REFORÇADOS PELA COVID-19.....	90
FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	90
INEFICIÊNCIA NA APLICAÇÃO DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO QUE PODE OCASIONAR, POSTERIORMENTE, IMPOSIÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	91
A APLICAÇÃO EXCLUDENTE DA LEI NO SISTEMA DE JUSTIÇA POR DISCRIMINAÇÃO RACIAL	92
A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA REFERENTE À DESVALORIZAÇÃO DO TRABALHO NO CONTEXTO ORGANIZACIONAL	92
A COVID-19 E OS PRINCIPAIS IMPACTOS NAS EMPRESAS DE EVENTOS E FESTAS DE TUPÃ.....	93
A DESLEGITIMAÇÃO E O SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO SOB A ÓTICA DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS	93
A EFETIVIDADE DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	94
A EFICÁCIA DA LEI MARIA DA PENHA: AVANÇOS LEGISLATIVOS E PRERROGATIVAS PARA O COMBATE DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	95
A EXCELÊNCIA NO ATENDIMENTO COMO ESTRATÉGIA DE FIDELIZAÇÃO DO CLIENTE.....	95
A EXPANSÃO DO SERVIÇOS DE STREAMING NO BRASIL E SUA RELAÇÃO CONCORRENCIAL.....	96
A IMPORTÂNCIA DA PERÍCIA PSICOLÓGICA PARA O PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA: UMA PROPOSTA DE UTILIZAÇÃO DA PSICOLOGIA PARA A APLICAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS.....	96
A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL SEGUNDO O CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ADAMANTINA	97

A IMPORTÂNCIA DO MARKETING DIGITAL PARA O AGRONEGÓCIO: UM ESTUDO DE ORGANIZAÇÕES PRODUTORAS DA MICRO REGIÃO DE TUPÃ	98
A INFLUÊNCIA DO DIREITO CANÔNICO, RELATOS DA INQUISIÇÃO NO BRASIL COLÔNIA	98
A LINHA TÊNUE ENTRE A JUSTIÇA E A PROTELAÇÃO NO FORO ESPECIAL POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO	99
A MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO	99
A MORTE POR COVID-19: A AUSÊNCIA DO ADEUS	100
A MÚSICA NO PRINCÍPIO DA ALFABETIZAÇÃO: CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA NA AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM ESCRITA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	101
A NÃO-MATERNIDADE: UMA QUESTÃO DE ESCOLHA	101
A NORMALIZAÇÃO DO ABANDONO SOCIOAFETIVO E A FALTA DE REGULAMENTAÇÃO ESTATAL PARA FINS DE PUNIÇÃO DO GENITOR AUSENTE	102
A POSTURA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS	103
A PRODUÇÃO DO CORPO FEMININO NA PUBLICIDADE DE PERFUMARIA E COSMÉTICA.....	103
A RELIGIÃO E O DIREITO: ANÁLISE CONTEMPORÂNEA SOBRE RITOS QUE SE MANTIVERAM AO LONGO DOS SÉCULOS	104
A REPRESENTAÇÃO DA FIGURA FEMININA ATRAVÉS DA HISTÓRIA SOB O ASPECTO DA ARTE E O IMPACTO SOCIOJURÍDICO NA LEGISLAÇÃO NO DECORRER DOS SÉCULOS.....	105
A TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO E SUA APLICABILIDADE COM IDOSOS.....	105
A UTILIZAÇÃO DOS INFLUENCIADORES DIGITAIS PARA IMPULSIONAR OS NEGÓCIOS DAS EMPRESAS DE VESTUÁRIO DA REGIÃO DE TUPÃ, SP.....	106
ALFABETIZAÇÃO DO EDUCANDO COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM	106
ALIENAÇÃO PARENTAL, ORIGEM E SUAS CONSEQUÊNCIAS	107
ANÁLISE DAS CONSEQUÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS DA MONOCULTURA NO MUNICÍPIO DE FLÓRIDA PAULISTA.....	108
ANÁLISE DAS VANTAGENS DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROCESSO DE AUTOMAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE SISTEMA DE COLETA DE OVOS EM GRANJAS DO MUNICÍPIO DE BASTOS.....	108
ANÁLISE DO PROCESSO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO: UM ESTUDO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURN-OVER IDEAL EM EMPRESAS DE MÉDIO A GRANDE PORTE DO SETOR DO AGRONEGÓCIO NO ESTADO DE SÃO PAULO	109

ANÁLISE SOBRE A SISTEMÁTICA DOS RECURSOS REPETITIVOS E DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS	109
ANDADOR DE QUATRO PERNAS	110
AS CIRCUNSTÂNCIAS DO ENDIVIDAMENTO DA CLASSE C	110
AS DORES E AS DELÍCIAS DE ESTAR ESTUDANTE DE PSICOLOGIA: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO DE ESTÁGIO EM ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL	111
AS ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DOS TRABALHADORES DA SAÚDE EM CONTEXTO PANDÊMICO.....	112
AS NOVAS FORMAS DE RELAÇÃO DE CONSUMO NO MUNDO VIRTUAL	112
ASPECTOS JURÍDICOS DA CESSÃO DE CRÉDITO	113
ATENDIMENTO CLÍNICO EM TERAPIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL EM UM SERVIÇO-ESCOLA	113
BRASIL RECONHECIDO NO CENÁRIO INTERNACIONAL POR FALTA DE REPRESSÃO ÀS CONDUTAS VIOLADORAS DOS DIREITOS HUMANOS	114
BRASIL: AS CONSEQUÊNCIAS DAS DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIAS FEDERATIVAS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19	115
COMO O PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE É AFETADO PELO PROCESSO DIGITAL NO BRASIL	116
COMPENSAÇÃO E SEUS EFEITOS JURÍDICOS	116
COMPETÊNCIA E SUA INCIDÊNCIA NAS CLÁUSULAS DE ELEIÇÃO DE FORO DOS CONTRATOS.....	117
CONCEITO DE MULTIPARENTALIDADE E CONSEQUENCIAS AO DIREITO SUCESSÓRIO	117
CONSEQUÊNCIAS LEGAIS NO ÂMBITO DAS FAKE NEWS.....	118
CONSTITUIÇÃO DE 1824	118
CONTINGÊNCIAS SOBRE AS MORTES PRECOCES NA PERPECTIVA DA TERAPIA DE GRUPO	119
CONTOS DE FADAS: SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	120
CONTRIBUIÇÕES DA LEITURA SIMULTÂNEA PARA A FORMAÇÃO DO LEITOR	120
COVID-19: OS IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO	121

CRIMES SEXUAIS, ESTUPRO DE VULNERAVEL A PALAVRA DA VITIMA E OS RISCOS DA CONDENAÇÃO	121
DA TRANSFORMAÇÃO DA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA EM SOCIEDADE LIMITADA UNIPessoal COM O ADVENTO DA LEI 14.195/2021	122
DAÇÃO EM PAGAMENTO.....	123
DIFICULDADES NA INCLUSÃO DE EX- DETENTAS NA SOCIEDADE E NO MERCADO DE TRABALHO	123
DIREITO A TER DIREITOS: A EDUCAÇÃO EM SAÚDE E A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO	124
DIREITO AO ESQUECIMENTO E INCONSTITUCIONALIDADE	124
DIREITO MÉDICO	125
DIREITOS DOS ANIMAIS: SERES SENCIENTES E A DESCOISIFICAÇÃO DOS ANIMAIS NÃO HUMANOS	125
EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA	126
EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS PARA SUA IMPLEMENTAÇÃO NO ENSINO REGULAR SEGUNDO O CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ADAMANTINA	127
ESTÁGIO INSTITUCIONAL I	127
ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL EM UMA INSTITUIÇÃO SOCIAL DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇAS E ADOLESCENTES	128
ESTUDO DE CASO DA ATUAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ADAMANTINA EM RELAÇÃO À REPARTIÇÃO CONSTITUCIONAL DE COMPETÊNCIAS	129
ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICA DA IMPLANTANÇÃO DE UMA EMPRESA DE TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ NA CIDADE DE LUCÉLIA-SP.	129
EVOLUÇÃO DAS CONQUISTAS DO DIREITO DA COMUNIDADE NEGRA NA SOCIEDADE BRASILEIRA	130
EXPERIÊNCIAS DE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA ESCOLAR: BUSCANDO UMA FORMA DIFERENTE DO ENSINO DA ARTE	131
FUNDAMENTOS JURÍDICOS DA CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	131
GESTÃO E ERGONOMIA	132
IDENTIDADE EM CONSTRUÇÃO. ESTUDO ETNO-HISTÓRICO DA MANIFESTAÇÃO DE TRAÇOS IBÉRICOS NA ARQUITETURA TUPÃENSE DA DÉCADA DE 1950	133

IDENTIFICAÇÃO DOS CENTROS DE EXCELÊNCIA NOS DIVERSOS SEGMENTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA GESTÃO PÚBLICA BRASILEIRA.....	133
IMPACTOS NA VIDA E NO TRABALHO DE MULHERES ACOMETIDAS POR FIBROMIALGIA	134
IMPLEMENTAÇÃO DAS TÉCNICAS DE MOTIVAÇÃO DE EQUIPE COM BASE NA EXPERIÊNCIA DE HAWTHORNE.....	135
IMPORTÂNCIA E USOS DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ASPECTOS PRELIMINARES	135
INCIDÊNCIA DA SÍNDROME DE BURNOUT EM UNIVERSITÁRIOS NA PANDEMIA: INVESTIGAÇÃO COMPARATIVA DE UNIVERSITÁRIO BRASILEIROS E PORTUGUESES.....	136
INCONSTITUCIONALIDADES NO REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO.....	136
INVENTÁRIO E PARTILHA EXTRAJUDICIAL: A IMPORTÂNCIA DE ALIVIAR O SISTEMA JUDICIAL DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19.....	137
JOGO, BRINQUEDO E BRINCADEIRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM ANAIS DO CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ADAMANTINA	137
JOGOS PEDAGÓGICOS OFF-LINE NAS DISCIPLINAS DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA: UMA ABORDAGEM POR MEIO DE REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE IMIGRAÇÃO PARA ALUNOS DO QUINTO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	138
MARKETING DE INFLUÊNCIA: O IMPACTO DOS INFLUENCIADORES DIGITAIS PARA A GESTÃO DA COMUNICAÇÃO NO COMÉRCIO DE ADAMANTINA/SP	139
MARKETING DIGITAL: COMO O MARKETING DIGITAL AJUDA NA FIDELIZAÇÃO DE CLIENTES EM UMA EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO NA ÁREA DE MOTORES ELÉTRICOS EM GERAL NA REGIÃO DE TUPÃ.....	139
MASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO, CRIMES VIRTUAIS E A VITIMOLOGIA.....	140
MEIOS PARA FACILITAR A REINSCRIÇÃO DE EGRESSOS NA SOCIEDADE.....	140
MICROCRIMINALIDADE E MACROCRIMINALIDADE: A IMPUNIDADE DOS CRIMES DE CIFRA DOURADA E COLARINHO BRANCO	141
NECESSIDADE DE APLICAÇÃO DAS TÉCNICAS DE ESCUTA ESPECIALIZADA E DO DEPOIMENTO ESPECIAL NOS CASOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL COM VÍTIMAS ADULTAS.....	141
NOVAÇÃO E SEUS EFEITOS.....	142
O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL E A LEGITIMIDADE COM O DIREITO PROCESSUAL PENAL.....	143
O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL E O PRINCÍPIO DA CELERIDADE PROCESSUAL	143

O ATENDIMENTO PSICOLÓGICO INFANTIL NA PERSPECTIVA FENOMENOLÓGICO-EXISTENCIAL.....	144
O AUMENTO DOS CRIMES FEMINICÍDIO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA PANDEMIA.....	144
O DIREITO DO CONSUMIDOR NAS COMPRAS PELA INTERNET.	145
O EXERCÍCIO DA ADVOCACIA MODERNA FRENTE AO PARADOXO DO MARKETING DIGITAL.....	146
O INQUÉRITO POLICIAL E A PALAVRA DO POLICIAL COMO ELEMENTO PROBATÓRIO	146
O INSTITUTO DA INTERDIÇÃO: CONFLITOS TRAZIDOS PELO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E A APLICAÇÃO DO INSTITUTO DA INTERDIÇÃO	147
O INSTITUTO DO USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL COMO INSTRUMENTO DE DESJUDICIALIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO.	147
O LIAME AXIOLÓGICO-NORMATIVO ENTRE A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E A FINALIDADE SOCIOECONÔMICA DA TRIBUTAÇÃO PROGRESSIVA: UMA ANÁLISE DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO IPTU.	148
O PAPEL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS DURANTE A PANDEMIA DE COVID 19	149
O PARALELO ENTRE A NECESSIDADE DE DIVULGAÇÃO DA LISTA DE VACINADOS CONTRA A COVID-19 E A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS	149
O PROCESSO SAÚDE-DOENÇA E A DEPENDÊNCIA QUÍMICA.....	150
O TRABALHO DA PSICOLOGIA HOSPITALAR NA UTI.....	151
O TRABALHO DO MOTOBOY EM UMA PERSPECTIVA DEJOURIANA	151
O TRABALHO DO PSICÓLOGO NO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	152
OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NAS DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS.....	153
OS IMPACTOS DA PANDEMIA NA ROTINA DOS ATLETAS.....	153
OS IMPACTOS SOCIAIS, ECONÔMICOS, CULTURAIS E POLÍTICOS DA PANDEMIA COVID 19 E A SAÚDE MENTAL DA SOCIEDADE.....	154
OS LIMETES CONSTITUCIONAIS DAS RESTRIÇÕES A DIREITOS FUNDAMENTAIS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19	155
OS LIMITES DE CERCEAMENTO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO PELAS REDES SOCIAIS.....	155
PAGAMENTO EFETUADO POR TERCEIRO INTERESSADO E NÃO INTERESSADO E SUAS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS.....	156

PESQUISA SOBRE A IMPORTANCIA E A FORMA DE ADQUIRIR CONHECIMENTO NA REALIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS	157
PLANEJAMENTO ESTRATEGICO PARA EMPRESA DE HIDROPONIA DE MORANGOS	157
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: ABERTURA DE UMA FABRICA DE CHUTEIRAS	158
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: ABERTURA DE UMA FABRICADA CHUTEIRAS	159
PLANO ESTRATÉGICO DE UMA PADARIA DRIVE THRU.....	159
POLÍTICA E RELIGIÃO NO PROCESSO CONSTITUINTE DE 1933-34.....	160
POLÍTICAS PÚBLICAS E INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA JUNTO A JOVENS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	161
PROBLEMAS GERADOS PELA ALIENAÇÃO PARENTAL NO CONVÍVIO FAMILIAR.....	161
QUEBRANDO PARADIGMAS SOBRE RESIDÊNCIAS TERAPÊUTICAS	162
REFLEXOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA IDOSOS	162
RELAÇÕES TRABALHISTAS SOBRE O DESVIO E ACUMULO DE FUNÇÃO.....	163
RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM PSICOLOGIA EDUCACIONAL	163
REPRESENTAÇÃO FEMININA NA PUBLICIDADE E NO CINEMA: UMA ANÁLISE DOS FILMES MULHER-MARAVILHA 1984 E VIÚVA NEGRA.....	164
RESPONSABILIDADE CIVIL (OBJETIVA E SUBJETIVA)	165
RESPONSABILIDADE CIVIL E CRIMINAL DA PESSOA JURÍDICA NOS CASOS DE DANO AMBIENTAL.....	165
RESUMO ARTIGO CIENTÍFICO METODOLOGIA JURÍDICA DIREITO CONSTITUCIONAL REMÉDIOS	166
RITO DA AUDIENCIA TRABALHISTA	166
SAPATO ORTOPÉDICO	167
SISTEMA PRISIONAL: OS REFLEXOS DOS CRIMES NA SOCIEDADE.....	168
SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO.....	168
TRABALHO INSALUBRE: ASPECTOS E IMPLICAÇÕES PSICOLÓGICAS.....	169

TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL	169
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E A APLICAÇÃO DO DIREITO SOBRE A LEI DE POLUIÇÃO SONORA.	170
UM ESTUDO DAS RELAÇÕES ENTRE PSICANÁLISE E EDUCAÇÃO NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA PRESENTE EM UM INDEXADOR.	171
UMA REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE O USO DE TECNOLOGIAS NAS AULAS DO QUINTO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: A EVOLUÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO PARA ENTENDER OS CONCEITOS DE ESPAÇO E TEMPO.....	171
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UM PROBLEMA PSICOLÓGICO OU JURÍDICO?	172
VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: DEPOIMENTOS DE MULHERES SOBRE A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA	172
VISÃO CRÍTICA DA PROGRESSÃO PENAL NOS CRIMES HEDIONDOS.....	173
VIVÊNCIAS DE ESTÁGIO EM UMA INSTITUIÇÃO ASILAR.....	174

CIÊNCIAS HUMANAS

Trabalho: 6375

ANÁLISE CRÍTICA DA PROPOSTA DE REFORMA ADMINISTRATIVA DO GOVERNO FEDERAL

Isadora Redigolo da Silva, Reinaldo de Oliveira Nocchi

Curso de Administração, Centro Universitário de Adamantina; Av. Prefeito Bernardo Meneghetti, 29. Mariápolis, SP. isadoraredigolo@hotmail.com

Resumo: O Congresso Nacional recebeu a reforma administrativa pretendida pelo presidente Jair Bolsonaro no dia 3 de setembro de 2020. As mudanças elaboradas pela equipe econômica do governo estão todas em uma única proposta de Emenda à Constituição (PEC), identificada como /2020. Para aprovar uma PEC a proposta deve ser discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional em dois turnos e só pode ser aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos de senadores e deputados. Depois de aprovada, uma emenda constitucional não se submete à sanção do chefe do Executivo. Ela é promulgada pelas Mesas da Câmara e do Senado, passando a integrar definitivamente o texto da Constituição. A abrangência da reforma vale para servidores do Executivo, Legislativo e Judiciário das três esferas da federação: União, estados e municípios. Só valerá para quem ingressar no setor público a partir da promulgação da Emenda Constitucional. Para os atuais servidores não muda nada. Não vale para os membros de Poder: parlamentares, juízes, desembargadores, ministros de tribunais superiores, promotores, procuradores e militares. Para os servidores ocupantes de carreiras típicas de Estado, é vedada a realização de qualquer outra atividade remunerada, incluída a acumulação de cargos públicos. A exceção está somente no exercício da docência e atividades regulamentadas na área de saúde. Para os demais, é autorizada a acumulação remunerada de cargos públicos, quando houver compatibilidade de horários e não houver conflito de interesse. Os cargos comissionados e funções gratificadas serão gradativamente extintos. Uma parte dos cargos de liderança e assessoramento será ocupada mediante seleção simplificada. Os cargos estratégicos dos níveis mais altos da administração, como o de secretários, e assessoramento, serão de livre nomeação e exoneração. São compostas de servidores que exercem atividades exclusivamente públicas e que são finalísticas, indispensáveis para a existência ou representação do Estado. Nenhum servidor poderá ter férias com mais de 30 dias. não poderão mais incorporar ao salário valores referentes ao exercício temporário de cargos e funções. Dá três meses de licença a cada cinco anos de trabalho, será totalmente extinta. A PEC altera o artigo 84 da Constituição para dar mais liberdade para o chefe do Executivo mexer no desenho da administração pública para que possa extinguir órgãos e entidades, como ministérios, autarquias e fundações, sem a necessidade de projeto de lei. Ou seja, prevê que o presidente da República tenha mais autonomia na gestão da estrutura do Executivo Federal. A criação de órgãos ou entidades ou a transformação que implique aumento de despesa continuará dependendo de aprovação pelo Legislativo. Sobre a possibilidade de demissão quando o país estiver em crise econômica ou recessão, a PEC não trata do tema. O governo já encaminhou para o Congresso Nacional a PEC Emergencial (PEC 186/2019), que prevê algumas medidas de racionalização, incluindo, em último caso, a possibilidade de desligar um percentual de servidores, a partir de critérios técnicos e objetivos a serem definidos em lei.

Palavras-Chave: Mudanças. Reforma. Constituição. Servidores. Governo

Trabalho: 6472

BENEFÍCIOS E OPORTUNIDADES NA UTILIZAÇÃO DO E-COMMERCE PARA EMPRESAS

Patricia Polinário da Silva, Evandro Jardim dos Santos

Curso de Tecnologia em Gestão Comercial, Adamantina; Rua Sabino Capaldi, 50. Adamantina, SP. patypolinario@gmail.com, patricia.silva106@fatec.sp.gov.br

Resumo: Os empreendimentos convivem numa competitividade constante, devido ao atual cenário do mercado mundial, portanto as empresas são forçadas a aprimorar seus negócios, para se manterem funcionando, buscando evolução nas vendas, fortalecimento da marca, e melhor relacionamento com os clientes, esse por sua vez, busca por experiências cada vez mais satisfatórias. Nessa perspectiva para a evolução das empresas, o *e-commerce* tem causado grande impacto nessa competitividade, suas implicações atingem tanto as empresas quanto os clientes. O presente trabalho foi elaborado por meio de revisões bibliográficas, teve como objetivo apresentar um conteúdo de base teórica, de cunho exploratório qualitativa, elencando benefícios e eventualmente desvantagens; e também uma pesquisa quantitativa, para coletar dados estatísticos, através de um formulário online, enviado para as empresas, para obtenção da opinião das mesmas, em relação aos motivos e dificuldades que observaram ao usarem o *e-commerce*, apresentando os resultados em forma de gráficos. Observado no estudo, que o perfil dos consumidores mudou, adaptados às novas formas de comunicação, estão pesquisando preços e efetivando compras de produtos e serviços online; impactando na competitividade entre concorrentes e estratégias a serem tomadas pelas empresas. Nesse sentido, desde seu surgimento, proporcionou agilidade e facilidade nas transações, a princípio sendo somente bancárias, evoluindo para a comercialização de incontáveis itens disponíveis. Portanto, em contramão da crise de outros setores e das lojas físicas o *e-commerce* cresceu nos últimos anos se tornando uma possibilidade viável, a ser explorada, oferecendo oportunidades e inovações. Tendo a logística como principal dificuldade, suporte tecnológico e a preocupação com a segurança de dados dos clientes.

Palavras-Chave: E-commerce. Futuro do Comércio. Oportunidades de Negócios. Tomada de Decisão

Trabalho: 6358

INEFICIÊNCIA NA APLICAÇÃO DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO QUE PODE OCASIONAR IMPOSIÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS POSTERIORMENTE

Gisele Cristina da Silva, Eliana Kátia Pupim

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista; Rua Geraldo Nunes Rocha, 210. Tupã, SP. giselecristina361@gmail.com, gisele_cristhina@hotmail.com

Resumo: O artigo trata da ineficiência na prática do princípio da proteção integral e aplicação de medidas de proteção previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, questionando se isto pode ocasionar, posteriormente, aplicação de medidas socioeducativas. A Constituição Federal instituiu o dever de proteção integral às pessoas menores de 18 anos, atribuindo tal incumbência à família, à sociedade e ao Estado, estabelecendo que os interesses das crianças, adolescentes e jovens devem ter absoluta prioridade para a sociedade e sistemas públicos brasileiros. Corroborando a intenção do ordenamento pátrio em priorizar os interesses e direitos deste grupo específico, houve a edição do Estatuto da Criança e do Adolescente, norma instituída há mais de 30 anos e de referência mundial, mas de difícil aplicabilidade até os dias atuais. Visando garantir direitos fundamentais como a vida, saúde, educação, liberdade, entre outros, e afastar crianças e adolescentes de qualquer forma de negligência, discriminação, violência e opressão, a norma especial se desdobra para assegurar a proteção integral e a prioridade absoluta, na forma que fora determinada pela Carta Magna. Sempre que os direitos das crianças e adolescentes forem ameaçados ou violados, o artigo 98 da Lei Especial estabelece que as chamadas medidas de proteção devem ser aplicadas. De outro ponto, inegável que parte das vezes em que crianças e adolescentes são negligenciados, podem, potencialmente, reproduzir atos de violência. Na hipótese de estes cometerem atos infracionais, há previsão da aplicação de medidas socioeducativas. O objetivo deste trabalho é fazer uma reflexão sobre tais aspectos, propiciando ao leitor uma forma de reavaliação da temática, notadamente para desconstruir uma visão segmentada sobre o assunto, apenas focada no adolescente que cometeu o ato infracional, de forma individualizada. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, descritiva e exploratória.

Palavras-Chave: Proteção Integral. Estatuto da Criança e do Adolescente. ECA. Medidas de Proteção. Medidas Socioeducativas

Trabalho: 6327

A ADOÇÃO E A PARENTALIDADE SOCIOAFETIVA: AS GARANTIAS E DIREITOS CONSTITUCIONAIS EM RAZÃO DA ADOÇÃO SOCIOAFETIVA

Eduardo Rodrigues dos Santos, Eliana Kátia Pupim

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista; Rua Avelino José Avelino de Oliveira. Queiroz, SP. 229280@fadap.br, rodriguesdonato90@icloud.com

Resumo: O presente artigo tem o objetivo de analisar aspectos congruentes às relações socioafetivas, bem como esclarecer, alertar e informar famílias, que porventura tenham adotado, ou que almejam uma futura adoção, e desconhecem determinados fatores que a lei regulamenta. Nesse contexto, é necessário que os adotantes estejam a par da situação, tal como, conheçam os trâmites legais para que desta forma, ocorra o procedimento adotivo conforme a lei determina. Portanto, a temática traz ao público-alvo, esclarecimentos sucintos e necessários, para que desta maneira, tanto os adotantes, bem como os adotados, saibam de seus direitos, deveres e obrigações. Em vista disso, o assunto proposto, além de abordar pareceres jurídicos referentes ao procedimento adotivo, tem como foco, exprimir reflexos constitucionais, tal como o Estatuto da Criança e do Adolescente, assim como, a Lei de Adoção, interferiria no ambiente familiar, quando se trata de Adoção Socioafetiva, tanto quanto a Filiação parental, que nesse caso, trata de avós, tias e tios, ou de pessoas que possuem traços familiar que almejam a adoção. No tocante, a metodologia abordada, foi baseada através de resultados encontrados em estatísticas com uma série de dados relevantes, como também pesquisas bibliográficas de cunho exploratório, sendo eles disponibilizados e encontrados no Portal de Periódicos da CAPES e SciELO, em conjunto com bases de dados para a pesquisa bibliográfica proporcionada pela FADAP-FAP a saber, catálogo Sophia e base de dados eletrônica Minha Biblioteca. Assim, como supracitado no texto, concluímos o entendimento da sobredita temática, asseverando que a importância do conteúdo em voga, tem integral relevância no Direito Familiar, considerando a necessidade de fomentar debates significativos em razão das relações jurídicas parentais advindas do âmbito jurídico do Direito de Família.

Palavras-Chave: Adoção. Filiação Parental. Leis. Família. Direitos

Trabalho: 6540

A ANÁLISE DA UBERIZAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO

Nivaldo Gonçalves Munhoz, Jose Eduardo Lima Lourencini

Curso de Direito, Faculdades Adamantinenses Integradas; Rua Mato Grosso, 546. Adamantina, SP. ng.munhoz@gmail.com, 111817@fai.com.br

Resumo: O presente artigo teve por objetivo a análise dessa modalidade de trabalho de baixo custo através das plataformas digitais que exploram a economia de bicos, ou seja, incorporaram aquela mão de obra disponível, abundante, informal e barata. Impulsionados pela inovação ao facilitar a conexão entre os fornecedores e seus clientes em potencial. Aliados à uma crise econômica pré-existente e potencializada pela pandemia da Covid-19, ganhou protagonismo como um meio para um trabalhador desempregado conseguir alguma renda. Entretanto, comparando à estrutura de um *iceberg*, o que se mostrou na ponta ou superfície foi progresso e modernidade, já que o parceiro é tratado como empreendedor independente, divulgando a ideia de remuneração e liberdade. Em sua profundidade é o exato oposto, na prática o baixo custo oferecido se faz ao se executar a precarização progressiva de direitos econômicos e direitos humanos através da desobrigação de cumprir direitos básicos e isso causou invisibilidade social, como a negativa, em um primeiro momento, ao auxílio emergencial no auge da pandemia, pois apesar de não gozarem dos direitos dos trabalhadores formais, não eram considerados, para fins de benefícios sociais, trabalhadores informais, e isso incidiu ao mesmo tempo no não acesso à seguridade social. O monitoramento constante e a ameaça de desligamento a qualquer momento, contrastam com a liberdade prometida. Houve movimentos do Presidente da República e do Congresso Nacional em relação as reformas trabalhistas remetendo à adoção de modelos similares à essa exploração do trabalho. O uso do entendimento de empreendedor para o trabalhador uberizado é errado e o termo correto é autogerenciamento subordinado.

Palavras-Chave: Uber. Direitos Trabalhistas. Precarização. Pandemia Covid-19. Crise Econômica

Trabalho: 6308

A CRIANÇA NO MEIO DO DIVÓRCIO E COMO ISSO AFETA NA HORA DA CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

Beatriz de Brito Sabatine, Eliana Kátia Pupim

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista; Rua José Maria Camarinho 141. Tupã, SP. 229313@fadap.br

Resumo: Este artigo correlaciona e analisa as evidências empíricas e teóricas do impacto da separação ou divórcio dos pais no ajustamento dos filhos e os fatores relacionados. Os autores Amato e Keith, em sua meta-análise, concluíram que as crianças com pais separados, em comparação com as crianças com pais intactos, são mais difíceis de estabelecer relações emocionais com outras pessoas, gerando ainda o autoconceito e as adversidades da vida. Para a criança, a separação dos pais se reflete na perda da família, de sua estabilidade e como sua vida irá mudar bruscamente de uma hora para outra, provocando assim mudanças traumáticas e transtornos psicológicos que afetaram muito seu desenvolvimento, podendo ser até irreversíveis. Assim, no momento da conciliação e mediação, ao referir-se ao divórcio e havendo uma criança no meio, algumas medidas devem ser tomadas para que o menor não sofra e não cresça desestruturado em meio à sociedade. Em se tratando do interesse de uma melhor solução, buscam-se maneiras que partem do pressuposto de enfatizar o consenso de, em alguns casos, até adotam a presença de assistentes sociais, como ferramenta para promover o diálogo sobre conflitos familiares, junto com o mediador, sem perder a origem da demanda, do conservadorismo e da ética-política. Conforme a metodologia aplicada pelo relatório analítico do CFESS/CRESS, o número nos debates de mediação de família por parte dos assistentes sociais no âmbito jurídico vem crescendo cada vez mais. Porém, ainda é um assunto em processo de desenvolvimento em nossa atualidade.

Palavras-Chave: Ajustamento. Divórcio. Criança. Conflito Interparental. Mediação Familiar

Trabalho: 6529

A CRISE SISTÊMICA DA DEMOCRACIA BRASILEIRA E SUAS INSTITUIÇÕES

Róger Cervantes Clemente, Eliana Kátia Pupim

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista; Rua Ramon Tarifa, 80. Tupã, SP. rogercervantes14@gmail.com, rogercervantes1@outlook.com

Resumo: O Brasil e suas Instituições democráticas vivem o que parece ser uma crise atemporal de cumulações de problemas que se cruzam, os problemas do passado que parecem ser os mesmos problemas do presente. Destarte, todos esses problemas parecem culminar no mesmo resultado, a corrupção e degradação do estado democrático Brasileiro e cada vez piores condições de vida para sua população, logo o Brasil, que já foi considerado a próxima grande potência mundial, mas não consegue envolver e abandonar seus problemas históricos que vem de uma herança nada agradável de sua péssima colonização. É perceptível que a forma como as terras Brasileiras foram colonizadas ou exploradas melhor dizendo não foi a forma ideal que poderia ter sido adotada pela colônia portuguesa, aqui estabelecidas as capitânias hereditárias, que foram divididas em razão da vasta extensão territorial do país e só eram benéficas aos senhores, também chamados de donatários que exerciam o poder sobre uma faixa grande de terra, tinham poder sobre escravos e mulheres que não eram livres, eram tratados como animais, já que eram de posse do senhor. A coroa portuguesa não tinha controle do que estava fazendo e com a exploração desenfreada de recursos deixou a cobiça falar mais alto e fazia vista grossa para muitos senhores que exerciam monopólio em seu latifúndio e não deixavam propriedades menores coexistirem, resumindo o Brasil foi desigual e corrupto desde seu início até o Brasil

contemporâneo que conhecemos nos dias atuais. Quando olhamos para o País nos dias atuais vemos uma das maiores democracias do mundo, que continua infelizmente incidindo nos mesmos problemas de antes. Como diz o IPC, Índice de Percepção a corrupção (2020), O Brasil permanece estagnado na luta contra corrupção, com média baixíssima de 38 pontos ao lado de países como Etiópia, Cazaquistão, Peru e Servia, todos subdesenvolvidos e com suas economias estagnadas o que não é nenhuma surpresa. Por essa razão o presente trabalho busca estudar o contexto da colonização Brasileira de forma aprofundada quanto a metodologia que foi baseada na leitura de livros, artigos, relatórios e sob o olhar de documentários acerca do comportamento da população e dos governos em todos períodos desde a colonização e a monarquia passando pelas primeiras repúblicas, era Vargas, ditadura militar e finalmente chegando a nova república vigente desde então. A conclusão deste trabalho mostra que a forma passiva como a população lida com os escândalos de corrupção e as infundáveis crises do sistema político e democrático brasileiro têm forte influência de seu contexto histórico de colonização.

Palavras-Chave: Democracia. Sistema. Instituições. Corrupção

Trabalho: 6386

A DESARMONIZAÇÃO ENTRE OS PODERES DA REPÚBLICA E SEUS REFLEXOS QUANTO À CAPTAÇÃO DE INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS NO PAÍS

Paulo Henrique de Lima, Reinaldo de Oliveira Nocchi

Curso de Administração, Faculdades Adamantinenses Integradas; Rua Almirante Barroso, 975. Bastos, SP. Paulo_gc_gc@hotmail.com

Resumo: Em razão da situação política, ambiental da Amazônia e do coronavírus, a imagem do país não é boa. A questão judiciária é ainda mais prejudicial, quando numa concorrência para privatização ocorrem embargos. Temos que entender que entramos em uma era de estrito controle biopolítica sobre o movimento populacional e que tudo compromete os investimentos estrangeiros. O comércio internacional é uma incógnita por depender de fatores variados, mas para o Brasil o entrave é em relação aos manufaturados, cuja custo-Brasil é grande, comprometendo a competitividade no mercado internacional. A taxa de câmbio de equilíbrio é imprevisível, por ser determinada por fatores estruturais da economia: taxa de crescimento da renda per capita, termos de troca comercial, variáveis influenciadas pela política macroeconômica, estoque de reserva internacional, risco-país. Mesmo com a queda pela metade dos investimentos estrangeiros, em comparação com as economias industrializadas dos países desenvolvidos, isso é pouco significativo, cuja queda foi de 70%. Todavia o Brasil foi o que mais perdeu entre os principais mercados emergentes do mundo, o que é incomum, vez que nos últimos 20 anos esteve entre os cinco melhores países para se investir. Portanto, mesmo com 210 milhões de consumidores e o real desvalorizado isso não tem ocorrido. Três tendências tornam o Brasil menos atraente às multinacionais: privatizações sem previsão de decolagem; paralisação da integração da América do Sul no tratado de livre-comércio; dificuldade dos gerentes no Brasil em convencer suas matrizes de investir. O Banco Central estimou que em 2021 os investimentos diretos de estrangeiros avançarão para US\$ 60 bilhões devido a redução de incertezas relacionadas à pandemia e, portanto, um ambiente externo mais favorável para economias emergentes e ao crescimento doméstico, o que pode melhorar a lucratividade das empresas estrangeira no Brasil. A Bolsa Brasileira só no último trimestre do ano recebeu quase R\$ 56 bilhões, resultante da busca de mais rentabilidade e a troca de ativos das carteiras pelos investidores, diante da possível chegada de pós-pandemia. Analistas afirmam a continuidade deste cenário, mesmo com a mutação do vírus e medidas de lockdown mundial. Segundo o presidente da B3, Gilson Finkelsztain, se houver um crescimento na economia nacional acima de 3%, com responsabilidade fiscal, esse dinheiro vai buscar emergentes, portanto não podemos perder a onda de liquidez global. Para João Leal, economista da Rio Bravo Investimentos, a tendência ao fluxo estrangeiro é positiva, diante da alta disponibilidade de liquidez global com políticas expansionistas nos países desenvolvidos, pacotes fiscais mais amplos e expectativa de retomada econômica global com as vacinas, abrindo o apetite de investidores estrangeiros. O responsável pelo banco de investimento do Bank Off América no Brasil, Hans Lin, afirma que o olhar de investidores voltou ao país beneficiando algumas empresas, por acreditarem que os emergentes são os que terão melhor desempenho. Porém, se empresários e governo tiverem visão sobre cidadania, liderança e gestão da coisa pública é possível o Brasil aumentar sua participação no comércio mundial e, com isso, será possível vislumbrar o fim da tormenta e a melhoria da economia.

Palavras-Chave: Política. Reformas. Ambiental. Riscos. Economia

Trabalho: 6276

A EDUCAÇÃO DE ITAPETININGA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL NA ESCOLA PEIXOTO GOMIDE

Vinícius Nogueira Gomes, Ivan Fortunato

Curso de Licenciatura em Matemática, Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo; Rua Julio Holtz. Itapetininga, SP. vini.nogomes98@gmail.com, gomes.n@aluno.ifsp.edu.br

Resumo: A pesquisa é baseada em fundamentos teóricos e realizada de maneira investigativa da história da educação do município de Itapetininga, localizado no Sul do Estado de São Paulo, cidade que nasceu de um ponto de parada para descanso dos tropeiros em meados do século XVIII. Em 1884, Itapetininga foi consagrada com a instalação da primeira escola de formação de professores de todo o interior; a construção dos dois primeiros prédios foi concluída em 1899 e o terceiro e último prédio só em 1911. O público da Escola Complementar de Itapetininga eram os moradores de cidades vizinhas, de outros estados e até mesmo de outros países. Lá, o currículo escolar era composto de Português e Aritmética e o processo ocorria por meio de percepções, comparações e análises e a escola formou 25,8% dos professores e 21,9% das professoras complementaristas do Estado, colocando Itapetininga como responsável por formar 41,2% dos professores no interior. O presente trabalho tem como justificativa principal a relevância da história, que auxilia a compreender a educação enquanto se desenvolve no tempo. Sendo a metodologia composta por integração de materiais bibliográficos referentes a história da educação, vistas ao acervo da escola Peixoto Gomide para localizar planos de ensino e relatórios analíticos da época da Primeira República e finalizar com análise qualitativa das informações feita do material levantado. Com o mapeamento do material bibliográfico, esperamos contribuir com a historiografia da educação em Itapetininga, por meio da análise e disseminação de informações que podem revelar aspectos que encontram paralelos nos dias atuais.

Palavras-Chave: História da Educação. Escola Complementar. Ensino. Itapetininga. Peixoto Gomide

Trabalho: 6333

A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO DIREITO FUNDAMENTAL

Matheus Sevilha Barravieira, Eliana Kátia Pupim, Tiago Rafael dos Santos Alves

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista; Rua Piratinins, 852. Tupã, SP. matheus_sevilha1@hotmail.com

Resumo: Este artigo tem por principal objetivo compreender como se processou o acesso à Educação Infantil ao longo da história da educação em nosso país. Por ser um assunto que é pouco discutido no âmbito jurídico ainda causa muita polêmica e gera dúvida em muitos brasileiros. Após algumas décadas de esquecimento dentro do âmbito jurídico brasileiro, tendo em vista que o foco da presidência na época se dava somente na parte profissional, sem ser amparada por qualquer outra lei, com isso não havia força e nem interesse para se falar de educação infantil, com isso veio a atual Constituição Federal auxiliar e amparar, ressaltando a devida importância da educação infantil como um verdadeiro direito fundamental, destacando também que não é apenas um direito individual para as crianças, mas sim um direito necessário para a formação de uma sociedade mais eficiente, ou seja, é pela base que se estrutura toda uma civilização. Assim, o direito fundamental ao se tratar da educação infantil foi deixado de ser visto apenas como um lugar para se deixar as crianças como creches ou pré-escolas, e sim como um meio de estimular o desenvolvimento da criança para que assim haja uma preparação pro início de toda uma vida de estudos e futuramente em sua carreira profissional. O presente estudo foi baseado nos referenciais bibliográficos indicados pelo professor orientador, bem como doutrinas, bases científicas e pesquisas. Por fim, destacamos que este trabalho ainda se encontra em andamento na fase de levantamento bibliográfico com previsão de término para o ano de 2022.

Palavras-Chave: Educação Infantil. História da Educação. Ordenamento Jurídico. Mudança do Ordenamento. Importância da Educação Infantil

Trabalho: 6376

A EFETIVIDADE DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Alefe Prates de Almeida, Eliana Kátia Pupim, Mauri Buzinaro

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista; Rua dos Rubis, 128. Bastos, SP. pratesjc@hotmail.com

Resumo: Com relação ao tema, nós seres humanos desde o começo de nossa existência, já estávamos a caminho de uma situação que não poderíamos se esquivarmos, sendo estes os problemas do cotidiano. Na antiguidade, mesmo não tendo os meios de conciliação, era diferente a resolução; eram poucas as técnicas e recursos para exaurir um acontecimento, sendo as penas definidas pelos costumes, de maneira cruel e sem piedade; um caso comum, se alguém adquirisse coisa alheia de alguém, teria a consequência da antiga pena do talião; a cónyuge que não estava satisfeita em estar casada, não tinha o poder de se divorciar, ou seja, não havia o direito de livre arbítrio. Sendo assim, com os escassos métodos de solução havia um valor para se requer esta petição, sendo criada a expressão *laissez-faire*, criada em meados do século XVIII pelos estados liberais, nada mais que poderia apenas aqueles que continham uma situação financeira superior poderia se requer ao estado juiz, versando afastar os incapazes financeiramente falando. É sabido que, pelas afirmações acima, não é observado como dizemos nos dias atuais o princípio da dignidade da pessoa humana como voga a Carta Magna de 1988 (art. 1 inciso III), e o acesso à justiça por força do art. 3º do Código de Processo Civil atual de 2015 que de qualquer modo não serão retiradas da apreciação do judiciário as ameaças ou lesões ao direito, trazendo no mesmo liame no parágrafo 1º que será permitida a arbitragem, sendo um dos nossos assuntos principais tratado neste artigo. Destarte, cabe se trazer não apenas a arbitragem um meio relativo a justiça multipostas, que se trata como um modo de resolver o litígio de uma maneira pacífica com força de mérito para o caso concreto, tendo lei própria a 9.307 de 1996, em seguida contemos com a mediação e a conciliação sendo estes os métodos mais usados nos dias atuais como fator principal para sanar os fatos típicos de uma maneira concernente. A mediação usada por todos profissionais do direito está definida pelo art. 166 do Código de Processo Civil, que se defluiu da tentativa de um acordo trazido pelo profissional na qualidade de mediador que aproxima as partes de maneira interessante a estas para que seja feita a desejada resolução. Outrossim, traremos também a conciliação auxiliada pela lei no art. 149 do Código de Processo Civil, juntamente a um conciliador autorizado a oferecer as partes sugestões para sim que seja uma resolução frutífera. Consoante aos fatos descritos, convém se debruçar a estas linhas para se entender melhor que todos nós podemos aderir a maneira correta de resolver um litígio sem ser usada a justiça com as próprias mãos, neste tema abortaremos a métodos eficazes para resolução de conflitos de maneira alternativa e sucinta, trazendo seus objetivos, metodologias, hipóteses e conclusões ao tema, como em minha opinião a principal forma é ajudar aqueles com ou sem o básico de conhecimento trazendo a esta realidade por meio deste ato.

Palavras-Chave: Acesso à Justiça. Meios de Resolução de Conflito. Mediação. Conciliação. Arbitragem

Trabalho: 6505

A EFICÁCIA DA LEI MARIA DA PENHA: AVANÇOS LEGISLATIVOS E PRERROGATIVAS PARA O COMBATE DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

Natália Cristina Dassie Barbosa, Eliana Kátia Pupim

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista; Rua Piauí, 1447. Parapuã, SP. 229561@fadap.br, nataliadassie@live.com

Resumo: Resumo: O presente artigo tem como objetivo mostrar os principais avanços legislativos trazidos pela lei 11.340/2006, bem como os principais problemas que dificultam sua aplicação. Buscamos destacar perante a sociedade, principalmente a classe menos privilegiada, o conteúdo da lei, sua aplicação e eficácia no âmbito jurídico, desta forma demonstrando o rigor na punição dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. Esta sanção presidencial à recém-batizada Lei Maria da Penha selou o destino de milhares de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar no Brasil. Ocorreram diversas mudanças, e dentro dela podemos citar a inovação no processo judicial, nos papéis das autoridades policiais e do Ministério Público, alteração no Código Penal, no Código de Processo Penal e na Lei de Execuções Penais Para isso, primeiramente, retomou-se o processo histórico de desenvolvimento da referida lei no Brasil, que se iniciou a partir da redemocratização. O trabalho tem como objetivo principal mostrar diversas formas de tornar a lei mais eficiente diante de toda problemática em sua aplicação. A metodologia empregada para a realização dos objetivos do trabalho foi a pesquisa exploratória com análises bibliográficas, através da consulta a diferentes fontes, como leis, livros, artigos e periódicos. Enfim, concluímos que a Lei Maria da Penha trouxe muitas inovações e avanços desde sua criação, mas ainda há dificuldades em sua aplicação e visibilidade diante da sociedade que ainda não vê a violência contra a mulher como uma pauta seria, sendo possível que haja uma melhora gigantesca caso seja priorizada.

Palavras-Chave: Maria da Penha. Avanço Legislativo. Violência Doméstica Contra a Mulher. Mulher. Aplicação

Trabalho: 6306

A ESTABILIDADE PROVISÓRIA DA EMPREGADA GESTANTE

Michelli da Silva Santos, Eliana Kátia Pupim

Curso de Direito, Faculdade da Alta Paulista; Rua Holmes Bernardi, 150. Tupã, SP. michellisilva2012@hotmail.com

Resumo: Nesse sentido, o presente artigo se debruçará em esclarecer os conceitos e princípios iniciais da estabilidade provisória da empregada gestante, bem como trazer à baila as dicotomias existentes nos atuais entendimentos jurisprudenciais e legislativos que abrangem a temática a ser debatida ao decurso deste feito, sempre observando os reflexos de tais mudanças legislativas nos casos concretos envolvendo a presente temática. Para tanto, serão usadas, como metodologia, pesquisas bibliográficas exploratórias e sua interpretação, além de servir como base para o desenvolvimento do presente, os entendimentos jurisprudenciais recentemente e demais legislações abrangentes ao tema. A estabilidade provisória assegurada as empregadas gestantes visam efetivar o princípio da continuidade da relação de emprego e do direito a maternidade prevista na Constituição Federal de 1988 e na Consolidação das Leis Trabalhista de 1943. Diante de tal importância social deste instituto incumbe ao legislador criar normas que resguardam as empregadas gestantes contra as dispensas arbitrárias e sem justa causa para evitar discriminação dessas empregadas no mercado de trabalho. Tais normativas com o passar dos anos sofrerão consideráveis alterações, tendo em vista os atuais entendimentos jurisprudenciais que vêm superando a tese até então consolidado pela Súmula 244 do Tribunal Superior do Trabalho e do artigo 10, inciso II, alínea b, do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, acarretando assim inúmeros reflexos a aplicação da estabilidade provisória as empregadas gestantes nos contratos de trabalho por prazo determinado e indeterminado. Por outro lado, a legislação brasileira trouxe duas importantes inovações legislativas referente ao direito a maternidade que são elas a Lei Complementar nº 146 de dezembro de 2014, que estende a estabilidade provisória prevista à trabalhadora gestante, nos casos de morte desta, a quem detiver a guarda de seu filho e da Lei nº 13.509 de novembro de 2017, que assegura a estabilidade provisória a empregada adotante.

Palavras-Chave: Estabilidade Provisória. Empregada Gestante. Garantia de Emprego. Empregada Adotante

Trabalho: 6521

A FUNÇÃO DO DANO MORAL NAS RELAÇÕES CONSUMERISTAS ENVOLVENDO INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS

Fernando Troncon, Carlos Augusto de Almeida Troncon, Eliana Kátia Pupim

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista; Rua Tupinambás, 40. Lucélia, SP. 229485@fadap.br, ftroncon@hotmail.com

Resumo: O presente artigo tem o objetivo de analisar os valores atualmente arbitrados a título de indenização de dano moral referente às relações consumeristas que envolvem as instituições bancárias. Nesse contexto, observa-se a dificuldade em alcançar as funções básicas dos valores indenizatórios, quer sejam, ressarcir o dano suportado pelo consumidor e, de outra via, punir o causador do dano, de modo a prevenir a reiteração da prática lesiva. Entretanto, em inúmeros casos, a lide na relação é entendida como um mero "acidente", não ultrapassando um mero dissabor para o consumidor lesado, o que torna a ação danosa ainda mais compensatória para aquela causadora do dano. Nesta vereda, o assunto proposto sugere uma reflexão acerca de alternativas que possam vir a ser usadas pelo ordenamento jurídico brasileiro, de modo a impedir os repetitivos casos em que o consumidor é diretamente e constantemente lesado. Assim, o presente estudo mostra que atualmente, a resolução da lide em vias judiciais se mostra compensadora às instituições bancárias e, assim, sugerimos fixar maiores valores a título de indenização, sendo a parte cabível proporcional ao dano suportado, e o valor exacerbado, revertido em prol da sociedade, de modo que a responsabilização venha servir como instrumento de proteção ao consumidor. No que diz respeito à metodologia abordada, a conclusão se baseia em pesquisas bibliográficas e jurisprudenciais, sendo eles disponibilizados e encontrados no Portal de Periódicos da CAPES, e SciELO, em conjunto com bases de dados para pesquisas bibliográficas pela FADAP-FAP a saber, catálogo Sophia e base de dados eletrônica Minha Biblioteca, além de sites de Institucionais pertinentes.

Palavras-Chave: Dano Moral. Consumidor. Instituição Financeira. Indenização. *Punitive Damage*

Trabalho: 6248

A IDENTIDADE DE GÊNERO SOBRE O CRIME DE FEMINICÍDIO

Laiza Rodrigues Rocha, Eliana Kátia Pupim

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista, Santo Agostinho, 30. Tupã, SP. laizarodriguesrocha@hotmail.com, lah_oficial18@hotmail.com

Resumo: Preliminarmente, insta salientar que, o artigo científico em voga pormenoriza aspectos significativos acerca da pretensão da figura transexual ser reconhecida enquanto sujeito passivo do crime de feminicídio, ante a contumaz violência praticada em âmbito doméstico e familiar contra o gênero feminino, tratando-se de conduta hedionda, prevista como circunstância qualificadora do delito de homicídio, doravante a delimitação do artigo 121, § 2º, inciso VI, e § 2º-A, incisos I e II, do Código Penal, mormente a vigência da Lei 13.104/2015. Neste íterim, serão abordados concomitantemente os temas de feminicídio e transexualidade, trazendo à baila elementos fundamentais ao enquadramento da mulher transexual à categoria de vítima ao crime em tela; assim, considerando os conceitos pertinentes, o histórico e a extensão legislativa, a conduta, o bem jurídico tutelado, a natureza e a objetividade jurídicas, o elemento subjetivo, os sujeitos constantes, os pressupostos legais, as modalidades de violência de gênero e os apontamentos jurisprudenciais. Consubstancialmente, infere-se a adoção da metodologia pautada em pesquisa bibliográfica, corroborando-se em obras nacionais de cunho científico, doutrinário e legal, bem como em pesquisas embasadas em dados estatísticos e consultas efetuadas nos bancos eletrônicos de jurisprudências dos Tribunais no território nacional. Assim, o objeto de estudo fomenta o debate sobre a violência contra o gênero feminino, estimulando o progresso cultural em benefício do indivíduo e da coletividade, endossando a edificação de uma nação que preza as concepções de igualdade e justiça, que devem ser aplicadas leis e políticas públicas substanciais para obter efeitos factíveis. Outrossim, ressaltamos a observância dos preceitos jurídicos em face das mulheres transexuais, consoante a alteração integral de seus registros civis, devidamente constituídos, em concomitância à realização da cirurgia de redesignação sexual. Portanto, é importante erradicar a cultura de violência contra o gênero feminino, sob enfoque das mulheres transexuais, tendo em vista o princípio constitucional pátrio basilar da dignidade da pessoa humana, para salvaguardar os direitos inerentes à mulher e propagar a extinção de condutas misóginas difundidas nacionalmente, sobretudo prezando a segurança do gênero feminino,

disseminando informações técnico-científicas ao corpo social, sob o prisma jurídico, propiciando educação legislativa à sociedade brasileira e promovendo conscientização sobre o respectivo objeto de estudo.

Palavras-Chave: Transexualidade. Femicídio. Identidade de Gênero. Qualificadora. Dignidade da Pessoa Humana

Trabalho: 6492

A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA INFANTIL SEGUNDO REVISÃO NOS ANAIS DOS CONGRESSOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ADAMANTINA

Priscila Sabino da Silva

Curso de Pedagogia, Faculdades Adamantinenses Integradas; Rua Koite Anazawa, 15. Flórida Paulista, SP. prisabino933@gmail.com

Resumo: A temática da literatura infantil surgiu na França, na segunda metade do século XVIII, durante a monarquia de Luís XIV, que manifestou abertamente a preocupação com a literatura para crianças e jovens, podendo, assim, a França ser considerada como o berço da literatura infantil. A intenção da literatura infantil é estimular a consciência crítica do leitor; levá-lo a desenvolver sua própria expressividade verbal ou sua criatividade latente; dinamizar sua capacidade de observação e reflexão em face do mundo que o rodeia; e torná-lo consciente da complexa realidade em transformação que é a sociedade, em que ele deve atuar quando chegar sua vez de participar ativamente do processo em curso, o que tem sido investigado também no Brasil. Sendo assim, o objetivo deste estudo, ainda em desenvolvimento, é identificar, nas últimas 10 edições com os anais publicados (2010-2019) do Congresso de Iniciação Científica do Centro Universitário de Adamantina, na área de humanas, trabalhos que abordaram a temática sobre Literatura na Educação Infantil. De modo específico, este estudo busca caracterizar cada uma das produções de acordo com o título, autor, curso de graduação, instituição de ensino, cidade, palavras-chave e ano de publicação. Para alcançar tal objetivo, primeiramente, como parte da disciplina de Fundamentos da Educação Infantil, foi realizada uma busca nos anais da área de humanas dos Congressos mencionados, com o uso do descritor Educação Infantil, em seguida, como segunda etapa do estudo, os resultados foram planilhados e, numa terceira etapa, por meio da análise dos títulos e das palavras-chave, foram identificados e selecionados aqueles que apresentavam relação com a literatura infantil. Por último, os resultados foram caracterizados, seguindo os objetivos específicos traçados para este estudo. No total, foram selecionados sete estudos para a caracterização e análise na íntegra e estes têm apontado, de maneira geral, que a literatura infantil pode ser considerada uma das atividades mais desenvolvidas durante a Educação Infantil. Outro aspecto relevante, são os estudos que destacam a importância dos autores brasileiros neste campo, evidenciando a literatura infantil nacional como auxílio para o processo de aprendizagem das crianças.

Palavras-Chave: Educação Infantil. Literatura Infantil. Literatura Nacional

Trabalho: 6287

A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA INTERNA NAS ORGANIZAÇÕES

Thaynara Aparecida da Costa Souza, Fernanda Yamauchi

Curso de Ciências Contábeis, Faculdade de Ciências Contábeis e Administração de Tupã; Rua Professora Cecy Cesar Lopes Torres, 86 Fundos. Tupã, SP. thaynarasouza5464@gmail.com

Resumo: A auditoria interna é de suma importância para as organizações, onde desempenham papel de extrema importância. Atuando em diversos fatores internos ela visa a eliminação de desperdício, a otimização de tarefas, e se torna uma ferramenta primordial para o apoio à gestão financeira, transmitindo informações aos administradores sobre o desenvolvimento das atividades executadas. Em termos simples, podemos dizer que é um check-up da empresa, abordando os processos de forma holística. Neste contexto, a organização de seu trabalho leva em consideração a materialidade das informações apresentadas limitando seus testes por relevância e amostras a serem validadas. Uma vez definidas as áreas relevantes e as amostras de testes, chega a hora de aplicar os procedimentos. Os procedimentos de auditoria são o conjunto de técnicas que permitem obter evidências para fundamentar a opinião do auditor, dividindo-se em testes de observância e testes substantivos. Assim, a auditoria não serve apenas para detectar inconformidades com procedimentos, mas também para analisar a capacidade de produção e a confiabilidade das informações transmitidas. A importância deste setor dentro das organizações demonstra resultados de apoio à tomada de decisões, através de melhoria dos controles internos e processos das instituições. As auditorias podem se diferir substancialmente, dependendo de seus objetivos, das atividades para os quais se usam e dos relatórios que se espera receber dos auditores, além disso, podem ser classificadas em: auditoria externa e auditoria interna. Por conseguinte, temos a apresentação dos aspectos de ética, moral e conduta deste profissional.

Palavras-Chave: Auditoria Interna. Análise. Informações. Conjunto de Técnicas

Trabalho: 6526

A IMPORTÂNCIA DA DEFENSORIA PÚBLICA NA DEFESA DOS DIREITOS DE MENORES INFRATORES

Nathália Fernanda Almeida da Silva, Eliana Kátia Pupim

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista; Rua Felipe Camarão, 874. Rancharia, SP. nathybueno2000@gmail.com

Resumo: À criança e ao adolescente estão assegurados pela Carta Magna os direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Sabe-se que a delinquência juvenil está presente na sociedade desde o início do convívio social e, com o passar dos anos, nos deparamos frequentemente com menores infratores que se encontram na mão do Estado para que este imponha um método de penalização para reprimir sua delinquência, usando as medidas socioeducativas previstas na Lei 8069/90 (ECA). Portanto, o objetivo do presente trabalho é fazer uma análise jurídica transparente e clara que possa ser apresentada ao leitor, seja ele leigo ou jurídico; a importância da atuação da defensoria pública está se tornando cada dia mais importante para garantir o acesso à justiça das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, tornando-se muitas vezes vítimas da sociedade e do Estado que acaba punido em vez de educar e buscar alternativas que permitam reinserir os menores na sociedade. Para elaboração do presente artigo, será usada como base metodológica, pesquisa em doutrinas, artigos científicos, monografias, jurisprudências e estudos que possam contribuir para o aprofundamento da temática em questão. Contando também com conversas com defensores públicos e profissionais que atua na área para melhor elucidação do tema.

Palavras-Chave: Criança e Adolescente. Defensoria Pública. Vulnerabilidade. Estado. Reinserção

Trabalho: 6342

A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL SEGUNDO OS CONGRESSOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ADAMANTINA

Letícia da Silva Messias, Karen Regiane Soriano

Curso de Pedagogia, Faculdades Adamantinenses Integradas, 30 Rua São Vicente. Flórida Paulista, SP. leticia12silva34@gmail.com, 43120@fai.com.br

Resumo: A música é algo formado por um conjunto de ritmos, sons e melodias que seja harmoniosa e agradável ao ouvido, é uma manifestação artística e cultural de determinada época ou localidade, pois não existiu nenhuma civilização que não possuísse alguma manifestação musical. Além disso, é uma das formas mais efetivas que temos de conhecer outras culturas e na Educação Infantil seus benefícios não são diferentes, pois ela é considerada um recurso importantíssimo para a socialização, auxiliando no desenvolvimento cognitivo, afetivo, motor e de convívio social da criança. Sendo assim, o objetivo deste estudo, ainda em desenvolvimento, é identificar, nas últimas 10 edições dos anais publicados (2010-2019) dos Congressos de Iniciação Científica do Centro Universitário de Adamantina, na área de humanas, trabalhos que abordaram a temática da música na Educação Infantil. De modo específico, este estudo busca caracterizar cada uma das produções de acordo com o título, autor, curso de graduação, instituição de ensino, cidade, palavras-chave e ano de publicação. Para alcançar tal objetivo, primeiramente, como parte da disciplina de Fundamentos da Educação Infantil, foi realizada uma busca nos anais da área de humanas dos Congressos mencionados, com o uso do descritor Educação Infantil, em seguida, como segunda etapa do estudo, os resultados foram planejados e, numa terceira etapa, por meio da análise dos títulos e das palavras-chave, foram identificados e selecionados aqueles que apresentavam relação com a música. Por último, os resultados foram caracterizados, seguindo os objetivos específicos traçados para este estudo. No total, foram selecionados sete estudos para a caracterização e análise na íntegra e estes têm apontado, de maneira geral, que a música está muito presente em toda a Educação Infantil, independente do ritmo usado e que, esta presença pode ser usada como um recurso para o desenvolvimento e aprendizagem das crianças. Desta forma, o professor pode (e deve) começar a ensinar de uma forma mais lúdica, interativa, alegre e divertida para que os pequenos aprendam brincando, ou melhor, musicalizando.

Palavras-Chave: Educação Infantil. Música. Desenvolvimento Infantil.

Trabalho: 6486

A IMPORTÂNCIA DAS ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS PARA UMA GESTÃO EFICIENTE EM ÉPOCA DE PANDEMIA

Macon Henrique de Oliveira, Evandro Jardim dos Santos

Curso de Tecnologia em Gestão Comercial, Adamantina; Rua Maria Vidotto Alberton, 50. Osvaldo Cruz, SP. maicon_oliveiraocz@hotmail.com, maiconoliveira271@gmail.com

Resumo: Em meio tantas restrições, proibições e limitação de horários propostos pelo governo para conter o avanço do vírus da Covid-19, várias empresas brasileiras deixaram de existir devido as adversidades encontradas, enquanto isso, outras organizações tiveram faturamento *record* e alta expansão no mercado, mostrando assim a importância das estratégias empresariais para momentos oportunos. Várias empresas reinventaram suas operações e otimizaram seus processos. O home office passou a ser uma necessidade. Empresas passaram a conhecer e investir em E-commerce. Aplicativos de entregas tiveram alta expansão. Todas essas mudanças nas operações afetou direta e indiretamente no comportamento de um indivíduo, o consumidor. O consumidor, agora restrito, dentro de seu lar, passou a consumir em um formato diferente, ou melhor, passou a satisfazer suas necessidades de uma maneira que antes, ou não lhe estava a disposição, ou, por opção, não o fazia. Porém, o sistema foi alterado, e, mais uma vez o ser humano precisou de adaptar. Essa adaptação às novas políticas comerciais trouxe um desconforto para aquelas empresas que estavam há décadas na mesma sistemática comercial, sim, precisaram se adaptar, e rápido, para não perder o espaço uma vez já conquistado. Enquanto algumas organizações enfrentavam a pandemia como um grande obstáculo, outras já se beneficiaram da situação para inovar, lançar novos produtos, atuar em outros segmentos e começar a atuar em plataformas diferentes das que antes eram usadas. Dentre todas mudanças de comportamentos, tanto das organizações como dos consumidores, este trabalho objetiva expor as estratégias adotadas por empresas que, em meio a pandemia, reinventaram suas políticas comerciais, conquistando mais espaço no mercado e, fazendo da pandemia, não uma desculpa, mais um estímulo para não resignar.

Palavras-Chave: Estratégia. Pandemia. Inovação. Mudança. Evolução

Trabalho: 6298

A IMPORTÂNCIA DE ESTUDAR GEORGE PERKINS MARSH EM CURSOS DE LICENCIATURA

Iury Lima Nakaoshi, Ivan Fortunato

Curso de Física, Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo, Av. Wenceslau Braz, 790. Itapetininga, SP. nakaoshi.iury@gmail.com, iurylima97@gmail.com

Resumo: O presente trabalho, de cunho qualitativo, busca reviver o legado de George Perkins Marsh, ambientalista estadunidense responsável pelos primeiros passos do conservacionismo e autor da obra "*Man and Nature: Or, Physical Geography as Modified by Human Action*" (1864), que possui em seu conteúdo profundas advertências sobre os abusos da intervenção humana na natureza, que crescia juntamente com o estabelecimento da sociedade industrial. Indo além, este trabalho busca explorar a congruência existente entre George Perkins Marsh e sua importância para os estudos sobre ambientalismo contemporâneo. O orientador deste projeto apresentou, em 2015, uma publicação que traça um comparativo entre Marsh e a relevância de abordá-lo em pesquisas ambientais. Buscando ampliar o diálogo, é apresentada então, neste trabalho, a congruência existente entre o estudo de George Perkins Marsh e sua aplicação na Educação Ambiental. Para isso, foi usada como base pedagógica a obra *Pedagogia da Autonomia*, de Paulo Freire (2002), que traça em seu conteúdo importantes reflexões que podem ser aplicadas na Educação Ambiental. Ao convergir as bases pedagógicas pesquisadas com a proposta central deste trabalho, é conclusivo que trazer os apontamentos de Marsh sobre a interferência humana na natureza publicados ainda no século XIX pode gerar inúmeras propostas reflexivas nos cursos de licenciatura, as quais podem se tornar projetos didáticos no processo de ensino-aprendizagem após a formatura dos licenciandos, trabalhando então em uma proposta de Educação Ambiental que se aprofunda na complexidade das questões ambientais, sendo condizente com a perspectiva de educação Crítica, Libertadora, Democrática e Emancipatória defendida por Paulo Freire.

Palavras-Chave: Educação Ambiental. George Perkins Marsh. Paulo Freire. *Pedagogia da Autonomia*. *Man and Nature*

Trabalho: 6479

A INFLUÊNCIA DO DIREITO CANÔNICO: RELATOS DA INQUISIÇÃO NO BRASIL COLÔNIA

Luiz Paulo de Araújo Alves, Eliana Kátia Pupim, Tiago Rafael dos Santos Alves

Curso de Direito, Faculdade da Alta Paulista; Rua Manaus, 331. Joao Ramalho, SP. luizwillor@icloud.com, 229648@fadap.br

Resumo: O presente trabalho tem como principal objetivo realizar, a partir do Direito Canônico, uma análise de alguns relatos dos processos inquisitoriais ocorridos no Brasil em seu período colonial. Nesse sentido traçamos a seguinte problematização: Tendo como base o direito canônico, de que modo ocorreram os processos inquisitoriais no Brasil colônia? Diante disso, nos valem, dentro de nosso processo metodológico, de diferentes fontes bibliográficas, além da análise de documentos, conforme o recorte empírico e as recomendações do professor orientador. Tendo como base o período medieval, marcado pela influência da Igreja Católica e das monarquias a ela submetidas, tais como: Portugal e Espanha, são evidentes os traços religiosos em diversas características socioculturais de tais países, bem como das áreas por tais países colonizadas. Deve-se levar em consideração que, durante muito tempo a Igreja Católica também estendeu os laços da cristandade para outros lugares, por meio do movimento cruzadista e, depois, das grandes navegações, patrocinadas por diferentes nações. Assim, as expedições que culminaram com a chegada dos europeus na América, também trariam os primeiros religiosos católicos para estas terras. No caso do Brasil, devido aos laços coloniais com Portugal, inicialmente predominavam as legislações da Coroa, neste caso as Ordenações Afonsinas e Manuelinas. No entanto, em relação aos assuntos religiosos, predominavam os ditames do Direito Canônico. E assim como ocorria na Europa, o combate as diversas dissidências religiosas que ameaçavam a Igreja,

eram investigadas pela Santa Inquisição, também conhecida como Santo Ofício. Vale destacar que, muitas vezes, a inquisição deixou de lado seus princípios religiosos para atender simplesmente a objetivos políticos econômicos de Estado e, por outras vezes da própria Igreja, intencionada em expandir seus domínios e sua influência. Assim, pontuamos que o presente trabalho se encontra em andamento, na fase de levantamentos bibliográficos e com previsão de término para o ano de 2022.

Palavras-Chave: Igreja Católica. Direito Canônico. Inquisição no Brasil Colonial. História

Trabalho: 6400

A INSEGURANÇA JURÍDICA NA SEGURANÇA PRIVADA

Adeilson Ramos de Goes, Eliana Kátia Pupim, Sérgio Fabrício de Lima Bindilatti

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista; Rua Walter Campione, 70. Tupã, SP. 229604@fadap.br, dehgoes75@gmail.com

Resumo: É do conhecimento da sociedade a importância da segurança privada no Brasil, a legislação vigente trata a segurança privada como um complemento da segurança pública regido por lei específica portarias e decretos, a quase quatro décadas da legislação vigente vem mostrando a necessidade da aprovação do Novo Estatuto da Segurança Privada que por causa da pandemia COVID-19 está parada no Senado Federal. Com o crescimento da criminalidade e cada vez mais ousado e organizado, os criminosos aterrorizam a sociedade com ataques em bancos e carros fortes em todo país. A categoria da Segurança Privada sempre foi considerada de suma importância desde sua criação, e vem com o passar dos tempos demonstrando que é um serviço essencial para a sociedade, sem esses serviços alguns órgãos são proibidos de funcionar, como bancos por exemplo. Em vários momentos, são feitas alterações para que a Segurança Privada possa se adequar a cada tipo de situação, como fizeram na Copa do Mundo no Brasil, criando uma extensão de como atuar em grandes eventos, o profissional da área de Segurança Privada está em constante atualização para atuar onde houver demanda. Neste artigo, abordamos o trabalho realizado por vigilantes patrimoniais e necessidade de um novo regimento que venha tratar de novos requisitos para a formação desses profissionais e sua capacitação, com base em pesquisas e em entrevistas com vigilantes, a análise revelou que todos profissionais abordados esperam a mudança da legislação e que sejam mais acolhidos e reconhecidos legalmente pela nova legislação como foram os agentes públicos no decorrer dos anos.

Palavras-Chave: Segurança Privada. Escolta Armada. Transporte de Valores. Segurança Pessoal. Segurança Pública

Trabalho: 6524

A JUSTIÇA DO TRABALHO E O HOME OFFICE NA PANDEMIA

Giovana Zampieri Forteza Rocha Rodrigues, Eliana Kátia Pupim

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista; Rua México, 316. Tupã, SP. juridgzf@gmail.com, dulcineiaforteza@ig.com.br

Resumo: O objetivo deste trabalho é apresentar a modalidade de trabalho a distância que vem crescendo a cada dia no mundo todo, pois estamos vivendo um momento marcante na história, uma pandemia mundial que já matou centenas de pessoas, e atingiu milhares delas. Devido à pandemia da Covid-19, as empresas privadas e públicas precisaram se adaptar e, por isso, o *home office* está sendo uma opção adotada, porque tem impacto direto na saúde de seus colaboradores e as atividades estão se tornando mais flexíveis e automatizadas. Porém, para poder trabalhar em *home office*, a tecnologia é um requisito

necessário e indispensável para que o trabalhador possa ter acesso a seus arquivos de trabalho. E embora, o *home office* seja um método muito usado pelas empresas hoje, até dois anos atrás não havia leis definidas. Portanto, o teletrabalho conforme a CLT corresponde a uma novidade legal que está sendo útil no atual momento que estamos passando. O assunto parece novo, mas já existe há muito tempo e faz parte da legislação brasileira, há quase uma década. O Tribunal Superior do Trabalho não só julga o tema em ações judiciais trabalhistas como também foi pioneiro em todo o Judiciário na adoção do teletrabalho, com servidores atuando por essa modalidade desde 2012. O Tribunal Superior do Trabalho foi o primeiro órgão do Judiciário a adotar o teletrabalho, implementado pela Resolução Administrativa 1.499, em fevereiro de 2012, de forma experimental, e efetivado em 2013. O projeto foi fruto de pesquisa em instituições privadas e públicas para inovar a gestão de pessoas e acompanhar o ritmo do mercado de trabalho. O Tribunal teve de aprimorar seus sistemas de tecnologia da informação e ampliar o investimento em segurança de dados. Com as sessões telepresenciais, a participação de advogados de qualquer lugar do país tornou-se possível. Servidores que antes não tinham a perspectiva de trabalhar a distância puderam experimentar a atuação nessa condição. Nesse contexto, a produtividade aumentou 6% entre janeiro e outubro de 2020 em relação ao ano anterior, com 268.518 julgamentos, o que corresponde a 81,5% dos processos recebidos no período. O Tribunal economizou R\$ 4,4 milhões em despesas no primeiro semestre. Os resultados indicam que é possível obter um ponto de equilíbrio entre a qualidade de vida e a produtividade, e poderia ser o *Home Office* uma alternativa, no entanto é fundamental que o gerenciamento de tempo, a prioridade de atividades e a disciplina estejam empregados a todo o momento, caso o contrário o tempo parente flexível ficará ocioso e improdutivo. A pesquisa revela que o trabalho na modalidade *home office* trouxe modificações nas relações de trabalho relativa a jornada, mudando o foco do número de horas trabalhadas para os resultados obtidos. Aponta vantagens da flexibilidade para o trabalhador, poupando o tempo de ida e vinda ao local de trabalho, e tendo a chance de refletir sobre o significado do trabalho, recuperando o senso de propósito e valor na vida.

Palavras-Chave: Home Office. Teletrabalho. Empresas. Tecnologia. TST

Trabalho: 6316

A LEGITIMIDADE DO DIREITO SUCESSÓRIO FRENTE AOS LAÇOS DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA

Lais de Oliveira Leite, Eliana Kátia Pupim

Curso de Direito, Faculdade da Alta Paulista; Rua Alagoas, 144a. Osvaldo Cruz, SP. lais.olvleite@outlook.com, lleite855@gmail.com

Resumo: O presente trabalho visa estender a visão de família e os direitos advindos dessa, no enfoque da filiação no âmbito jurídico, vez que o núcleo conta com fortes vínculos afetivos. O modelo tradicional romano da família, conhecido como família patriarcal, perdurou pela sociedade brasileira até meados do século XX, se estruturando através do casamento de um homem e uma mulher. Ocorre que, ao passar do tempo, tal conceito se tornou motivo de especulações e polêmicas já que se trata de um núcleo social amplo e de difícil conceituação, abrangendo não apenas o tradicional exemplar, mas também os núcleos firmados sem que houvesse o casamento, impossibilitando uma delimitação conceitual do tema. A Constituição Federal de 1988 teve um importante papel na organização jurídica da família, adotando dispositivos que amparam essa instituição, garantindo ainda princípios e estabilidade aos entes parentais. Ocorre que, em razão da interpretação literal da lei, o Código Civil de 2002 abriu margem para um retrocesso, reconhecendo apenas como entidade familiar aquela formada pelo casamento ou união estável entre homem e mulher, e ainda aquela em que há convivência de um dos pais com seu filho. Em um primeiro momento, necessário se faz entender quais são os efeitos do reconhecimento da filiação socioafetiva perante o direito sucessório e em que momento o herdeiro se consagra legítimo ao recebimento da herança deixada, sem que haja a devida declaração em registro público. Assim, a relação socioafetiva será discutida como uma forma de constituição de família, bem como os direitos do filho socioafetivo *post mortem* em relação aos bens herdados. Este é um tema muito recente e, apesar do entendimento favorável dos Tribunais, não há uma efetiva regulamentação; assim, cabe a análise principiológica da tese e em qual momento se detém o estado de posse de filho. Dentre os desafios, maiores são os de conceituar e deparar entendimentos doutrinários para adequá-los aos julgados recentes, como forma de fundamentação do projeto. Não bastasse a omissão legislativa inerente ao assunto, vários são os conflitos familiares sofridos em razão da omissiva legislativa e o desamparo jurídico. A análise iniciará pelo estudo bibliográfico e jurisprudencial exploratório, abordando principalmente as relações de parentesco e suas derivações, bem como a conceituação de filiação e a ordem de vocação hereditária, findando na possibilidade da sucessão socioafetiva perante os demais herdeiros. Portanto, o presente artigo levanta a discussão de relevante valor social ante os efeitos da paternidade socioafetiva e a falta de estrutura lógica para acolher as diversas famílias que buscam amparo judicial;

para tanto, serão abordados os efeitos do instituto da multiparentalidade e da filiação socioafetiva frente aos direitos sucessórios.

Palavras-Chave: Família. Parentalidade. Filiação Socioafetiva. Direito Sucessório

Trabalho: 6317

A MEDIDA PROTETIVA FRENTE AO FEMINICÍDIO

Isabela Canuto Alves, Eliana Kátia Pupim

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista, Salvador Mendes de Almeida. Pompéia, SP. isabelacanuto96@gmail.com, isabelacanuto@hotmail.com

Resumo: O presente artigo tem como objetivo discorrer sobre o Femicídio, crime que foi incorporado no Código Penal no dia nove de março de 2015 através da Lei 13.104/2015, que reconheceu a prática desse crime específico contra mulher, bem como sobre a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), fruto da organização do movimento feminista no Brasil que desde os anos 1970 denunciava as violências cometidas contra as mulheres no âmbito da violência contra prisioneiras políticas, violência contra mulheres negras, violência doméstica e psicológica da mulher, e nos anos 1980 o aumento a mobilização frente a absolvição de homens que haviam assassinado suas esposas alegando legítima defesa da honra, vigente no país, criada para impedir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, discorrer seu conceito, especificidades previstas na lei, características e formas de serem usadas. Sendo questionada também, a eficácia da lei perante a sociedade e formas de prevenções para que não ocorra o crime de feminicídio, quais são os mecanismos criados pela lei para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar, assegurando que toda mulher goze dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana e tenha oportunidades e facilidades para viver sem violência, com a preservação de sua saúde física e mental. Sendo o tema sobre a INEFICÁCIA, discutindo desde sua criação, até sua forma de utilização, como as mulheres estão recebendo ou não o devido amparo legal, sendo discutido perante os juristas da atualidade as formas de serem solucionadas tais deficiências e expondo soluções sobre a não eficácia de tais medidas.

Palavras-Chave: Femicídio. Direito Penal. Medida Protetiva. Lei Maria da Penha

Trabalho: 6510

A PALAVRA COMO CUIDADO: UMA ESTRATÉGIA DE ACOLHIMENTO E FORTALECIMENTO

Jaine Jassanã Dias Prado Krynski, Luana Valera Bombarda

Curso de Psicologia, Faculdade de Direito da Alta Paulista; Rua Osvaldo Medeiros 71. Quintana, SP. jainepradokrynski14@gmail.com

Resumo: O presente trabalho pretende apresentar uma estratégia de Psicoeducação desenvolvida durante o Estágio Supervisionado de Formação em Psicologia Institucional e Comunitária de uma Instituição localizada no interior paulista. A proposta tem como objetivo promover o acolhimento, fortalecimento e reflexões sobre a prática do autocuidado com idosos, que residem em um conjunto habitacional. Justifica-se a relevância do trabalho devido à condição de sofrimento psíquico em que esses idosos se encontram, como consequência dos agravos oriundos da pandemia. Assim, sentimentos de medo, ansiedade, estresse e mesmo raiva podem ser esperados e precisam ser acolhidos e ressignificados. Além disso, as condições de isolamento trazem solidão e podem afetar o bem estar e a saúde mental de idosos (MOURA, 2021). A estratégia se

configurou em formato remoto, em virtude da situação pandêmica. Em um primeiro momento, foi realizado, com a profissional responsável pelo conjunto habitacional, o diagnóstico das principais necessidades, como adoecimento psíquico, sensação de cansaço em relação ao isolamento, perda do contato com familiares e das atividades desenvolvidas na comunidade. A intervenção desenvolvida ocorreu por meio de duas cartas, uma com foco em resgatar a esperança, em que um idoso em situação semelhante à dos moradores escreveu, trazendo voz para esse sentimento e a segunda, visando propiciar um momento de autocuidado e acolhimento, no qual foi escrita metaforicamente como se fosse o próprio sentimento de cuidado dialogando com eles. Seguidamente, foi proposto um momento de reflexão para que os idosos pudessem pensar nas formas de autocuidado em seu cotidiano, assim como a importância dessa prática. Posteriormente, as cartas foram gravadas para construção de um vídeo. As cartas possibilitaram aos idosos a comunicação e o encontro com seus sentimentos, identificando-os e ressignificando seus conteúdos. Além disso, buscamos refletir com os idosos possíveis sofrimentos que possam ser evitados e ampliando possibilidades de descobertas e potencialidades nesse momento. O envelhecer é muitas vezes um processo delicado e doloroso por adquirir problemas que afetam diferentes áreas como, social, econômica, familiar e a saúde pública, pois nessa fase ocorre o aumento das doenças crônicas degenerativas. O idoso passa a experimentar algumas fragilidades e fortes emoções que pode ocasionar consequências para este processo (ROCHA, 2018). Portanto, é extremamente necessário pensar e discutir práticas de cuidado voltadas para os idosos, visando promover qualidade de vida, bem estar, reabilitação, autonomia, resgate da subjetividade e diminuição do sofrimento psíquico, com o intuito de que eles possam viver essa etapa de uma forma saudável e ativa, proporcionando novos descobrimentos e possibilidades de existir. Podemos concluir que estratégias de psicoeducação como esta são necessárias, pois possibilitam novas formas de acolhimento e comunicação, bem como o desenvolvimento de estratégias para enfrentar sofrimentos que podem ser evitáveis, resultando em práticas de autocuidado.

Palavras-Chave: Psicologia do Envelhecimento. Estratégias de Acolhimento. Intervenção Psicossocial. Autocuidado

Trabalho: 6268

A PROVA DO RECONHECIMENTO NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO

Lais Aparecida Oliveira Cavalheiro, Eliana Kátia Pupim

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista; Rua Porto Alegre 405. Parapuã, SP. laiscavalheiro@hotmail.com, 229479@fadap.br

Resumo: O reconhecimento de pessoas, conforme previsto no artigo 226 do Código de Processo Penal, tem por finalidade identificar o suposto autor de um crime. Porém, esse meio de prova depende exclusivamente da memória humana e de todos fatores externos e internos que podem influenciá-la. Nossa memória tem um alto grau de fragilidade, pois, em alguns casos a reconstrução de um fato pode ser influenciada por aspectos subjetivos de quem a presenciou. O presente trabalho tem como objetivo abordar a prova de reconhecimento no processo penal brasileiro, suas falhas, os erros cometidos na identificação do suspeito de um determinado crime. Tendo em vista o fenômeno das falsas memórias, foram trazidos casos práticos de reconhecimentos equivocados, condenações de inocentes, índices mostrados pela pesquisa feita pela ONG *Innocence Project*, onde mostram a condenação sem usar todas provas suficientes para a incriminação e as posições adotadas pelas autoridades. Há uma grande necessidade de controle sobre os procedimentos de identificação de pessoas realizados no âmbito de uma persecução criminal. Em um de seus relatos, Rafael Tucherman, diretor da ONG *Innocence Project*, mostra que no Brasil o maior erro em condenação de inocentes é na fase de reconhecimento pessoal, relatando a posição dos policiais, o não uso corretamente do artigo 226 do Código de Processo Penal e o alto índice de prisão preventiva por crimes não cometidos. O trabalho também abordou as provas e suas espécies e como são usadas no meio policial e judicial. Mostrando que a prova tem como principal finalidade o convencimento do magistrado e a apresentação da veracidade das alegações.

Palavras-Chave: Reconhecimento. Provas. Falsas Memórias. Processo Penal

Trabalho: 6416

A PSICOSSOMÁTICA NA ABORDAGEM FENOMENOLÓGICA-EXISTENCIAL

Evelin Raisa dos Santos, Maria de Fátima Belancieri

Curso de Psicologia, Centro Universitário de Adamantina; Rua Um. Flórida Paulista, SP. evelinrah@gmail.com

Resumo: Em nossa sociedade, discorrer sobre o tema da Psicossomática é importante, pois ela retrata e estuda a interface entre as doenças orgânicas e psíquicas. O desejo de ampliar os conhecimentos sobre a Psicossomática surge quando há necessidade de compreender as doenças causadas pelo estado emocional do sujeito e, conseqüentemente, entender a relação existente entre a saúde emocional e a saúde física deste indivíduo. Após extensas pesquisas e estudos, não foram encontrados materiais científicos que elucidem, ou, ao menos, compreendam esta vertente na abordagem fenomenológico-existencial. Neste sentido, os objetivos deste estudo foram: compreender e contextualizar a psicossomática, além de entendê-la na vertente da psicologia fenomenológico-existencial. A metodologia adotada foi a revisão narrativa, recorrendo à busca em diferentes bases de dados, tais como *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS-PSI), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC), Portal de Periódicos (PORTAL CAPES) e Bibliotecas Virtuais. Foram usados os seguintes descritores: psicossomática, fenomenologia, existencialismo, empregando o cruzamento das palavras psicossomática e fenomenologia, psicossomática e existencialismo e psicossomática, fenomenologia e existencialismo para localizar estudos relacionados com os diferentes pares de termos. Os resultados foram baseados em artigos encontrados nas bases de dados citadas; entretanto, com a insuficiência e a escassez dentro deste tema, é necessário um maior aprofundamento. Os autores Ribeiro (2005), Reis e Godinho (2018) e Capitão e Carvalho (2006) apontam para a psicossomática como sendo dividida entre soma e psique, os quais formam uma só unidade quando inter-relacionados, ou seja, ambos precisam um do outro, pois, sem estes, o corpo do indivíduo entra em somatização, diante dos problemas advindos do estado emocional. Além disso, eles estudam a psicossomática, o corpo, saúde e mente, correlacionando com o sujeito como um todo.

Palavras-Chave: Psicossomática. Existencialismo. Fenomenologia

Trabalho: 6259

A SOCIEDADE LIMITADA E A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA PELOS TRIBUNAIS

Beatriz Sobreira Santos, Eliana Kátia Pupim, Juliana Ortiz Minichiello Palu

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista; Av. Aristides Dinamarco, 796. Tupã, SP. beatrizsobreiracajuca@gmail.com

Resumo: A descon sideração da personalidade jurídica é uma exceção ao princípio da autonomia patrimonial que é a regra, e que norteia a distinção do patrimônio da sociedade com o patrimônio dos sócios. A autonomia patrimonial é uma ferramenta muito importante que estimula a prática da atividade empresarial e fomenta a economia do país, tendo como característica a limitação dos riscos do empreendimento. Este artigo tem como objetivo demonstrar o uso do instituto da descon sideração da personalidade jurídica pelos tribunais no que tange às sociedades limitadas, que possuem distinção de patrimônio dos sócios com o patrimônio das sociedades. Apesar de ser uma medida excepcional, a criação do referido instituto trouxe para o direito uma segurança adicional em relação aos credores desta sociedade, pois a autonomia patrimonial, a que faz jus a sociedade limitada, não deve ser usada como meio fraudulento para lesar credores, sob pena da aplicação do referido instituto e a conseqüente responsabilização dos sócios pelas obrigações da sociedade. Conforme se observa pela jurisprudência pátria, os tribunais superiores têm usado uma cautela crescente na aplicabilidade do instituto, para não causar insegurança jurídica nem desestimular o exercício do empreendedorismo em forma de sociedade, pois o deferimento da descon sideração da personalidade jurídica sem a observância dos requisitos legais necessários previstos no artigo 50 do Código Civil, refletirá economicamente no nosso país. As metodologias adotadas são a pesquisa bibliográfica bem como a jurisprudências pátria, buscando abordar a personalização das sociedades limitadas e o instituto da descon sideração da personalidade jurídica, seus limites e suas efetividade e aplicabilidade no direito brasileiro.

Palavras-Chave: Desconsideração da Personalidade. Sociedade Limitada. Autonomia Patrimonial. Aplicabilidade

Trabalho: 6527

A UTILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES PRODUZIDAS NO APLICATIVO WHATSAPP COMO MEIO DE PROVA NO ÂMBITO CRIMINAL

Rejane Santos da Silva das Neves, Eliana Kátia Pupim

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista; Rua Iporans, 145. Tupã, SP. rejaneneves@terra.com.br, 046574@fadap.br

Resumo: O referente artigo científico será desenvolvido por estudo bibliográfico, usando acórdãos e jurisprudências, doutrinas, sites relacionados ao assunto e artigos científicos com o objetivo de discorrer sobre uma prática cada vez mais difundida no cotidiano da sociedade atual como meio probatório na elucidação de inquéritos policiais e sendo usada amplamente como meio de prova em processos criminais, a denominada prova documental eletrônica, provas estas podem ser extraídas das mais diversas mídias sociais existentes na atualidade, como Facebook, Instagram, Nicegran, até e mails, porém neste trabalho o objeto de estudo em questão será o aplicativo de troca de mensagens denominado WhatsApp. Em uma sociedade na qual as informações são quase que difundidas exclusivamente por meios digitais, o ordenamento jurídico não poderia deixar de tomar conhecimento desta prática e por que não se usar dos benefícios que a celeridade desta forma de divulgação de textos proporciona. A imprensa divulga amplamente em suas matérias jornalísticas a utilização de tal recurso como meio de prova, contudo como as autoridades judiciárias consideram essa forma de produção de fatos ou não. Como colher tais informações e como elas podem ter legitimidade em um julgamento? O que é licitude de prova? O que ordenamento jurídico determina sobre colhimento de provas? Quais são as diretrizes existentes a serem usadas como embasamento jurídico? Em suma, tal dissertação trará a explanação sobre um assunto atual, com muitas controvérsias, contudo uma situação comum a todos no dia a dia de toda uma população que usa a internet como meio de propagação de informações em tempo real.

Palavras-Chave: Direito Penal. Direito Processual Penal. Licitude de Provas. *WhatsApp*. Produção de Provas

Trabalho: 6399

A VALIDADE DOS CONTRATOS ELETRÔNICOS FIRMADOS POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Erika Ferreira Barbieri, Regina Maria de Souza

Curso de Direito, Centro Universitário de Santa Fé do Sul, Av. Antonio Pavan, 1637. Jales, SP. erikabarbieri16@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem o objetivo de analisar a validade dos contratos eletrônicos firmados por crianças e adolescentes. Durante a vida, são realizados inúmeros atos cíveis, principalmente contratos que obtêm o papel de garantir a segurança das relações, em destaque no meio comercial, no mundo moderno eles são realizados diariamente de forma eletrônica, através de programas de computador. A legislação vincula a essas relações jurídicas requisitos para manter a equidade entre as partes. O método aplicado foi a revisão de literatura, usando a pesquisa em sites e artigos acadêmicos que discutem o tema. A problemática decorre quando o negócio jurídico é realizado por crianças e adolescentes, pois não possuem legitimidade para realiza-los. O resultado da modernização dos feitos jurídicos atuais é a validação de atos jurídicos realizados por menores, com assistência ou representação. Para que ocorra essa validação no negócio jurídico é imprescindível que não gera prejuízo às partes envolvidas essencialmente aos incapazes. Quando celebrado um contrato independentemente da matéria que consiste nele, se uma das partes figura um menor de idade ou incapaz, automaticamente na visão civil o negócio jurídico passa a ser nulo ou anulável. Contudo, ao mudar o panorama e aplicar os princípios constitucionais em conjunto com o Direito Civil, como a boa-fé objetiva, empregada em cada caso específico, conduz capacidade de convalidação ao negócio.

Concluímos que a capacidade jurídica das partes para compreender a matéria do contrato é imprescindível, sendo o requisito essencial para não ter vício no negócio jurídico e evitar a nulidade. Conforme legislação brasileira, menores de 16 (dezesseis) anos são absolutamente incapazes, portanto, só praticam a vida civil mediante representação, os relativamente capazes estão entre a faixa etária de 16 (dezesseis) aos 18 (dezoito) anos de idade, a qual podem celebrar alguns negócios jurídicos se forem assistidos. Durante o crescimento, é fundamental a inserção dos jovens na sociedade, normalmente iniciada na comunidade onde reside; essa interação pode envolver pequenos contratos de compra e venda, dos quais o jovem não pode ser privado conforme garantem seus princípios constitucionais. Em caso de lide decorrente da celebração contratual, cabe ao juiz analisar o caso concreto e manifestar sua decisão, sempre garantindo a proteção do menor; se for provada a permissão dos pais ou representantes legais do incapaz, o ato poderá ser considerado válido; caso contrário, a declaração de sua nulidade se impõe.

Palavras-Chave: Validade. Contratos Eletrônicos. Incapazes

Trabalho: 6518

A VULNERABILIDADE DO CONSUMIDOR FRENTE AOS CONTRATOS BANCÁRIOS DE ADESÃO

Gabriel Vinícius Theodoro, Eliana Kátia Pupim

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista; Rua São Pedro, 990. Tupã, SP. 229560@fadap.br, gabriel.vinicius321@hotmail.com

Resumo: No presente artigo, buscamos tratar da vulnerabilidade do consumidor frente aos contratos bancários de adesão, apresentando os conceitos de consumidor e prestador de serviço, bem como de contratos de adesão, demonstrando alguns meios que o prestador de serviço se usa para se eximir de algumas responsabilidades previstas em lei, e, ainda para impor ao consumidor condições abusivas de prestação de serviço, por meio de cláusulas deveras desvantajosas, presentes nos contratos de adesão, em desfavor do consumidor. Para que o presente tema seja abordado de forma clara e precisa, portanto, de fácil entendimento ao cidadão comum, serão usados como forma de estudo, evidentemente, o apoio do nosso Código de Defesa do Consumidor vigente, apontando de forma exata os dispositivos legais, bem como acostando junto aos referidos dispositivos, comentário exemplificadores, para fins de associação entre a lei a conteúdo abordado. Ainda, como forma de apoio ao tema abordado, serão usados entendimentos jurisprudenciais consolidados, sendo destacadas as razões que levaram o Magistrado a preferir eventuais decisões em favor do consumidor, para que os leitores deste artigo possam entender quais os caminhos percorridos pelo juízo, para que o direito do consumidor fosse garantido no caso concreto. Assim, o objetivo é esclarecer o consumidor quanto aos abusos contratuais impostos pelas instituições financeiras, bem como apontar formas de identificar tais abusos de modo mais claro e objetivo e, portanto, expor os abusos praticados pela instituição financeira no ato dos contratos de adesão, e a resistência destas em facilitar o atendimento ao cliente, inclusive o acesso a seus direitos e, consequentemente, como não permitir ser posto na condição de vítima, de ocorrências desta natureza.

Palavras-Chave: Consumidor. Fornecedor. Contratos. Adesão. Vulnerabilidade

Trabalho: 6365

ABUSO DE AUTORIDADE NA INSTITUIÇÃO POLÍCIA MILITAR

Vitor Hugo Campos Trugilio, Eliana Kátia Pupim

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista; Rua Brasil, 209. Tupã, SP. vitortrugilioctc@hotmail.com, 229425@fadap.br

Resumo: O artigo tem como objetivo principal esclarecer os abusos que ocorrem dentro das instituições da polícia militar, onde acontecem violências e abusos contra a população de bem; observamos relatos decorrentes do dia a dia, através de redes sociais, da televisão e até mesmo relato de pessoas próximas, que sofreram algum tipo de violência por policiais, seja física, mental ou psicológica, acarretando diversos danos em sua vida cotidiana. Os lugares onde acontecem violências frequentes na maioria das vezes são locais isolados e abandonados por aqueles que deveriam levar a proteção, por exemplo, as favelas de nosso país, onde acompanhamos diversos relatos de violência e até mesmo a morte de pessoas cometidas por policiais. Por meio da Lei 13.869 (5 de setembro de 2019), traz consigo uma tentativa de interromper violências que ocorrem diariamente, cometidas por policiais que faz de sua farda, um meio de coagir e violentar pessoas, criada para resguardar a população de abusos e violências que são cometidos por policiais no decorrer de suas atividades. Assim, ela trouxe consigo identificações e as penas de crimes que vieram a se tornar frequente na sociedade, ocasionando danos a aqueles que por meio de comprovações não se comportarem como manda o devido processo legal, como manda a nova Lei de abuso de autoridade. Foi usado como meio de estudos para que fosse desenvolvido um artigo de qualidade, grandes obras doutrinárias, portal de periódicos da CAPES, relatos vivenciados por aqueles que sofreram violência e diversos meios disponibilizados pela FADAP-FAP, por exemplo, seu portal de livros e doutrinas SciELO, minha biblioteca.

Palavras-Chave: Polícia Militar. Violência. Abuso. Autoridade. Lei Nº 13.869.

Trabalho: 6477

ADOÇÃO HOMOPARENTAL NO DIREITO BRASILEIRO

Ana Julia Domenicale, Eliana Kátia Pupim, Allan Leon Casemiro da Silva

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista; Av. Presidente Vargas, 66. Osvaldo Cruz, SP. ana-julia130@outlook.com

Resumo: Este artigo trata da adoção homoafetiva, focalizando em como ela é aceita pela nossa sociedade, quais as consequências e o direito das crianças e como e quais são os requisitos e condições para que ela seja efetivada. Por meio de reportagens e pesquisas bibliográfica e outros meios de informação referente ao tema, desenvolvi um artigo sobre as principais questões, a probabilidade de casais homossexuais formarem uma família, já que para parte da sociedade é algo fora dos padrões considerados normais, porém nos dias de hoje uma parte da população já se declarou homossexual e a taxa de adoção homo parental pode aumentar mais a cada dia. Uma segunda questão abordada e a visão social e jurídica sobre a adoção, pois a maioria das pessoas clama pela igualdade dos direitos e tratamento, de forma que a opção sexual não afete nada no âmbito jurídico, mesmo que ainda esteja vivo o preconceito quando se trata de adoção por homossexuais. Proferiremos também sobre o direito da criança na adoção homoafetiva e com isso, vamos desenvolver um questionamento benéfico, para essa criança crescer em uma instituição ou um lar de acolhimento ou se melhor que ela seja adotada e tenha o afeto e amor de uma família, mesmo que essa família não seja uma família tradicional. E não podemos deixar de ressaltar a importância da vontade uma pessoa em constituir uma família que são de extrema relevância quando se trata de uma adoção, o afeto, carinho, cuidado e amor são alicerces para uma estrutura familiar, pois uma criança adotada requer muitos cuidados devido ao seu psicológico, que muitas vezes, é abalado pela rejeição que já passou por parte de seus pais biológicos. Destarte, uma família que posso acima das condições legais, financeiras, proporcionar amor, carinho, atenção e zelar por sua integridade física e psicológica estará mais que capacitada para receber a autorização de adotar uma criança ou um adolescente. Desta forma percebemos que não é uma exigência de uma família ser constituída através de um pai e uma mãe, que o casal sendo homoafetivo ou não o amor e o carinho serão os mesmos. O código civil brasileiro tomou como base os princípios do Direito Romano e o Estatuto da criança e do Adolescente para assegurar o instituto de adoção, tendo como objetivo que o adotado seja integra a família adotante, preenchendo todos requisitos legais para tanto. A constituição de 1988 em seu artigo 3º, inciso IV decretou a existência de um Estado Democrático de Direito, tendo sido assegurados os objetivos fundamentais de Direito, quais sejam: promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, cor, sexo, idade e qualquer outra forma de discriminação. A adoção no Brasil ainda é muito polêmico, pois a sociedade ainda possui uma consciência cultural e jurídica muito preconceituosa, na qual uma criança ser adotada por uma pessoa sozinha ou por um casal heterossexual prevalece.

Palavras-Chave: Homossexuais. Adoção. Direito. Criança. Família

Trabalho: 6366

ANÁLISE DAS CONSEQUÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS DA MONOCULTURA NO MUNICÍPIO DE FLÓRIDA PAULISTA

Flávio Luiz Fernandes dos Anjos, Jacqueline Pereira dos Santos

Curso de Tecnologia em Gestão Comercial, Adamantina; Rua Antônio Botton, 538. Flórida Paulista, SP. anjos.brasil@gmail.com, anjos.luiz@hotmail.com

Resumo: A monocultura da cana-de-açúcar se faz presente na maioria nos municípios da Nova Alta Paulista por décadas, sendo o setor de maior geração de empregos diretos e indiretos dessa região. Diante desse contexto o município de Flórida Paulista, situado na mesma região, é caracterizado pela predominância da atividade canavieira, possuía uma agroindústria que gerava cerca de 1.900 empregos diretos e indiretos. O estudo teve como objetivo geral analisar as consequências de uma crise socioeconômica da monocultura de cana-de-açúcar, no município de Flórida Paulista e identificar quais foram os principais fatores que desencadearam tal desequilíbrio. Em seus objetivos específicos, buscamos; analisar a história da cana-de-açúcar neste município; identificar os impactos econômicos da crise da unidade sucroalcooleira e efetuar um comparativo econômico com os municípios circunvizinhos, por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e literaturas específicas relacionadas à temática. No município, bem como na maioria dos municípios circunvizinhos, predomina o cultivo de lavouras canavieiras; assim, podemos perceber que o principal fator que levou ao desequilíbrio da monocultura da cana de açúcar em Flórida Paulista, foi a dependência de uma única unidade agroindustrial lá instalada, pois ela era a maior geradora de recursos diretos e indiretos para a população, sendo que tais desequilíbrios impactaram significativamente todos municípios vizinhos. Assim, constatamos que o município de Flórida Paulista desenvolveu um grande vínculo econômico com a indústria sucroalcooleira, com índices de ocupação de solo que se aproximaram de 50% de seu território. Observamos uma grande redução no produto interno bruto do município e uma inversão no ciclo de geração de empregos, com redução de mais de 70% no mesmo período em que ocorre uma crise na agroindústria, que impactou de maneira negativa direta ou indiretamente em todos *stakeholders* do município, reduzindo sua margem de crescimento em relação aos demais municípios circunvizinhos da mesma região no período analisado.

Palavras-Chave: Monocultura. Cana-de-açúcar. Indústria Sucroalcooleira

Trabalho: 6513

ÁRVORES COMO PATRIMÔNIO

Richard Gabriel Abrantes de Cares, Alexandre Teixeira de Souza

Curso de Direito, Faculdade de Presidente Epitácio; Rua Maria Rosa Jurado de Souza. Panorama, SP. richardabrantes3@gmail.com, richard.cares@sicoob.com.br

Resumo: Todo o globo busca diuturnamente, na seara ambiental, encontra soluções para reduzir a emissão de gases poluentes que causam o efeito estufa, pois eles causam efeitos negativos irreversíveis para o planeta terra. Tratando superficialmente o tema, no início deste século, em reuniões internacionais sobre o meio ambiente, foram tratados aspectos de mudanças climáticas; foi consignado que, de 2000 a 2100, em prol de um futuro seguro, a temperatura global não deveria ultrapassar 2 °C, bem como, o nível do mar não poderia subir mais que 1,5 m, e que para isso os Países deveriam, imediatamente, reduzir (drasticamente) a emissão de gases poluentes, por exemplo, o CO₂. Mirando este importante objetivo, os países (signatários da ONU) deveriam reduzir até 2020 de 25-40% suas emissões, e de 85-90% até 2.050. em comparação com os níveis do século passado, algo que parece não estar ocorrendo, tendo em vista que, segundo relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), nos aproximaremos de 1,5°C de aquecimento entre 2021 e 2040 (há uma estimativa central para o

início de 2030); ademais, até 2100 este aumento poderá, perigosamente, atingir até 4°C. Já em relação ao aumento do nível do mar esperado para este século, as projeções falam em até 10 metros, lembrando que o nível de 1,5 metros que era o esperado, foi batido antes mesmo de 2020, segundo a Organização Holandesa URGENDA. Porém, além de estimular a baixa emissão desses gases, seria interessante buscar uma forma alternativa e natural de limpar do ar os tais gases poluentes, por exemplo, o CO₂. Neste sentido, por que não usar as árvores para fazer este importante papel, já que, além de produzir oxigênio, uma de suas principais funções é absorver os gases nocivos que vivem no ar, como o monóxido de carbono, dióxido de enxofre e dióxido de azoto. Porém, como cada dia mais milhares de árvores desaparecem por ações da natureza como queimadas, ou são desmatadas vide ação humana, elas precisaram ser repostas, e uma das formas de incentivar esta reposição, contando com a ação de cidadãos comuns, é justamente se for atribuído às árvores algum valor, e as constituindo como patrimônios. Assim, as pessoas plantariam em suas propriedades, dentro ou na frente dele, em território urbano ou rural, e para resguardar sua titularidade poderia registra-las no cartório de imóveis em sua comarca, junto à matrícula de seu próprio imóvel. A título de exemplo, isto valorizaria o imóvel em uma futura venda, e mais, ainda contribuiria astronômicamente com o meio ambiente e sua manutenção, mesmo que de forma secundária, já que o interesse primário seria plantar uma árvore para tornar sua casa ou seu lote mais valioso. Porém que valor poderia ser atribuído a uma boa sombra? Custaria 10 (dez) mil reais uma árvore comum, e 20 (vinte) mil reais uma árvore com frutos comestíveis? As possibilidades seriam infinitas. Mas antes, isso teria que ganhar um capítulo da Lei 12.651 de 2021 (Novo Código Florestal), para o projeto ser efetivado.

Palavras-Chave: Mudanças Climáticas. Árvores. Patrimônio. Meio Ambiente. Preservação Ambiental

Trabalho: 6348

AS CONSEQUÊNCIAS DA IMPLANTAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA PARA AS FINANÇAS DO BRASIL

Guilherme da Costa Trentino, Reinaldo de Oliveira Nocchi

Curso de Administração, Faculdades Adamantinenses Integradas, Alameda Padre Nobrega, 805. Adamantina, SP. guilhermetrentino@outlook.com, trentinguilherme@gmail.com

Resumo: Os tributos surgiram por volta de 5000 A.C. com o fim do Império Romano e o surgimento das civilizações. (FERREIRA, 2012). Parece que reformas tributárias estão sempre na ordem do dia entre nós. A Constituição de 1988, em certa medida, redesenhou o sistema tributário nacional. (COSTA, 1994). Com o Plano Real, o conceito de custo ganhou destaque para tratar sobre o conjunto de dificuldades estruturais, burocráticas e econômicas. A estabilização da moeda e o fim da inflação, proporcionados pelo Plano Real, pegaram um país despreparado diante de uma nova e melhor realidade econômica. Profundas distorções na interpretação da legislação inadequada tornaram-se visíveis, especialmente no sistema tributário, mostrando-se desiguais, com altos custos. Desde 1995, em todos governos foram inúmeras as tentativas de reformular o modelo tributário brasileiro, todas sem sucesso. Os objetivos serão expor quais as principais consequências da implantação da reforma tributária para as finanças brasileiras. A temática se torna relevante pois servirá de apoio para futuros pesquisadores, para subsidiar o embasamento teórico-bibliográfico. A metodologia usada para o desenvolvimento foi a revisão teórico-bibliográfica, pesquisas em meios eletrônicos, com as diretrizes de tributação. É certo que, o consumidor compra um produto, parte do preço é formado pelos impostos, importantes para a manutenção dos estados e prestação de alguns serviços essenciais. Atualmente o modelo tributário brasileiro dificulta o crescimento econômico, deixando a indústria em desvantagem, com relação aos demais países, sendo assim, a produção brasileira e o investimento empresarial se tornam mais caros. Os problemas são a quantidade de tributos e a alta complexidade de regras, pois os tributos são recolhidos por órgãos diferentes, variando em estados e municípios, inclusive nas legislações. As regras tributárias, permitem inúmeras interpretações, gerando dúvidas entre governo e empresa com relação ao valor que deve ser recolhido. Todos esses fatores em conjunto, impactam em custos, transferidos para a população nacional, através de produtos e serviços. Sendo assim, a reforma tributária visa a resolução desses problemas, simplificando e substituindo todos impostos sobre o consumo, por um único imposto, conhecido como IVA tornando o nosso modelo mais eficiente, corrigindo erros e fazendo com que a economia cresça rapidamente. Outro ponto, será a transparência, a população saberá o valor de impostos nos produtos e serviços. Com a reforma o Brasil se alinhará com as práticas internacionais, fazendo com que, possamos exportar mais, fortalecendo a economia. Com base nos fatos apresentados acima, podemos supor que, as consequências serão positivas, o crescimento industrial, aumento no índice de empregabilidade, aumento na renda per capita do brasileiro, melhora na qualidade de vida, aumento na exportação e a competitividade internacional. Alguns setores serão prejudicados e outros beneficiados por ela, como o setor da indústria e da produção, que, geralmente, possuem margens mais apertadas, serão favorecidos, pois os impostos passam a incidir sobre o valor adicionado, e

não sobre as receitas. É claro que estamos trabalhando com as melhores suposições possíveis para a aprovação da reforma tributária.

Palavras-Chave: Reforma Tributária. Consequências. Exportação. Problemas

Trabalho: 6267

AS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DA ALIENAÇÃO PARENTAL

Mariele Priscila Machado, Eliana Kátia Pupim

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista; Rua Manoel Correa Bernardes, 144. Tupã, SP. 229455@fadap.br

Resumo: O presente estudo tem como objetivo compreender a causa de Síndrome de Alienação Parental (SAP) que acarreta uma série de consequências jurídicas a um dos pais. Este trabalho visa mostrar o comportamento que pode levar o responsável do infante a sofrer desde uma advertência, até mesmo uma medida mais severa, como perder a guarda legal. Será o procedimento a ser tomado pelo ofendido da alienação e as consequências jurídicas. Apesar de o trabalho ter foco na área de direito, serão abordadas as consequências psicológicas que isso pode levar ao menor, visando fundamentar as razões da decisão do juízo responsável. Para atingir tal objetivo, foi realizada uma pesquisa extensa em doutrinas renomadas, jurisprudências específicas e em documentos que abordam o tema. A SAP ou somente alienação parental, são nomenclaturas pouco conhecidas, mas muito praticadas por pais divorciados que compartilham a guarda do infante. O presente artigo possui o enfoque da área jurídica, sendo abordado o comportamento que caracteriza a síndrome de alienação parental, e de que modo isso acarreta a perda de guarda do rebento. Serão discutidas de maneira superficial as consequências psicológicas que o infante é exposto, para demonstrar a fundamentação que leva a justiça a tomar a decisão de retirar a tutela do alienante. Tal superficialidade ocorre pois o trabalho tem enfoque jurídico, não psicológico. O fundamento para coibir tal prática prejudicial à criança, decorre do princípio da proteção integral à criança e ao adolescente, presente na carta magna (art. 227), não podendo haver causas que prejudiquem a convivência e o bem-estar familiar. Neste prisma, o trabalho busca identificar as consequências jurídicas que levam o alienador a sofrer as consequências jurídicas, desde uma advertência, até a perda da guarda do menor e a fundamentação jurídica para tal ato. Para realizar tal pesquisa, que busca encontrar a caracterização e as consequências de tal prática, foram usados como fonte de pesquisa doutrinas, artigos científicos e jurisprudências.

Palavras-Chave: Alienação Parental. Consequências Jurídicas. Perda da Guarda

Trabalho: 6294

A CONTRIBUIÇÃO DAS INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS PARA A EDUCAÇÃO

Josimar Michele Costa dos Santos, Marcos Martinelli

Curso de Pedagogia, Faculdades Adamantinenses Integradas, Manoel Teixeira Junior, 2632. Pacaembu, SP. 2219@fai.com.br, josimarmichele15@gmail.com

Resumo: A teoria das inteligências múltiplas (IM) foi proposta por Howard Gardner na década de 80. A inteligência pode ser abordada por vários aspectos e os indivíduos possuem diferentes tipos de mentes, assim apresentando diferentes inteligências. A princípio, Gardner elenca e discute sete inteligências, ressaltando, contudo, que, exceto em indivíduos anormais, as inteligências sempre funcionam combinadas; são elas: Musical, Corporal-Cinestésica, Lógico-Matemática, Linguística, Espacial, Interpessoal e Intrapessoal. A proposta de Gardner, oferece ferramentas que valorizam diferentes aptidões e o saber

multidisciplinar. O objetivo desse artigo é compreender a importância das sete inteligências descritas por Gardner, bem como sugerir atividades que podem contribuir significativamente para o desenvolvimento das inteligências. A metodologia usada foi de natureza bibliográfica, fazendo o uso de livros, bem como em sites acadêmicos sobre o tema abordado. Os indivíduos aprendem de maneira diferente e o bom professor reconhece as capacidades e habilidades pessoais de cada um. A escola privilegia a inteligência linguística e lógico-matemática, deixando as demais de fora; por exemplo, um aluno que tem habilidade para dança não é corretamente valorizado ou estimulado para tal prática. Infelizmente, podemos afirmar que ainda vivemos um ensino tradicional, em que os professores priorizam a resolução de exercícios e a memorização. A teoria da IM é de suma importância para a educação, na qual devemos valorizar, respeitar e estimular nossos alunos com cada uma das inteligências, para que assim possamos obter êxito no ensino. Portanto concluímos que a proposta de Gardner trouxe muitas mudanças, inclusive no campo da educação, trazendo um novo conceito de inteligência, comprovando sua contribuição para a educação. De maneira geral, todos nós temos parcelas expressivas de cada uma das inteligências. Os professores devem estimular essas inteligências em sala, mas para isso devem receber as devidas capacitações, ou seja, formações.

Palavras-Chave: Educação. Inteligência Múltiplas. Capacidades. Habilidades

Trabalho: 6448

A CONTRIBUIÇÃO DOS MODELOS DE GESTÃO PÚBLICA PARA A GOVERNABILIDADE DO BRASIL

Cainan Batista Costa, Reinaldo de Oliveira Nocchi, Rogério Buchala

Curso de Administração, Faculdades Adamantinenses Integradas; Rua José Dantas de Figueiredo, 15. Mariápolis, SP. cainan.batista20@hotmail.com

Resumo: O Brasil passou por três etapas de revolução no modelo de gestão pública, sendo elas, a patrimonialista, burocrática e gerencial. Cada etapa teve um papel fundamental para o país, deixando assim contribuições para política e sua gestão até os nossos dias. No período do Brasil colonial, surgiu o primeiro modelo de gestão pública chamado revolução patrimonialista, essa revolução agregou uma forma de dominação tradicional que foi desenvolvida através de crenças, adquiridas por pessoas que estavam no poder do país como o Imperador. Podemos afirmar que este modelo de administração contribuiu com a ineficiência do país propagando a corrupção, clientelismo e má gestão. Com essas ineficiências, os representantes acabam com as relações públicas administrativas com privilégios pessoais, prejudicando assim, a administração pública saciando seus interesses pessoais (imperador e seus aliados) ao invés do interesses da nação (público). A Administração pública burocrática, surgiu no ano de 1936, foi instituída por Getúlio Vargas e seu principal objetivo era romper com a administração patrimonialista visando assim, o interesse da nação. A gestão burocrática surgiu como objetivo de distinguir o setor público do privado, além de estabelecer uma hierarquia rígida. Havia um órgão, o DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público), que controlava e se responsabilizava pelas decisões, acessória técnica ao presidente da república, além de elaborar propostas orçamentárias do governo. Toda essa evolução dos processos administrativos tinha como principal objetivo a eficiência administrativa. Já o modelo racional-legal, funciona através de normas, leis e regulamentos, independente das vontades pessoais dos agentes, assim, tendo como principal característica, o profissionalismo, a impessoalidade e formalismo. A administração pública gerencial, foi instituída com foco nos cidadãos e no desenvolvimento da cultura gerencial e de organizações. Atua através do estado que passa a ser orientado, predominante, através dos valores da eficiência e qualidade. Através deste modelo obteve uma redução nos níveis hierárquicos, buscando flexibilidade e descentralização de gestão. Este modelo de administração foi implementado no início da década de 90, pois a administração pública tinha como principal foco alcançar resultados de aperfeiçoamento e modernização da gestão pública. O governo Collor passou diante a um cenário de crise fiscal (hiperinflação), deparou-se com a necessidade de repensar o modelo de administração executado no país e, dado o caráter neoliberal do governo, houve um enxugamento da máquina pública e redução nos gastos públicos. Assim, houve uma extinção de cargos além de demissões de servidores públicos e um controle rígido no âmbito estatais.

Palavras-Chave: Administração Pública. Patrimonialista. Burocrática. Gerencial. Revolução

Trabalho: 6307

AS EXCLUDENTES DE ILICITUDE NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Johnatan Rufino dos Santos, André Luís Sanches, Eliana Kátia Pupim

Curso de Direito, Faculdade da Alta Paulista; Rua Rinópolis, 61. Tupã, SP. 229365@fadap.br, johnatan_bbg@hotmail.com

Resumo: O tema do artigo são as excludentes de ilicitude no ordenamento jurídico brasileiro. Especificamente, serão estudadas as polêmicas que surgem diante das espécies de excludentes de ilicitude, encontradas no código penal (artigo 23), têm gerado bastante atenção e os tipos de legítima defesa, que será abordado dentro deste contexto pontos importantes para a sociedade brasileira como um todo pós muitas pessoas não passaram por estas situações mas poderá ocorrer a qualquer momento com um de nós. Quando se trata de excludente de ilicitude já vêm vários pensamentos positivos e também negativos por se tratar de uma sanção que deixa de ser aplicada diante de alguns dos vários tipos de crimes, que o Código Penal trás escrito suas sanção e qual seria o tipo de crime cometido. Diante de tantas dúvidas através de um tema que gera impactos irreversíveis na vida de vítimas e de infratores, será que as novas alterações poderiam ajudar a ter menos erros na hora de aplicação da sanção penal, ou possibilitaria mais ainda o excesso de força bruta no momento em que pelas circunstâncias a vítima da agressão injusta ou um terceiro que esteja presente diante de tal fato, resolveria com a última opção que é más cruel cessando uma vida por saber que depois não haveria consequência por alegar a legítima defesa que está presente no nosso código penal. Este artigo apresenta uma investigação científica com a finalidade de esclarecer a real necessidade de agir com violência o agente que cometeu um ato ilícito previsto em lei e que ao mesmo tempo está autorizado, identificando assim qual o procedimento tomado nas delegacias de polícia da capital na lavratura de flagrantes mesmo estando presente alguma das excludentes de ilicitude bem como verificar junto ao judiciário com que frequência o magistrado analisa processos contendo a referida temática. A metodologia adotada neste artigo será bibliográfica e crítico dialética, na medida em que não se atará apenas a reprodução legislativa, doutrinária e jurisprudencial, para mostrar a importância desse tema abordado que não é muito falado em jornais ou nos meios de comunicação. Alguns artigos também foram usados para uma boa compreensão do tema, foi feito o levantamento nas bases de dados no site da SciELO, portal periódico da Capes. Os materiais selecionados contarão com livros e artigos científicos, leis para haver uma grande compreensão do tema abordado. O objetivo do tema é mostrar a importância da lei quando ela é sancionada e começa a fazer efeito sobre a população brasileira. Infelizmente, acabam sendo ignorados pontos que podem afetar a vida de pessoas inocentes e de pessoas que, devido às excludentes de ilicitude, abusam do excesso quando não há ninguém olhando ou filmado; assim, o objetivo deste artigo foi lembrar a importância de colocar na balança e ver qual a melhor opção a tomar no calor do momento para que arrependimentos e consequências não venham causar efeito sobre a vida.

Palavras-Chave: Excludentes. Ilicitudes. Legítima Defesa. Antijuridicidade. Excesso de Violência

Trabalho: 6343

ASPECTOS HISTÓRICOS DO MÉTODO CLÍNICO INTERPRETATIVO DE MELANIE KLEIN

Beatriz Dias Correia, Iúri Yrving Müller da Silva, Jorge Luís Ferreira Abrão

Curso de Psicologia, Faculdade de Direito da Alta Paulista; Rua Vereador Antonio Ribeiro, 74. Quintana, SP. 229434@fadap.br, beatrizdiasc@gmail.com

Resumo: Este resumo tem o objetivo de apresentar alguns aspectos históricos do método clínico interpretativo de Melanie Klein com crianças. Para atender tal objetivo, foram consultados na obra da autora, seguindo uma ordem cronológica, textos em que ela aborda o assunto e escritos de autores que escreveram sobre ela. Após levantamento bibliográfico, realizamos a leitura atenta do material selecionado. Os resultados da leitura indicam que o caso Dick (KLEIN, 1960) apresenta a forma que a autora interpretava as fantasias inconscientes por meio da técnica do brincar. Klein sustentou, desde seus primeiros trabalhos, em 1921 (KLEIN, 1921), o alcance terapêutico de sua forma de interpretar. Considerada uma das fundadoras da psicanálise com

crianças, observou que as interpretações deveriam ser dadas desde o início do tratamento (KLEIN, 1955). Klein reconhecia que a criança desde o nascimento, estabelecia relações de objetos, através de um ego primitivo, o que possibilitaria uma relação transferencial com o psicanalista. Esse pressuposto, foi importante para a criação e consolidação da psicanálise infantil, e para o uso das interpretações precoces, principalmente quando apareciam sinais de uma transferência negativa. A autora não a avaliava, como resistência, mas sim como algo que deveria ser analisado, isto é, que fosse reconhecida e interpretada, assim como a transferência positiva, o que permitiria o estabelecimento de uma genuína situação analítica (KLEIN, 1927). Assim, considerou a interpretação como um pré-requisito propiciador do vínculo analítico. A razão disso, segundo Klein, está na capacidade de interpretar e desmobilizar as defesas e, assim, dar abertura ao inconsciente e ao livre jogo entre amor e ódio que domina as relações de objeto iniciais. Quando a análise já começou e uma certa quantidade de ansiedade, foi resolvida no pequeno paciente por meio de interpretações, a sensação de alívio que ele experimenta como consequência disso, com frequência já após algumas sessões, o ajudará a prosseguir o trabalho (SEGAL, 1975). Outro aspecto peculiar do estilo interpretativo de Klein (1932) é a linguagem usada para se comunicar com a criança, marcada por referências a objetos parciais e a termos anatômicos e fisiológicos. Klein estava convencida de que a linguagem que empregava era compatível com as fantasias inconscientes da criança e, também, que em todo infante, assim como em todo adulto, apesar de toda a resistência e das defesas, há anseio e prazer pela verdade (SIMON, 1986). Este pressuposto kleiniano no valor curativo da verdade acabava sendo reforçada pelo fato das crianças progredirem durante o tratamento. Porém, mesmo captando com prontidão as fantasias da criança, Klein, não descartava a prudência. Usualmente, não interpretava o material até ele ter sido expresso em várias representações (KLEIN, 1930), ou seja, até ter-se repetido em diferentes contextos e brincadeiras. Dessa forma, podemos concluir que nos trabalhos consultados, a autora apresentava uma sólida argumentação a favor do recurso interpretativo na análise de crianças, usando uma notada linguagem arcaica para comunicar suas interpretações.

Palavras-Chave: Psicanálise com Crianças. Método Clínico Interpretativo. Melanie Klein

Trabalho: 6347

ASPECTOS LEGAIS DA ADOÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

Amanda Silva Pardo Soares, Eliana Kátia Pupim

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista; Rua São João, 200. Tupã, SP. 229379@fadap.br, amandapardosoares@icloud.com

Resumo: Este texto se debruça sobre o tema Adoção, o qual tem como isento principal a inserção de uma criança em uma unidade familiar quando a família biológica não tem condições de atender suas necessidades básicas, fundamentais para seu desenvolvimento. Tem como objetivo apresentar a cultura da prática da adoção no Brasil, trazendo as mudanças que ocorreram no decorrer da história humana, além de demonstrar critérios para que se consiga realizar a adoção, para informar aos leitores que se interessem pelo assunto, quais são os métodos usados em cada processo e quais características são esperadas nos adotantes. Ainda, trará o assunto da nova Lei, suscitando quais são os avanços e retrocessos no devido processo de adoção, para que se consiga analisar o pensamento do legislador e da própria sociedade. Devido a isto, terá como início os processos que devem ser realizados para que se consiga a adoção e as burocracias envolvidas, além da importância de cada processo e principais leis relacionadas à adoção de crianças e adolescentes. Por conseguinte, será abordado quais características que os candidatos devem apresentar e como é realizada a adoção por casais homoafetivos. E por último, irá se finalizar com as dificuldades enfrentadas no Brasil por casais que desejam realizar o processo de adoção. Para lograr o objetivo, será usado o método de pesquisa qualitativa, buscando alcançar o resultado almejado através de pesquisa bibliográfica, valendo-se de doutrinas, livros jurídicos, jurisprudências e análise do Código Civil e do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Palavras-Chave: Legislação. Código Civil. Estatuto da Criança e do Adolescente. Aspectos Legais. Burocracia

Trabalho: 6262

ATUAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL NOS CRIMES DE CORRUPÇÃO NO BRASIL

Vinícius Ferreira Rosa, Eliana Kátia Pupim

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista; Rua Melvin Jones, 201. Tupã, SP. viniciusferreira@agapetupa.com.br

Resumo: O presente artigo pretende estudar os crimes de corrupção e como se dá a atuação da Polícia Federal nesses crimes. A corrupção nada mais é do que um comportamento em desacordo com a legalidade e a moral, não necessariamente fins criminosos. Neste artigo o foco será na questão dos crimes. A Polícia Federal é uma instituição Policial de Estado que também atua na investigação desses crimes e por isso também é alvo deste artigo. A corrupção está entre os homens há tempos, seja ela em meios lícitos ou ilícitos, mas sempre contra a moral da sociedade, desde a criança que furou a fila da merenda até o político em esquemas escusos e lavagem de dinheiro. Ambas são formas de corrupção, uma ilícita e a outra não, ou seja, não adianta o cidadão reclamar da corrupção, se ele é corrupto, mesmo que seja apenas em uma fila de lotérica, por exemplo, que ele fura tornando-se corrupto também. Obviamente, não no mesmo grau de um político que desvia milhões da educação ou da saúde. A Polícia Federal existe desde 28 de março de 1944, atuando na área de segurança pública, preservando a ordem pública, protegendo os bens e interesses da União, atua nas fronteiras, no combate ao tráfico de entorpecentes e o contrabando e descaminho, investiga roubos e furtos em agências bancárias cuja administração esteja ligada a União, entre outras tantas funções, e é claro, atua no combate a corrupção, sendo ela a responsável pela investigação e prisão de políticos ou servidores públicos federais. Embora seja amplo e relevante o leque de atuação desta instituição, o presente estudo pretende compreender especificamente a atuação da Polícia Federal no combate aos crimes de corrupção. A metodologia adotada para o desenvolvimento do tema proposto tem como base a pesquisa bibliográfica em bases de dados científicos com reconhecimento nacional: SciELO, Portal de Periódicos CAPES, biblioteca eletrônica Minha Biblioteca, e bases de dados institucionais especializadas em jurisprudência.

Palavras-Chave: Polícia Federal. Corrupção. Atuação

Trabalho: 6285

BRASIL: SUA DEPENDÊNCIA DO AGRONEGÓCIO NA ECONOMIA BRASILEIRA.

Adriel Ramalho de Rezende, Fernanda Yamauchi

Curso de Ciências Contábeis, Faculdade de Ciências Contábeis e Administração de Tupã; Rua João Macanhã, 45. Herculândia, SP. dri.re.ar@gmail.com, adr.ra_re@hotmail.com

Resumo: Na pesquisa realizada, ressaltamos a relação contínua entre o predomínio da prática da agricultura e o crescimento econômico estabelecido no Brasil desde sua origem até os dias atuais, do qual, como consequência, as vertentes apresentadas como a evolução da tecnologia maquinaria e agrícola, que representam de forma sinuosa o aumento da produtividade no país, também, a relação ao mercado exportador sendo uma das principais vertentes do consumo da agricultura brasileira e o crescente aumento de empregos ligados à agricultura que ajudaram e fortaleceram a sociedade a crescer economicamente estável, que de certa forma, ajudaram e facilitaram que o país conseguisse ser um país subdesenvolvido e com economia forte e sustentável para que se estabelecesse como uma grande potência na área de comercialização industrial. Vale lembrar que foram de real importância os fatores apresentados para o crescimento econômico, sendo, de certo modo, os fatores que mais influenciaram o crescimento do PIB brasileiro e crescimento econômico, fazendo assim que o Brasil tivesse sua relação e dependência pelo meio do agronegócio para buscar sua evolução, seja na economia, ou até mesmo em uma sociedade em si. Neste sentido, o projeto buscou evidenciar e apresentar os impactos positivos que o agronegócio trouxe ao Brasil, ressaltando algumas de suas contribuições para a sociedade e para nossa economia, mostrando aos brasileiros qual é a importância do agronegócio em nossas vidas, e o que ela fez para nós e que poderá trazer em um futuro próximo.

Palavras-Chave: Agricultura. Economia. Crescimento

Trabalho: 6387

CENTRALIZAÇÃO X DESCENTRALIZAÇÃO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA GESTÃO DO SUS NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL

Ana Paula Aguiar Barbosa, Reinaldo de Oliveira Nocchi

Curso de Administração de Empresas, Centro Universitário de Adamantina; Rua São Sebastião, 631. Mariápolis, SP. 418@fai.com.br

Resumo: O sistema público de saúde centralizado, apresentava, até o surgimento do sistema unificado de saúde (SUS), um funcionamento muito restrito. Atendia apenas contribuintes da Previdência Social. A maior parte da população não tinha condições financeiras e dependiam da caridade e da filantropia, não existia a democratização quanto ao atendimento. O objetivo do presente trabalho é evidenciar as diferenças entre esses dois modelos de gestão da saúde. O conceito de saúde era limitado, segundo informações do ministério da saúde, em média trinta milhões de pessoas tinham acesso aos serviços hospitalares. O SUS, foi instituído em 1988 pela Constituição Federal do Brasil, passando a ser descentralizado, de forma integrada entre União, Estados e Municípios, onde o poder e a responsabilidade sobre o setor foram distribuídos entre os três níveis de governo, para uma prestação de serviços com mais eficiência e qualidade e também a fiscalização e o controle por parte da sociedade. É uma conquista para a sociedade brasileira, pois foi criado para superar as desigualdades na assistência à saúde da população, tornando obrigatório e gratuito o atendimento a todos indivíduos, mesmo aqueles que querem pagar plano de saúde não perde o direito no sistema unificado de saúde. Porém, os recursos direcionados, para o sistema são insuficientes, muitas vezes escassos, frente à necessidade dos atendimentos na emergência, para capacitação do quadro de profissionais, muitas vezes desqualificados, o suprimento adequado de medicamentos, frente também à falta de leitos. O sistema é muito burocrático e tem má administração financeira, sofrendo interferência política e sujeito a processos de corrupção. Em cidades com poucos habitantes, alguns serviços médicos geralmente não estão disponíveis. Além disso, os atendimentos consomem muito tempo por conta da fila de espera; para fazer exames é necessário aguardar o encaminhamento para outras cidades onde obtém acesso a aparelhos para realizá-los. Mesmo que a situação seja urgente, a população segue aguardando pelo atendimento que, muitas vezes se arrasta por anos. A metodologia adotada, para elaboração do trabalho, foi a revisão bibliográfica, suportada por levantamento de informações, através de livros, sites especializados, entre outros documentos. Portanto, concluímos que o processo de descentralização não garante, por si só, que todos municípios realizem uma gestão eficaz. Por mais que o sistema seja para todos, o SUS não está preparado para atender a população de forma satisfatória, pois houve uma ampliação muito grande no público atendido, pelo SUS, desde que a atual constituição o reconheceu como de atendimento universal, gerando ao longo do tempo, sem novas inversões financeiras, o sucateamento de suas estruturas e a perda de sua efetividade, como órgão de referência da saúde mundial.

Palavras-Chave: SUS. Centralização. Descentralização. Gestão. População

Trabalho: 6258

CLÁUSULAS ABUSIVAS NOS CONTRATOS DE ADESÃO

Amanda Silva Rocha Macedo, Eliana Kátia Pupim

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista; Rua Yoko Ito, 225. Bastos, SP. amandasilva1363@gmail.com, amandika_silva12@hotmail.com

Resumo: O Código de Defesa do Consumidor (CDC) visa proteger os direitos individuais e coletivos dos consumidores como podemos compreender por meio da Lei 8.078/90. O presente trabalho abordará os direitos dos consumidores, em especial as

cláusulas abusivas nos contratos de adesão celebrados nas relações de consumo, onde só uma das partes tem hegemonia sobre o conteúdo do contrato, sendo a outra parte obrigada a ser submissa à condição imposta. Visando deixar as relações jurídicas de consumo mais eficazes e seguras, com base no art. 5º, XXXII, da Constituição, regularizando as relações consumeristas por meio de outras normas contidas no CDC, e em conformidade com princípios que possibilitam a utilização de outras ramificações do Direito em uma relação de consumo. Assim, o presente estudo é necessário para que, com embasamento aprofundado o profissional possa orientar os consumidores para que tenham acesso pleno a seu direito, visando diminuir os possíveis golpes sofridos por consumidores que não têm conhecimento de tais direitos e, com esse conhecimento adquirido, reduzir as cláusulas abusivas, pois o consumidor não concordando com tal cláusula possa enxergar uma possibilidade de não realizar o contrato e procurar outros meios de satisfazer sua demanda. Para que essa proposta seja possível, é necessário apresentar o conceito de relação jurídica de consumo, sendo necessário também conceituar o contrato de adesão e por fim apontar as cláusulas abusivas. A metodologia escolhida para o desenvolvimento do estudo será a pesquisa bibliográfica em bases de dados científicas com reconhecimento nacional a saber: Scielo, Portal de Periódicos CAPES, biblioteca eletrônica Minha Biblioteca, e bases de dados institucionais especializadas em jurisprudências. Como complemento da metodologia, serão apresentados exemplos de contratos de adesão com cláusulas abusivas, e como elas são inseridas em tais contratos.

Palavras-Chave: Contrato de Adesão. Consumidor. Cláusulas Abusivas. Código de Defesa do Consumidor. Contrato

Trabalho: 6401

COMO O PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE É AFETADO PELO PROCESSO DIGITAL NO BRASIL

Gabriel Romero Gouvêa, Eliana Kátia Pupim, João José Pinto

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista, Alameda Cardiff, 625. Tupã, SP. gbrgouvea@gmail.com, gabriswiming@gmail.com

Resumo: Para realização dessa pesquisa foram usadas consultas bibliográficas, que foram pautadas no método dedutivo, pelo meio da qual o presente estudo procura identificar os efeitos que a introdução do sistema de processo digital no Brasil causou ao princípio fundamental da publicidade. Foram usados também diversos artigos científicos encontrados no portal de periódicos CAPES e SCIELO, bem como aqueles encontrados no GOOGLE acadêmico. Os princípios fundamentais do Direito, são diretrizes, guias, que norteiam os atos jurídicos, e como estes interagem com a realidade e com casos concretos. Dentro do Brasil, existem diversos princípios basilares, os quais em sua maioria estão dispostos na Constituição Federal de 1988, dentre estes, existem os princípios que dizem respeito a administração pública e como as instituições que a compõe devem proceder. Entre estes, há o princípio da publicidade, que explicita o dever de a administração pública tornar público e possibilitar a maior exposição possível de seus atos, de forma que a população fiscalize os atos públicos; por sua vez, este princípio é aplicável no âmbito jurídico, onde é ainda mais importante, pois as decisões proferidas dentro de procedimentos jurídicos afetam a sociedade como um todo. O grande questionamento surgiu com o advento do processo digital, que possibilitou talvez uma maior agilidade, e celeridade aos processos, contudo restringiu sua publicidade, o que por si só prejudica a solenidade do procedimento judicial. Dessa forma, o objetivo deste estudo, é estudar de forma objetiva os efeitos que a adoção do processo digital trouxe ao princípio da publicidade.

Palavras-Chave: Princípios Fundamentais. Publicidade. Administração Pública. Processo Digital. Acessibilidade

Trabalho: 6405

COMPLIANCE TRABALHISTA: INSTRUMENTO PREVENTIVO PARA SEGURANÇA JURÍDICA E LUCROS NAS EMPRESAS

Andressa Cristina Novais Takano, Eliana Kátia Pupim

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista; Rua Dom Pedro I, 71. Bastos, SP. adressatakano@hotmail.com, 221392@fadap.br

Resumo: O presente artigo tem como objetivo abordar o *compliance* trabalhista como uma ferramenta preventiva de lides, estabelecendo maior segurança jurídica, capacitando as empresas nas tomadas de decisões, de modo a dirimir e reduzir despesas com ações trabalhistas, fazendo com que a imagem da empresa agregue ainda mais valor perante seus colaboradores, empregados, funcionários, stakeholders e o mercado globalizado na qual estão inseridas. A falta de informação ou mesmo o descaso no que se refere às questões legais trabalhistas, fomentado pelas empresas, provocam uma série de dificuldades, como passivo trabalhista considerável prejudicando, dessa forma, a preservação dos direitos dos trabalhadores, podendo haver repercussão no setor da qual fazem parte, ficando marginalizados perante a visão dos investidores e da sociedade global, resultando na diminuição dos lucros das empresas, dificultando a expansão dos negócios, acarretando desempregos o que reflete de forma negativa na economia do país e na judicialização trabalhista. Esse artigo busca analisar conceitos do *compliance* trabalhista, sua aplicabilidade e benefícios. O método usado nesse estudo será da pesquisa bibliográfica e exploratória, baseada na consulta de livros, revistas, e artigos científicos relacionados ao tema por meio do Portal de Periódicos da CAPES e SciELO. Com a aplicação do *compliance* trabalhista, as empresas podem melhorar sua cultura organizacional, mitigar ou eliminar as lides trabalhistas, agregando valor a sua imagem no mercado, tendo maior segurança jurídica, mais estabilidade para tomada de decisões, garantindo os direitos dos trabalhadores, atraindo funcionários com alto desempenho, fornecedores e investidores éticos, tornando-se empresas sustentáveis, transparentes, íntegras, lucrativas e juridicamente corretas.

Palavras-Chave: *Compliance*. Trabalhista. Segurança. Imagem. Lucros

Trabalho: 6519

COMUNICAÇÃO PÚBLICA DESTINADA À POPULAÇÃO DAS ÁREAS RURAIS: PROPOSTA DE PLANO DE COMUNICAÇÃO PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE LOURDES, SP

Luiz Eduardo da Costa Barboza, Lilian Pacchioni Pereira de Sousa

Curso de Comunicação Social, Publicidade e Propaganda, Centro Universitário Católica Unisalesiano Auxilium; Rua João Serafim da Silva Filho, 434. Lourdes, SP. luizcomunicacaopref@hotmail.com, luizcientifico@hotmail.com

Resumo: Nesse estudo, destacamos a comunicação pública como um importante instrumento para a democratização da informação, a qual constitui uma atividade desenvolvida por comunicadores sociais, especialmente, relações públicas, publicitários e jornalistas, para fins de assessoria de imprensa e de comunicação para órgãos públicos. Nessa perspectiva, o trabalho terá dois focos norteadores: um abordará os conceitos atribuídos à comunicação rural e a comunicação pública, para compreender como se dá o processo de criação de meios diretos de comunicação com a sociedade civil, permitindo que esta participe ativamente das políticas públicas municipais, engrandecendo o papel de cada um como cidadão; além disso, a criação de um plano de comunicação, com base na estrutura sugerida pela autora Marcélia Lupetti contendo os seguintes itens: Missão, Visão, Análise Ambiental, Diagnóstico, Objetivos, Posicionamento, Seleção dos Públicos, Ações e Cronograma. A elaboração do plano se baseará nos dados obtidos por meio de um estudo descritivo de caráter quantitativo. Será aplicado um questionário, por meio do Sistema Google Forms, contendo 7 (sete) perguntas fechadas para 30 municípios da cidade de Lourdes, SP, com critério por faixa etária e demografia. Esperamos que esse estudo colabore para a compreensão dos conceitos abordados de comunicação pública e rural, destacando a importância que os meios de comunicação tanto tradicionais, quanto digitais, têm no cotidiano do público a ser estudado, que pertencem a geração baby boomer, e que segundo autores citados no trabalho, buscam por realizações pessoais e familiares, e possui aversão à grandes mudanças, como as trazidas pelos novos meios de comunicação.

Palavras-Chave: Comunicação Pública. Comunicação Rural. Municípios Pequenos. Políticas Públicas. Mídias

Trabalho: 6295

CONSENTIMENTO NA LGPD: LEI 13.709 SANCIONADA EM 14 DE AGOSTO DE 2018 ENTROU EM VIGOR EM 18 DE SETEMBRO DE 2020

Marcos Antonio Micheloti, Eliana Kátia Pupim, Lucas Renato Giroto

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista, Rua Timbiras, 345. Tupã, SP. mamicheloti@hotmail.com, mamicheloti@gmail.com

Resumo: O objetivo desse artigo é compreender como a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) poderá garantir efetivamente a privacidade dos dados dos titulares. A nova Lei impacta diretamente as relações de trabalho; por isso, procedimentos internos deverão ser adaptados às novas regras e, para tanto, reavaliar contratos, analisar seus recursos de segurança e informações, investir em soluções para evitar sanções administrativas e legais. A escolha da metodologia aplicada para a apropriação do tema estudado será de pesquisa bibliográfica e exploratória, sendo que a pesquisa bibliográfica será elaborada em bases de dados disponibilizadas pela FADAP-FAP e bases de dados governamentais. Consentimento, se não é necessário, não há sentido em exigí-lo. O tratamento de dados pelo empregador deve ser restrito às bases legais e, quando de fato necessitar e a lei não dispuser, mediante consentimento será tratado de forma específica e destacada para finalidades específicas. Vivemos uma nova realidade em nossa moderna sociedade baseada na informação e o compartilhamento de dados pessoais é o maior foco em valor ainda inestimável e certamente bem percebido pelas empresas em geral. Os direitos individuais, especialmente o direito de privacidade, bem como os direitos econômicos, colocaram o poder público a positivar uma Lei de modo a regulamentar essa exploração econômica e proteger esses dados. A lei brasileira é fruto da legislação europeia GDPR (regulamento geral da proteção de dados), e surgiu para equiparar as normas protetivas da União Europeia e do Brasil para evitar sanções consideráveis nas operações comerciais. Esse artigo visa tratar do CONSENTIMENTO na LGPD, que regulamenta a autorização e compartilhamento de dados de pessoas em determinados casos legais de dados do titular e ainda bem como as exceções específicas nos casos quando a lei não dispuser sobre o tema, considerando ainda os princípios e a boa-fé.

Palavras-Chave: LGPD. Consentimento. Tratamento. Compartilhamento. Dados

Trabalho: 6424

CONTOS DE FADAS: SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Isabela Rodrigues Corvelloni

Curso de Pedagogia, Centro Universitário de Adamantina; Av. 15 de Novembro, 1220. Flórida Paulista, SP. 51219@fai.com.br, isabelacorvelloni099@gmail.com

Resumo: Os contos de fadas são histórias populares, nas quais vêm ao longo das gerações sendo narrados através da tradição oral ou por textos. É uma ferramenta de grande relevância para explorar e compreender o mundo. As crianças são incentivadas a superar obstáculos da vida através do mundo mágico e da imaginação apresentada dentro das historinhas. O objetivo deste artigo é apresentar a dimensão pedagógica que esses textos literários favorecem para a formação da criança no contexto da Educação Infantil. Metodologicamente foi usada a pesquisa bibliográfica para esta revisão da literatura com base em pesquisas qualitativas, em que buscou conhecer o papel da literatura infantil no desenvolvimento da criança na educação infantil, o contexto histórico dos contos de fadas e os benefícios de se conta-los em sala de aula, trazendo informações fundamentadas a partir de um levantamento em estudos bibliográficos sobre a temática. Desde a mais tenra idade, a leitura é algo que deve transmitir significado e ser praticada com vitalidade para estimular as crianças a participarem ativamente em seu desenvolvimento integral. A literatura infantil visa promover um progresso significativo na mentalidade das crianças e fornecer entretenimento enriquecedor para seu bem estar, emoções e sentimentos referentes ao enfrentamento de confrontos, impostos pela sociedade. Portanto, os contos de fadas são de extrema importância por serem fontes de informação, cultura e

valores, tendo um papel importante na formação social, afetiva e cognitiva, motivando-os a aprender por meio de momentos lúdicos na primeira etapa da educação básica a cultivar a criticidade e a reflexão.

Palavras-Chave: Contos de Fadas. Desenvolvimento da Criança. Literatura Infantil. Educação Infantil

Trabalho: 6515

CONTROLE DE FLUXO DE CAIXA: FERRAMENTA DE GESTÃO INDISPENSÁVEL NO CONTROLE DAS FINANÇAS DAS EMPRESAS. O CASO DOMA PRODUTOS AGROPECUÁRIOS EIRELI

Mateus Henrique dos Santos Rocha, Evandro Jardim dos Santos

Curso de Tecnologia em Gestão Comercial, Adamantina; Rua Santiago Dantas. Adamantina, SP. mateus.rocha5@fatec.sp.gov.br

Resumo: O número de pessoas que buscam um empreendimento próprio está aumentando cada vez mais. Mas os empreendedores precisam estar cientes de que abrir uma empresa é muito sério, e demanda planejamento e uma boa organização financeira. Por esse motivo, o artigo em questão, trata do fluxo de caixa, buscando mostrar o funcionamento dessa ferramenta dentro da empresa escolhida para que a pesquisa fosse efetivada. O artigo busca demonstrar a importância do uso do fluxo de caixa na administração das empresas, pois, esta ferramenta traz inúmeros benefícios para a instituição, principalmente pelo fato de sua utilização ser feita de maneira muito fácil e intuitiva, garantindo o controle financeiro. Por meio do fluxo de caixa, o proprietário consegue ter ciência de todo capital que entra e sai do caixa, e dessa forma as decisões tomadas conseguem ser mais assertivas, diminuindo os riscos significativamente. A pesquisa é pertinente pois a contabilidade da empresa deve acontecer de maneira eficiente, para que ela esteja sempre em crescimento, e o fluxo de caixa é a principal ferramenta para que essa contabilidade seja efetivada. Para o enriquecimento do artigo, foi realizada inicialmente uma revisão bibliográfica e, após uma pesquisa de campo, realizada em uma empresa localizada em Adamantina, onde foi possível ter acesso a planilhas, *softwares* de gestão da empresa, além de uma entrevista com os proprietários. As junções desses dados serviram para demonstrar a importância do uso do fluxo de caixa, e o quanto essa ferramenta auxilia na gestão financeira da empresa, pois a empresa em questão faz uso dessa ferramenta para realizar o controle financeiro da instituição.

Palavras-Chave: Ferramenta. Fluxo de Caixa. Administração. Contabilidade. Gestão Empresarial

Trabalho: 6494

A COVID-19 E SEUS REFLEXOS NAS PENITENCIÁRIAS BRASILEIRAS

Mainá Marisa de Araujo, André Luís Sanches, Eliana Kátia Pupim

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista; Rua Garça, 405. Tupã, SP. maiharaju4@gmail.com, 229424@fadap.br

Resumo: O objetivo do presente estudo é discorrer sobre a pandemia proveniente do coronavírus e como a situação de vulnerabilidade existente nas penitenciárias brasileiras fez com que a contaminação do novo corona vírus se instalasse dentro dos presídios. A doença ainda pouco conhecida trouxe ainda mais dificuldades ao sistema penitenciário brasileiro, que já sofria com problemas conhecidos, porém não solucionados. A pandemia da covid-19, mostrou que a sociedade e o Estado não têm se preocupado com a intensidade necessária, com a integridade do preso e isso resulta em resultados alarmantes. Será exposto no artigo, a necessidade de se observar e conceder ao sentenciado, o princípio garantido a todos constitucionalmente, a dignidade da pessoa humana. Com base no exposto, nos aprofundaremos sobre a situação antiga de superlotação e como isso facilitou no alto índice de contágio do corona vírus; será exposto ainda, doenças já previamente conhecidas e que possui

também um nível alarmante de contágio, podendo até mesmo ser classificado como uma epidemia dentro dos estabelecimentos prisionais. Também analisaremos a situação do sistema judiciário, mais especificamente no que tange a execução criminal. Analisaremos qual tem sido o posicionamento das VECs e como a pandemia também afetou o trabalho dos servidores do judiciário e no que isso reflete nos presídios. Veremos quais medidas estão sendo adotadas para evitar o alto nível de contágio e as graves consequências que a doença já vem causando e como impedir que ela avance dentro do sistema penitenciário e se tais medidas podem sanar o real problema enraizado no sistema prisional.

Palavras-Chave: Corona Vírus. Penitenciárias. Sistema Prisional. Contágio. Superlotação

Trabalho: 6403

CRIMES CIBERNÉTICOS E SEU ATUAL CENÁRIO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Giovana Rafaela Matos, Eliana Kátia Pupim

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista; Rua João Capioto, 150. Tupã, SP. meufhf2@gmail.com

Resumo: O presente estudo se debruça sobre os crimes cibernéticos. Atualmente a utilização dos meios digitais, internet, e recursos tecnológicos vêm tomando conta do dia a dia das pessoas sejam essas para buscar conhecimento, propiciar relações comerciais, conhecer pessoas, investir no mercado financeiro entre diversas outras variedades de mecanismos digitais. Diante disso, a tecnologia traz inúmeros privilégios e recursos benéficos indispensáveis, porém pode apresentar diversos perigos e ameaças, podendo promover prejuízos para as vítimas. O acontecimento desses crimes cibernéticos vem a cada dia apresentando um avançado crescimento, seja pelo aumento dos números de utilizadores das redes, pela vulnerabilidade que existe nesse meio ou muitas vezes pela falta de atenção da pessoa que usa os meios tecnológicos. A tecnologia já está naturalmente presente na vida da maioria das pessoas de várias formas, inserindo-nos na "Sociedade da Informação" (uma sociedade pós-industrial, caracterizada por uma aguda e intensa revolução tecnológica, que acarretou um conceito novo de vida, transformando as relações sociais, atividade cotidianas etc.). Estamos vivendo na era da informação, que é um momento marcado pela hiperconexão e coleta constante de uma enorme quantidade de dados, que pode ser chamada de *big data*. Diante desses dados, estão os dados pessoais de milhares de pessoas que são regulamentados pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), sendo essa lei válida tanto para pessoas físicas como jurídicas, adequando-se principalmente para que empresas e órgãos públicos sejam mais verazes e incumbidos no manejo de dados alheios. O estudo visa dar um enfoque no aumento de crimes praticados no mundo cibernético, especificamente no meio virtual, onde eles têm se apresentado com grande incidência da criminalidade, de modo que o desconhecimento de alguns se transforma no poder e lucro de outros. Assim, o objetivo do trabalho é questionar: Quais os crimes virtuais mais frequentes no Brasil? E quais as normas usadas para proteger os usuários de tais crimes? Existem inúmeros tipos de crimes cibernéticos, porém, alguns se tornaram mais comuns entre os criminosos por serem mais fáceis de atrair vítimas sendo estes o golpe do cartão de crédito ou boleto bancário, links compartilhados no *WhatsApp*, promoções falsas etc. Após casos muito frequentes, surgiu a Lei 12.737/2012, também conhecida como Lei Carolina Dieckmann, que tipifica crimes ocorridos no ambiente cibernético, como invasão de computadores, produção e disseminação de códigos maliciosos, clonagem de cartões e falsificação de documentos. O cibercrime é um tema atual, podendo-se notar um aumento notável no cotidiano dos usuários; através desse artigo buscamos mostrar aos leitores os cuidados e direitos que cada um tem sobre o uso da *internet*, tendo como objetivo proteger os dados pessoais e prevenir os usuários de cair em golpes na *internet*. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica, buscando em bases de dados nacionais as leis e normas existentes no Brasil, artigos de periódicos relacionados ao tema e métodos dedutivos.

Palavras-Chave: Crime Cibernético. Segurança Cibernética. *Cybercrimes*. Crimes na Internet. Ciberespaço.

Trabalho: 6310

CRIMES TRIBUTÁRIOS

Isabela Carvalho de Oliveira, Eliana Kátia Pupim

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista; Rua Bororós, 1285. Tupã, SP. isacaroli@hotmail.com, 229531@fadap.br

Resumo: Este artigo teve o objeto de identificar como os crimes de sonegação fiscal vêm ganhando grande proporção no Brasil, onde empresas e políticos estão envolvidos, com um esquema elaborado, omitindo informações sobre seus rendimentos onde apenas uma parte do faturamento é declarada e a outra parcela é omitida illicitamente. Este trabalho contribui para os estudos dos fatores que influenciam a sonegação fiscal, e como seus efeitos refletem na vida dos brasileiros. A metodologia aplicada foi uma pesquisa, na qual se analisaram informações de diversos sites como da Receita Federal. São bilhões sonegados em todo o país, mostrando que a sonegação tributária desvia muito mais recursos que a própria corrupção. Em média o Brasil está perdendo com a sonegação de impostos desde janeiro de 2021 até início de setembro, 421 bilhões de reais. A cada minuto o Brasil perde 192 mil reais com a sonegação de impostos, significando 2 mil reais por habitante. A venda de produtos sem nota fiscal está cada vez mais frequente, principalmente para os grandes empresários que não declaram toda sua fortuna. Até mesmo a compra de notas fiscais é uma atitude que vem ganhando força nos últimos períodos. Resultando em um crescimento patrimonial incompatível dos sócios e em uma distribuição de lucro disfarçada para os sócios, o que demora algum tempo para se identificar essa postura. Até mesmo empresas idôneas podem ser ver nessa situação pois há muita burocracia. Por fim, o estudo tem o objetivo de conscientizar sobre a importância da correta arrecadação tributária, pois quando o Brasil perde quem paga somos nós.

Palavras-Chave: Sonegação. Tributação. Crimes Fiscais. Corrupção. População

Trabalho: 6514

DA CONCESSÃO DA TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA NAS RELAÇÕES DE CONSUMO

Maria Eduarda de Melo Souza Batista, Lívia Maria Macagnan Ciciliati, Eliana Kátia Pupim

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista; Rua Aleixo Correa Neto, 75. Tupã, SP. maria.melobatista24@gmail.com, mariaeduarda@ramosfernandez.br

Resumo: o presente artigo propõe discutir e achar soluções mais adequadas para os consumidores referente a concessão da tutela de urgência. Como já sabemos os requisitos necessários para conseguir a antecipação dos efeitos da sentença são a probabilidade de direito e perigo de demora ou risco ao resultado útil do processo. Contudo a concessão da tutela de urgência está se tornando algo com muitos obstáculos aos consumidores, o que de certa forma acaba criando muitos prejuízos de difícil ou impossível reparado, especialmente em fraudes bancárias. Portanto, o presente artigo serve discutir o fato de os consumidores receberem a tutela de urgência em situações que restam caracterizado a vulnerabilidade, hipossuficiência técnica e econômica, na medida que a não concessão da tutela ou sua demora pode causar prejuízos grandiosos aos consumidores. Além do mais, uns dos principais assuntos que vamos tratar aqui são os entendimentos doutrinários e jurisprudenciais, haja vista que, atualmente, se discute muito sobre a concessão da tutela de urgência no código de defesa do consumidor. Finalizando, em especial, o presente artigo serve para defender os interesses dos consumidores em se tratando de fraude bancária ou pelos demais fornecedores, pois hoje em dia existe uma grande demanda de fraude, falsificação de assinatura etc, inclusive contra pessoas com hipossuficiência econômica ou os aposentados, motivo qual teria que ser de forma imediata a concessão da tutela de urgência, pois em casos de fraude, ou seja, atingindo diretamente a renda econômica do consumidor, a tempo necessário do processo causaria grande prejuízos ao consumidores.

Palavras-Chave: Tutela Provisória de Urgência. Consumidor. Garantias Constitucionais. Vulnerabilidade. Jurisprudências

Trabalho: 6328

DANO MORAL POR DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL

Isabela Giovanna de Oliveira Arroyo, Eliana Kátia Pupim

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista; Av. Rui Barbosa, 131. Herculândia, SP. 229354@fadap.br, isa.arroyo.1234@gmail.com

Resumo: Este artigo tem o objetivo de sanear dúvidas sobre o descumprimento contratual e se ele acarreta os danos aos direitos extrapatrimoniais, sendo questão debatida em tribunais, pois para que seja enquadrado o dano moral em um caso concreto à elementos que devam ser preenchidos, e esses elementos vem sendo distorcidos e se tornando simples, não sendo averiguado sua complexidade. O inadimplemento contratual é derivado da quebra da obrigação contratual; conforme o Código Civil indica, isto é passível de ser aplicada uma indenização decorrente dos danos que o sujeito sofreu em decorrência de tal ato; assim, é cabido no caso concreto ser provado que a pessoa possui realmente o direito de ser indenizado, sendo assim julgado por juízo competente. Alguns casos concretos vem sendo discutidos pelo fato de haver o descumprimento contratual e o sujeito possuir o direito a indenização aos danos materiais e ainda sendo solicitado a indenização por danos morais; se alega que o contrato veio causando aborrecimento diário, invocando o direito da personalidade pode ser pois tal alegação não pode ser considerada como sendo dano moral, pois o dano moral aflige o indivíduo de forma marcante, fazendo com que seja ferido seu psicológico e até mesmo sua integridade física. Portanto, para a pessoa usufruir dos danos morais por descumprimento contratual, precisa ser averiguado se a existência real do sofrimento do indivíduo, pois o descumprimento contratual não lhe é cabido necessariamente o dano extrapatrimonial, porém é necessário a prova concreta desse mérito.

Palavras-Chave: Dano Moral. Descumprimento. Contrato. Direito da Personalidade. Obrigação

Trabalho: 6362

DEFINIÇÕES, APLICAÇÕES E CARACTERÍSTICAS DA RESPONSABILIDADE CIVIL POR ERRO MÉDICO

Bianca Romagnoli Ferreira, Jose Eduardo Lima Lourencini

Curso de Direito, Faculdades Adamantinenses Integradas; Rua Doutor Paulo Antônio Ribeiro Fraga, 773. Pacaembu, SP. bianca_ferreira@hotmail.com, 17618@fai.com.br

Resumo: A presente pesquisa teve sua gênese a partir da observação do exponencial crescimento do percentual de processos relacionados à responsabilidade civil por erro médico contrastado com o expressivamente pequeno número de ações que são concluídas no sentido do reconhecimento do dever de indenizar dos profissionais de medicina, o que por certo resultou na demonstração da necessidade do estudo sobre a referida realidade, já que como é sabido, a discussão jurídica é de extrema importância para a busca dos melhores caminhos até a realização da justiça. Para tanto, é necessário compreender as abordagens teórico-jurídicas a respeito do tema, para, então, aplicá-lo a situação em concreto. Para realizar tal tarefa, definimos o que é responsabilidade civil, quando se aplica ao médico, de que forma a ele se aplica, como se dá relação médico-paciente, porque o número de processos aumentou de tal maneira, bem como o que poderia ser classificado como erro médico. Sabendo que a responsabilidade civil pode ser descrita como o dever de indenizar gerado por um dano sofrido, resultante de uma conduta humana dolosa ou culposa, conduta essa que deve estar relacionada ao referido dano através do nexo de causalidade, a responsabilidade é dividida em duas teorias, a objetiva e a subjetiva, sendo esta aquela que se aplica ao médico. Já o erro médico é definido como uma falha de conduta deste profissional que gera dano ao paciente, ferindo bem jurídico tutelado pelo direito, resultando, assim, no dever de indenizar, segundo o Código Civil (artigos 186 e 927).

Palavras-Chave: Responsabilidade Civil. Erro Médico. Culpabilidade

Trabalho: 6255

DIREITO PENAL E DOENÇA MENTAL: CORRELAÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Dannielly Fernanda da Silva Pedroso, Eliana Kátia Pupim, Marcelo Petuba Llobmert

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista, Francisco Melhado, 55. Tupã, SP. danniellyfernanda@hotmail.com, ivan_firmao@hotmail.com

Resumo: O presente artigo científico vem expor as questões pertinentes à Doença Mental e ao Direito Penal, trazendo as interfaces relacionadas entre o doente e os crimes cometidos por eles, tencionando a discussão contemporânea sobre as formas de como a Justiça Criminal lida com essas demandas, pautando a condição de responsabilização no plano Jurídico Penal no passado e atualmente. Ressaltamos o passado, quando a patologia mental se expandia de forma desenfreada e, para ter controle dessa demanda, criaram os manicômios e hospitais de custódia; foi um tempo marcado pelas punições severas, desrespeito, injustiça, tratamentos desprovidos de normas que garantissem seus direitos; muitos pagaram com a vida; não havia estabelecimentos adequados; os loucos eram objetos de uma política autoritária, excludente e manipuladora, em uma prática de institucionalização viciosa, precária, maléfica e desumana, tendo sido um período longo, estigmatizado por prisão perpétua; isso marcou o Brasil na história; o tempo proporcionou novos olhares sobre a doença mental e as formas de punibilidades por meio de doutrinas, palestras, conferências, movimentos sociais, manifestações, debates e elaboração de leis; o governo passou a viabilizar uma forma de romper com a violação e proporcionar um tratamento humanizado, quebrando paradigmas na relação do doente mental que cometeu delito e do Estado na aplicabilidade da Lei como forma de punição, assim aos inimputáveis tem como garantia a Medida de Segurança e Políticas Públicas como forma de prevenir, tratar e reabilitar em sociedade. A legislação brasileira prevê que a medida de segurança deva ser executada em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico ou, diante de sua falta, em outro estabelecimento adequado conforme (art. 96, I, do CP). Porém a aplicação das Medidas de Segurança como forma de natureza terapêutica, é uma ideia criticada por muitos, que justificam como uma forma de segregação indeterminada, privação de liberdade e muitas vezes perpétua, que quando encaminhados para hospitais de Custódias permanecem por anos, sendo assim a mesma prática segregadora do passado permanece no presente. Independente das circunstâncias, atualmente se defendem novos meios de políticas públicas de atenção à Saúde Mental como forma de reinserção social, principalmente baseados na Lei Antimanicomial pela qual o louco pode superar a condição de mero coisa e se afirmar como sujeito de direitos, essencial para que se desconstrua o mito da periculosidade do louco, permitindo a edificação de um direito penal pautado em fundamentos sintonizados com o estado democrático de direito e que foram alçados no Brasil à categoria de princípios constitucionais em 1988. Mediante as várias mudanças significativas no campo Penal Brasileiro no decorrer dos anos e os apontamentos significativos o objetivo deste trabalho é enfatizar as medidas punitivas correlacionadas com Direito Penal e os Direitos Constitucionais de garantias fundamentais a eles previstos em leis aplicadas pelo Poder Judiciário na teoria e prática, sendo abordado a evolução da inimputabilidade dos doentes mentais ao longo da história no Direito Penal Brasileiro. Para o desenvolvimento do presente artigo foi feito um estudo descritivo analítico, pesquisa de caráter bibliográfico por meio de livros e artigos.

Palavras-Chave: Doença Mental. Direito Penal. Políticas Públicas. Inimputabilidade. Medida de Segurança

Trabalho: 6320

DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA EM PERÍODOS DE PANDEMIA: DIFICULDADES NA ESTABILIZAÇÃO DO PROJETO

Frantz Sagbvagare Vieira, Ivan Fortunato

Curso de Física, Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo; Rua Olga Simões de Carvalho Leitão, 81. Itapetininga, SP. sagbvagare@gmail.com, frantzfrants.com@gmail.com

Resumo: Este trabalho busca trazer um relato sobre as experiências e dificuldades passadas pelo projeto Show de Física durante a pandemia de Covid-19. O principal objetivo do projeto é promover e divulgar a ciência de forma divertida e interativa, levando diversos experimentos e brincadeiras para escolas públicas. Após o começo da pandemia, conforme as necessidades do distanciamento social, o Show de Física acabou impossibilitado de realizar suas tão necessárias atividades presenciais, surgindo a necessidade de se adaptar. Assim sendo, foi decidido entre os participantes do projeto que o "Show de Física" permaneceria ativo, seguindo, no possível e praticável diante as excentricidades do momento, os objetivos propostos em sua construção. Usando redes sociais para a permanência do projeto (Instagram e Youtube), foram criados diversos quadros que visam a divulgação da ciência, como serve de exemplo: o quadro Experimente em casa, que traz experiências simples com materiais baratos e de fácil aquisição para que sejam realizados na própria residência dos visualizadores; o quadro Mulheres na Ciência, que tem como objetivo honrar mulheres que trabalham na área da ciência, construindo então um conteúdo informativo, seja em *posts* isolados, apresentando as cientistas que revolucionaram o mundo da ciência ou em formato de entrevistas, em que são chamadas mulheres para dialogar sobre o tema. Buscando divulgar de forma descontraída, o quadro Ciência dos Memes procura divertir enquanto educa. Visando o objetivo principal do projeto, alguns dos maiores desafios enfrentados foram: se distinguir de outras páginas que já trazem propostas similares, pois, sem a interação pessoal muitos conteúdos convergem para uma forma mais explicativa, com menos incentivos para o público tentar e descobrir na prática; também, há o desafio de proporcionar qualidade para o projeto, com as ferramentas e habilidades disponíveis para cada membro. Atuar através das redes sociais proporciona um enorme potencial para o alcance do Show de Física, já que quebra qualquer barreira de distância. Isto é evidenciado pelo constante crescimento do perfil no Instagram. Porém, as dificuldades encontradas em atrair seguidores e possibilitar uma maior interação entre os participantes do projeto (coordenador, bolsistas e *web*spectadores) mostram que ainda há uma grande barreira a ser superada enquanto os espetáculos presenciais ainda não são possíveis: a barreira do mundo virtual.

Palavras-Chave: Divulgação Científica. Adaptar. Interação. Experimentos. Prática

Trabalho: 6323

DO OUTRO LADO DA LINHA FÉRREA: O APARTHEID NO EXTREMO OESTE PAULISTA ENTRE 1920 E 2020

Igor Francisco Bôa, Izabel Castanha Gil

Curso de História, Centro Universitário de Adamantina; Rua Marquês Caivano, 110. Irapuru, SP. igorfranciscoboa@gmail.com

Resumo: Apresentamos o escopo do pré-projeto de iniciação científica em desenvolvimento no programa PIBIC UNIFAI. Ele já foi apresentado em 2020; agora, em 2021, serão apresentadas informações decorrentes de novas ações realizadas. O foco da pesquisa consiste na investigação dos mecanismos de ocupação espacial ocorrido nas cidades de Irapuru, Tupã e Panorama, que resultaram na atual caracterização socioeconômica e étnico-racial dos bairros formados às margens da linha férrea que atravessa essas cidades, bem como a percepção dos moradores de diferentes faixas etárias quanto a esse fenômeno. A colonização do extremo oeste paulista, particularmente a área que chamamos de Nova Alta Paulista, tem influência de vários povos, tais como imigrantes japoneses e especialmente migrantes dos estados nordestinos e de Minas Gerais, fato que entra em discordância com a historiografia positivista, que descreve uma homogeneidade europeia. Essa formação é fruto da marcha do café e expansão da linha férrea, que, de maneira espontânea ou não acabou por segregar os espaços urbanos dos municípios, sendo o corte ferroviário a divisa entre um lado que obteve considerado desenvolvimento, fomentando a valorização dos terrenos e investimentos e o outro, menos valorizado, que passou a concentrar as pessoas com menor poder aquisitivo. A investigação sobre a construção dos municípios dessa área contribui para se compreender a formação do espaço habitado e sua relação socioeconômica e étnica, não existindo muitos estudos direcionados para essas questões. Para o desenvolvimento da pesquisa estão sendo usadas observações diretas, uso do aplicativo Google Earth e a carta urbana das cidades. Estão sendo usadas também como fontes secundárias fotografias antigas, cartas, mapas urbanos e dados oficiais das secretarias municipais de Saúde, Educação e serviço de água e esgoto. Em fontes como IBGE e Fundação Seade será identificado o perfil socioeconômico da população, tais como escolaridade, renda e idade. Serão apresentadas informações obtidas pela investigação de documentos da Câmara Municipal de Irapuru, entrevista com uma agente de saúde da cidade, o resultado de questionários online aplicados nas três cidades, cujo objetivo foi averiguar o pensamento dos municípios sobre a formação do espaço onde habitam e um questionário presencial aplicado na cidade de Irapuru, que contém dados socioeconômicos dos residentes próximos do traçado férreo, bem como percepções de cada indivíduo sobre si e seu local de convívio. Pressupõem-se as disparidades socioeconômicas entre ambos lados da linha férrea enquanto resultado de um ideário

vinculado aos movimentos conservadores do século XX, podendo ser parte de um projeto consciente de segregação ou a manifestação do imaginário coletivo no período de colonização.

Palavras-Chave: Ferrovia. Segregação espacial. Periferização. Nova Alta Paulista

Trabalho: 6275

ECONOMIA BRASILEIRA EM MEIO À PANDEMIA

Wilian Moreira da Silva, Fernanda Yamauchi

Curso de Administração de Empresas, Faculdade de Ciências Contábeis e Administração de Tupã; Rua Niterói, 1260. Parapuã, SP. williamoreira700@outlook.com, williamoreiraadm489@gmail.com

Resumo: A pandemia do novo coronavírus eleva a incerteza sobre as perspectivas da economia mundial. A crise chegou ao Brasil com impactos significativos, prolongados e disseminados na atividade econômica, levando, por exemplo, a um resultado devastador no mercado de trabalho, causando desemprego e desigualdade, além de tombar o setor industrial, apesar do crescimento em produtos farmoquímicos e farmacêuticos. Assim, este artigo tem como objetivo analisar os impactos econômicos da pandemia do COVID19 na economia brasileira. O método usado foi a pesquisa bibliográfica sobre o comportamento da economia durante esse período, resultando no quadro geral da situação. Os resultados ainda são parciais, pois este estudo faz parte do desenvolvimento da disciplina de metodologia do quarto termo nos cursos de administração e contabilidade. A economia, bem como os demais setores foi e está sendo um dos mais atingidos, resultando em desemprego, miséria, desigualdades sociais, entre outros; porém, as famílias vem se reinventando para poder criar mecanismos que possam agregar na renda mensal; assim, vários setores tiveram aumento no número de ocupações, como o trabalho informal. O governo brasileiro, pois a crise sanitária e humanitária foi declarada pela OMS (Organização Mundial da Saúde), demorou para criar mecanismos de proteção e recomendações para a população, agravando a situação; em decorrência, levou a economia brasileira regional e local a serem diretamente atingidas com as fortes restrições; vários estabelecimentos foram assim a falência. Para a população mais carente, foram oferecidos alguns auxílios; entre eles, o mais conhecido é o Auxílio Emergencial, que abrange inúmeras famílias à beira do colapso da fome.

Palavras-Chave: Economia Brasileira. Pandemia. Impactos Econômicos

Trabalho: 6289

EMPREENDEDORISMO E SUAS ESTRATÉGIAS DE NEGÓCIOS

Amanda de Castro Gomes Barboza, Fernanda Yamauchi

Curso de Administração de Empresas, Faculdades FACCAT; Av. Comerciante Manoel Motta, 352. Tupã, SP. amandacastroetec@gmail.com, pesquisa.fernandayamauchi@gmail.com

Resumo: Nos dias atuais vemos o quanto o empreendedorismo vem crescendo e ganhando espaço na sociedade, mesmo com toda dificuldade de buscar meios para empreender e gerar uma renda extra, muitas das vezes a ideia inicial não vem ser a de ficar rico com aquele empreendimento que escolheu, mas sim conseguir tirar uma renda para no mínimo manter suas próprias despesas. Empreender é ter a capacidade de se reinventar e poder planejar novos projetos nos quais podem te trazer lucros e até refletir em novos projetos, é você sair da zona de conforto e procurar por resultados positivos. Atualmente, em meio a pandemia, é necessário que haja o diferencial e criação de estratégias para estar seguindo adequadamente o mercado, a

capacidade de analisar as necessidades e buscar soluções em meio à realidade em que vivemos é um dos pontos mais importantes quando se pensa em empreender. Sendo assim, o objetivo de empreender e, analisando as oportunidades que o empreendedorismo proporciona, compreendê-las e saber como se portar ao se deparar com situações diárias e a crises em meio a uma pandemia.

Palavras-Chave: Originalidade. Progresso. Propósito

Trabalho: 6274

EMPREENDEDORISMO: INOVAÇÕES NA PANDEMIA

Vanusa da Silva Santos, Fernanda Yamauchi

Curso de Ciências Contábeis, Faculdades FACCAT; Rua Almirante Barroso, 513. Bastos, SP. vanusasilvasantos28@yahoo.com.br

Resumo: Nos últimos dois anos, o mundo está em um cenário não muito agradável, uma grande pandemia se instalou e muita coisa mudou até então, muitos desafios a serem enfrentados, muitos negócios foram paralisados e sonhos de um novo empreendimento foi adiado e com isso o desemprego tomou conta de muitas famílias, todos setores foram afetados, desde pequenos negócios até grandes empreendimentos. Assim, não visando só as fatalidades e o caos causado pelo desemprego, é possível ter uma visão de um começo para aquele que tem seu empreendimento, houve muitas inovações e métodos para se adaptar e chegar aos objetivos traçados. A pandemia mostra que é necessário saber empreender. Na crise atual, com todas dificuldades presentes, o empreendedorismo ressurgiu salvando muitas empresas, ou até mesmo fez com que as empresas buscassem a inovação de seus padrões. Inovar é também buscar novos resultados. Assim, o empreendedor precisou se adaptar a esta nova realidade imposta. Inovando na forma de divulgar o conteúdo e o produto no mercado, expandindo suas ideias e colocando-as em prática, destacando nos novos padrões impostos pela pandemia. Com o passar do tempo, pode-se ver que as coisas estão tomando um rumo diferente, sendo visível o cenário mudando para melhor depois de tanto tempo lutando para inovar e trazer os resultados esperados para sua empresa. O Objetivo é contribuir para o meio do empreendedorismo com ideias a serem aplicadas em meio a uma série de inovações que vem ocorrendo atualmente. Durante a pandemia, o empreendedorismo torna-se uma opção para superar desafios e inovar no mercado de trabalho. Assim, os objetivos são: auxiliar empreendedores na pandemia; contribuir para que o empreendedor consiga preparar seu negócio para o impacto da pandemia e alinhar os objetivos e metas da empresa, bem como apresentar os conceitos básicos de inovação, e os processos necessários, buscando sempre valorizar a inovação.

Palavras-Chave: Inovação. Novas Formas de Renda. Adaptação das Empresas

Trabalho: 6341

ENTRE A NOÇÃO DE SERTÃO E A LÓGICA EXPLORATÓRIA: REFLEXÕES SOBRE A CONDIÇÃO DA NOVA ALTA PAULISTA COMO ÁREA DE DESENVOLVIMENTO CONTIDO

Isabela Raíssa Rosa Bosso, Izabel Castanha Gil

Curso de Tecnologia em Gestão Comercial, Adamantina; Rua Diamante, 444. Adamantina, SP. isabelaraiassa52887@gmail.com, isabela.bosso15@gmail.com

Isabela Raíssa Rosa Bosso, Luan Calderaro Costa, Victor Hugo Silva Souza, Izabel Castanha Gil izabelcastanha@fai.com.br

Resumo: Sertão mesmo é onde manda quem é forte, com as astúcias. Deus, mesmo, se vier, que venha armado. Elucida Guimarães Rosa em Grande Sertão: Veredas, um clássico da literatura modernista. Por sua vez, essa pesquisa se debruça sobre a natureza dos sertões paulistas, especialmente sobre a área denominada Nova Alta Paulista, no extremo oeste do estado, no espigão divisor dos rios Peixe e Açuapeí. O trabalho objetiva (i) discutir o conceito de sertão, sua representação e significados nas décadas medianas do século XX; (ii) analisar os tipos sertanejos paulistas representados em figuras como o caipira ou o matuto, marcados por personagens como o Jeca Tatu; e (iii) analisar como o conceito de sertão se vincula à concepção de desenvolvimento materializado com a construção da ferrovia e com a configuração de desenvolvimento contido nas décadas posteriores e presente até os dias atuais. A ideia de sertão é concebida como uma mácula no progresso. Logo, deve ser substituída pelo moderno, ou seja, os atributos europeus urbanísticos. Nesse sentido, há uma construção da imagem das zonas do estado mais afastadas da capital do estado e com pouca alteração das características naturais, habitada ora por indígenas, ora por sujeitos despídos de capacidade lógica/crítica, descrevendo o caipira como cidadão inferior em relação ao sujeito da urbe. Sob essa mesma lógica, a geometria das ferrovias do estado de São Paulo seguiu um traçado perpendicular ao litoral, interligando áreas produtoras de café ao principal porto de exportação. O transporte ferroviário, construído sob a égide do capital hegemônico, contribuiu para configurar e perpetuar as desigualdades regionais, que, no cotidiano dos cidadãos das décadas medianas do século XX, se manifestavam na ausência ou insuficiência da presença do Estado nos serviços básicos e na infraestrutura; hoje, se manifestam como discrepâncias nos investimentos do orçamento público estadual, refletindo-se em perda permanente de população.

Palavras-Chave: Nova Alta Paulista. Sertão. Sertanejo. Ferrovia. Desigualdades Regionais

Trabalho: 6473

EQUIDADE NAS CONDIÇÕES DE ACESSO AOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS PARA TRANSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSGÊNEROS: ANÁLISE CRÍTICA DO DIREITO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO

Maria Beatriz Oliveira Pereira, Gabriel Cunha Salum

Curso de Direito, Faculdade da Alta Paulista; Rua José Bernardino, 301. Tupã, SP. maria_beatrizoliveira@hotmail.com, m_beatrizo@outlook.com

Resumo: A sociabilidade no mundo contemporâneo tem trazido questionamentos difíceis sobre a regulação jurídica das relações humanas em razão de múltiplas reivindicações políticas e lutas sociais pelo reconhecimento de direitos e de formas de vida, o que vem impactando de maneira veloz e profunda mentalidades e paradigmas convencionais que orientam e fundamentam determinadas ideias e ações por parte de indivíduos e instituições. Neste sentido, considerando a complexidade e a importância dessa conjuntura histórica e social desafiadora para juristas e cientistas sociais, a presente pesquisa tem o objetivo de analisar criticamente a equidade nas condições de acesso aos benefícios previdenciários previstos no ordenamento jurídico brasileiro, na esfera administrativa, para transexuais, travestis e transgêneros. Logo, constituem objetivos específicos dessa investigação: examinar a comunidade LGBTQI+, estudando sua constituição e seu desenvolvimento ao longo do tempo, bem como os sujeitos e as pautas sobre orientação sexual e identidade de gênero, que estão hoje relacionados a esse movimento; verificar os critérios legais para verificação da admissibilidade e concessão de benefícios previdenciários vigentes no direito brasileiro na esfera administrativa; discutir a invisibilidade de minorias sexuais e de gênero no Brasil à luz do conceito de necropolítica; analisar o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº. 4275 pelo Supremo Tribunal Federal. A pesquisa justifica sua relevância pela imprescindibilidade de garantir e efetivar direitos fundamentais e políticas públicas e sociais em defesa de minorias sexuais e de gênero contra discursos de ódio, comportamentos preconceituosos e, sobretudo, omissões estatais que negam a cidadania plena e violam, por consequência, a dignidade dessas pessoas. Para tanto, no método, realizamos investigação sistemática, crítica e multidisciplinar do objeto de investigação, especialmente nas áreas do Direito e das Ciências Sociais, visando obter dados e informações relevantes para a construção do referencial teórico da pesquisa, recorrendo à revisão da literatura em bases de dados, do exame de legislações internacionais e nacionais, além de estatísticas de órgãos oficiais. A hipótese de pesquisa levantada é a de que não existiria equidade em matéria de identidade de gênero entre transexuais, travestis e transgêneros e outros cidadãos brasileiros na esfera administrativa do direito previdenciário brasileiro na atualidade já que o Instituto Nacional da Previdência Social (INSS), autarquia federal responsável pela verificação da presença e do preenchimento dos requisitos legais para verificação da admissibilidade e concessão de benefícios previdenciários aos cidadãos brasileiros, basearia ainda hoje suas análises e decisões em critérios classificatórios obsoletos e segregacionistas, reduzindo toda a variedade e distinção que informam as identidades de gênero à concepção

binária de masculino e feminino. Resultados preliminares têm contribuído para a sistematização e a execução dos objetivos da pesquisa, conquanto a confirmação ou negação da hipótese formulada a partir da análise crítica pretendida dependa de mais estudos e maior aprofundamento teórico.

Palavras-Chave: Benefícios Previdenciários. Minorias Sexuais e de Gênero. Transexuais, Travestis e Trans. Direitos Humanos. Equidade.

Trabalho: 6210

ESTUDO CIENCIOMÉTRICO SOBRE A GESTÃO ESCOLAR NO BRASIL: PUBLICAÇÕES NA BASE DE DADOS SCIELO

Camila Damaceno, José Nunes da Silva Filho

Curso de Habilitação em Educação Especial: Deficiência Mental, Universidade Federal de São Carlos; Av. Marechal Castelo Branco, 1090. Paraguaçu Paulista, SP. camila.damaceno.p@gmail.com

Resumo: Introdução: A gestão escolar (GE) é um conjunto de atividades e tarefas administrativas que gera inúmeros desafios. Prática ordenada e complexa que visa, através da participação e do planejamento coletivo, gerar e organizar a autonomia da unidade escolar. Atualmente, acredita-se que o aumento de novas discussões e pesquisas sobre Gestão Escolar (GE) é de suma importância para o desenvolvimento de todo o processo educacional moderno, para o fomento de novas políticas públicas voltadas para a educação e, sobretudo, para que a educação brasileira como um todo, ocorra de maneira efetiva e significativa para toda a população, independentemente de sua classe social, faixa etária, religião e/ou orientação sexual. Justificativa: até o momento, não há na literatura nacional uma investigação sobre a GE com volume de publicações científicas ao longo dos últimos anos. Assim, esta investigação se justifica pelo fato de não ter sido, até o presente momento, encontrado na literatura pesquisas cienciométricas que buscaram verificar a tônica volume de publicações científicas sobre Gestão Escolar, assim como sua relevância em conhecer e expor dados que cooperem significativamente para o estado da arte neste campo do conhecimento. Objetivos: a presente pesquisa objetivou verificar e apresentar o volume da produção científica em GE ao longo dos últimos anos, computados a partir da biblioteca *online* SciELO Brasil. Método: esta é uma pesquisa descritiva com abordagens qualitativa e quantitativa. O acesso e a busca dos dados aconteceram durante a primeira quinzena do mês julho de 2021, catalogando o número total de publicações e suas respectivas datas sobre a temática GE. Para analisar os resultados, realizamos uma estatística simples, com mensurações da frequência, gráficos e tabelas, via *software* Excel (v. 2016). Para a comparação entre as médias, usamos análise não paramétrica com o teste U de Wilcoxon-Mann-Whitney. Resultados: foram refinados um volume total de 316 artigos no formato *International Organization for Standardization* (ISO 690) em 58 periódicos diferentes. Conclusão: houve um crescimento significativo do número de artigos científicos sobre o tema GE ao longo dos últimos anos.

Palavras-Chave: Cienciométrica. Gestão Escolar. Educação. Produção Científica

Trabalho: 6373

ESTUDO DA VIABILIDADE ECONÔMICA PARA ABERTURA DE UM RESTAURANTE DE MARMITAS FIT NA CIDADE DE ADAMANTINA, SP

Isadora Redigolo da Silva, Reinaldo de Oliveira Nocchi

Curso de Administração, Centro Universitário de Adamantina; Av. Prefeito Bernardo Meneghetti, 29. Mariápolis, SP. isadoraredigolo@hotmail.com

Resumo: A história da alimentação se confunde com a história da humanidade, alimentação é saúde, assegura a sobrevivência, o desempenho e a conservação das espécies, além um importante papel na construção da cultura. Nas últimas décadas, seguindo uma trajetória de evolução, as marmitas se tornaram um modo fácil, prático e rápido das pessoas se alimentarem, a marmita é um jeito prático e eficaz de juntar a vida agitada com a alimentação saudável. O presente projeto é um estudo de viabilidade econômica para a abertura de um restaurante de marmitas *fit* na cidade de Adamantina, SP. O objetivo é encontrar a viabilidade econômica e financeira do empreendimento no caso o restaurante de marmitas *fit*, que usa produtos saudáveis na montagem de marmitas e sobremesas, visando alcançar pessoas que têm hábitos saudáveis de alimentação, seja por conta própria ou por orientação médica. O público-alvo também considera pessoas que, por questões de limitação de tempo, não conseguem preparar comidas saudáveis e preferem adquiri-las prontas devido à praticidade. A metodologia foi baseada em indicadores e parâmetros adotados para os cálculos necessários à determinação da viabilidade ou não do empreendimento, levando quarenta por cento da capacidade máxima de produção, levando em consideração: vendas; matéria prima; máquinas e equipamentos; móveis e utensílios; mãos de obras e despesas fixas e variáveis. Os índices usados foram: *Payback*; capital de giro; ponto de equilíbrio; margem de segurança; índice de rentabilidade; demonstrativo de resultados por exercício; fluxo de caixa; valor presente líquido e taxa interna de retorno. Os resultados indicam que o ponto de equilíbrio será alcançado quando as receitas alcançarem R\$264.645,39; o *Payback* em 4 meses; o índice de rentabilidade ficou em 298%; a taxa interna de retorno alcançou 263,87% e o valor presente líquido R\$ 2.103.320,63. Concluímos que a abertura do restaurante de marmitas *fit* em Adamantina, SP, é viável.

Palavras-Chave: Estudo Econômico. Alimentação. Comida Saudável. Restaurante *Fit*. Público-Alvo

Trabalho: 6293

ESTUDO DE CASO DA EMPRESA MAURO FOTO DA CIDADE DE ADAMANTINA, SP

Celina Megumi Oizumi Hirase, Evandro Jardim dos Santos

Curso de Tecnologia em Gestão Comercial, Adamantina; Rua Fenix, 99. Adamantina, SP. contatomaurofoto@gmail.com, celina.hirase@fatec.sp.gov.br

Resumo: No mundo globalizado, as organizações buscam concorrer entre si cada vez mais para conseguir novos clientes para seus estabelecimentos e com isso vão atrás de novos métodos e diferentes formas de divulgar suas marcas e apresentar seus produtos às pessoas. O nome desse procedimento é Branding (Gerenciamento das marcas). Quanto mais o mercado consumidor cresce, mais estabelecimentos empresariais surgem, e com eles, várias marcas se tornam preferência das pessoas, sejam em cidades grandes, médias ou pequenas. Empresas em todo o mundo tentam levar a seus clientes um nome de marca que passe confiança e credibilidade; isso reflete diretamente nas vendas de seus produtos. Acredita-se que, com a abordagem do tema, poderão ser apontadas muitas falhas nas diferentes formas de divulgação da empresa Mauro Foto, no município de Adamantina, SP, por meio de pesquisas realizadas através de fontes bibliográficas impressas e virtuais. Além da pesquisa bibliográfica, também será realizado uma pesquisa de campo, aplicando um questionário com perguntas fechadas, direcionadas a uma amostra dos consumidores locais no município. Algumas empresas, por sua vez, conseguem administrá-los e manter-se por vários anos. Há as dificuldades que as empresas encontram ao longo do tempo; são as mudanças necessárias que o mercado pede, que as empresas precisam descobrir sobre aquilo que o mercado necessita. Entretanto, a maior dificuldade é a mão de obra qualificada para atender essa demanda. Atender esse novo mercado, tudo requer especialização, desde o simples atendente, que precisa conhecer os produtos, com tudo isso lógico, que precisa de treinamento para que possamos dar um bom atendimento aos clientes. Temos sempre que atender bem os clientes; para que isso aconteça é necessário capacitar os colaboradores. Todos falam em produtos, inovação, mas a matéria prima mais importante que está nesse processo são os colaboradores e o conhecimento que eles precisam ter; se não dermos satisfação aos clientes, não iremos vender nosso produto; mais importante que o produto é o cliente satisfeito. Ao final do estudo, espera-se obter um quadro informativo, destacando os principais problemas e soluções para esses problemas.

Palavras-Chave: Marcas. Clientes. Empresas

Trabalho: 6378

ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICA PARA IMPLANTAÇÃO DE UMA PADARIA *DRIVE THRU*

Tainara Marquette Ormundo, Rogério Buchala

Curso de Administração, Faculdades Adamantinenses Integradas, Avenida Ipiranga, 540. Adamantina, SP. tmtaiormundo@gmail.com

Resumo: A escolha do tema deste trabalho (Padaria *drive thru*) obteve-se através de pesquisas, do pensamento de inovação e na vida corrida das pessoas atualmente, mostrando aos moradores de Adamantina um serviço diferenciado dos concorrentes. Neste projeto foi analisada a implantação e viabilização de uma padaria *drive thru* na cidade de Adamantina, interior de São Paulo. Um dos principais fatores que influenciam positivamente este ramo do comércio é o período pandêmico no qual estamos inseridos, em que se exige a adoções de fortes estratégias e, assim, esta proposta consegue, de forma eficiente, evitar aglomerações e transtornos, além de oferecer toda praticidade necessária para os clientes. Mas a primeira Padaria *drive thru* não se deu por conta da pandemia, tudo começou em 2013, quando um empresário estava em seu carro na rua com filho e cachorro em um dia de chuva e precisava comprar pães, diante desta situação não tinha muitas opções de lugares e acabou levando mais de uma hora para comprar os pães, então o que era pra ser uma tarefa simples do dia-a-dia, acabou se tornando algo muito incômodo e, a partir disto, que ele teve uma ideia, criar um lugar onde se pudesse comprar pão sem ter que descer do carro e de forma rápida. Assim nasceu o conceito de padaria *drive thru* desta modalidade. A empresa contará com 6 profissionais colaboradores, com horário de funcionamento das 6 h às 19 h, de segunda a sábado e aos domingos e feriados das 07 h às 13 h. Os custos fixos mensais foram estimados em R\$ 40.463,54 e os variáveis em R\$ 51.448,31; as receitas mensais estimadas em R\$ 102.313,62. Com um Índice de Rentabilidade de 36% a.a, uma TIR Taxa Interna de Retorno de 38,48% e um Valor Presente Líquido VPL de R\$ 621.040,13. Conclui-se que o empreendimento é viável, oferecendo remuneração superior a do mercado financeiro.

Palavras-Chave: *Drive Thru*. Padaria. Implantação. Rapidez. Praticidade

Trabalho: 6384

ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICA PARA IMPLANTANÇÃO DE UMA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA PARA PETS (CÃES E GATOS)

Paulo Henrique de Lima, Reinaldo de Oliveira Nocchi

Curso de Administração, Faculdades Adamantinenses Integradas; Rua Almirante Barroso, 975. Bastos, SP. Paulo_gc_gc@hotmail.com

Resumo: A adoção de PETs, pelos brasileiros, aumentou em cerca de 400% durante a pandemia do Novo Corona Vírus, de 2019 a 2021. O isolamento social fez com que as pessoas suprissem as carências sociais adotando novos animais de estimação. O Brasil tem assegurado o terceiro lugar, no comércio de produtos PETs, do mundo, perdendo apenas para a China e EUA. No ano de 2020, quando a maioria dos setores comerciais e industriais perderam o folego frente a queda da demanda interna, o setor ligado aos PETs apresentou um crescimento de 13,5 em relação ao ano anterior. Com esse aumento da população de animais de estimação, a preocupação com uma melhor nutrição animal tornou-se uma realidade, aflorando o mercado de alimentação natural para PETs. Com estudos e demonstrações de que a longevidade da vida animal é aumentada, a busca por uma vida saudável para os animais tornou-se uma preocupação, gerando uma demanda crescente. No Brasil hoje, a população de animais de estimação atinge números expressivos, são segundo IBGE, de aproximadamente 55 milhões de cães, 24 milhões de gatos, 20 milhões de peixes, 40 milhões de pássaros e 2,5 milhões de outros animais. Uma população de PETs de quase 140 milhões de indivíduos, representando, segundo a ABINET, Associação Brasileira da Indústria de Produtos Pet, 0,4% do PIB nacional. Para analisar as premissas financeiras necessárias para o empreendimento, a implantação de uma Indústria de Alimentos Naturais para PETs, foram feitos vários estudos, dentre eles o levantamento dos investimentos fixos, a estimativa de capital de giro, levantamento dos índices financeiros necessários a conclusão da viabilidade econômica e financeira além de um

planejamento estratégico de marketing. Deste modo, pôde-se concluir que, o montante necessário para o investimento seria de aproximadamente R\$ 148.941,51 reais. Os cálculos levaram a conclusão pela viabilidade econômica da implantação do empreendimento. Este estudo levantou um VPL (Valor Presente Líquido) de R\$ 85.457,22, uma TIR (Taxa Interna de Retorno) de 14,69% anual, e o Índice de Rentabilidade de 10% ao ano. Tendo como referência pela TMA (Taxa Mínima de Atratividade), do ano de 2020, 2,11% ao ano, valor da remuneração da poupança, concluiu-se que o retorno do investimento é superior, satisfatório frente a realidade atual. Foi estimado uma produção inicial de 50% da capacidade instalada e, dentro dessa expectativa, o retorno do investimento se daria em 9 anos e 8 meses, porém, com um mínimo de aumento da demanda, os índices passam a ser mais vantajosos. Todos esses pontos e bases de cálculo são necessários para se adequar ao plano de negócio, visando um ramo novo segmento de comércio na região e, com os resultados se mostrou viável, com tendência ao crescimento.

Palavras-Chave: Adoção. Produtos. Pets. Nutrição. Mercado

Trabalho: 6447

ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA PARA IMPLEMENTAR UMA FÁBRICA DE CHUTEIRAS EM ADAMANTINA, SP

Cainan Batista Costa, Reinaldo de Oliveira Nocchi, Rogério Buchala

Curso de Administração, Faculdades Adamantinenses Integradas; Rua José Dantas de Figueiredo, 15. Mariápolis, SP. cainan.batista20@hotmail.com

Resumo: No ano de 2018, o Brasil está entre os principais produtores de calçados no mundo, com uma produção de 904 milhões de pares, na 4ª posição com 4,1% de *market share*. Os principais países produtores estão concentrados na Ásia, a China como maior produtor. Em 2019, o Brasil passou a produzir 908,2 milhões de pares, destes, 9,2% de calçados esportivos. O mundo ainda está passando por uma pandemia de COVID-19, e isso gerou grandes impactos para a economia mundial. Um desses impactos foi no setor de artigos esportivos. Muitas disputas esportivas foram canceladas por um longo período. Com a chegada das vacinas, a vida está voltando ao normal e o cenário se mostra mais otimista para esse segmento. A maior parte das indústrias estão localizadas em grandes polos pelo país e o setor calçadista não é diferente. Diante deste quadro, o presente estudo mostra que é possível, em uma região que não possui tradição calçadista, pode-se desenvolver uma empresa para atender o grande mercado existente e chuteiras para futebol, gerando emprego e renda. As técnicas de coleta de dados envolveram pesquisas online, com a utilização de gráficos, imagens do processo produtivo, artigos científicos e vídeos da internet. Uso de planilhas financeiras para se chegar aos resultados finais. Buscando a viabilidade econômica da implantação dessa indústria em Adamantina, e apesar da pesquisa ainda não estar concluída, constatou-se que, economicamente, o projeto é viável e altamente rentável para potenciais investidores. Os cálculos apontaram um índice de rentabilidade de 110% a.a., com prazo de retorno estimado em 11 meses. Apresentou também uma taxa interna de retorno (TIR) de 88,68% a.a. e um VPL (valor presente líquido) de R\$ 3.651.485,26. Mesmo com a produção estimada em 40% da capacidade instalada, o empreendimento mostrou-se viável economicamente.

Palavras-Chave: Viabilidade Econômico-Financeira. Calçados. Esporte. Chuteira. Produção

Trabalho: 6407

FALANDO DE SENTIMENTOS NO ENSINO FUNDAMENTAL

Ailsson Santana da Silva, Thaísa Angélica Déo da Silva Bereta

Curso de Ensino Médio, 3ª série, Centro Universitário de Adamantina; Rua José Bortoletto, 636; Adamantina, SP. aílssonsantana@hotmail.com, 14818@fai.com.br

Resumo: A educação emocional deve fazer parte da formação da criança e do adolescente. Saber expressar, manifestar e controlar progressivamente suas necessidades, seus desejos e sentimentos em situações cotidianas, respeitando as mesmas manifestações das pessoas com as quais convive, faz-se necessário para o convívio em sociedade (BRASIL, 1998). Para tanto, foi pensado pelos estagiários de Psicologia Educacional, práticas que pudessem tratar da temática dos sentimentos em escolas de ensino fundamental do oeste paulista. O objetivo deste trabalho foi o de promover atividades a partir de meios remotos digitais, que oportunizassem aos discentes refletirem acerca do respeito ao próximo, sentimentos e emoções, bem como sobre os relacionamentos interpessoais, tendo em vista o momento de pandemia que vivenciamos. A metodologia consistiu em desenvolver atividades e rodas de conversa com os estudantes pela plataforma de comunicação Google Meet. Semanalmente eram apresentados sentimentos por meio de histórias infantis que contavam e ilustravam o que sentimos no dia a dia, sendo posteriormente, desenvolvidas dinâmicas que contemplavam o sentimento abordado. O ambiente social é importante, e quanto menos condições existir para a identificação de seus próprios sentimentos vão surgir dificuldades também na identificação dos sentimentos manifestados pelos demais. É preciso ter consciência sobre seus sentimentos e aprender a diferenciá-los. A discussão em torno dos sentimentos visa, além de um momento de escuta dessas crianças e adolescentes, um espaço para que esses sujeitos possam refletir sobre o que sentem, afirmando a importância da instituição educacional no trabalho com a afetividade no processo de ensino-aprendizagem. Conclui-se que o desenvolvimento do estágio foi essencial para a formação profissional, ampliando as possibilidades de intervenções que podem ser pensadas no ambiente acadêmico.

Palavras-Chave: Psicologia Educacional. Sentimentos. Ensino Fundamental

Trabalho: 6214

FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

Marcos Felipe Souza Nascimento, Juliana Ortiz Minichiello Palu

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista; Rua Padre Anchieta, 353. Herculândia, SP. marcosfelipesouzaoficial@gmail.com

Resumo: O presente estudo tem como objetivo discutir medidas estabelecidas na Lei da falência (Lei 11.101; 9 de fevereiro de 2005). No ordenamento jurídico, a falência estabelece uma execução especial, de que todos credores se reúnem em um único processo para uma boa execução conjunta com os devedores, na qual é dado um tratamento isonômico. Desse fato, a uma relevância de acordo, de cada caso específico, com o artigo 75 da LFRE, de promover o afastamento do devedor de suas respectivas atividades; de acordo com a lei, é preservar a utilização dos bens dos ativos e dos recursos já produzidos e permitir a liquidação mais célere das empresas com esses recursos na economia, inclusive por meio de retorno do empreendedor falido na atividade econômica. A falência não deve ser vista como algo ruim para o mercado empresarial; muitas vezes é melhor decretar a falência do que insistir em sua recuperação, quanto ao princípio do processo de falência, atenderá o princípio da celeridade economia processual, com ampla defesa e contraditório, nos demais previsto na lei 13.105 de 16 de março de 2015 (código de processo civil, artigo 75 parágrafo 1.). A falência tem natureza jurídica, deixar de pagar no vencimento a obrigação líquida em que supere o equivalente a 40 salários-mínimos. Na recuperação judicial vige o princípio da preservação da empresa, promovendo sua função social e o estímulo à atividade econômica, essa finalidade em regra é permitir a recuperação dos empresários individuais e das EIRELI. No âmbito da recuperação extrajudicial a lei atual do artigo 161 da LFRE, que o devedor preenchendo os requisitos legais do artigo 48 desta lei poderá propor e negociar com seus credores.

Palavras-Chave: Falência. Recuperação Judicial. Recuperação Extrajudicial

Trabalho: 6270

FLEXIBILIZAÇÃO PROCEDIMENTAL: O NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL COMO MECANISMO DE CELERIDADE E EFETIVIDADE

Bruno Emydio Fernandes, Eliana Kátia Pupim

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista; Rua São José, 195. Tupã, SP. brunofernandes4438@outlook.com

Resumo: O presente resumo apresenta de modo parcial os estudos desenvolvidos sobre a flexibilização do procedimento e o negócio processual, como um mecanismo de celeridade e efetividade no processo. É incontrovertível que o tema de procedimento e negócios processuais se modificou ao longo do tempo e se mostra presente na sistemática processual. Nesse contexto, um questionamento pertinente vem à tona: como possibilitar que seja atenuada a rigidez do procedimento, de maneira a permitir que a prestação jurisdicional seja mais célere e efetiva? Partindo deste ponto, compreender o fenômeno da flexibilização do procedimento, de modo a torná-lo menos rígido à atuação das partes, é essencial, pois este viabiliza uma participação mais cooperativa e autônoma entre os sujeitos do processo, indo ao encontro dos escopos do atual Código de Processo Civil. Sob este prisma, a celebração de negócios jurídicos processuais é uma importante ferramenta para a obtenção de uma prestação jurisdicional mais célere e efetiva, de modo a permitir que o rigor de um processo caracterizado no transcurso histórico pela prevalência da forma, seja substituído por aquele que prioriza sua finalidade, qual seja, a resolução das demandas apresentadas. Outrossim, o trabalho reveste-se de ampla importância, haja vista que a evolução jurídica e social faz surgir a busca por um procedimento mais flexível, garantindo maior autonomia e liberdade aos sujeitos do processo. Além disso, proporciona contribuições sociais relevantes, pois a vasta demanda pelo Poder Judiciário, reclama instrumentos que possam contribuir com uma prestação jurisdicional mais célere e efetiva. O presente trabalho objetiva, portanto, analisar e compreender a flexibilização do procedimento e o negócio processual, como um mecanismo de celeridade e efetividade no processo. Para tanto, usou-se da metodologia de pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório, cujos levantamentos foram realizados em livros voltados ao tema, artigos científicos disponíveis na plataforma de Portal de Periódicos do CAPES, além de consultas à legislação e jurisprudência aplicáveis ao tema. Por fim, concluiu-se que a flexibilização procedimental, com a possibilidade do negócio processual, é um instrumento a concretizar valores almejados processualmente; a celeridade e efetividade.

Palavras-Chave: Flexibilização. Negócio Processual. Celeridade. Efetividade

Trabalho: 6464

GUARDA COMPARTILHADA DE ANIMAIS

Maria Eduarda de Souza Lopes, Eliana Kátia Pupim

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista; Rua Helena Pereira Pedro, 106. Quatá, SP. maeduardalopes@hotmail.com, 229496@fadap.br

Resumo: Este artigo tem como objetivo mostrar a falta de uma legislação específica para os casos de divórcio ou outra forma de dissolução da entidade familiar que envolvam animais de estimação, os quais acabam sendo julgados com base no direito de família, sob as regras dos alimentos que já conhecemos e colocando o animal de estimação em posição de uma criança e o julgando o caso dessa forma. A respeito do que envolva os animais e as dissoluções conjugais, o ordenamento jurídico brasileiro ainda não está 100% apto para julgar esses casos, já que possui uma grande lacuna com relação as leis e devia fazer o melhor para satisfazer os interesses das partes, incluindo o animal de estimação e prezando pelo seu bem estar de todas formas. A relevância da pesquisa é mostrar que os animais de estimação estão deixando de ser coisas a serem possuídas pelos seres humanos e se tornando membros da família, tratados como filhos que merecem respeito e direitos básicos para sempre estarem resguardados com relação ao ser humano como nos casos de dissolução da união estável entre cônjuges. No ramo do direito, essas mudanças sociais trazem um novo contexto e ponto de vista sobre os animais, que serão postos no centro das discussões e como o ponto principal da lide no judiciário. Para o desenvolvimento do estudo optou-se pela pesquisa bibliográfica acessando documentos que envolvem os animais domésticos, como: projetos de leis, seu papel na vida do ser humano e no olhar jurídico segundo o atual momento que estamos vivendo.

Palavras-Chave: Guarda Compartilhada. Animais Domésticos. Guarda Compartilhada de Animais. Tutela. Animais

Trabalho: 6435

HISTÓRIA DA MORTE EM PAULICÉIA (1955-1961): UMA ANÁLISE DOS REGISTROS CARTORIAIS DE ÓBITO

Andre Fernandes da Silva, Izabel Castanha Gil

Curso de História, UnifAI; Rua Clotilde Ap Tassarini da Costa. Pauliceia, SP. andre.cloud@hotmail.com, andre.cloud.af15@gmail.com

Resumo: O presente trabalho de pesquisa emana do Projeto Nossa Gente, mantido pelos cursos de História e Geografia da UnifAI, em parceria com o Museu da Imigração, e possui por objetivos (i) levantar o perfil social dos mortos assentados no livro cartorial de registros de óbitos do cartório de registros civil de pessoas naturais de Paulicéia; (ii) compreender o contexto social/histórico em que ocorriam as mortes em Paulicéia, entre os anos de 1955 a 1961; (iii) traçar um paralelo entre as causas mortis identificadas no livro de registro cartorial e as doenças que ocorriam com maior frequência à época, no extremo sertão paulista. A pesquisa faz uso de fontes secundárias: registros cartoriais de óbito no município de Paulicéia, SP, disponíveis na plataforma *FamilySearch* e também relatos da comunidade local além do uso de fontes secundárias: livros, artigos, dissertações e teses que versem sobre o tema e/ou correlatos. Os resultados são apresentados de maneira quantitativa, por meio de gráficos e quadros, e qualitativa ao longo da estrutura do próprio texto. Observa-se elevado percentual de mortes de crianças, cuja causa morte, expressivamente, está vinculada ao que o médico descreve como toxicose. Percebe-se que boa parte da população assentada é originária de estados do Nordeste e residente em ilhas e fazendas nas proximidades do perímetro urbano de Paulicéia, SP. Para além disso, o trabalho também se debruça a identificar atributos dos falecidos, tais como cor, estado civil, país, sexo, local de residência, faixa etária e os locais de morte e sepultamento desses sujeitos. Tais informações permitem conhecer melhor os ritos fúnebres e as questões inerentes à morte no município de Paulicéia, durante o período estudado, possibilitando que esses registros funcionem também como uma lente pela qual se olha para além da morte, isto é, para o cotidiano desses sujeitos.

Palavras-Chave: Paulicéia, SP. Registros Cartoriais. Fonte Historiográfica. História Local. História da Morte

Trabalho: 6377

IDENTIFICAÇÃO DOS CENTROS DE EXCELÊNCIA NOS SEGMENTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA GESTÃO PÚBLICA BRASILEIRA

Maria Letícia Teixeira dos Santos, Reinaldo de Oliveira Nocchi

Curso de Administração, Faculdades Adamantinenses Integradas; Av. Aguapeí, 30. Flórida Paulista, SP. maria.teixeira.mlt@gmail.com, 31618@fai.com.br

Resumo: A gestão pública brasileira passou por grande evolução com o passar dos anos, cada vez buscou mais melhorias e prestações de serviços com eficiência para a população. Os centros de excelência são um grande exemplo dessas inovações. O presente estudo pretendeu identificar e apresentar os centros de excelência, além de explicar sobre a importância deles para o desenvolvimento competitivo e socioeconômico do país. A administração pública tem o dever de atender as necessidades básicas de uma sociedade, e essas redes de excelência existem justamente para desenvolver atividades que auxiliam a população de forma mais eficiente, eles são denominados como um conjunto de melhorias que oferecem prestações de serviços diferenciados. A relevância do assunto é muito grande, pois, para que um país cresça de forma social, econômica e constante, é preciso atender a todos princípios constitucionais, mas, além disso, o líder e toda equipe que administra a situação pública, precisa ter noção dos deveres e cumprimentos com a população, como, por exemplo, a condição em que o país está e

o que deve ser feito para melhorar cada vez mais, diante disso surgem os centros de excelências e suas funções primordiais para qualquer sociedade. O método de pesquisa usado foi a revisão bibliográfica, pois, através da mesma deu-se o levantamento de informações, junto a livros *e-books*, sites especializados, onde foi possível encontrar os centros de excelência em cada segmento de atuação pública, sendo esses os centros de excelência em saúde; em justiça e segurança pública; em relações exteriores; em defesa; infraestrutura; turismo; ciência, tecnologia e inovações; meio ambiente; agricultura; direitos humanos; cidadania; educação e energia. Como visto, são áreas distintas, onde cada centro tem seus próprios objetivos em atender determinada área pública. A metodologia dos centros e redes de excelência tem um objetivo claro: servir de instrumento para que o país atinja o desenvolvimento econômico alcançando a excelência em áreas vitais do conhecimento tecnológico, através da integração de Governo, Universidades e Empresas. Com todas informações expostas no trabalho conclui-se que o desenvolver do estudo atendeu todos resultados esperados, sendo esses de identificar os centros de excelência, explicar a real importância do desenvolvimento de cada um para os ministérios públicos e principalmente mostrar a eficiência dos centros nos serviços públicos brasileiros.

Palavras-Chave: Excelência. Pública. Gestão. Centro. Ministério

Trabalho: 6395

IMPACTO DA COVID-19 NOS CONTRATOS DE TRABALHO

Anthony Speretta Clé, Jose Eduardo Lima Lourencini

Curso de Direito, Centro Universitário de Adamantina; Rua Meyer, 414. Pacaembu, SP. anthonyscle@hotmail.com, anthonyscle@outlook.com

Resumo: A presente pesquisa possui o enfoque de analisar quais as situações enfrentadas em cenário nacional nos contratos de trabalho, pois o Brasil não possui qualquer direção de como proceder no estado de calamidade pública, logo os danos e efeitos causados sobre os empregados e empregadores diante da pandemia da Covid-19 obrigaram as empresas tiveram que acelerar a forma de atuação para cumprir as normas enquanto estado de calamidade pública, reduzindo, suspendendo, alterando horário de trabalho de seus estabelecimentos e consequentemente, mudando também a rotina de seus empregados. Assim, foram abordados os temas sobre a lei 14.020/20, sobre o programa emergencial de manutenção e renda, uma medida que visa auxiliar as empresas e os trabalhadores a manter as relações de trabalho, assim como a saúde financeira destes, ademais aumentando a adesão do respeito as exigências sanitárias do país, através de flexibilização no funcionamentos e desempenhos de atividades laborativas, para se adequar as normas do Estado. A criação das medidas provisórias e posteriormente leis, que trouxe programas de assistência como o BEm e o auxílio emergencial, foram de suma importância para manter a dignidade da pessoa humana dos trabalhadores formais e informais, amparando os mais hipossuficientes, assim como também ajudar com as folhas de pagamentos dos empregadores que possuíram mudanças bruscas em suas rotinas. Desta forma, ao amenizar os efeitos e impactos da pandemia da Covid-19, gera benefícios tanto imediatos, para os empregados e empregadores auxiliando de forma social e econômica, assim como posteriores para uma nova retomada no cenário pós pandemia, visando um crescimento econômico em escala nacional, para retomar e superar as deficiências causadas por esse estado de calamidade. Visando reduzir e combater os impactos da pandemia da COVID-19, as alterações nos contratos de trabalho vêm com a intenção de preservar o emprego e a manutenção da renda de empregados e consequentemente empregadores.

Palavras-Chave: Contrato de Trabalho. Covid-19. Programa Emergencial. Consolidações das Lei Trabalhistas. Impactos Trabalhistas

Trabalho: 6330

IMPACTOS DO JUIZ DE GARANTIAS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Eloisa Fortunato, Eliana Kátia Pupim

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista; Rua Francisco Turra, 257. Tupã, SP. elofortu2000@hotmail.com

Resumo: Através da publicação da Lei nº 13.964/2019, também denominada de pacote anticrime, o Código de Processo Penal sofreu alterações em larga escala. Uma das alterações mais marcantes que o pacote trouxe foi a modificação do art. 3º, dando origem aos arts. 3º-A ao 3º-F, os quais, por sua vez, instituíram a figura do Juiz de Garantias, corroborando com o vigente sistema penal acusatório. Tal instituto não é de todo novo, isso porque em países vizinhos, como Argentina e Chile, já fora inserido, fazendo com que o Brasil fique, nesse quesito, desatualizado. Além disso, fora discutido no Tribunal Penal de Direitos Humanos a discrepância entre a figura do juiz preventivo e o princípio da imparcialidade judicial, ratificando ainda mais a urgência de uma reforma no Sistema penal brasileiro. Apesar da publicação da Lei mencionada, o Juiz de Garantias não foi implementado no Brasil em razão das ADIs 6.298, 6.300 e 6.305, em que o consagrado Ministro Luis Fux suspendeu o instituto *sine die* em razão de sua constitucionalidade questionada. Dessa forma, o juiz da instrução e julgamento ainda exerce prerrogativas na fase pré-processual ou inquérito. O objetivo do presente artigo pauta-se em analisar, a implementação do Juiz de Garantias no Brasil, trazendo para discussão sua suspensão com a finalidade de questioná-la. Ademais, para concluir o debate, faz-se mister elencar os benefícios que a divisão de figuras que atuarão no inquérito e, posteriormente, no processo, trarão ao ordenamento jurídico brasileiro. Quanto a metodologia do presente artigo foi usada abordagem de natureza qualitativa, com a adoção do método explicativo, usando para coleta de dados a revisão de literatura e revisão legislativa. Recordando o estudo já feito pela psicologia social da Teoria da Dissonância Cognitiva e o efeito primazia. Foi de extrema importância usar a plataforma fornecida pela FADAP-FAP, como a biblioteca Sophia e a base de dados eletrônica Minha Biblioteca. Ainda, o artigo conta com a plataforma SciELO e com a utilização da biblioteca digital do Senado Federal.

Palavras-Chave: Juiz de Garantias. Princípio da Imparcialidade. Lei Nº 13.964/19. Pacote Anticrime. Teoria da Dissonância Cognitiva

Trabalho: 6305

INQUÉRITO POLICIAL À LUZ DO PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA

Hisonalia Ariane Silva Pereira, Eliana Kátia Pupim, André Luís Sanches

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista; Rua Ágape, 501. Tupã, SP. 229409@fadap.br, hisonaliacg@gmail.com

Resumo: O Inquérito Policial é um procedimento administrativo, geralmente usado como instrumento da Polícia Civil ou Federal, ou seja, Polícia Judiciária, para consubstanciar a autoria do delito cometido e a materialidade do fato abordado, tendo como principal finalidade a solução dos crimes que conturbam e assombam a paz do convívio em sociedade. O presente artigo, pretende discutir sobre a utilização do Princípio do Contraditório e o Princípio da Ampla Defesa e a repercussão da Lei nº 13.245/16 na fase que antecede o processo. Dessa forma, este artigo irá tratar, de forma acessível e concreta, a dinâmica brasileira do desempenho do Inquérito Policial, a aplicabilidade dos princípios constitucionais da Ampla Defesa e do Contraditório no Inquérito Policial, a aplicabilidade da Lei nº 13.245/16 na fase pré-processual, e como o investigado pode recorrer a tais princípios na fase investigativa, em face de que seu defensor e o acusado possuem o direito de se informar sobre certas providências, sem modificar a inquisitorialidade da fase anterior ao processo. A metodologia adotada tem como base a pesquisa bibliográfica nos portais de periódicos da Capes e SciELO, doutrinas e legislações, de forma exploratória, qualitativa e por consequência os resultados obtidos de todos estudos e pesquisas, pode ser verificado através da possibilidade de utilização do Princípio do Contraditório e o princípio da Ampla Defesa como uma garantia do Estado em salvaguardar e efetivar a defesa do indiciado no processo investigativo, podendo assim ter o direito de se informar sobre algumas prerrogativas e defender-se das mesmas.

Palavras-Chave: Inquérito Policial. Princípios. Ampla Defesa. Contraditório. Fase Investigativa

Trabalho: 6322

JECA TATU: VILÃO OU VÍTIMA?: REFLEXÕES SOBRE O MODO DE VIDA DO CAIPIRA E SUA REPRESENTAÇÃO NOS CONTOS VELHA PRAGA E URUPÊS, DE MONTEIRO LOBATO

Isabela Raíssa Rosa Bosso, Renata Motta Chicoli Belchior

Curso de Tecnologia em Gestão Comercial, Adamantina; Rua Diamante, 444. Adamantina, SP. isabelaraiassa52887@gmail.com, isabela.bosso15@gmail.com

Resumo: A figura do caipira é marcada por representações que o posicionam tanto como vilão quanto como vítima. Neste sentido, este trabalho tem por objetivos (i) identificar as características que definem geográfica e culturalmente a figura do caboclo, em especial o paulista, (ii) apresentar o modo de vida do caipira no início do século XX e compará-lo com a representação do caboclo nos contos "Velha Praga" e "Urupês", de Monteiro Lobato, e (iii) averiguar as causas da perda de identidade do caipira e suas consequências. A pesquisa foi realizada com base em fontes secundárias, livros, artigos, dissertações, teses e matérias de revistas, seguida da revisão e da síntese das informações coletadas. Em suma, de acordo com Antonio Candido e com o dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, caipira nada mais é do que o habitante do campo que possui valores tradicionais bastante marcados. Em 1914, Monteiro Lobato publica os contos Velha Praga e Urupês, que integram a coletânea homônima a este último; em ambas as obras, o autor constrói uma imagem pejorativa do caipira personificada no Jeca Tatu, colocando-o como único responsável pela destruição das matas do Vale do Paraíba e pelo atraso econômico e social da região. Contudo, o matuto era um homem que vivia isolado, entregue à própria sorte, lembrado pelo Estado só em período eleitoral e que, ainda assim, conseguiu alcançar certo grau de autossuficiência. A partir da segunda metade do século XX, a industrialização e o ideal de progresso associado à urbanização provocaram mudanças radicais no modo de vida do caboclo, que foi praticamente empurrado para o meio urbano, onde perdeu sua identidade como caipira e, conseqüentemente, sua independência, pois teve de se render aos métodos de trabalho e à cultura do capitalismo.

Palavras-Chave: Caipira. Representações. Autossuficiência. Êxodo Rural. Identidade

Trabalho: 6325

LEI MARIA DA PENHA: UMA ANÁLISE DA NATUREZA JURÍDICA DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA

Isadora Silva Ramalho dos Santos, Sérgio Fabrício de Lida Bindilatti

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista; Rua João Capioto, 145. Tupã, SP. isadora_nw@hotmail.com

Resumo: O presente artigo tem como finalidade expor as diferentes contestações interpretativas em torno da natureza jurídica das medidas protetivas de urgência, frente à lei Maria da Penha, sucedidas nos tribunais e nas doutrinas. A lei nº 11.340/2006 mais conhecida como Lei Maria da Penha em homenagem a Maria da Penha Maia Fernandes, que foi vítima de violência doméstica perpetrada pelo ex-marido e deixou consequências irreparáveis em sua vida. A Lei não abrange somente um tipo de violência, mas sim, todos tipos, que são: a física, moral, psicológica, patrimonial e a sexual. A Lei Maria da Penha foi uma das maiores conquistas obtida em razão da violência contra a mulher, ao dar prevalência às opiniões das mulheres na interpretação da lei, resultando no âmbito penal como uma agravante (art. 61, II, f, do Código Penal). A classificação conceitual ocultava consequências importantes para a vida e segurança das mulheres. Por intermédio de entrevistas e da rede de atendimento à mulher vítima de violência, certificou que medidas protetivas como medida auxiliar ao processo impõe às mulheres um ônus excessivo para que possam obter o direito conquistado. As medidas protetivas como cautelares penais é o acúmulo de ações pertinentes à violência doméstica, pois as medidas protetivas no ordenamento jurídico deixam de ter como desígnio principal a proteção da mulher. O poder judiciário fundamenta a inevitabilidade de atrelar a medida protetiva ao processo penal foram

impetradas, pois o homem agressor não pode ficar perpetuamente com uma medida restritiva, esse recurso jurídico que leva as mulheres ao risco, além de mantê-las desprotegidas, também permitem que aceitem procedimentos de vitimização, limitando suas opções de apoio e suprimindo suas opções.

Palavras-Chave: Lei Maria da Penha. Medidas Protetivas de Urgência. Violência Doméstica. Vítima de Violência. Ordenamento Jurídico

Trabalho: 6351

TRAÇOS DA CULTURA LUSITANA NA ARQUITETURA TUPÃENSE NAS DÉCADAS DE 1950

Bruno Vinicius Martiello Rondon

Curso de História, Faculdades Adamantinenses Integradas; Rua Jose Aporta Flor, 95. Tupã, SP. viniciusmartiello@gmail.com, cristiane.martiello2@gmail.com

Resumo: A presente pesquisa visa compreender o contexto sócio-político-econômico da imigração portuguesa e sua influência na arquitetura tupãense, na década de 1950. Propõe-se também a identificar o uso inicial e o uso atual dessas edificações, caracterizando dois tempos históricos, bem como investigar a legislação municipal voltada à preservação dessas edificações e a política local voltada à valorização dessa memória. Essa valorização é atendida exclusivamente pela comunidade lusa que se propõe a preservar seu próprio patrimônio, entretanto é fornecido pela emenda à lei Orgânica de Tupã nº 15, de 2006, art. 116, inciso 3, a preservação desse patrimônio. Os dados levantados e compilados são apresentados de forma quanti-qualitativa, buscando resgatar a história local. Tupã passa a receber imigrantes portugueses a partir da década de 1920, mas foi a partir da década de 1950, que a comunidade lusa consolidou-se efetivamente. Diversas etnias contribuíram na composição demográfica do município de Tupã, entre elas a imigração portuguesa, portanto, no que tange ao terceiro grande fluxo da imigração portuguesa está a necessidade de mão-de-obra nas lavouras de café e o trabalho no comércio urbano, não sendo difícil encontrar esses ibéricos em padarias, quitandas, vendas, lojas e indústrias. Atento aos interesses do recorte desta pesquisa destaca-se o modelo arquitetônico, imprimindo marcas ibéricas na paisagem urbana tupãense. Para tanto, a figura do arquiteto Lucilo Jordão de Oliveira, de 96 anos, faz-se fundamental para entender o contexto histórico e arquitetônico lusitano da cidade de Tupã, sendo ele arquiteto, desenhista e organizador do projeto de duas casas lusitanas. Compreender a diversidade de fluxos étnicos na história local e regional é também lançar um novo olhar sobre um estilo arquitetônico que adorna a paisagem municipal, lançando sobre esses lugares perspectivas que contemplem o pensamento e a história de seus idealizadores.

Palavras-Chave: Imigração portuguesa. Tupã. Arquitetura Ibérica. Identidade Local. História Local

Trabalho: 6370

MORTE DE TRABALHADORES DE ÔNIBUS ANTES E DEPOIS DA PANDEMIA DE COVID-19

Roseana Souza Das Neves, Cassiano Ricardo Rumin

Curso de Psicologia, Centro Universitário de Adamantina; Rua Ipiranga, 750. Pracinha, SP. roseanasn1999@hotmail.com, roseanarooth@gmail.com

Resumo: Introdução: o trabalho de transporte de passageiros nos municípios e regiões metropolitanas é reconhecido pelos contextos de acidentes e morte aos trabalhadores e, com a pandemia de Covid-19, a morte desses profissionais pode ter se elevado. As condições e a organização de trabalho a que estão submetidos apresentam fatores de risco para a saúde dos

motoristas e cobradores, tais como: vibração, ruídos, altas temperaturas, exposição à poluentes, sobrecargas físicas e psíquicas, pressão para cumprimento de horários, episódios de violência e jornada de trabalho extensivas. Objetivo: investigar a ocorrência de morte em trabalhadores motoristas de ônibus antes e depois da pandemia de Covid-19. Metodologia: para levantamento das informações foram realizadas análises nas bases de dados secundários sobre mortes, desligamentos por mortes e vínculos médios da categoria Transporte Rodoviário de Passageiros com Itinerário fixo municipal e Região Metropolitana: AEAT (Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho) e CAGED estabelecimentos. Também foram realizadas pesquisas de informações jornalísticas disponibilizados pela mídia em geral e em sindicatos de trabalhadores rodoviários. Resultados: entre os anos de 2006 e 2012, o parâmetro da taxa de mortalidade mantinha-se na faixa dos 9 por 100.000. Desse ponto em diante, verificou-se uma redução na taxa de mortalidade entre os trabalhadores da categoria (que variaram de 4 a 7%), as quais possam estar associadas à atualização das legislações de trânsito, mudanças nas condições de trabalho e às políticas de controle da saúde ocupacional. O cenário se mantém até o ano de 2018, no qual as taxas e o número de mortes apresentavam queda. Frente aos dados de março de 2020 a fevereiro de 2021, período marcado pelo aumento nas infecções por Covid-19 no Brasil, a taxa se expressa com uma proporcionalidade 10 vezes maior em relação ao período 2006-2012. Assim, o período marcado pela pandemia do Sars-Cov-2, causou 10 vezes mais mortes que o pior período estudado (2006-2012). Mesmo em casos nos quais o trabalhador não se infectou pelo Sars-Cov-2, ocorreram agravos à saúde mental em consequência do aumento do medo da morte ao testemunhar o falecimento de outros trabalhadores da mesma categoria. Conclusão: diante da necessidade de o trabalhador desempenhar o papel de controle do comportamento do passageiro, a possibilidade de que ele se mantenha isolado no posto de trabalho é comprometida, representando uma potencial elevação do risco de acidentes e infecção ambiental pela exposição às cargas biológicas a que está exposto.

Palavras-Chave: Motorista de Ônibus. Covid-19. Condições de Trabalho. Organização do Trabalho

Trabalho: 6440

ACESSO DE NEGROS AOS DIREITOS CIVIS, SOCIAIS E POLÍTICOS APÓS ESCRAVIDÃO NO BRASIL

Jhonathan Alves dos Santos, Eliana Kátia Pupim, Tiago Rafael dos Santos Alves

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista; Rua Bahia, 365. Parapuã, SP. jhonathan050305@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem por principal objetivo: Analisar as diferentes legislações que anteciparam a abolição da escravatura no Brasil. Para tanto, traçamos a seguinte problematização: Como foram implementadas e quais foram os impactos das legislações que anteciparam a abolição da escravatura no Brasil? Por meio de referenciais bibliográficos, indicados pelo professor orientador, bem como consultas aos diversos repositórios acadêmicos, procuramos traçar este contexto. A partir de 1530, começaram os processos de ocupação do território brasileiro. Do mesmo modo como se iniciou a vinda de pessoas do continente africano, para aqui serem escravizadas. Tal processo, perdurou por mais de três séculos, sem objeções. Até que, no ano de 1810, incentivados por pressões dos movimentos abolicionistas, a escravidão começou a ser abolida por vários países no mundo. Assim, países que já não usavam a mão de obra escrava também começaram a pressionar as outras nações, muitas vezes, usando de suas relações comerciais para tentar inibir esse tipo de mão de obra. Destaque-se neste caso a Inglaterra. Mesmo com tamanhas pressões, tais legislações foram criadas aos poucos e sem nenhuma possibilidade de amparo a tais pessoas. Inicialmente, o comércio de escravos para o Brasil, foi extinto em 1850, através da Lei Eusébio de Queiroz. Em 1871, foi sancionada a Lei do Ventre Livre, que determinava a liberdade dos nascituros, além de outras formas liberdade concedida ao escravo pelo seu senhor. Em 1885 a lei Saraiva-Cotegipe ou Lei dos Sexagenários, deu o direito à liberdade dos escravos com mais de 60 anos. Em 1888, após vários atos de em prol a liberdade, foi sancionada a Lei Áurea, vinda como um ultimato para o trabalho servil, ou pelo menos no papel. Desde então, a população negra se viu livre, mas sem nenhum tipo de subsídio e/ou amparo para sua própria subsistência. Desse modo, além dos movimentos de resistência, que já atuavam, outros movimentos também começam a surgir pleiteando o acesso dessa população aos direitos civis, sociais e políticos. Por fim, destacamos que o presente trabalho se encontra em andamento, na fase de levantamento bibliográfico, e com previsão de término para o ano de 2022.

Palavras-Chave: Direitos Civis. Sociais. Políticos. Pós-Escravidão no Brasil. Cultura Negra

Trabalho: 6265

ATIVISMO JUDICIAL COMO GARANTIA DOS DIREITOS DA COMUNIDADE LGBTQIA+ NO BRASIL

Lucas Mateus Galego Barbato, Eliana Kátia Pupim

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista, João Batista Cardoso, 11. Tupã, SP. lucasmateus.gb@gmail.com, lucasm_galego@hotmail.com

Resumo: O resumo trata sobre estudo que tem por objetivo demonstrar o ativismo judicial do Poder Judiciário como forma de garantia dos direitos da população LGBTQIA+, bem como problematizar a inércia do Poder Legislativo ao editar e promulgar leis, apresentando a possível hipótese para que isto ocorra, baseando-se em dados referentes a composição do Poder Legislativo e dois casos recentemente abordados pelo Supremo Tribunal Federal por meio de levantamentos bibliográficos em doutrinas e artigos científicos disponibilizados no Portal de Periódicos CAPES e SciELO, além da pesquisa documental através de jurisprudências e ações de controle de constitucionalidade e dados colhidos e disponibilizados em notícias pela Aliança Nacional LGBTI+, Acontece Arte e Política LGBTI+ e Grupo Gay da Bahia (GGB). Haverá também o intuito de demonstrar, através da análise destes casos concretos a atuação do Poder Judiciário em prol da garantia dos direitos da população LGBTQIA+ através dos julgados pelo Supremo Tribunal Federal acerca da união estável homoafetiva e a criminalização da homofobia, em 2011 e 2019, respectivamente. Ademais, analisará os dispositivos discriminatórios ainda contidos em lei, mesmo após o reconhecimento da união estável homoafetiva em confronto com a criminalização da homofobia, mostrando uma ignorância do Legislativo ao editar os textos legais. Por fim, irá questionar se a atuação do Poder Judiciário nessas causas é a forma mais adequada para defender os direitos da população LGBTQIA+ e abordará as possíveis soluções para que a necessidade da atuação do Poder Judiciário seja menos frequente ao reconhecer os direitos da comunidade LGBTQIA+, bem como apresentar os dados relativos à diminuição de casos referentes aos homicídios em razão da orientação sexual após a criminalização da homofobia.

Palavras-Chave: Ativismo Judicial. Controle de Constitucionalidade. Direitos da População Lgbtqia+. União Estável Homoafetiva. Criminalização da Homofobia

Trabalho: 6264

DIFICULDADES E SUPERAÇÕES DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA PARA INCLUSÃO NO MERCADO DE TRABALHO: POLÍTICAS PÚBLICAS, VISÃO E NORMAS DA CLT

Taynara Damaris Rodrigues Calado da Silva, Eliana Kátia Pupim

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista; Rua João Gutinik, 31. Tupã, SP. 229156@fadap.br, prcalado@hotmail.com

Resumo: Nos dias atuais, percebemos que a inclusão de pessoas com deficiência (PCD) tem se tornado cada vez mais relevante em todas áreas e campos. Estudar e abordar a temática da inclusão de PCD no mercado de trabalho surgiu como interesse a partir das várias figuras empresariais como a UniBH, Banco Bradesco e IBM Brasil que a revista digital *Great To Place Work* classificou, após um estudo denominado FOR ALL, cuja pesquisa ocorreu por meio de um questionário específico, no ano de 2018 a 110 empresas, elevando-as ao ranking de: Empresas destaque quando o assunto é inclusão de PCD. Tornou-se algo muito discutido nas redes sociais trazendo a visão do público sobre as empresas e se destaca como um *marketing* de inclusão. Porém, o mundo ainda vive uma realidade bastante exclusiva quando o assunto é PCD e podemos perceber isso nos mais simples aspectos do dia a dia. Muitos lugares, como por exemplo ruas e calçadas, igrejas e escolas do país não são adaptados para o trânsito de cadeirantes ou deficientes visuais, a maioria das empresas não dispõe de recursos suficientes para atender

ou contratar PCD. Muito se fala na nova exigência ao funcionário em ter mais de um idioma fluente para a contratação no tocante a ser útil no atendimento ao público gringo, mas nunca se ouviu falar na qualificação do idioma em libras em pelo menos um profissional de atendimento ao público nas lojas para atender aos surdos e mudos. A definição do deficiente físico feita pela assembleia geral das nações unidas no ano de 1975, relata que o deficiente físico é todo aquele incapaz de proporcionar a si mesmo total ou parcialmente as necessidades de sua vida, seja em âmbito social ou individual, por conta de uma deficiência, qualquer que seja, específica ou não, em suas capacidades físicas. Informações estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS), relatam que há cerca de 610 milhões de pessoas portadoras de algum tipo de deficiência no mundo hoje. Cerca de 390 milhões, ou seja, 63,3% dessas fazem parte da população economicamente ativa. No Brasil, o censo de 2020 apontou dados que indicam que cerca de 24,6 milhões de pessoas têm alguma deficiência, ou seja, quase cerca de 15% da população Brasileira possui alguma deficiência. Por se tratar de um número relativamente alto perante a população mundial, e brasileira, deu motivo a este trabalho de conclusão de curso, visando servir de informação a essas pessoas, buscando apresentar de forma sucinta e fácil um panorama sobre a inserção das PCD no mercado de trabalho no Brasil, as políticas públicas que abrangem esta classe, bem como as dificuldades que enfrentam e superações, pensando em como o sistema jurídico pode auxiliá-los.

Palavras-Chave: Deficiente. Trabalho. Inserção. CLT. Políticas

Trabalho: 6368

O DESAFIO CONTRAMAJORITÁRIO DO STF E A INSTALAÇÃO DA CPI DA COVID-19: ANÁLISE À LUZ DO MANDADO DE SEGURANÇA 37760 MC-REF/DF

Henrico Queçada Pereira, Fernanda Stefani Butarelo

Curso de Direito, Centro Universitário de Adamantina; Rua Eurico José Pires, 155. Inúbia Paulista, SP. hquecada@gmail.com, 35617@fai.com.br

Resumo: O presente estudo teve por objetivo analisar o desafio contramajoritário do Supremo Tribunal Federal no julgamento do Mandado de Segurança nº 37.760, por meio do qual determinou ao Presidente do Senado Federal, entre outras coisas, que adotasse as medidas necessárias à instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid-19, cujo objetivo consistia em apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados. Assim, abordou-se a estrutura do Poder Judiciário na Constituição Federal de 1988, destacando-se o Supremo Tribunal Federal e sua precípua função de guarda da Constituição Federal, bem como sua composição, competências e sua função híbrida de Corte Constitucional e Corte de Apelação. Buscou-se demonstrar a legitimidade democrática da jurisdição constitucional, ainda que desprovida de legitimidade analisada por um aspecto estritamente compreendido por um processo eleitoral, bem como que as minorias devem ter seus direitos fundamentais contidos na Constituição Federal protegidos, exteriorizando-se, entre outras formas, pela Comissão Parlamentar de Inquérito, a qual deve ser automaticamente instalada, quando preenchidos os requisitos constitucionais, independente de aceitação da maioria. Assim, concluiu-se que a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, no MS 37.760 está em total conformidade com a Carta Magna, pois a Corte não está realizando controle judicial da política, mas tão somente assegurando o cumprimento da Constituição Federal, especialmente os direitos à vida e à saúde, fundamentos esses também que justificam sua atuação contramajoritária.

Palavras-Chave: Supremo Tribunal Federal. Papel Contramajoritário. Jurisdição Constitucional. Democracia. Comissão Parlamentar de Inquérito

Trabalho: 6309

O IMPACTO DO CUMPRIMENTO DA PENA DE PRISÃO APÓS DECISÃO EM SEGUNDA INSTÂNCIA À SEGURANÇA PÚBLICA E AO PROCESSO PENAL

André Luis Nakada Oliveros, Marcelo Petuba Llombert, Eliana Kátia Pupim

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista, Av. Anibal Davoli, 489. Tupã, SP. nakadinha@hotmail.com, nakadinha@gmail.com

Resumo: O presente artigo trata-se de revisão bibliográfica na qual se pretende discutir o impacto do cumprimento da pena de prisão após decisão em segunda instância à segurança pública e ao processo penal, sobretudo no que se refere à presente controvérsia entre a jurisprudência do STF e o Congresso Nacional a respeito do tema. Neste passo, esta discussão abordará, a partir da análise do princípio da presunção de inocência, os posicionamentos da doutrina, do Supremo Tribunal Federal, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ressaltando também a existência das PECs 5/2019 e 199/19 que tramitam no Senado e Câmara dos Deputados, respectivamente, as quais abordam justamente o cumprimento da pena de prisão após decisão em segunda instância. Sendo assim, este artigo tem como objetivo geral abordar os impactos causados pelo cumprimento da pena de prisão após decisão em segunda instância à segurança pública e à persecução penal, abordando a controvérsia entre a jurisprudência do STF e o Congresso Nacional sobre o assunto, objetivando promover o conhecimento e o debate teórico sobre o tópico em questão. A escolha do referido tema justifica-se pela importância de se analisar o impacto do cumprimento da pena de prisão após decisão em segunda instância à segurança pública e ao processo penal, pois o tema é uma importante controvérsia jurídica. Isso porque atualmente ainda há que se falar em demasiada discussão e incongruência sobre a temática de interesse. O caminho metodológico desenvolvido e aqui selecionado, após a definição da temática, foi a revisão de literatura, que é o método mais coerente para o desenvolvimento do artigo, fornecendo fundamento teórico robusto sobre o debate e viabilizando a imersão no tema de forma objetiva e delimitada

Palavras-Chave: Princípio da Presunção de Inocência. Prisão em Segunda Instância. Direito Processual Penal. Supremo Tribunal Federal. Constituição Federal

Trabalho: 6382

O JOGO COMO FERRAMENTA NA PSICOTERAPIA PSICANALÍTICA DE CASAIS

Natalia Ferraz dos Santos, Lúri Yrving Müller da Silva

Curso de Psicologia, Faculdade de Direito da Alta Paulista, Darcy Franceschi, 20. Tupã, SP. 229019@fadap.br, natt_fs@hotmail.com

Resumo: Um casamento é considerado um sistema complexo, pois, envolve diversas dimensões tais como: amor, amizade e intimidade; expectativas e percepções; filhos, avós, sogros e amigos; trabalho e pressão financeira; resolução de conflitos; rotina e tarefas diárias; bagagem pessoal e personalidade (WALDEMAR, 2008). Devido essa complexidade, indicações para uma psicoterapia de casal podem ser necessárias (GOMES; LEVY, 2010). Diversas são as estratégias de intervenção no contexto clínico em Serviços-Escola de Psicologia, um deles é a psicoterapia psicanalítica com casais (OSTI; SEI; ZANETTI, 2016). A proposta da terapia de casal psicanalítica visa melhorar na comunicação e a resolução de conflitos inconscientes por meio de associações livres, interpretações e obtenção de *insights* (SAMPAIO, 2009). Neste contexto, o presente trabalho tem o propósito de apresentar um jogo que pode ser usado na terapia psicanalítica com casais, este, foi desenvolvido como estratégia de educação em saúde durante o Estágio de Formação Profissional em Psicoterapia Familiar, de Casal e de Grupo com ênfase na psicanálise. Visa auxiliar na tomada de consciência dos aspectos presentes na relação. Dessa forma, incentiva a elaboração de novas estratégias para melhorar a expressão dos sentimentos entre o casal. É uma atividade na qual cada um deve girar a roleta e no tema que a seta apontar (os temas são os mesmos apontados no início do resumo para definir a complexidade da relação conjugal), deverão falar livremente sobre o assunto, de modo a permitir associações livres. O objetivo é melhorar a comunicação e a resolução de conflitos inconscientes de forma lúdica. O casal também pode tomar consciência sobre os diversos aspectos do casamento que até então não percebia, ou seja, eram inconscientes. É uma oportunidade para exercitar a escuta e a expressão de emoções, possibilitando a obtenção de *insight*, viabilizando o rompimento da cristalização da queixa

inicial e oferecendo mobilidade dos conflitos. Seguem as regras do jogo: Passo 1: O casal tira no par ou ímpar para decidir quem vai começar; Passo 2: Quem ganhar, roda a roleta para ver em qual aspecto cai; Passo 3: A partir daí, a pessoa deve falar o que vem à mente sobre o tema; Passo 4: O outro participante deve escutar e aguardar sua vez de dizer sobre o assunto; Passo 5: Após cada membro verbalizar sobre a temática selecionado, o outro, gira a seta, seguindo os passos 2, 3 e 4. O jogo termina quando o casal ou psicoterapeuta julgar necessário. A proposta de deslocar o foco de tensão nas situações apresentadas pelo casal na terapia, oferece novas possibilidades de transformar padrões transgeracionais, possibilitando, assim, aos cônjuges uma nova forma de relacionar-se um com o outro. Em suma, com o desenvolvimento deste jogo foi possível expandir os conhecimentos sobre o tema e considera-se que este possa ser uma grande contribuição no trabalho clínico com casais.

Palavras-Chave: Psicoterapia de Casal. Psicanálise. Estágio de Formação. Jogo

Trabalho: 6332

O NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL

Jean Carlos dos Santos Franca, Eliana Kátia Pupim

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista; Rua José Benedetti, 71. Tupã, SP. jeancarlosantosfranca@gmail.com, 229290@fadap.br

Resumo: O presente artigo tem por objetivo, aprofundar o estudo sobre os negócios jurídicos processuais que vieram a ser empregados com o advento do Código de Processo Civil de 2015; por força de lei, poderá, por convenção das partes, estruturar uma calendarização processual e, de frente, examinar a relação de limitação dos poderes instrutórios do juiz. Para tanto, busca-se aprofundar o estudo, em relação a problematização da liberdade da cláusula de negociação processual, destacada no artigo 190 do Código de Processo Civil, e as limitações dos poderes de ofício do magistrado na resolução da lide, baseando-se sempre no princípio da cooperação, que não atinge só as partes, mas também ao Estado-Juiz, para uma razoável solução dos conflitos. É com grande complexidade e problematização que se indaga, até onde a vontade das partes, pode superar as limitações impostas pelas diligências tomadas pelo juiz? É mais confortável para a parte sucumbente, em relação ao processo, saber que lhe foram acordados prazos, e não só designadas pelo Código, a qual atinge toda a sociedade? O Princípio da Cooperação, está intrínseco no artigo 6º do CPC/2015. Entendendo-se que não deveria ser levada a negociação processual entre as partes como uma questão prejudicial aos poderes instrutórios do juiz; assim, deve haver harmonia entre o negócio jurídico processual e os poderes instrutórios do juiz. A compreensão da referida convenção de negócio jurídico processual, disciplinada de forma atípica no artigo 190 CPC, é de interesse de todas as pessoas que buscam sanar suas lides perante o meio judicial. Com a implantação dos procedimentos eletrônicos judiciais em 2006, é nítido que se tornam mais céleres as soluções dos problemas judiciais. E por meio dessa demanda atual, busca-se uma celeridade maior para as soluções de conflitos; com isso, a calendarização processual negociada entre as partes, é de forma tão comumente discutida em relação aos poderes instrutórios do juiz, que, por sua vez, pode fazer a decretação de ofício por provas, dando-lhes prazos que sejam necessários para ambas partes. Aprimorar a utilização da negociação jurídica processual, é um caminho para maior rapidez nas soluções judiciais, fazendo para tanto, que mesmo a parte sucumbente do pedido, tenha um conformismo mais relevante, pois teve a oportunidade de criar uma calendarização para atos no processo, que de certa forma, além de agilizar a demanda, é criado em conjunto entre as partes para, caso tornar-se uma relação que deva ser solucionada em juízo, seja esta realizada em procedimentos e prazos favoráveis a todos. A metodologia adotada para a elaboração do presente artigo científico, foi realizada através de pesquisa bibliográfica e exploratória, partindo das bases de dados que foram disponibilizadas pela instituição FADAP-FAP, catálogo Sophia e Minha Biblioteca, além do Portal de Periódicos da Capes e SciELO. Os termos inseridos no campo de pesquisa são: Negócio jurídico processual; Acordo processual entre as partes. Além de todo o material retornado, também serão usados livros, leis, artigos científicos e as jurisprudenciais atuais.

Palavras-Chave: Negócio Jurídico Processual. Calendarização Processual. Limitação de Poderes. Solução de Conflitos. Poderes Instrutórios do Juiz

Trabalho: 6340

O PLANTÃO PSICOLÓGICO COMO POSSIBILIDADE DE ESCUTA E ACOLHIMENTO DO TRABALHADOR NAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS

Leonardo Tukiya de Souza, Thaís Angélica Déo da Silva Bereta

Curso de Psicologia, Centro Universitário de Adamantina; Rua Adem, 78. Adamantina, SP. leonardotukiya@gmail.com, 4718@fai.com.br

Resumo: As experiências aqui relatadas são resultados das práticas de Estágio em Psicologia do Trabalho, que tiveram como objetivo construir, a partir da reflexão/problematização teórico-prática, formas de intervenções. O estágio foi desenvolvido em uma escola estadual do interior do Estado de São Paulo, duas vezes por semana, sendo ofertado o plantão psicológico aos funcionários, professores e equipe administrativa. O Plantão Psicológico é um atendimento emergencial à demanda, acompanhando a pessoa em busca do sentido de existência por meio da compreensão de seu sofrimento, sem, contudo, garantir alívio ou um viver baseado na experiência de prazer imediato presente (CHAVES; HENRIQUES, 2008). Assim temos como foco, não a resolução do problema trazido para a conversa, mas sim, a pessoa compreendida como um todo (SOUZA; SOUZA, 2011). O ensino foi uma das áreas bastante afetadas pela pandemia, pois no período de semanas, as aulas que antes eram presenciais se tornaram completamente virtuais e, assim, houve a adaptação de todo um sistema de professores, coordenadores, diretores e estudantes, para que a educação continuasse a exercer suas funções. Neste panorama, buscamos trazer o atendimento psicológico através do plantão, como um espaço para a promoção da saúde mental dos trabalhadores afetados por todo este contexto da pandemia. No plantão psicológico houve possibilidades de escuta e acolhimento, bem como de alívio para as tensões vivenciadas na vida pessoal e profissional. As queixas trazidas aos atendimentos foram variadas, sendo algumas: estresse, sobrecarga de trabalho, necessidade de readaptação do trabalho desenvolvido durante a pandemia, receio em ser contaminado e contaminar outras pessoas, os relacionamentos familiares e amorosos e a readaptação a novas funções devido ao adoecimento causado pelo trabalho. Além disso, o estágio tem como foco a preparação do graduando para a atuação profissional, permitindo a integração de competências teóricas, técnicas e práticas, inclusive o desenvolvimento da capacidade reflexiva sobre as intervenções realizadas nas diversas demandas sociais. Contudo, a área da educação e seus profissionais sentem a necessidade de uma política que busque o cuidado e manutenção da saúde mental dos trabalhadores.

Palavras-Chave: Plantão Psicológico. Psicologia do Trabalho. Instituição Educacional

Trabalho: 6412

O PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A SAÚDE MENTAL DOS ESTUDANTES DE PSICOLOGIA

Jaine Jassanã Dias Prado Krynski, Thaís Angélica Déo da Silva Bereta, Luana Valera Bombarda

Curso de Psicologia, Faculdade de Direito da Alta Paulista; Rua Osvaldo Medeiros, 71. Quintana, SP. jainepradokrynski14@gmail.com

Resumo: Este trabalho consiste em uma pesquisa desenvolvida durante a Iniciação Científica, que usa o método de revisão de literatura. Os objetivos estão pautados em compreender o processo de formação em Psicologia, bem como refletir sobre a saúde mental dos graduandos, para considerar os cuidados necessários para amenizar o sofrimento psíquico do estudante. Justifica-se a relevância dessa temática ao considerar que o sofrimento psíquico se manifesta por inúmeras razões, acarretando implicações na vida acadêmica e influenciando na formação, podendo resultar no surgimento de vulnerabilidades psicológicas. Portanto, é essencial que os cursos superiores desenvolvam ações de apoio psicológico e psicopedagógico aos estudantes. E, portanto, possam melhorar o processo de formação superior, para que seja vivenciado de uma maneira mais positiva, sem que acarrete sofrimento ou mesmo, adoecimento dos estudantes (ARIÑO; BARDAGI, 2018). A saúde mental dos graduandos está significativamente relacionada a qualidade de interação individual e coletiva, considerando os decorrentes desafios vivenciados no ambiente acadêmico. Muitas manifestações de sofrimento psíquico experimentados pelos graduandos em Psicologia,

passam desapercibidas ou são negligenciadas (SANTOS, 2020). Diante dessa realidade, se constitui como um campo carente de investigações e discussões. O olhar atento aos estudantes busca uma qualidade de vida durante este momento de formação, construção de conhecimentos, aprendizagens e práticas profissionais. Pesquisas como esta, vem no sentido de contribuir para as ações institucionais, pois trazem uma reflexão mais aprofundada da graduação em Psicologia, dando a oportunidade do planejamento de atividades, o aprimoramento das políticas e dos serviços ofertados. Espera-se que essa pesquisa promova questionamentos importantes sobre a formação em Psicologia e a saúde mental dos estudantes, ampliando as reflexões aqui abordadas.

Palavras-Chave: Formação em Psicologia. Saúde Mental. Estudantes de Psicologia

Trabalho: 6329

O QUE SIGNIFICA ENVELHECER? A RESPONSABILIDADE DOS FILHOS DE CUIDAR DOS PAIS IDOSOS

Luana da Cruz Araújo, Eliana Kátia Pupim

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista; Rua Odeon Mendes Batista, 03. Queiroz, SP. luana_cruzz@outlook.com

Resumo: Neste resumo vou lhes apresentar o tema O que Significa Envelhecer? A Responsabilidade dos Filhos de Cuidar dos Pais Idosos, visando as normas em suas respectivas áreas de abrangência, tanto na área civil como na área penal, e os impactos causados no ambiente familiar e suas problemáticas. Quando falamos de responsabilidade, há muitas coisas que se encaixam nessa única palavra, a responsabilidade também é o bem-estar de vida na melhor idade, e esse bem-estar tem três formas, física, mental e psicológica, e as pessoas que podem proporcionar esse bem-estar são os familiares. No Brasil há uma grande problemática em relação a qualidade de vida dos idosos, pois o a população está envelhecendo cada vez mais, e com a expectativa de vida aumentando também, as normas e políticas públicas não acompanham todo esse processo que está cada vez mais rápido, hoje temos o Estatuto do Idoso que é um grande avanço na proteção dos idosos, e todos temos o direito de envelhecer bem e com qualidade de vida. Sabemos que em cada ambiente familiar há dificuldades de convivência e responsabilidades, e algumas vezes, os familiares preferem resolver de forma rápida, colocando-os em asilos ou casas de repouso, sempre, com a família é a melhor opção para o bem-estar completo. Há várias situações no ambiente familiar que pode levar as casas de repouso, como os filhos morarem longe uns dos outros, a falta de espaço dentro de casa, ou até mesmo a falta de dinheiro ou tempo, os idosos que possuem algum tipo de doença, como o Alzheimer, ou se estiver acamado necessitará de cuidado especial, mas os idosos não são problemas a serem resolvidos, são seres humanos que precisam de amor e cuidado de seus familiares; essa questão não deve ser tratada dessa forma, deve haver um acolhimento humanizado, priorizando o bem-estar dos familiares.

Palavras-Chave: Responsabilidade. Idoso. Filho. Família. Bem-estar

Trabalho: 6421

O SURGIMENTO DOS DIREITOS DAS MULHERES NA FRANÇA PÓS-REVOLUCIONÁRIA

Aparecida Beatriz Rodrigues Barboza, Eliana Kátia Pupim, Tiago Rafael dos Santos Alves

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista, Sítio Timão. Parapuã, SP. 229610@fadap.br

Resumo: O presente trabalho tem como principal objetivo analisar o surgimento dos direitos das mulheres na França pós revolucionária. Visando compreender a luta feminina por igualdade de direitos, seus avanços, bem como sua aplicação na

atualidade. Hoje a Mulher ocupa um espaço importante na sociedade, mas devemos recordar que nem sempre foi assim, por muito tempo elas foram privadas de seus direitos por serem consideradas incapazes sendo alvo de dominação e subordinação frente ao homem, a busca feminina por direito percorreu um longo caminho durante a história até que houvesse seu reconhecimento e efetivação. Para compreender o surgimento dessa luta traçaremos uma retrospectiva histórica das conquistas femininas, abordando o início dessa batalha, bem como os movimentos que foram de extrema importância para sua obtenção, como a queda do absolutismo, Revolução Francesa e os ideais iluministas, buscamos analisar também os principais documentos que marcaram as conquistas das mulheres como a Declaração da Mulher e da Cidadã. Esses movimentos marcam não só a história do ocidente, mas serviram de grande inspiração para o movimento feminista em outros países inclusive no Brasil. A luta feminina obteve sucesso, e hoje a mulher se encontra como pessoa titular de direitos fundamentais civis e políticos, mais questiona-se aqui o seguinte: Mesmo com seus direitos garantidos porque a mulher ainda sofre desigualdade de gênero, violência e discriminação? Até que ponto os direitos positivados são eficazes em sua aplicação? Para realização do presente estudo optamos pela utilização do referencial bibliográfico indicado pelo professor orientador, bem como consultas a diferentes bases de trabalhos acadêmicos sobre o nosso objeto de estudo.

Palavras-Chave: Direitos. Mulheres. História. Legislações. Igualdade de Gênero

Trabalho: 6249

O VÍNCULO EMPREGATÍCIO ENTRE O MOTORISTA E A UBER

Matheus Souza Banhos, Eliana Kátia Pupim

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista; Rua Dorival Jorge, 81. Tupã, SP. mat.banhos@hotmail.com

Resumo: O objetivo deste estudo é analisar a possibilidade de haver ou não vínculo empregatício entre o motorista e a empresa Uber, pois, nos últimos anos houve um notável aumento no desemprego em nosso país. Assim, serão analisados quais são os requisitos estabelecidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas que geram o vínculo empregatício; consequentemente, o contrato de trabalho, bem como serão abordados os entendimentos dos Tribunais Regionais do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho, sobre esse tema. Além disso, o objetivo é analisar o que os Tribunais entendem sobre o vínculo empregatício entre o motorista e a Uber. A metodologia empregada para o desenvolvimento do estudo será a pesquisa bibliográfica em bases de dados nacionais como a SciELO, o Portal de Periódicos CAPES, biblioteca eletrônica Minha Biblioteca, e bases de dados institucionais especializadas em jurisprudências, visando compreender a parte técnica da formação do vínculo empregatício. Até o presente momento, observa-se que os Tribunais, no que tange ao tema, ao realizar a análise de tais julgados, a justificativa para a não configuração da relação de emprego entre motorista e a Uber é a ausência dos requisitos trazidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas, além de entenderem que se trataria de um trabalhador independente, ou seja, um trabalhador autônomo, impossibilitando de se tornar nesta situação, celetista. Ademais, os Tribunais sustentam que o motorista é livre para exercer a atividade sem estar subordinado a um empregador, podendo escolher o horário e o dia de trabalho, além de se sujeitar a estar usando mais de um aplicativo de viagem.

Palavras-Chave: Direito do Trabalho. Vínculo Empregatício. Relação de Emprego. Empresa Uber. Motorista

Trabalho: 6302

OBRIGATORIEDADE DA PENSÃO ALIMENTAR NA PANDEMIA

Luene Stéfanni Cardoso Marqui, Sílvia Regina Stefanini Fernandes, Eliana Kátia Pupim

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista; Rua Guaianases, 1130 (Ap. 702), Tupã, SP. lumarqui@gmail.com, 229564@fadap.br

Resumo: O artigo aborda a obrigatoriedade da pensão alimentar em face dos impactos da Covid-19 e o objetivo é analisar as repercussões que o vírus SARS-CoV-2 causou em relação a obrigatoriedade da pensão alimentar. Isso aconteceu porque o mundo está enfrentando a pandemia do Coronavírus desde março de 2020, após a decretação da Organização Mundial da Saúde relacionada com o aparecimento do vírus SARS-CoV-2. Por ser um vírus altamente transmissível, todos países precisaram decretar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus e essas medidas acabaram impactando diversas áreas tais como a Economia e o Direito de Família. Houve uma desaceleração na economia, pois muitas empresas que não eram consideradas como essenciais e que não tinham condições de se reinventar para continuar funcionando em home office tiveram que demitir diversos funcionários e sendo que muitos dessas pessoas que ficaram desempregadas possui como obrigação o pagamento da pensão alimentícia. Diante desse cenário muitas pessoas não sabiam se pelo fato de o mundo estar enfrentando essa pandemia ainda estaria sendo obrigatório ter que realizar o pagamento e por isso é extremamente necessário que as partes envolvidas dessa relação estejam cientes sobre seus direitos e suas obrigações. Diante do exposto se fez necessário para conseguir elucidar as dúvidas das pessoas envolvidas nessas relações o esclarecimento sobre o que constitui a obrigação alimentar, como ocorreu o surgimento da pandemia do Coronavírus e os efeitos que refletiram a obrigatoriedade da pensão alimentar. Com relação a metodologia adotada a autora usou para trilhar o caminho desejado e assim alcançar seus objetivos a metodologia qualitativa, baseando-se em pesquisas bibliográficas fundamentadas em doutrinas, artigos, ordenamento pátrio e jurisprudência. Em relação a localização dos artigos foi usado como ferramenta de pesquisa o *Google Acadêmico*, *Periódicos Capes* e *SciELO*. No que tange ao presente artigo, pode-se concluir que o tema abordado é de extrema relevância para área do Direito Familiar, principalmente para os alimentandos que precisam saber que, mesmo estando em período de pandemia e o alimentante estando desempregado, ele ainda tem a obrigação de continuar pagando a pensão alimentícia ainda mais que o alimentando é considerado como a parte mais vulnerável da relação.

Palavras-Chave: Pandemia. Obrigação Alimentar. Direito de Família. Pensão Alimentícia. Coronavírus

Trabalho: 6422

OS PODERES INSTRUTÓRIOS DO JUIZ: GARANTIAS PARA REPRESENTAR O ESTADO NA TUTELA JURISDICIONAL E ALCANÇAR A VERDADE REAL SOBRE OS FATOS

Danilo Almeida de Souza, André Luís Sanches, Eliana Kátia Pupim

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista; Rua Pernambuco, 115. Rinópolis, SP. danilo.almeida6@hotmail.com, 229423@fadap.br

Resumo: O presente trabalho propõe apresentar as garantias processuais conferidos aos Juízes de competência no território Brasileiro para a prestação da tutela jurisdicional, já que são considerados uma autoridade maior e assim sendo uma parte imparcial para a representação do Estado no momento da justiça ser alcançada, desta forma eles possuem o chamado Poderes Instrutórios do Juiz, requisitos essenciais para garantir a autonomia no processo e procedimento, alcançando a verdade real dos fatos, exigindo a produção de provas quando necessário, e principalmente quando as partes principais se mantêm inertes e o processo precisa dar continuidade para não ferir o Princípio da Duração Razoável do Processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação. Assim o texto possui o objetivo de refletir se o Magistrado se torna uma figura intocável pelo fato de ser considerado imparcial e possuir certa autonomia no processo quando necessário, principalmente para exigir a produção de provas seguindo o Princípio do Inquisitivo ou Impulso Oficial para sanar dúvidas e tomar uma decisão justa e favorável, impulsionando a ação quando as partes se mantem inerte. A metodologia da pesquisa associa a revisão bibliográfica de artigos periódicos que retratam assunto como tema principal. Tendo em vista os aspectos observados com a pesquisa chegou-se ao resultado e convicção que os poderes instrutórios possuem grande importância para a atuação do Juiz na tutela jurisdicional já que esses poderes são uma garantia e permissão para uma autonomia do ativismo judicial para que ele chegue à verdade real sobre os fatos na lide.

Palavras-Chave: Poderes Instrutórios. Tutela Jurisdicional. Produção de Provas. Autonomia. Verdade Real

Trabalho: 6481

PHISHING E PHARMING: RESPONSABILIDADE CIVIL SOBRE AS FRAUDES NA INTERNET

Lucilene da Silva Ramalho, Eliana Kátia Pupim

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista; Rua Yamato, 70. Tupã, SP. 229521@fadap.br, leninhaset@gmail.com

Resumo: Este artigo dispõe sobre a responsabilidade civil das Instituições Bancárias e a reparação das vítimas prejudicadas por ações ilegais, bem como dicas para evitar essas ações maliciosas pela internet e ter seus conflitos resolvidos. A tecnologia tem facilitado e economizado tempo de usuários, que ao invés de sair de casa fazem tudo no conforto de seu lar, mostrando que a sociedade evoluiu tecnologicamente e que esse método que se intensificou na pandemia veio para ficar. Com o aumento de números de pessoas com acesso à rede, o uso de sites e aplicativos maliciosos também cresceram, trazendo prejuízos mediante fraudes ocorrido na internet. Entre os crimes mais corriqueiros estão o *phishing* e *pharming*, meios pelos quais se praticam crimes virtuais, que será destacado nesse presente artigo. Diante de vantagens ilícitas, a pesquisa tem como objetivo principal aprofundar a compreensão da autora sobre a responsabilidade das Instituições Bancárias perante as vítimas desses crimes maliciosos, que atualmente merece destaque. A autora justifica o estudo pelo crescimento alarmante em relação a golpes virtuais, de acordo com a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), identificando aumento de 80% nas tentativas de *phishing*, confirmando que a exposição diária do usuário de forma ingênua, gerou um aumento significativo de casos. Mesmo com segurança digital fortíssima dos bancos, os dados e informações bancárias dos usuários são muito visados. Mediante esse cenário, a Nova Lei 14.155/21 contra fraude eletrônica veio como resposta ao elevado número de crimes praticados, promovendo alterações para inibir essa atuação criminosa, que adquiriu conhecimento específico para invadir sistemas e espalhar prejuízos. A metodologia empregada é a pesquisa bibliográfica em bases de dados eletrônicas, especializadas em pesquisas científicas e jurídicas.

Palavras-Chave: Internet. *Phishing*. *Pharming*. Responsabilidade Civil. Fraude

Trabalho: 6501

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA EMPRESA DE HIDROPONIA DE MORANGOS

Ana Paula Aguiar Barbosa, Reinaldo de Oliveira Nocchi

Curso de Administração de Empresas, Centro Universitário de Adamantina; Rua São Sebastião, 631. Mariápolis, SP. 418@fai.com.br

Resumo: A hidroponia é uma técnica de cultivo em que as plantas se desenvolvem sem estarem fixadas ao solo e, são nutridas através de uma solução especificamente preparada com a cultura. Pode-se produzir hortaliças, frutas, cereais, plantas ornamentais e medicinais, entre outros. Hoje é um método de produção usado em pequenas propriedades para que se alcance uma produtividade satisfatória em função da disponibilidade de terras. Já é, comprovadamente, a melhor maneira para se alcançar níveis satisfatórios de produção e produtividade para pequenas propriedades rurais. O objetivo do presente trabalho é apresentar o planejamento estratégico para uma plantação hidropônica de morangos para pequenos proprietários rurais em Junqueirópolis, São Paulo. Para que esse empreendimento seja inserido devidamente no mercado, faz-se necessário o estudo e o dimensionamento de medidas internas e externas referentes a produção, mercado, marketing e formação de preço, além, claro, da agregação de valor. O planejamento estratégico é um processo usado para todos tipos e tamanhos de empresas e, por meio dele são determinadas as metas e ações para o curto, médio e longo prazo. No estudo realizado para a produção de morangos em Junqueirópolis, estipulamos, a curto prazo, a instalação e comercialização da produção, levando em conta 50% da produção no primeiro ano. Levou-se em conta esse percentual por se tratar de uma empresa nova no mercado. Para o

médio prazo, investimentos para a estruturação de uma fábrica de geleias e compotas de morangos. Isso agregaria valor a produção de morangos e destinaria, de forma satisfatória, o percentual de morangos fora das especificações de mercado para mesa. A longo prazo, estipulou-se a expansão da produção hidropônica e dos agregados processados, motivando e amparando a expansão para o mercado nacional, deixando de enfatizar somente o local, regional. As informações para a elaboração deste trabalho foram obtidas em artigos científicos disponibilizados em meio eletrônico, usando-se de buscas através de palavras-chaves relacionadas ao tema, além de pesquisas com produtores rurais que usam essa técnica. Concluímos que o método de hidroponia de morangos apesar de pouco usado na região, é uma técnica vantajosa e promissora comparado aos demais métodos de produção. O planejamento estratégico vem auxiliar os empreendedores nas tomadas de decisões, e ampara em como alavancar o negócio e atingir as metas, no decorrer do tempo.

Palavras-Chave: Planejamento. Estratégias. Hidroponia. Morangos. Produção

Trabalho: 6360

PLANO ESTRATÉGICO DE UMA PADARIA *DRIVE THRU*

Tainara Marquette Ormundo, Reinaldo de Oliveira Nocchi

Curso de Administração, Faculdades Adamantinenses Integradas, Avenida Ipiranga, 540. Adamantina, SP. tmtaiormundo@gmail.com

Resumo: Este Plano Estratégico conta com aspectos necessários para que a empresa do ramo de padaria cresça com constância, através da criação de estratégias que auxiliarão em uma visão do mercado, e também para tomada de decisões. O tema deste trabalho é a Padaria *drive thru*, este tema surgiu através de muita pesquisa, do pensamento de inovação, e na vida corrida das pessoas atualmente, mostrando aos moradores de Adamantina (local de implantação) um serviço diferenciado dos concorrentes. O segmento de mercado apresentado é muito amplo, existe um grande leque de produtos a serem agregados para revenda, além dos produtos de fabricação própria. A princípio a empresa atuará no fornecimento de pães e produtos feitos em padarias, também contará com produtos revendidos (produtos esses de primeira necessidade). O estudo trata do planejamento estratégico de uma padaria *drive thru* na cidade de Adamantina, interior de São Paulo. Um dos principais fatores que influenciam positivamente este ramo do comércio é o período pandêmico no qual estamos inseridos, no qual se exige a adoção de fortes estratégias; assim, esta proposta consegue, de forma eficiente, evitar aglomerações e transtornos, além de oferecer toda praticidade necessária para os clientes. Mas a primeira Padaria *drive thru* não se deu por conta da pandemia, tudo começou em 2013, quando um empresário estava em seu carro na rua com filho e cachorro em um dia de chuva e precisava comprar pães, diante desta situação não tinha muitas opções de lugares e acabou levando mais de uma hora para comprar os pães, então o que era pra ser uma tarefa simples do dia-a-dia, acabou se tornando algo muito incômodo e, a partir disto, que ele teve uma ideia, criar um lugar onde se pudesse comprar pão sem ter que descer do carro e de forma rápida. Assim nasceu o conceito de padaria *drive thru* desta modalidade. A empresa em questão terá por nome fantasia: Encontro da manhã. Funcionará das 6 às 19 h, de segunda a sábado e aos domingos e feriados das 7 às 13 h. Diferentemente das outras panificadoras, esta oferecerá, além dos serviços tradicionais, em que seus clientes poderão comprar dentro da padaria, os produtos de sua preferência, o delivery que é feito os pedidos através do telefone ou WhatsApp, e é entregue na porta de sua casa, ou onde eles estiverem, e o *drive thru* que é o diferencial dessa padaria, onde os consumidores nem precisam sair de seus carros para serem atendidos, nem para retirada de seus produtos. Os custos fixos mensais foram estimados em R\$ 40.463,54 e os variáveis em R\$ 51.448,31; as receitas mensais estimadas em R\$ 102.313,62. Com um Índice de Rentabilidade de 36% a.a, uma TIR Taxa Interna de Retorno de 38,48%, um Valor Presente Líquido VPL de R\$ 621.040,13; e um *Pay Back* Retorno do Investimento de 2 anos e 9 meses. Conclui-se que esse ramo de negócio pode gerar um retorno financeiro satisfatório, acima das oportunidades oferecidas pelo mercado financeiro, com a administração correta e assertiva.

Palavras-Chave: Planejamento. Estratégias. Padaria. *Drive Thru*

Trabalho: 6296

PRINCÍPIO DA ISONOMIA, COM REFLEXO NO FEMINICÍDIO, E O RESPECTIVO AUMENTO DE CASOS PERANTE A COVID-19

Pedro Biadola Neto, Eliana Kátia Pupim

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista; Av. Campos Salles, 92. Herculândia, SP. pedrobiadola.neto@hotmail.com, pedrobiadola@icloud.com

Resumo: Em primeira instância, vamos considerar que o corpo social está atualmente inserido em um sistema patriarcal, podendo-se afirmar que ele permite inserir uma cultura de valorização do sexo masculino e às vezes incumbe a mulher uma posição subordinada. Assim, buscamos por meio do presente estudo, discorrer sobre as questões voltadas ao aumento gradativo dos casos de feminicídio no Brasil devido ao isolamento social ocasionado pelo vírus Covid-19, abordando suas características e consequências no corpo social. Além disso, é necessário ressaltar que o objetivo adicional desta pesquisa é expor os reflexos que o Princípio da Isonomia tem diante da qualificadora do crime de homicídio supracitada, considerando que, segundo alguns doutrinadores, o feminicídio incluso no Código Penal (Lei 13.104/2015), poderia ferir a constitucionalidade da isonomia resguardada na Constituição Federal. A pesquisa bibliográfica será feita por meio da análise de livros, artigos científicos e pesquisas relevantes sobre o tema, sendo pautada com base em dados já analisados e publicados e materiais ainda não analisados nem publicados, usando o método hipotético-dedutivo. O impasse baseia-se no fato de haver ou não retrocesso na busca da efetivação do Princípio da Isonomia na qualificadora supradita, bem como se o isolamento social contribuiu para o aumento nos casos de feminicídio, além de expor as divergências doutrinárias sobre o tema em questão. Concluímos, que é necessário ter um viés crítico em relação ao estudo do tema para concretizar as conclusões.

Palavras-Chave: Princípio da Isonomia. Feminicídio. Pandemia. Isolamento Social. Covid-19

Trabalho: 6471

MODELO DE PRODUÇÃO DE LEITE A PARTIR DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NA AGROPECUÁRIA

Eliane Pereira de Souza Forato, Evandro Jardim dos Santos

Curso de Tecnologia em Gestão Comercial; Rua Walter Massafferro, 70. Adamantina, SP. elianemorao3@gmail.com, elianemorao1@gmail.com

Resumo: A inovação tecnológica vem sendo invocada de forma crescente como estratégia competitiva nas empresas, contribuindo para impulsionar a economia. Assim, a adesão à tecnologia se tornou mais um recurso a serviço das organizações, agregando valor a processos, produtos e serviços. Assim, o objetivo do presente projeto é comparar dois métodos de produção leiteira, um a partir do método tradicional e o outro com aplicação sistemática da tecnologia. A principal hipótese parte-se da possibilidade de que o impacto da tecnologia como moderno processo de produção promova não só vantagem competitiva, mas também menores custos atribuídos a todas etapas de produção, maximização de resultados operacionais e estabeleça mais eficiência quanto à sustentabilidade para as organizações. E para evidenciar tais resultados, optou-se por um estudo de caso em uma empresa real. Trata-se de uma propriedade rural familiar que sofreu o impacto da mudança tecnológica em seus métodos produtivos. O presente trabalho apresentara dois métodos de produção para atividade leiteira: um com sistemas de pastagens cultivadas anualmente, com fertilização e reforma, e o outro com sistema rotativo de piqueteamento, com manutenção diária; será feita uma análise comparativa dos dois sistemas. O desempenho da agricultura familiar é determinado por conjuntos de fatores importantes, seja mão de obra, políticas públicas, recursos, demanda e características da região; muitas dessas variáveis não estão no controle do produtor rural, mas cabe a ele decidir o método de aplicação mais viável a partir dos recursos e informações disponíveis.

Palavras-Chave: Inovação Tecnológica. Benefícios. Agropecuária. Produção Leiteira

Trabalho: 6273

PSICOLOGIA: MELHORIAS ATRAVÉS DA QUALIDADE DE VIDA DOS TRABALHADORES

Igor Golfeto Prado, Fernanda Yamauchi

Curso de Administração de Empresas, Faculdade de Ciências Contábeis e Administração de Tupã; Av. São João, 429 (Fundos).
Quintana, SP. igorprado885@gmail.com, igorprado884@gmail.com

Resumo: O projeto tem como objetivo trazer uma nova abordagem do papel do psicólogo nas empresas, onde através de suas habilidades analíticas ele poderá colaborar com o aumento significativo na produtividade e melhora na eficiência dos colaboradores, assim proporcionando mais qualidade ao serviço final, além do aumento da satisfação do funcionário e do empregador, o que influenciaria diretamente em seu rendimento tanto dentro como fora da organização. Através de pesquisas e estudos práticos é possível notar como é importante para as organizações o profissional estar motivado e bem em seu local de trabalho, trazendo progresso para a organização; com isso, é possível afirmar que, quando motivado, ele tem maior disposição e capacidade para desempenhar suas atividades laborais trazendo assim maior produtividade e melhor execução de suas funções. Assim, estudos mostram que a melhora na satisfação do colaborador na organização, diminui a rotatividade, a necessidade de novas contratações e treinamento, as faltas sem justificativa, os atrasos, possíveis erros e burocracias nos processos, assim como acidentes de trabalho por falta do uso de EPI e EPC. Por outro lado, há o aumento na produtividade, melhora na comunicação interna, competitividade saudável, sentimento de pertencimento e colaboração com o progresso da organização. Este projeto faz parte da disciplina do 4º termo de Administração; assim, é importante ressaltar que o trabalho ainda não tem resultados finais da pesquisa de campo, pois ainda não foi realizada a implementação de sua abordagem nas empresas.

Palavras-Chave: Qualidade de Vida; Psicologia nas Organizações; Produtividade.

Trabalho: 6420

RECONHECENDO AS EMOÇÕES EM 3 ETAPAS: JOGO PSICOEDUCATIVO

Gabriela Peçan, Luana Valera Bombarda

Curso de Psicologia, Faculdade de Direito da Alta Paulista, Yutaka Abe, 1700. Osvaldo Cruz, SP. gabrielapecan2@gmail.com

Resumo: O presente trabalho apresenta um projeto psicoeducativo com idosos desenvolvido pelo núcleo de estágio de formação profissional em Psicologia Institucional e Comunitária de uma instituição do interior paulista. A partir da queixa e análise das necessidades de uma instituição para idosos, foi identificado o aparecimento de sofrimento psíquico dos idosos frente a pandemia de COVID-19. Dessa forma, foi elaborado um projeto psicoeducativo como estratégia de intervenção remota. A proposta de trabalho consistiu na elaboração de um jogo em que os sujeitos pudessem reconhecer suas emoções e desenvolver estratégias de enfrentamento frente a pandemia. Para isso, o material foi elaborado em três etapas, sendo a primeira, a apresentação de figuras relacionadas ao contexto atual, acompanhada de um gabarito de sentimentos, na segunda, abordadas estratégias de enfrentamento, nas quais apresenta-se imagens e frases de possíveis ações que possam amenizar os conflitos internos, e por fim, um roteiro de frases indutivas para a leitura em voz alta do aplicador, frases essas que possam promover reflexões acerca das vivências desses indivíduos, possibilitando o pensar voltado para possíveis situações conflituosas. As experiências obtidas durante a atividade aqui apresentada e na área da psicologia institucional e comunitária, possibilitaram pensar em intervenções psicossociais para minimizar o sofrimento dos idosos durante a situação pandêmica. A atividade contribuiu para a formação profissional, de maneira a desenvolver estratégias de enfrentamento para situações do dia a dia desses idosos e o reconhecimento de suas próprias emoções, como proporcionou ao estagiário de psicologia o desenvolvimento de novas práticas e possibilidades de atuação em caráter remoto. Como pôde ser notado nesse período pandêmico, há vários fatores que colaboram para o sofrimento desses idosos, entre eles a angústia, tristeza, solidão e

ansiedade. Assim, a estratégia permitiu a reflexão sobre suas vivências e contribuiu para o aumento do diálogo entre os idosos que residem no lar, contribuindo para o processo de autonomia, socialização e diminuição do sofrimento psíquico.

Palavras-Chave: Psicoeducação. Jogos Psicoeducativos. Intervenção Comunitária.

Trabalho: 6303

RELAÇÃO MENTE-CORPO SEGUNDO RENÉ DESCARTES

Ermes Rodrigues de Almeida Neto, Simone Aparecida de Campos Scarpini

Curso de Zootecnia, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul; Av. Santa Cecília, 160. Monte Castelo, SP. ermes_r@hotmail.com

Resumo: O aprofundamento do ato de pensar, tem-se definido como grande busca pela explicação, do que é o ser humano? o que é o mundo no qual ele está inculido? e sobre de que maneira deve levar sua vida? O problema existente entre mente (fenômenos mentais) e corpo (fenômenos biológicos) relacionados ao ser humanos, estão intimamente ligados ao campo da Metafísica e da Ética. Mas não somente a filosofia, se interessa por esse problema (mente e corpo), há outros representantes das ciências naturais e humanas, que buscam uma luz para a solução de tais conflitos. Os fenômenos mentais, por sua vez são completamente diferentes dos fenômenos físicos, químicos, biológicos etc. Desse modo, tentar reduzir os fenômenos mentais aos fenômenos biológicos, é algo muito difícil. O problema conhecido como problema mente-corpo busca resolver essa questão. Este acaba por se subdividir em duas categorias: dualista e materialista. A visão dualista concebe a visão da mente como uma substância não física ao passo que as abordagens materialistas idealizariam os fenômenos mentais como idênticos ao físico. Já a abordagem materialista, está dividida entre a visão behaviorista e as teorias da identidade. Uma característica que nos permite discernir os fenômenos mentais, é seu conteúdo qualitativo, sendo aqueles que envolvem as sensações e experiências de percepção. As sensações antecedem o pensamento, indo desde os animais até os recém-nascidos. E fazem parte do desenvolvimento humano, pois sentimos alguma sensação (dor, alegria) as sentimos, pois, temos consciência delas, não sendo desse modo algo inconsciente. Desse modo, a filosofia da mente tem por objetivo investigar as relações entre mente e corpo, entre *res cogitans* e *res extensa*. Eles são invisíveis, não podendo ser mensurados diretamente sendo inacessíveis à observação direta tornando-se subjetivo e/ou privados sendo assim destrutíveis. E a alma como sendo imaterial não é uma característica exclusiva da mente. Desse modo os fenômenos mentais dizem respeito aos sentimentos, sendo algo mais fugaz, do que aos estados de ânimo e ainda mais fugaz, com relação às emoções, de qualidades mais fortes (alegria, tristeza). Deste modo, sabemos que a mente é um dos elementos mais íntimos que compõe a natureza humana, e a ele são atribuídos todos pensamentos. Entretanto, quando se tenta compreender seu funcionamento de modo sistemático e coerente as relações entre a nossa mente e o corpo, deparamos com o problema mente-corpo. Esta relação acaba se tornando um problema pois o cérebro é um sistema físico, público e extenso, já os fenômenos mentais, principalmente aqueles que envolvem consciência, parecem ser essencialmente subjetivos, inacessíveis à observação e à mensuração e, por isso, acabam escapando a uma apreensão científica.

Palavras-Chave: Filosofia da Mente. Mente e Corpo. Dualismo. *Res Cogitans*. *Res Extensa*

Trabalho: 6530

A RESPONSABILIDADE CIVIL DO CREDOR E OS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Antônio Carlos Pereira da Costa, Sérgio Fabrício de Lima Bindilatti, Eliana Kátia Pupim

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista, Alameda do Carmo, 67. Tupã, SP. costaglass1@hotmail.com, 229296@fadap.br

Resumo: Com o avanço dos anos e o aumento dos danos decorrentes de acidentes de toda a ordem surgiu, consequentemente, o seguro, com o objetivo de diminuir os prejuízos financeiros suportados pelas vítimas ou terceiros. O seguro marítimo, que foi o primeiro ramo do seguro, foi, inicialmente, administrado pelo Código Comercial. Posteriormente, tendo em vista a evolução sofrida e o surgimento de novos ramos de seguro, a atividade passou a ser regulamentada no Código Civil brasileiro, o qual se encontrava ainda despreparado para lidar com essas questões de relação de consumo. Diante da grande disparidade de poderes, em que o maior protegido nesta relação era o fornecedor, passou o legislador a usar, para julgamento, o Código de Defesa do Consumidor, para tentar estabelecer um paralelo de poderes entre ambos os contratantes. Portanto, esta monografia tem como objetivo geral efetuar uma breve análise dos contratos de seguro, estudando, desde já, sua evolução, mais especificamente, avaliando a legislação brasileira existente acerca do tema e correlacioná-la com o Código de Defesa do Consumidor. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, realizada por meio do método dedutivo e de procedimento técnico bibliográfico e documental. Deste modo, as reflexões iniciam-se a partir de uma análise do histórico do seguro e das principais expressões usadas, analisando, ainda, a classificação dos contratos de seguro. Em seguida, realiza-se uma rápida apreciação dos elementos que compõem o contrato e o motivo da importância de se contratar o seguro com um profissional habilitado e registrado no órgão regulador de seguros. Por fim, analisam-se os sujeitos e institutos do Código de Defesa do Consumidor, traçando uma comparação com o ramo de seguro.

Palavras-Chave: Seguro. Corretor de Seguros. Código de Defesa do Consumidor. Contrato de Seguro

Trabalho: 6339

RESPONSABILIDADE CIVIL E CRIMINAL DA PESSOA JURÍDICA NOS CASOS DE DANO AMBIENTAL

André Luis Lio Miravete, Eliana Kátia Pupim

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista; Rua Francisco Belarmino Novaes, 25. Tupã, SP. 221600@fadap.br

Resumo: O presente artigo tem por finalidade uma abordagem clara e sucinta, sobre a responsabilização civil e criminal da pessoa jurídica nos casos de danos ambientais, destacando as leis vigentes que disciplinam o tema, com um breve histórico da legislação. Da mesma forma, serão trazidos diferentes conceitos de meio ambiente, degradação ambiental, poluição e outros institutos que norteiam a matéria. O direito a um meio ambiente equilibrado é de grande importância para a existência de todos tipos de vida que habitam nosso planeta, dos seres humanos, aos animais e plantas. Para tanto, é necessário usar normas reguladoras das questões ambientais, que preveem as condutas lesivas e a consequente responsabilização de seu infrator. Usando um método de abordagem qualitativo, busca-se por meio de pesquisas bibliográficas e documentais, em periódicos físicos e virtuais, chegar-se a conclusões pertinentes, resultantes desta pesquisa. Referidas informações permitirão perceber que é fundamentalmente importante que uma efetiva responsabilização recaia sobre o causador do dano ambiental, sobretudo à pessoa jurídica, possuidora de uma responsabilidade objetiva, o que a torna responsável independentemente de culpa ou dolo, bastando que haja apenas a conduta lesiva ao meio ambiente, o dano efetivamente causado e o nexo de causalidade. A metodologia abordada, baseou-se em resultados encontrados em estatísticas com uma série de dados relevantes, como também em pesquisa no Portal de Periódicos da CAPES e SciELO, em conjunto com a base de dados para a pesquisa bibliográfica proporcionada pela FADAP-FAP a saber, catálogo Sophia e base de dados eletrônica Minha Biblioteca. Do exposto, como supracitado no texto científico, conclui-se da sobredita temática, a importância do conteúdo em questão, por sua indiscutível relevância nos dias atuais, pois vivemos desastres ambientais cada vez maiores, como consequências reais ao uso desenfreado e indiscriminado dos recursos naturais, os quais, com o desenvolvimento social, econômico e tecnológico que vivemos, estão alcançando proporções gigantescas, sendo necessário viver de forma sustentável, com uso consciente, sem degradar ou poluir o meio ambiente, para garantir o futuro das próximas gerações.

Palavras-Chave: Responsabilidade Civil. Responsabilidade Criminal. Pessoa Jurídica. Dano Ambiental

Trabalho: 6261

RESPONSABILIDADE CIVIL POR ERRO MÉDICO NAS CIRURGIAS PLÁSTICAS ESTÉTICAS

Amanda Beatriz Lorusso Bettencourt, Eliana Kátia Pupim

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista; Rua Guaicurus, 416. Tupã, SP. amandalorusso9@gmail.com

Resumo: O presente resumo se debruça sobre a responsabilidade civil do médico mediante um erro em cirurgia plástica estética, levando em consideração o atual Código Civil brasileiro, analisando de forma crítica a relação entre a lei e a atuação errônea do médico nos casos relacionados. No contexto atual, percebe-se grande apelo das redes sociais quem em seu bojo carregam uma nova visão e novas perspectivas em relação a vida pessoal, a imagem e a superexposição. Em razão deste cenário de perfeição, vemos que as pessoas procuram inúmeros métodos de embelezamento, buscando encaixar no novo padrão social de beleza, em uma busca procura desenfreada pela beleza muitas vezes inalcançável. A demanda ocorre por métodos caseiros, pelo consumo excessivo de produtos de beleza ou sendo muitas vezes levadas por impulso e sem real necessidade as mesas cirúrgicas. E sendo essa a localização do panorama desse artigo. Nas mesas cirúrgicas, com um termo de consentimento assinado, os médicos têm total liberdade para fazer seu dever, levando em conta o combinado previamente pelo contrato estabelecido entre as partes, mas como toda cirurgia é um risco, muitas vezes os médicos falham no cumprimento daquilo que se é esperado e prometido por eles. O objetivo deste estudo é compreender o papel do advogado na ação para responsabilizar o médico e garantir o direito da vítima, sendo que nos casos desse tipo de cirurgias específicas temos a obrigação de resultado, gerando uma responsabilidade civil. A metodologia empregada para o desenvolvimento do estudo será a pesquisa bibliográfica em bases de dados nacionais como a SciELO, o Portal de Periódicos CAPES, biblioteca eletrônica Minha Biblioteca, e bases de dados institucionais especializadas em jurisprudências.

Palavras-Chave: Responsabilidade Civil. Erro Médico. Cirurgias Plásticas. Estética

Trabalho: 6299

RESPONSABILIDADE CIVIL: DANOS INERENTES À DESISTÊNCIA DA ADOÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Camila Ferreira da Silva, Carlos Augusto de Almeida Troncon

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista; Rua Ágape, 98. Tupã, SP. camila@alfatupa.com.br, 229638@fadap.br

Resumo: De acordo com a Constituição de 88, as crianças e adolescentes têm seus direitos protegidos por lei, pois a eles é assegurado a proteção integral, e os responsáveis por esses direitos são a família, o próprio Estado e a sociedade, cada um em sua esfera, assim os princípios norteadores da infância previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente bem como da Carta Magna, destacam como a principal: a convivência familiar, porém quando ela não se torna possível a criança é colocada sobre curatela do estado até ser adotada. Assim a questão norteadora desse artigo é quais seriam os danos inerentes a desistência da adoção de crianças e adolescentes no âmbito social, psicológico e jurídico, dessa forma esse artigo então se justifica devido a adoção ser uma variante prevista em lei afim de incluir crianças e adolescentes em uma família por vezes nova, por vezes a primeira vez, sendo esse modelo de caráter irrevogável, assim podemos dizer que a adoção é um ato de amor que gera um relacionamento de filiação ente quem adota e quem é adotado. Dessa forma, o objetivo geral desse trabalho é informar o leitor dos danos psicológicos que a devolutiva adoção pode causar a criança/adolescente e o que ela acarreta para o adotante, tendo como objetivos específicos: contextualizar historicamente os direitos da criança e do adolescente; apontar qual a proteção jurídica que é dada aos direitos desses indivíduos bem como a destituição do poder familiar; apontar o processo da adoção e seu desenvolvimento para essas pessoas e informar a quais as chances de indenização por dano moral a perda da chance de ser adotado. As bases de dados para a pesquisa bibliográfica serão as disponibilizadas pela FADAP-FAP a saber, catálogo Sophia e base de dados eletrônica Minha Biblioteca, também serão pesquisados artigos na base de dados SciELO e do Google Acadêmico. Os descritores usados na busca são: Adoção. Poder familiar. Lei 1593, concluindo que a responsabilidade civil deve

ser a medida imposta quando ocorre a desistência da adoção, seja durante o processo ou após a sentença de adoção, garantindo danos morais a criança ou adolescente que foi vitimado a perda da chance de ter um seio familiar.

Palavras-Chave: Adoção. Poder Familiar. Lei 1593

Trabalho: 6443

VIABILIDADE ECONÔMICA DA IMPLANTANÇÃO DE UMA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA PARA *PETS*

Paulo Henrique de Lima, Reinaldo de Oliveira Nocchi

Curso de Administração, Faculdades Adamantinenses Integradas; Rua Almirante Barroso, 975. Bastos, SP. Paulo_gc_gc@hotmail.com

Resumo: A alimentação pelos animais foi, no mínimo, um quesito fundamental para o prosseguimento e evolução das espécies no planeta. Ao longo do tempo, os seres humanos foram mantendo relações cada vez mais próximas com os animais, chamados preliminarmente como de estimação, atualmente com a designação de *PET*. O presente trabalho destina-se a demonstrar a viabilidade econômica para abertura de um restaurante de comida natural para cães e gatos, revelando o grau de importância de uma alimentação saudável para eles. A metodologia empregada para elaboração do presente trabalho foi consulta com um profissional da área, pesquisas em *sites* que nos informavam ingredientes, e alimentos saudáveis para os cães, e a percepção atual, que manifesta um cuidado especial das partes para o animal. A ideia surgiu para ampliar os métodos de saúde animal, mostrando que podemos alimentar nossos *pets* com outro tipo de alimento além da ração convencional encontrada em mercados e veterinários, demonstrando que essa dieta é ainda mais saudável e que não custa caro, algo que cabe tranquilamente no orçamento de qualquer pessoa. O projeto terá um local bem acessível e de boa localização, também pensando na obtenção de matéria prima, perto da fonte de suprimentos que iremos dispor, como mercados e feiras, facilitando e permitindo que todos dias possamos comprar nossos insumos sem que haja quaisquer dificuldades. O projeto que se determina como um restaurante para *pets*, sua viabilidade é bem promissora, esse mercado não tão conhecido de fato irá agregar muito na saúde animal, mudando completamente a visão de todos em questão a importância de alimentar de forma mais saudável seus *pets*. Os cálculos levaram à conclusão pela viabilidade econômica da implantação do empreendimento. Este estudo levantou um VPL (Valor Presente Líquido) de R\$ 85.457,22, uma TIR (Taxa Interna de Retorno) de 14,69% anual, e o Índice de Rentabilidade de 10% ao ano. Tendo como referência pela TMA (Taxa Mínima de Atratividade), do ano de 2020, 2,11% ao ano, valor da remuneração da poupança, concluiu-se que o retorno do investimento é superior, satisfatório frente a realidade atual. Foi estimada uma produção inicial de 50% da capacidade instalada e, dentro dessa expectativa, o retorno do investimento se daria em 9 anos e 8 meses, porém, com um mínimo de aumento da demanda, os índices passam a ser mais vantajosos. Todos esses pontos e bases de cálculo são necessários para se adequar ao plano de negócio, visando um ramo novo segmento de comércio na região e, com os resultados se mostrou viável, com tendência ao crescimento. Conclui-se que o projeto é algo que irá mudar completamente a visão da maioria das pessoas que achava que ração industrializada seria a melhor opção para que pudesse alimentar seus animais; porém, essa ideia vem para mudar esse pensamento, tendo uma viabilidade com possíveis resultados animadores.

Palavras-Chave: Viabilidade. Restaurante. *Pets*. Cardápio. Saúde

Trabalho: 6335

ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICA DA IMPLANTANÇÃO DE UMA EMPRESA DE BOTAS E BOTINAS DE COURO

Guilherme da Costa Trentino, Rogério Buchala, Reinaldo de Oliveira Nocchi

Curso de Administração, Faculdades Adamantinenses Integradas, Alameda Padre Nobrega, 805. Adamantina, SP. guilhermetrentino@outlook.com, trentinoguilherme@gmail.com

Resumo: O setor calçadista é de suma importância no contexto econômico mundial, desde que os sapatos deixaram de ser um item meramente necessário e passou a ser um acessório de vaidade, *status* e fetiche. A cada ano, a demanda calçadista aumenta acima do crescimento vegetativo. Sendo assim, a indústria apresenta uma gama de produtos, com inúmeras tendências e muita tecnologia acompanhando o desenvolvimento do consumo da sociedade. O presente estudo, teve como finalidade, analisar a viabilidade econômica e financeira da implantação de uma indústria de calçados em couro, do tipo botas e botinas, na cidade de Adamantina, estado de São Paulo. A escolha do tema, deve-se ao crescimento da demanda nacional, este setor foi responsável pela geração de 10,4 mil postos de trabalho, cerca de 12% do saldo total dos empregos gerados pela indústria de transformação, no segundo semestre de 2020. Os números de registros de novas marcas brasileiras de calçados são impressionantes, atingiram mais de 700 milhões de pares no último ano, segundo o presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados e, existe uma tendência de crescimento para os próximos anos. Para analisar a viabilidade econômica e financeira da implantação de calçados em couro na cidade de Adamantina, foi necessário, além do desenvolvimento de um Plano Estratégico de Negócios uma pesquisa sobre todo o setor, dos custos pertinentes e dos métodos produtivos, tudo para que se possa minimizar imprevistos futuros. Em conformidade com os estudos, pesquisas, estimativas de investimentos e capital de giro realizadas, pôde-se concluir que, o montante necessário para o investimento seria de aproximadamente R\$ 300 mil reais. Os cálculos levaram à conclusão pela viabilidade econômica da implantação do empreendimento. O estudo apontou uma VPL (Valor Presente Líquido) de R\$ 1.483.242,53, uma TIR (Taxa Interna de Retorno) de 67,9% ao ano e um Índice de Rentabilidade de 88% a.a. Tendo como referência o valor da caderneta de poupança do ano anterior como TMA (Taxa Mínima de Atratividade), em 2020 foi de 2,11 a.a., fica explícito a remuneração muito superior do investimento proposto. O retorno do capital investido aconteceria em um ano e dois meses, mesmo com os cálculos estimados em 65% da capacidade instalada da fábrica. Essa estimativa de produção foi necessária para retratar a veracidade de inserção para uma empresa no mercado. O estudo ainda não findou, apesar dos índices econômicos estarem calculados e apontarem pela viabilidade do empreendimento. A economia nacional, independente das políticas públicas adotadas, mostra sinal de recuperação iminente, é hora do setor calçadista que, mesmo apesar da pandemia, continuou crescendo.

Palavras-Chave: Calçados. Couro. Viabilidade. Crescimento. Desenvolvimento

Trabalho: 6383

ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA DE UMA PLANTAÇÃO HIDROPÔNICA DE MORANGOS PARA PEQUENOS PROPRIETÁRIOS RURAIS EM JUNQUEIRÓPOLIS, SP

Ana Paula Aguiar Barbosa, Reinaldo de Oliveira Nocchi

Curso de Administração de Empresas, Centro Universitário de Adamantina; Rua São Sebastião, 631. Mariápolis, SP. 418@fai.com.br

Resumo: Em meio à pandemia da Covid-19, o setor do agronegócio brasileiro se mostrou resiliente, alcançou o crescimento recorde no ano de 2020, o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio brasileiro, calculado pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), teve alta de 5,35% no primeiro trimestre de 2021. A região da Nova Alta Paulista, é um centro produtor de frutas, onde se encontram grandes produtores de uvas, acerola, tangerina, poncã, mamão e maracujá, existe também mão de obra especializada no trato de frutas, ofertas de embalagens, insumos necessários, transporte especializados com caminhões refrigerados entre outros préstimos que são necessários à produção. O presente projeto teve como propósito analisar a viabilidade econômica e financeira de uma empresa hidropônica de morangos a ser instalada no município de Junqueirópolis, São Paulo, destinada a pequenos proprietários rurais que almejam aprimorar e incrementar a renda. O tema foi escolhido dado ao fato da demanda reprimida por morangos, a produção local não abastece o mercado regional e, sendo assim, passa a ser um produto importado de outras regiões. O morango tem excelente aceitação no mercado de frutas nacional e a produção hidropônica abre um leque de opções pois o método é limpo, isento de agrotóxicos, comumente usados em larga escala nas produções tradicionais. De acordo com os estudos realizados, para o investimento inicial seriam necessários cerca de 190 mil reais para sua instalação. Para análise do projeto, foi necessário verificar os indicadores financeiros, desta forma, identificou-se um Valor Presente Líquido (VPL) de R\$1.118.521,68, uma Rentabilidade de 82% ao ano e uma Taxa Interna de

Retorno (TIR) de 82% ao ano. Foi determinada a Taxa Mínima de Atratividade (TMA de 7% ao ano. O retorno sobre o investimento aconteceria em um ano e três meses. É importante salientar que os resultados apresentados referem-se a 50% da capacidade instalada. A pesquisa não foi finalizada apesar de evidenciar os cálculos dos índices econômicos e financeiros favoráveis, muito acima da rentabilidade oferecida pelas instituições financeiras.

Palavras-Chave: Hidroponia. Viabilidade. Morango. Agronegócio. Financeiros

Trabalho: 6411

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE INDÚSTRIA DE CALÇADOS (BOTAS E BOTINAS) DE COURO EM ADAMANTINA, SP

Guilherme da Costa Trentino, Reinaldo de Oliveira Nocchi

Curso de Administração, Faculdades Adamantinenses Integradas, Alameda Padre Nobrega, 805. Adamantina, SP. guilhermetrentino@outlook.com, trentinoguilherme@gmail.com

Resumo: Com as o passar dos tempos e as novas demandas do cenário econômico mundial, surgem alguns fatores que exigem maior atenção dos administradores, que podem afetar suas respectivas empresas. O planejamento estratégico é uma etapa de planejamento e análise sobre qual o melhor caminho que a empresa deve seguir no contexto para atingir suas metas e objetivos. O estudo de viabilidade econômica seguinte foi dividido em etapas: determinação da missão (essência da empresa), da visão (resultados almejados) e dos valores (condutas empresariais) da empresa; definição de objetivos (aquele que a empresa deseja alcançar) e metas (atividades desenvolvidas para alcançar o objetivo); análise da empresa como um todo, incluindo micro e macro ambientes, reconhecida como análise FOFA; análise e escolha do público-alvo; elaboração do plano de *marketing*, visando a promoção da empresa e dos produtos; elaboração do Sistema Integrado de Gestão (SIG), para otimizar a produção e evitar custos desnecessários; monitoramento e escolha de indicadores financeiros, para analisar o desempenho da empresa e assegurar a viabilidade da empresa. Foram determinados a missão, visão e valores da empresa, assim como metas e objetivos. Através da análise FOFA, os gestores da empresa descobrem seus pontos fortes e fracos, para aproveitar melhor suas vantagens e trabalhar nos pontos negativos. O público-alvo é abrangente, desde pré-adolescentes até pessoas da terceira idade, comercializando também em revendas, como por exemplo: lojas de calçados em geral, *shoppings*, lojas *country*, entre outros. Serão implantados o plano de *marketing*, fator essencial para a inserção da marca e do produto no mercado. A empresa deve usar os meios de comunicação disponíveis para mostrar o novo produto que está chegando ao mercado como a *internet*, em um *site* constando as informações pertinentes sobre os produtos e a marca, redes sociais, jornais. Será também implantado o Sistema Integrado de Gestão, no qual é possível potencializar todos esses processos produtivos e administrativos da empresa. Embasados nos dados financeiros econômicos, é possível fazer uma estimativa de cerca de 10% de otimização na produção e 5% na perda de matéria-prima, diferença essa, que será corrigida e assim, redirecionar os recursos para os pontos corretos. Em todas etapas anteriores do planejamento, a empresa deverá analisar todos resultados constantemente, para ter certeza de que os objetivos e metas estão sendo atingidos, através do SIG. Com esse *feedback*, pode-se tomar decisões para o alinhamento estratégico. O estudo apontou um VPL (Valor Presente Líquido) de R\$ 1.483.242,53, uma TIR (Taxa Interna de Retorno) de 67,90% ao ano e um Índice de Rentabilidade de 88% a.a. Tendo como referência o valor da caderneta de poupança do ano anterior como TMA (Taxa Mínima de Atratividade), em 2020 foi de 2,11 a.a., fica clara a remuneração muito superior do investimento proposto. O retorno do capital investido aconteceria em um ano e dois meses, mesmo com os cálculos estimados em 65% da capacidade instalada da fábrica. Essa estimativa de produção foi necessária para retratar a veracidade de inserção para uma empresa no mercado.

Palavras-Chave: Planejamento. Couro. *Marketing*. Estratégico

Trabalho: 6260

TELETRABALHO: UMA OPORTUNIDADE JURÍDICA E LEGAL PARA SE REESTABELECEM EM MEIO À PANDEMIA MUNDIAL.

Marcelo Luis Del Valle Carvalho, Eliana Kátia Pupim

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista, Av. Luiz Gonzaga Junqueira de Andrade. Tupã, SP. marceloluis_123_95@hotmail.com

Resumo: A modalidade de Teletrabalho, já existe no ordenamento jurídico brasileiro sob a Lei 12.551 (15 de Dezembro de 2011), ganhou força nos últimos tempos, devido à pandemia mundial, trazendo consigo uma análise da atual legislação e do que fazer para que os trabalhadores que tiverem que se sujeitar a esta readequação que as empresas tiveram que tomar, não terem seus princípios lesionados, ou até mesmo aquelas que já a usavam, como forma de distanciamento social para preservar a saúde e garantir a segurança de cada trabalhador; segundo as estatísticas atuais, o Brasil tem 9% da população com distúrbios de ansiedade e um crescimento preocupante de trabalhadores que desenvolveram depressão após iniciar a modalidade telemática; assim, o que fazer para garantir a saúde mental e física de cada trabalhador? E como as gestantes, por exemplo, que tiveram seus direitos recepcionados pela Lei 14.151 (12 de maio de 2021), que têm como objetivo seu afastamento do ambiente de trabalho presencial para o *Home Office*. O tema não pode deixar de ser prioridade para a legislação brasileira, sendo ela a profissão do futuro, e que tantos ainda poderão ser beneficiados ou até mesmo prejudicados se não houver um ordenamento específico que as vigore. Neste resumo, além dos pontos primordiais já destacados anteriormente, faço menção de como garantir os direitos dessa classe que vem crescendo, como ponto crucial para que não haja sobrecarga e não ultrapasse seus limites, respeitando o espaço familiar e o tempo de intrajornada e interjornada.

Palavras-Chave: Teletrabalho. Legislação. Saúde Mental. Gestantes em *Home Office*. Ansiedade

Trabalho: 6452

UM NOVO OLHAR ANTE A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

Pedro Henrique Berti Crisitano, Eliana Kátia Pupim

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista, Av. Lélio Piza, 828. Tupã, SP. 229426@fadap.br, pedrohberti2018@outlook.com

Resumo: Diante das problemáticas que açoitam a sociedade brasileira, a corrupção da criança e do adolescente ao crime se apresenta, já há tempo, e até o momento presente, como ferida maligna. De quando em quando, surgem debates no Congresso Nacional brasileiro, devido à forte cobrança social decorrente dos altos índices de atos infracionais cometidos no Brasil. Em suma, a complexidade de se reduzir a maioridade penal decorre da Constituição da República Federativa do Brasil, pois esta prescreve que o menor de dezoito anos é inimputável penal, e para a maioria dos juristas brasileiros, tal dispositivo é cláusula pétrea. Devido a essa característica técnica, ainda não houve redução da maioridade penal no ordenamento jurídico brasileiro. No ensejo de apresentar medidas e mecanismos visando à efetiva tutela da criança e do adolescente expostos ao crime, nos debruçamos a presente pesquisa. Quanto ao tema: um novo olhar ante a redução da maioridade penal, trata-se de referência a dualidade e conseguinte estagnação estatal, que, em meio aos altos índices de cometimento de atos infracionais, enfocam suas forças no lado pró ou contra a redução da maioridade penal, quando, em verdade, embora existam lados opostos, estes não devem sobressair-se a presente situação de vulnerabilidade da criança e do adolescente atraídos à criminalidade. Iniciaremos esta pesquisa, no primeiro bloco, através de análise acerca da evolução histórica da legislação brasileira, no que tange aos direitos da criança e do adolescente no Brasil; após, apresentaremos os estágios do natural desenvolvimento mental e fisiológico por que passa a criança e o adolescente. No segundo bloco, analisaremos o entendimento jurídico acerca da idade penal, seguindo à análise dos dispositivos prescritos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) acerca da prevenção e da ressocialização da criança e do adolescente. O terceiro bloco será composto por estatísticas para se aferir a eficácia material dos dispositivos do (ECA). No quarto bloco, analisaremos os efeitos da sanção penal, seguindo à análise de Direito comparado. No quinto bloco, com base nos dados colhidos, serão apresentadas possíveis medidas jurídico-legais a ser aplicadas para prevenção e ressocialização da criança e do adolescente, bem como aplicáveis aos agentes corrompedores da infância e da juventude. Na parte final faremos a análise geral, de modo a entendermos se os

objetivos desta pesquisa foram, ou não, alcançados. Os objetivos deste artigo científico serão desestimular a atração da criança e do adolescente ao crime, por meio de mecanismos e de medidas jurídico-legais que serão expostos no quinto bloco. Tomaremos maior atenção à atividade corrompedora do tráfico de entorpecentes e drogas afins, porque, de tal prática ilegal, outras podem advir e pode também advir à dependência química da criança e do adolescente, devido ao contato constante com o entorpecente. A justificativa para abordarmos, com um novo olhar, a redução da maioridade penal se apresenta pela prioridade de gradação dos problemas ocultos diante do cometimento de ato infracional, bem como pelos bens jurídicos tutelados (de acordo com a axiologia), pelo valor social de preservação da infância e da juventude e pelo bem comum.

Palavras-Chave: Redução da Maioridade Penal. Corrupção de Menores. Axiologia Jurídica. Bens Jurídicos Tutelados. Bem Comum

Trabalho: 6349

UMA SÍNTESE DA EXPANSÃO DO DIREITO PENAL

Sintya Karoline dos Santos Silva, Eliana Kátia Pupim

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista, Pedro Antônio de Oliveira. Tupã, SP. karolyns00@hotmail.com

Resumo: Este texto tem como objetivo analisar a Expansão do Direito Penal, que é um fenômeno da sociedade pós-industrial que, com o aumento da violência e a prática de novas infrações, torna-se necessário uma expansão, a criação de novas tipificações soa para nós como uma resposta à sociedade pela necessidade de o Estado acompanhar essa evolução da criminalidade e das infrações cometidas como forma de proteção ao bem comum de vivência de uma comunidade. (Silva, Fernanda Aparecida Ribeiro da, 2018)¹. O trabalho metodologicamente realiza uma análise sobre a expansão do direito penal, como surgiu, por que houve este avanço. Os seguintes questionamentos levaram à realização da pesquisa: a) Porque o direito penal está em todas áreas? b) Como ele se expandiu? c) A sociedade se sente segura com o direito penal? d) Como exercer o direito penal para que as pessoas se sintam seguras? Por esses e outros questionamentos que se tratam no artigo. Para este trabalho ser desenvolvido, ele foi dividido em tópicos com temas para melhor compreensão em que o primeiro trata sobre a política criminal, como ela traça novos caminhos para seu desenvolvimento, como entra na grade curricular das faculdades, como desenvolve meios para proteger a sociedade, se o legislador pode ou não modificar, alterar e criar leis, sem uma política de desenvolvimento. No segundo tópico, vamos falar sobre a expansão, como surgiram os novos tipos penais, como são usados atualmente, como ocorre essa expansão, suas normas, e como a teoria tridimensional de Miguel Reale tem a ver com o Direito Penal. O terceiro tópico retrata as causas geradoras dessa expansão, como foi adequado à sociedade, quais mudanças ocorreram para gerar a expansão, a estrutura social após a revolução industrial, o avanço da tecnologia e meios de comunicação. Vamos falar também em tópicos sobre os novos delitos, como crime ambiental, crime contra o consumidor, contra a ordem econômica e tributária e sobre o novo perfil do criminoso. O artigo espera colaborar com a compreensão das questões citadas, produzindo mais conhecimento sobre o assunto, indicando também fontes secundárias usadas para elaboração deste conteúdo, tais como monografias, artigos, leis e doutrinas, para contribuírem com a análise e serem aplicadas ao manuscrito.

Palavras-Chave: Expansão do Direito Penal. Política Criminal. Direito Penal. Delitos. Revolução Industrial

Trabalho: 6522

UTILIZAÇÃO DO BANCO DE PERFIL GENÉTICO NA ÁREA FORENSE

Maria Eduarda Jangerme Domenich, Eliana Kátia Pupim, Marcelo Petuba Llobert

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista, Santa Catarina, 445. Parapuã, SP. maria.domenich@gmail.com, 229519@fadap.br

Resumo: A descoberta da estrutura tridimensional da molécula do Ácido Desoxirribonucleico (DNA) foi um marco muito importante para a ciência e, ocorreu há mais de 60 anos, no Reino Unido. No entanto, sua identificação como molécula única em cada indivíduo foi realizada após trinta anos, por um pesquisador inglês e batizada de impressão digital genética. Tal descoberta foi um passo muito importante tanto para a ciência quanto para toda a área forense. Com o avanço da tecnologia, alguns anos após esta descoberta, houve a criação do sistema CODIS (*Combined DNA Index System*), feita por uma agência americana de investigação, o FBI (*The Federal Bureau of Investigation*). Este sistema fora criado com a finalidade de utilizar os bancos de perfis genéticos para persecução penal, sendo usado para o auxílio das investigações forenses, desde sua criação, em vários países. Entretanto, somente após a instauração da Lei nº 12.654/12, cerca de vinte anos após a criação do sistema, que o Banco de Dados de DNA foi implementado oficialmente no Brasil. Apesar de tardia e com diversas restrições estabelecidas pelo ordenamento jurídico brasileiro, a aplicação desta ferramenta contribui de forma evidente na elucidação de crimes. Diante disso, o presente estudo irá realizar um comparativo entre as investigações criminais que constam evidências de material genético antes e depois da utilização do banco de dados, bem como a evolução e a forma de utilização em outros países de acordo com cada ordenamento jurídico. O presente estudo se desenvolverá de forma retrospectiva, buscando sempre salientar seus aspectos transdisciplinares. Ademais, em consonância com todas normas éticas e bioéticas, além das regras normativas do ordenamento jurídico, o Banco de Perfil Genético do Brasil já conta com mais de 100 mil perfis genéticos cadastrados, contribuindo cada vez mais nas investigações criminais. Os resultados desta pesquisa sugerem que, por mais que o sistema normativo jurídico brasileiro seja bem rígido e visa sempre proteger os direitos e garantias individuais, seguindo a lei que rege o banco de dados, se torna possível a utilização do Banco de Perfil Genético na área forense, corroborando de forma fundamental nas investigações criminais.

Palavras-Chave: Banco de Perfil Genético. Investigação Criminal. CODIS. Banco de Dados de DNA. Genética Forense

Trabalho: 6245

VIABILIDADE DA APLICAÇÃO DO MÉTODO FUNIL DE VENDAS NA PROSPECÇÃO DE COOPERADOS EM UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA COOPERATIVA

Geraldo Bolis Bezerra, Evandro Jardim dos Santos

Curso de Tecnologia em Gestão Comercial, Adamantina; Rua Roberto Melchert, 858. Mariápolis, SP. geraldobilisbezerra@gmail.com, gera_tutu@hotmail.com

Resumo: Este artigo trata da demanda das organizações comerciais tradicionais pela necessidade de estruturar métodos eficientes de prospecção de clientes, já que esse processo que é o primeiro contato com o cliente deve ser institucionalizado, consequentemente possuir políticas bem definidas, sendo priorizado como um processo determinante para o sucesso das organizações contemporâneas, principalmente mediante o ambiente empresarial cada vez mais competitivo causado pela aceleração tecnológica instalada no mundo, e que certamente consolidará o cenário de revolução tecnológica atual como o "novo normal", que trouxe a pandemia do Coronavírus no ano de 2020. As referidas políticas de prospecção devem se nortear principalmente para a mensuração da eficiência de conversão dos contatados em clientes efetivos e pela determinação do tempo que deve ser gasto com uma prospecção, já que deve se delimitar o tempo para que não seja gasta energia desnecessária com prospecções que apresentam chance de insucesso. Dessa forma, com foco na área de *marketing* de prospecção, usando métodos de pesquisa bibliográfica e pesquisa participante com abordagem quantitativa, pretende-se demonstrar a eficácia da aplicação do método de prospecção de Funil de Vendas em uma Instituição Financeira Cooperativa, que não tem uma política de prospecção definida, aplicando durante os meses de Junho, Julho e Agosto de 2021 esta técnica, para verificar a efetividade de conversão dos potenciais cooperados contatados, via telefone e aplicativo de mensagens, comparando os números obtidos com o ingresso de novos cooperados em igual período do ano anterior. E determinar por meio de média qual o tempo que os prospectos levam desde o contato até o fechamento do negócio, delimitando o quanto o colaborador deve dispor de tempo para a tentativa de fechamento, e a partir de qual momento deve se diminuir esforços para a efetivação da prospecção. Pressupõe-se que este trabalho contribuirá com organizações de diferentes áreas comerciais.

Palavras-Chave: Prospecção. Marketing. Funil de Vendas. Instituição Financeira. Cooperativa

Trabalho: 6338

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E A EFICÁCIA DA LEI MARIA DA PENHA

Pablo Varago Lima Barros, Eliana Kátia Pupim

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista, Condomínio Estância Vitória. Rancharia, SP. 229599@fadap.br, pablotocristal@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo fundamental o estudo e análise detalhado da violência doméstica contra a mulher, com análise de casos concretos e das mudanças e inovações legais que foram sendo construídas ao longo do tempo, principalmente em razão da Lei Maria da Penha (Lei 11.340; 2006). É necessário um estudo completo para que se possa entender a razão da situação específica, da violência gerada, do crime cometido, da motivação para que aquela situação tenha chegado ao cometimento de um ilícito etc. Entender as razões do ilícito é fundamental para poder elaborar políticas de conscientização, de proteção e de punição. É sabido que é um crime extremamente grave e que, aqueles que praticam crimes de violência contra mulheres, devem ser punidos com vigor, tanto em razão punitiva como em razão preventiva. Deve-se atentar sempre ao fato de que a lei deve ser trabalhada de forma preventiva na medida do possível, para proteger as vítimas contra o ilícito cometido e não trabalhar em caráter estritamente punitivo após o dano já ter sido consumado. Além disso, abordaremos todas mudanças ocorridas com o passar dos anos e o porquê dessas mudanças terem ocorrido. Mudanças legais concretas e suas razões, dados estatísticos e práticos, casos abordados por diferentes óticas legais etc. O tema é recorrente e, apesar de muito falado, ainda faz parte (e muito) de nossa atualidade e de nosso ordenamento jurídico, olhando para os números absurdos que preenchem os casos reais nas nossas delegacias de defesa da mulher.

Palavras-Chave: Violência. Inovações. Proteção. Preventiva. Delegacias

Trabalho: 6318

VIOLÊNCIA FAMILIAR E SUA INFLUÊNCIA NA DESESTRUTURAÇÃO DA FAMÍLIA

Carolina Ayumi Sato, Eliana Kátia Pupim, Mauri Buzinaro

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista; Rua Cuiabá, 1044. Iacri, SP. 229515@fadap.br, carolina.sato.lu26@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem por finalidade mostrar o quanto a violência intrafamiliar infantil, que é denominado todo e qualquer tipo de violência ocorrido dentro de um âmbito familiar, vem crescendo de maneira abundante nos últimos anos, e mostrar o quanto esse tipo de violência influencia a estrutura familiar. Apesar de ser bem notificado, por se tratar de uma violência contra a criança, devemos pensar que justamente pelo grau de superioridade que os adultos têm sobre as crianças, são ainda poucos os casos que são notificados. Isso porque há inúmeros motivos pelos quais as crianças não procuram ajuda, por exemplo, por serem pequenas e não entenderem o que está acontecendo, por não terem confiança em ninguém para conversar, por terem medo, por terem vergonha, entre outros motivos. Também devemos entender que há vários tipos de violência que vão desde os mais leves ao mais graves, e que cada um deixa uma seqüela específica que vai refletir no futuro da criança. Ao decorrer do artigo será exemplificado cada tipo de violência, como elas ocorrem, cada seqüela que deixam, como pode ser tratada e evitada cada tipo de violência, serão citados casos reais de violência intrafamiliar infantil que ganharam grande repercussão na mídia, explicando como poderiam ser evitados. Serão apresentados artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que protegem crianças e adolescentes desses atos, artigo do código penal que vem para punir aquele que

comete esses atos. Por fim, serão apresentadas soluções e informações importantes para a sociedade, para ajudar na diminuição desse problema que é considerado um problema de saúde social.

Palavras-Chave: Violência Familiar. Diálogo Familiar. Desestruturação Familiar. Trauma Familiar

Trabalho: 6361

XENOFOBIA CONTRA DESCENDENTES DE ASIÁTICOS: ASPECTOS DISCRIMINATÓRIOS REFORÇADOS PELA COVID-19

Luana Asami Miyata, Gabriel Cunha Salum

Curso de Direito, Faculdade de Direito da Alta Paulista, Tupinambaranas, 124. Tupã, SP. luana.m0320@gmail.com

Resumo: O advento da globalização, das novas tecnologias e de sociedades multiculturais no mundo contemporâneo têm trazido desafios difíceis sobre a sociabilidade e a regulação jurídica das relações humanas. A disseminação e o incremento de ideias, discursos e comportamentos discriminatórios de cunho xenofóbico, racista ou sexista, entre outros, contra minorias sociais e nacionais têm mostrado problemas importantes no âmbito das Ciências Humanas e Sociais em diferentes sociedades pós-tradicionais no mundo contemporâneo. Neste sentido, o objetivo central dessa pesquisa é analisar criticamente aspectos do reforço da discriminação contra descendentes de asiáticos ante o advento da pandemia mundial da Covid-19. É um objetivo específico dessa investigação: examinar concepções estereotipadas sobre o fenótipo, os costumes e a cultura dos povos asiáticos. A pesquisa justifica sua relevância pela propagação de discursos de ódio e comportamentos preconceituosos e discriminatórios contra descendentes de asiáticos no Brasil e outros países do mundo no atual cenário pandêmico, violando direitos humanos e negando a cidadania e a dignidade a essas pessoas. Para tanto, realizamos uma investigação sistemática, crítica e multidisciplinar do objeto de investigação, especialmente nas áreas do Direito e das Ciências Sociais, para obter dados e informações relevantes para construção do referencial teórico da pesquisa, recorrendo à revisão da literatura em bases de dados, do exame de legislações nacionais e internacionais, além de estatísticas de órgãos oficiais. A hipótese de pesquisa levantada é que a xenofobia contra descendentes de povos asiáticos não envolve só determinados casos isolados que têm sido noticiados ocasionalmente no Brasil e em outros países do mundo e que teria sido motivada, só pelo início da pandemia mundial da Covid-19 na cidade de Wuhan, na China, mas abrange também fatores históricos, econômicos, sociais, políticos e culturais numa complexa conjuntura cuja mentalidade perpassa a ação de indivíduos e instituições. Resultados preliminares têm contribuído para sistematizar e executar os objetivos da pesquisa, embora a confirmação ou negação da hipótese levantada, a partir da análise crítica pretendida, dependa de mais estudos e maior aprofundamento teórico.

Palavras-Chave: Xenofobia. Minorias Sociais e Nacionais. Descendentes de Asiáticos. Pandemia da Covid-19. Direitos Humanos

Trabalho: 6906

FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

Marcos Felipe Souza Nascimento, Juliana Ortiz Minichiello Palu

Curso de DIREITO, Faculdade de Direito da Alta Paulista, Rua Padre Anchieta, 353. Herculândia, SP. marcosfelipesouzaoficial@gmail.com

Resumo: O presente estudo tem como objetivo a discussão das medidas estabelecidas na Lei de falência Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 para o enfrentamento e a superação da crise econômica e financeira do devedor empresário. A falência estabelece uma execução especial na qual os credores do devedor empresário se reúnem num único processo cujo objetivo é a

satisfação de seus créditos. Dentre todas as especificidades do procedimento falimentar é importante destacar o fato de que, com a decretação da falência, o devedor empresário é afastado de suas atividades empresariais, vez que a preservação da empresa, dos ativos empresariais e dos recursos são imperativos para tal procedimento. A recuperação judicial, por sua vez, é procedimento que tem por objetivo o pedido de recuperação judicial a fim de que a saúde financeira da empresa seja restabelecida sendo este instruído de toda documentação prevista do artigo 51 sendo necessário, para tanto, que o juiz e os credores concordem com tal medida. Sendo o devedor empresário Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte o procedimento da recuperação judicial será mais facilitado pois assim estabelece a lei 11.101/2005, inclusive quando prevê, por exemplo no § 2º de seu artigo 51 a apresentação dos livros e escrituração contábil simplificada. Por fim, a recuperação extrajudicial de empresa, outro instituto que busca a superação da crise econômica da empresa que tem como característica não contemplar o pagamento antecipado de dívidas nem tratamento desfavorável aos credores que não estejam sujeitos a ela, tem que o plano de recuperação extrajudicial só poderá abranger os créditos constituídos até a data do pedido de homologação em juízo, que, nesse caso, é uma faculdade que a legislação confere ao devedor empresário.

Palavras-Chave: Falência. Recuperação Judicial. Recuperação Extrajudicial

Trabalho: 6358

INEFICIÊNCIA NA APLICAÇÃO DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO QUE PODE OCASIONAR, POSTERIORMENTE, IMPOSIÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Gisele Cristina da Silva, Eliana Kátia Pupim

Curso de DIREITO, faculdade de direito da alta paulista, Rua Geraldo Nunes Rocha, 210. Tupã, SP. giselecrisrina361@gmail.com, gisele_cristhina@hotmail.com

Resumo: O artigo trata sobre a ineficiência na prática do princípio da proteção integral e aplicação das medidas de proteção previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, questionando se isto pode ocasionar, posteriormente, aplicação das medidas socioeducativas. A Constituição Federal instituiu o dever de proteção integral às pessoas menores de 18 anos, atribuindo tal incumbência à família, à sociedade e ao Estado, estabelecendo que os interesses das crianças, adolescentes e jovens devem ter absoluta prioridade para a sociedade e sistemas públicos brasileiros. Corroborando a intenção do ordenamento pátrio em priorizar os interesses e direitos deste grupo específico, houve a edição do Estatuto da Criança e do Adolescente, norma instituída há mais de 30 anos e de referência mundial, mas de difícil aplicabilidade até os dias atuais. Visando garantir direitos fundamentais como a vida, saúde, educação, liberdade, entre outros, e afastar crianças e adolescentes de qualquer forma de negligência, discriminação, violência e opressão, a norma especial se desdobra para assegurar a proteção integral e a prioridade absoluta, na forma que fora determinada pela Carta Magna. Sempre que os direitos das crianças e adolescentes forem ameaçados ou violados, o artigo 98 da Lei Especial estabelece que as chamadas medidas de proteção devem ser aplicadas. De outro ponto, inegável que parte das vezes em que crianças e adolescentes são negligenciados, podem, potencialmente, reproduzir atos de violência. Na hipótese de estes cometerem atos infracionais, há previsão da aplicação das medidas socioeducativas. O objetivo deste trabalho é fazer uma reflexão sobre tais aspectos, propiciando ao leitor uma forma de reavaliação da temática, notadamente para desconstruir uma visão segmentada sobre o assunto, apenas focalizada no adolescente que cometeu o ato infracional, de forma individualizada. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, descritiva e exploratória.

Palavras-Chave: Proteção Integral. Estatuto da Criança e do Adolescente. ECA. Medidas de Proteção. Medidas Socioeducativas

Trabalho: 6591

A APLICAÇÃO EXCLUDENTE DA LEI NO SISTEMA DE JUSTIÇA POR DISCRIMINAÇÃO RACIAL

Letícia Paiola de Oliveira, Sérgio Fabrício de Lima Bindilatti

Curso de DIREITO, Faculdade de Direito da Alta Paulista, Rosa Magi Convento. Tupã, SP. 229651@fadap.br, leticiapaiola@hotmail.com

Resumo: Por meio desse artigo, iremos decorrer por meio de um sistema que possui como fundamento básico o tratamento equitativo, aplicando a lei de forma justa a todos os indivíduos que assim formam a sociedade, de acordo com a particularidade de cada um. Entender o contexto histórico, das atitudes excludentes que acarretam tamanha desigualdade e compreender que a principal falha deriva de um sistema doentio, caótico e preconceituoso. Um sistema que julga baseado em aparências e condições financeiras, um sistema que só funciona na teoria, não só no Brasil, como em qualquer outro lugar do mundo. Fomos criados e continuamos convivendo em uma sociedade no qual o racismo é presenciado recorrentemente das mais diversas maneiras, desde o momento em que uma criança preta pergunta a professora por que as colegas falam mal do cabelo dela, até o momento em que você está em um mercado e o segurança fica olhando fixamente a uma pessoa, só pelo fato dela ser preta. Tudo gera suspeita, tudo gera violência, mas ainda assim é tratado como vitimismo. O sistema carcerário tem cor, a lei tem cor, a justiça tem cor. Os direitos estabelecidos em lei são apenas palavras escritas em um livro extenso e difícil de entender. Mesmo diante as constantes evoluções que cerca a história, o pré-conceito continua enraizado na sociedade o que gera tamanha desigualdade. Desigualdade que interfere e priva muitas pessoas de possuir direitos básicos como, respeito e acesso igualitário na justiça. Desigualdade que mata, que fere, que oprime e exclui.

Palavras-Chave: Sistema Carcerário. Justiça. História. Aplicação. Desigualdade

Trabalho: 6824

A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA REFERENTE À DESVALORIZAÇÃO DO TRABALHO NO CONTEXTO ORGANIZACIONAL

Caroline Eduarda de Oliveira Cubo, Regina Maria de Souza, Ana Paula dos Santos Prado

Curso de PSICOLOGIA, CENTRO UNIVERSITÁRIO DE SANTA FÃ DO SUL, Rua 18, N1540. Santa Fe Do Sul, SP. carolineoliveiracubo@gmail.com, rgeconomia@gmail.com

Resumo: O objetivo deste trabalho é compreender a atuação do psicólogo no ambiente organizacional e sua intervenção em contextos de adoecimento mental do trabalhador. O trabalhador ingressa em uma empresa com o intuito de se realizar profissionalmente, e também com a expectativa de que seus contratantes poderão oferecer-lhes uma recompensa profissional, como uma justa remuneração, ascensão na carreira e condições adequadas de trabalho. Entretanto, nem sempre essas condições são alcançadas. Ao contrário, podem ocorrer situações como excesso de trabalho, conflitos organizacionais, remuneração inadequada, que acabam gerando estresse e esgotamento profissional. O trabalho foi desenvolvido por meio de análises bibliográficas, com o uso de pesquisas em livros periódicos e bases de dados como Scielo, Capes periódicos, Open library, Microsoft Academic, Google academic, Science Direct, BDTD e Scienci mundi. Em decorrência de um ambiente organizacional em que predomina a negligência, a discriminação, a exploração e a violência psicológica, emerge a importância da atuação do psicólogo organizacional, que introduz tanto práticas preventivas como de solução dos conflitos presentes no cotidiano da organização empresarial. O psicólogo é um agente de transformação, sua função é desenvolver no meio organizacional mudanças capazes de garantir o respeito à individualidade de cada sujeito presente neste ambiente, estimulando os gestores e colaboradores a compreender a importância do trabalho em equipe e da manutenção de um ambiente de trabalho saudável. As informações mostram que a intervenção do psicólogo organizacional é essencial para promover os valores éticos e morais que englobam a população dentro de uma empresa, com o intuito de enaltecer os direitos trabalhistas para proporcionar a saúde e a qualidade de vida dos trabalhadores através do *coping*, que se trata de um recurso cognitivo e comportamental que dispõe de avaliações e suportes para a minimização do estresse entre o sujeito e o ambiente.

Palavras-Chave: Psicólogo organizacional. Ambiente de trabalho. Cooperação

Trabalho: 6790

A COVID-19 E OS PRINCIPAIS IMPACTOS NAS EMPRESAS DE EVENTOS E FESTAS DE TUPÃ.

Camila Pereira de Sousa, Fabiano Pinto Neves

Curso de ADMINISTRAÇÃO, Faculdade de Ciências Contábeis e Administração de Tupã, Rua Sabino Pereira Pardinho, 30. Tupã, SP. millapsousaa@gmail.com

Resumo: Sabe-se que no ano de 2020, a população se adaptou há um novo jeito de viver, devido a pandemia do covid 19, ao passar dos meses, muitos decretos foram sancionados e a partir disso, houve restrições em todas as cidades, com fechamentos e diminuição de público nos locais, o setor que sofreu muito com a pandemia, foi o de festas e eventos, ficou fechado a pandemia inteira para não haver aglomerações. Assim, o recente artigo tem como objetivo, avaliar os impactos na gestão, que o setor de Festas e Eventos sofreram na Pandemia do Covid-19 e analisar as medidas inovadoras adotadas para se reinventar no mercado na cidade de Tupã e região. Será desenvolvida uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório descritivo, que seja de natureza básica, não possuindo rigor estatístico, para que possam identificar possíveis inovações no setor de festas eventos, onde os dados foram obtidos por pesquisas bibliográficas e formulários online através da plataforma google. Os resultados apresentam adaptações que as empresas fizeram para continuar no mercado de trabalho, sendo que usam a ajuda do governo, inovando e criando um novo segmento. Assim, as análises mostram que as empresas precisaram dispensar alguns funcionários para manter o negócio aberto, e usar outro método para conseguir manter o caixa positivo, para continuar no ramo do empreendedorismo, criando alternativas assertivas e inovadoras. A partir de agora, muita coisa será diferente, lições aprendidas e vividas durante a pandemia será levada para o resto da vida, sem contar que muitos estabelecimentos irá adquirir as normas sanitárias.

Palavras-Chave: Covid 19. Inovadoras. Impactos. Festas. Eventos

Trabalho: 6780

A DESLEGITIMAÇÃO E O SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO SOB A ÓTICA DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS

Tahire Ianhez Grabowsqui, Cassiano Ricardo Rumin

Curso de PSICOLOGIA, CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ADAMANTINA, Alameda Navarro de Andrade, 21. Adamantina, SP. tahiregrab@gmail.com, tahiregrab@gmail.com

Resumo: O trabalho possui centralidade no estabelecimento da identidade, no desenvolvimento da sociabilidade e possibilita meios de objetivação que podem proporcionar alguma fruição aos trabalhadores. Em sua processualidade contraditória, o trabalho também materializa a violência das relações de dominação/submissão e proporciona condições de sofrimento. Através das determinações sócio-históricas pode-se compreender a dinâmica do trabalho doméstico nos dias atuais, considerando o peso da formação social brasileira nos processos de estratificação social, na estruturação de grupos dominantes e dominados, e nas configurações do controle ideológico, a partir do qual é estabelecido quem desenvolve trabalhos desgastantes ou quem explora a oferta de serviços. Este trabalho objetivou discutir as modificações no contexto de trabalho das empregadas domésticas e os movimentos sociais e políticos relacionados a estas trabalhadoras. Para compreender as modificações do trabalho das empregadas domésticas ao longo do século XX foi realizada uma revisão bibliográfica. Em seguida, para delimitar as representações destas trabalhadoras sobre as mudanças experimentadas no contexto de trabalho, realizou-se um estudo de caso sobre o documentário Domésticas (2016). Os enunciados das protagonistas do documentário eram classificados de acordo com as categorias propostas por Wanderley Codo (2002) para a abordagem epidemiológica do trabalho: as relações homem-natureza, homem-sociedade e homem-homem. Os resultados obtidos evidenciaram

consequências da tardia regulamentação da categoria, a alienação, a heteronomia do trabalho, e as circunstâncias em que as trabalhadoras estão submetidas a estereótipos de deslegitimação. Conclui-se que os avanços estabelecidos pela regulamentação do trabalho nas atividades domésticas contestaram as formas históricas de sofrimento ético-político que se desdobravam sobre estas trabalhadoras. No entanto, ainda estão preservadas as formas históricas de segregação racial e de gênero e houve retrocessos em razão da desregulamentação do trabalho que foi implementada na segunda década do século XXI.

Palavras-Chave: Trabalho Doméstico. Saúde do Trabalhador. Regulamentação do Trabalho. Sofrimento Ético-político

Trabalho: 6585

A EFETIVIDADE DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Alefe Prates de Almeida, Mauri Buzinaro, Eliana Kátia Pupim

Curso de DIREITO, Faculdade de Direito da Alta Paulista, Rua dos Rubis, 128. Bastos, SP. pratesjc@hotmail.com

Resumo: Com relação ao tema, nós seres humanos desde o começo de nossa existência, já estávamos a caminho de uma situação que não poderíamos se esquivarmos, sendo estes os problemas do cotidiano. Na antiguidade mesmo não tendo os meios de conciliação era diferente a resolução, eram poucas as técnicas e recursos para exaurir um acontecimento, sendo as penas definidas pelos costumes, de maneira cruel e sem piedade, um caso comum onde alguém adquirisse coisa alheia de alguém, teria a consequência da antiga pena de talião, a cômputo que não está satisfeita em estar casada, não tinha o poder de se divorciar, ou seja, não havia o direito de livre arbítrio. Assim, com os escassos métodos de solução havia um valor para se requer esta petição, sendo criada a expressão *laissez-faire*, criada em meados do século XVIII pelos estados liberais, nada mais que poderia apenas aqueles que continham uma situação financeira superior poderia se requer ao estado juiz, versando afastar os incapazes financeiramente falando. É sabido que, pelas afirmações acima, que não é observado como dizemos atualmente, o princípio da dignidade da pessoa humana, assim como voga a Carta Magna de 1988 (art. I, inciso III), e o acesso à justiça por força do art. 3º do Código de Processo Civil atual de 2015 que, de qualquer modo, não serão retiradas de apreciação do judiciário as ameaças ou lesões ao direito, trazendo no mesmo liame no parágrafo 1º que será permitida a arbitragem, sendo um dos nossos assuntos principais tratado neste artigo. Destarte, cabe trazer não só a arbitragem um meio relativo a justiça multiportas, que se trata como um modo de resolver o litígio de uma maneira pacífica com força de mérito para o caso concreto, tendo lei própria a 9.307 de 1996, em seguida contemos com a mediação e a conciliação sendo estes os métodos mais usados nos dias atuais como fator principal para sanar os fatos típicos de uma maneira concernente. A mediação usada por todos os profissionais do direito está definida pelo art. 166 do Código de Processo Civil, que se deflui da tentativa de um acordo trazido pelo profissional na qualidade de mediador que aproxima as partes de maneira interessante a estas para que seja feita a desejada resolução. Outrossim, traremos também a conciliação auxiliada pela lei no art. 149 do Código de Processo Civil, juntamente a um conciliador autorizado a oferecer as partes sugestões para sim que seja uma resolução frutífera. Assim, convém atentar a estas linhas para entender melhor que todos podemos aderir à maneira correta de resolver um litígio sem usar a justiça com as próprias mãos; neste tema, abordaremos métodos eficazes para resolver conflitos de maneira alternativa e sucinta, trazendo seus objetivos, metodologias, hipóteses e conclusões, como em minha opinião a principal forma é ajudar aqueles com ou sem o básico de conhecimento ou trazendo a esta realidade por meio deste ato.

Palavras-Chave: Acesso à Justiça. Meios de Resolução de Conflito. Mediação. Conciliação. Arbitragem

Trabalho: 6620

A EFICÁCIA DA LEI MARIA DA PENHA: AVANÇOS LEGISLATIVOS E PRERROGATIVAS PARA O COMBATE DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

Natália Cristina Dassie Barbosa, Eliana Kátia Pupim

Curso de DIREITO, faculdade de direito da alta paulista, Rua Piauí, 1447. Parapuã, SP. 229561@fadap.br, nataliadassie@live.com

Resumo: O presente artigo propõe demonstrar os principais avanços legislativos trazidos pela Lei n. 11.340 de 07 de agosto de 2006, bem como as principais problemáticas que dificultam sua aplicação, buscando destacar perante a sociedade, principalmente a classe menos privilegiada, o conteúdo da lei, a forma de aplicação e sua eficácia no âmbito jurídico, demonstrando o rigor na punição dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, que por consequência benéfica, essa sanção presidencial denominada Lei Maria da Penha selou o destino de milhares de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar no Brasil, ocorrendo diversas mudanças, dentre elas pode-se citar a inovação no processo judicial, a inovação nos papéis das autoridades policiais e do Ministério Público, também a alteração no Código Penal, no Código de Processo Penal e na Lei de Execuções Penais, que para que isso tudo aconteça, primeiramente, retomou-se o processo histórico de desenvolvimento da referida Lei no Brasil, no qual se iniciou a partir da redemocratização. Desta maneira o trabalho tem como objetivo principal demonstrar diversas formas de tornar a lei mais eficiente diante de toda problemática em sua aplicação. A metodologia empregada nesse trabalho para o desenvolvimento dessa pesquisa científica foi à análise exploratória com revisões bibliográficas, através da consulta a diferentes fontes, como leis, livros, artigos periódicos de diversos autores que retratam esse mesmo tema. Em virtude dos fatos mencionados chegou-se a conclusão que a Lei Maria da Penha desde a sua criação trouxe inúmeras inovações, muitos avanços, porém ainda se encontra com dificuldades em sua aplicação e visibilidade diante da sociedade que ainda não entende a violência contra a mulher como uma pauta mais importante a se dar mais atenção, sendo possível que haja uma melhora gigantesca acaso seja priorizada

Palavras-Chave: Maria da Penha. Avanço Legislativo. Violência Doméstica Contra A M. Mulher. Aplicação

Trabalho: 6867

A EXCELÊNCIA NO ATENDIMENTO COMO ESTRATÉGIA DE FIDELIZAÇÃO DO CLIENTE

Jéssica Alves de Souza, Eliane Vendramini de Oliveira

Curso de TECNOLOGIA EM GESTÃO COMERCIAL, Adamantina, Rua Renato Marini Filho, 68. Adamantina, SP. jessicademazzi@gmail.com, eliane.oliveira5@fatec.sp.gov.br

Resumo: A competitividade do mercado é algo que tem aumentado de maneira exponencial por diversos motivos. O principal deles é que os consumidores estão cada vez mais exigentes e para muitos deles, o produto não é o mais importante em uma experiência de compra. Para exemplificar este comportamento do consumidor, o presente artigo irá tratar sobre como as empresas podem obter vantagem competitiva sobre os concorrentes com o diferencial de atendimento personalizado, inspirado no encantamento e na magia empregados pela gestão do Grupo Walt Disney com base nos livros O Jeito Disney de Encantar Clientes e O Estilo Disney que tem cases de sucesso no mundo todo que testaram o método e alcançaram satisfação de quase 100% dos clientes. Ao elencar os potenciais problemas, automaticamente, serão apontadas suas possíveis soluções e a metodologia de aplicação das soluções para melhor obtenção de resultados. De maneira descritiva e clara, serão abordadas orientações de como se portar perante o cliente com cordialidade, educação, respeito, dinamismo, autenticidade, tornando o atendimento único, especial, encantador e despertando no cliente uma sensação única, que só o seu negócio pode oferecer, tornando-o seu fã, divulgador da marca sem que seja necessário pedir que ele o faça. Quando o trabalho é bem feito, as pessoas se encantam, voltam e ainda trazem outras pessoas para ver quão bem é executado o trabalho e para os estudiosos do marketing isso é impagável, é o marketing mais eficaz. Assim, o presente estudo trará apontamentos relevantes para que as empresas se destaquem no mercado utilizando de técnicas semelhantes às usadas pela gigante Disney que foi aprimorada por anos por Walt Disney e mantida até a atualidade pelo *Disney Institute*.

Palavras-Chave: Atendimento ao Cliente. Qualidade no Atendimento ao Cliente. Capacitação. Atendimento Personalizado. Treinamento

Trabalho: 6671

A EXPANSÃO DO SERVIÇOS DE STREAMING NO BRASIL E SUA RELAÇÃO CONCORRENCIAL

Rafael Rodrigues de Souza, Regina Maria de Souza

Curso de DIREITO, CENTRO UNIVERSITÁRIO DE SANTA FÁ DO SUL, Rua Bahia. Santa Rita D Oeste, SP. rafarodri1022@gmail.com

Resumo: Os serviços de streaming são plataformas digitais que possibilitam o acesso à conteúdos audiovisuais, como séries, filmes e músicas, dos quais possuem diversos benefícios, como acessibilidade, baixos preços e catálogos extensos e diversos. O objetivo do presente trabalho é compreender os fatos que permeiam a relação concorrencial dos serviços de streaming com os canais de televisão e o consumo de pirataria, bem como observar quais fatores subjetivos que fizeram as plataformas virtuais tornarem-se mais relevantes que seus outros dois concorrentes, com base na pesquisa de campo realizada com 349 alunos do Centro Universitário de Santa Fé do Sul (UNIFUNEC). Os alunos da Universidade demonstraram suas preferências ao contratar serviços de streaming e a relação com outras formas de acesso à cultura, como cinemas, locadoras e até mesmo a pirataria. Também informaram quais critérios eram mais observados no momento da contratação, sendo que o preço baixo se mostra apenas o terceiro critério mais chamativo, perdendo espaço para a extensão e diversidade do catálogo e a acessibilidade dos títulos. Embora os serviços de streaming não estejam sujeitos as mesmas regulamentações que os canais de TV fechada, tal fato apenas influenciaria em seu preço, que não se mostra como critério principal de sua contratação por parte dos consumidores. Desta forma, a luz da legislação brasileira, não há qualquer evidência de que os serviços de streaming adotem práticas anticoncorreciais. Além disso, seus baixos preços possibilitam acesso à cultura para a população mais carente, missão essa que os canais de TV fechada nunca se propuseram a realizar, seja pela constância de sua lucratividade ou altos custos exigidos em virtude da regulamentação da indústria. O trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa de campo, com a aplicação de entrevista semiestruturada e pesquisa bibliográfica em sites, livros e periódicos de referência para o tema.

Palavras-Chave: Direito Econômico. Serviços de Streaming. Livre Mercado. Dumping. Direito Regulatório

Trabalho: 6816

A IMPORTÂNCIA DA PERÍCIA PSICOLÓGICA PARA O PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA: UMA PROPOSTA DE UTILIZAÇÃO DA PSICOLOGIA PARA A APLICAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS

Daniel Lopes Bueno Junior, Regina Maria de Souza, Ana Paula dos Santos Prado

Curso de DIREITO, Universidade Presbiteriana Mackenzie, Avenida Cuiabá 4030. Aparecida Do Taboado, MS. danieljr738@gmail.com, rgeconomia@gmail.com

Resumo: A organização penal contemporânea busca individualizar a pena por meio de mecanismos, como as circunstâncias judiciais, em oposição à inflexibilidade verificada em períodos anteriores. Nessa perspectiva, a ordem constitucional garante a possibilidade de realização de perícias psicológicas, por meio da aplicação de testes e avaliações diversas, com o intuito de oferecer ao Judiciário, informações sobre a personalidade, o grau de periculosidade, a sanidade mental e a presença de transtornos de personalidade em indivíduos que são alvo do processo penal, de modo que a perícia psicológica contribui para o princípio da individualização da pena e a aplicação das circunstâncias judiciais. O objetivo deste trabalho é discutir o papel da perícia psicológica na aplicação das circunstâncias judiciais, a fim de influenciar a dosimetria da pena e o princípio da individualização. A metodologia utilizada pautou-se no método indutivo e na pesquisa bibliográfica em livros, teses,

dissertações, na base de dados SciELO, publicados entre 2015 e 2021, além de estudo jurisprudencial, com intuito de analisar a aplicação das circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal. Os laudos produzidos pelo perito psicólogo, trazem informações descritivas, obtidas com base em instrumentos técnicos aprovados pelo Conselho Federal de Psicologia e que atestam a ocorrência de quadros psicopatológicos, que podem indicar a imputabilidade, semi-imputabilidade ou inimputabilidade do indiciado, além de autópsia psicológica em casos de investigação de suicídio, se materializando em um conjunto de informações fundamentais para as decisões judiciais, tendo em vista que as singularidades da personalidade do indivíduo podem aumentar ou diminuir sua pena. Diante do exposto, entende-se que as condições psíquicas do sujeito, que é alvo do processo penal, não podem ser desconsideradas no julgamento do ato cometido e na definição da pena, pois cada caso apresenta suas especificidades que precisam ser consideradas. O processo penal possui regras homogêneas para garantia do exercício da justiça, entretanto, as condições psíquicas do indiciado e as características do crime cometido, devem ser consideradas para atribuição da pena e a efetiva garantia de equidade no julgamento.

Palavras-Chave: Circunstâncias judiciais. Perícia psicológica. Individualização da pena

Trabalho: 6558

A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL SEGUNDO O CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ADAMANTINA

Bruna Stefani de Oliveira Azevedo, Karen Regiane Soriano

Curso de PEDAGOGIA, Faculdades Adamantinenses Integradas, Avenida Espanha, 1104. Pacaembu, SP. bru_stefani_oliveira@hotmail.com

Resumo: O lúdico promove durante a Educação Infantil uma prática educacional de conhecimento de mundo, oralidade, pensamento e sentido. O olhar sobre o lúdico não deve ser visto apenas como diversão, mas sim, de grande importância no processo de ensino-aprendizagem na fase da infância. Por meio da ludicidade a criança começa a expressar-se com maior facilidade, ouvir, respeitar e discordar de opiniões, exercendo sua liderança, e sendo liderados e compartilhando sua alegria de brincar. Sendo assim, o objetivo deste estudo, ainda em desenvolvimento, é identificar, nas últimas 10 edições com os anais publicados (2010-2019) do Congresso de Iniciação Científica do Centro Universitário de Adamantina, na área de humanas, trabalhos que abordaram a temática sobre o Universo lúdico na Educação Infantil. De modo específico, este estudo busca caracterizar cada uma das produções de acordo com o título, autor, curso de graduação, instituição de ensino, cidade, palavras-chave e ano de publicação. Para alcançar tal objetivo, primeiramente, como parte da disciplina de Fundamentos da Educação Infantil, foi realizada uma busca nos anais da área de humanas dos Congressos mencionados, com o uso do descritor Educação Infantil, em seguida, como segunda etapa do estudo, os resultados foram planilhados e, numa terceira etapa, por meio da análise dos títulos e das palavras-chave, foram identificados e selecionados aqueles que apresentavam relação com o lúdico. Por último, os resultados foram caracterizados, seguindo os objetivos específicos traçados para este estudo. No total, foram selecionados 16 estudos para a caracterização e análise na íntegra e estes têm apontado, de maneira geral, que as atividades lúdicas são extremamente dinâmicas, pois o brincar as crianças interagem entre si e com isso aprendem de maneira significativa. Além disso, facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, colabora para uma boa saúde mental, prepara para um estado interior fértil, facilita os processos de socialização, comunicação, expressão e construção de conhecimento.

Palavras-Chave: Educação Infantil. Lúdico. Processo de Aprendizagem

Trabalho: 6823

A IMPORTÂNCIA DO MARKETING DIGITAL PARA O AGRONEGÓCIO: UM ESTUDO DE ORGANIZAÇÕES PRODUTORAS DA MICRO REGIÃO DE TUPÃ.

Juliane Raimundo Oliveira, Jose Tonon Junior

Curso de ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS, FACULDADES FACCAT, Rua Dom Bosco,115. Tupã, SP. juliane_oliveira20@hotmail.com, oliveirajr.1020@gmail.com

Resumo: A IMPORTÂNCIA DO MARKETING DIGITAL PARA O AGRONEGÓCIO: UM ESTUDO DE ORGANIZAÇÕES PRODUTORAS DA MICRO REGIÃO DE TUPÃ. De acordo com Philip Kotler, as empresas morrem quando uma tecnologia se torna ultrapassada e elas se recusam a inovar e adotar um novo sistema. O agronegócio hoje em dia é considerado um dos setores mais importantes da economia brasileira, já que movimenta em média 21,4% do PIB. Atualmente, o volume de informação gerado aumenta exponencialmente, sendo que a maior parte das informações pode ser encontrada por meios tecnológicos. Para viabilizar os compromissos desse pressuposto artigo, tendo como objetivo analisar o marketing digital como ferramenta de divulgação nas atividades ligadas ao agronegócio na microrregião de Tupã. Assegurando ao pequeno produtor da região de Tupã as ferramentas necessárias para que assim consiga divulgar, de forma mais efetiva no mercado que atua, seus produtos e todas suas práticas socioambientais sustentáveis, bem como avaliar seu melhor posicionamento junto aos demais produtores. Tal personalização se observa nos meios rurais, devido ao seu processo de evolução tecnológica, empregando novas técnicas para aumentar seu crescimento e planejamento adequado no cenário competitivo do século XXI. As estratégias de melhorias em relação ao *marketing*, pode ocorrer com as mudanças regulares da propriedade para que haja meios digitais entre a organização e o produtor rural. Quanto aos procedimentos de pesquisa foi realizado, pesquisa de campo por meio de entrevistas com os proprietários, pesquisa bibliográfica, onde o estudo pretende retratar como principal alvo, maximizar os meios digitais, para melhor viabilização, redução de custo e inovação no mercado competitivo. Assim, vale ressaltar, que para que fosse possível demonstrar um resultado significativo, infere-se portanto, que é possível compreender as dificuldades e estratégias para adoção do que é mais robusto e tecnológico, obtendo uma união confirmada do marketing, e que assim possa estar no controle de divulgação diferenciada no agronegócio. Diante do que foi observado no estudo em geral, percebe-se que uma melhoria nas estratégias digitais junto ao produtor e consultores tem o potencial de gerar resultados positivos para ambas as partes, levando conteúdos relevantes, aproximando os públicos de interesse e solidificando a confiança.

Palavras-Chave: Agronegócio. Marketing Digital. Tecnologia. Adoção de inovação. Sustentabilidade

Trabalho: 6479

A INFLUÊNCIA DO DIREITO CANÔNICO, RELATOS DA INQUISIÇÃO NO BRASIL COLÔNIA

Luiz Paulo de Araújo Alves, Eliana Kátia Pupim, Tiago Rafael dos Santos Alves

Curso de DIREITO, Faculdade da Alta Paulista, Rua Manaus, 331. Joao Ramalho, SP. luiz3illor@icloud.com, 229648@fadap.br

Resumo: O presente trabalho tem como principal objetivo: Realizar, a partir do Direito Canônico, uma análise de alguns relatos dos processos inquisitoriais ocorridos no Brasil, em seu período colonial. Nesse sentido traçamos a seguinte problematização: Tendo como base o direito canônico, de que modo ocorreram os processos inquisitoriais no Brasil colônia? Diante disso, nos valem, dentro de nosso processo metodológico, de diferentes fontes bibliográficas, além da análise de documentos, conforme o recorte empírico e as recomendações do professor orientador. Tendo como base o período medieval, marcado pela influência da Igreja Católica e das monarquias a ela submetidas, tais como: Portugal e Espanha, são evidentes os traços religiosos em diversas características socioculturais de tais países, bem como das áreas por tais países colonizadas. Deve-se levar em consideração que, durante muito tempo a Igreja Católica também estendeu os laços da cristandade para outros lugares, por meio do movimento cruzadista e posteriormente das grandes navegações, patrocinadas por diferentes nações. Assim, as expedições que culminariam com a chegada dos europeus na América, também trariam os primeiros religiosos católicos para estas terras. No caso do Brasil, devido aos laços coloniais com Portugal, inicialmente predominavam as legislações da Coroa, neste caso as Ordenações Afonsinas e Manuelinas. No entanto, em relação aos assuntos religiosos, predominavam os ditames do Direito Canônico. E assim como ocorria na Europa, o combate as diversas dissidências religiosas

que ameaçavam a Igreja, eram investigadas pela Santa Inquisição, também conhecida como Santo Ofício. Vale destacar que, muitas vezes, a inquisição deixou de lado seus princípios religiosos, para atender simplesmente a objetivos políticos econômicos de Estado e, por outras vezes da própria Igreja, intencionada em expandir seus domínios e sua influência. Assim, pontuamos que este trabalho está em andamento, na fase de levantamento bibliográfico, com previsão de término em 2022.

Palavras-Chave: Igreja Católica. Direito Canônico. Inquisição no Brasil Colonial. História

Trabalho: 6562

A LINHA TÊNUE ENTRE A JUSTIÇA E A PROTELAÇÃO NO FORO ESPECIAL POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO

Mauro dos Santos Junior, Eliana Kátia Pupim

Curso de DIREITO, Faculdade de Direito da Alta Paulista, Rua Mandaguari, 1386, G. Tupã, SP. mrmaurojr@gmail.com, mauro09@msn.com

Resumo: O desígnio deste artigo é ratificar a necessidade da execução de mudanças no foro especial por prerrogativa de função, para que haja celeridade na justiça em todos os âmbitos e para todos, ademais, para que não haja impunidade nos cargos em que a Carta Magna garante o direito do uso deste instituto. Diante do cenário atual, o presente artigo justifica-se como fonte de entendimento e de clareza sobre esse instituto, que gera consequências graves para a população e para a justiça. Destarte, a objetivação geral deste artigo é avaliar, exemplificar e expor o quão grave é a má utilização desse instituto em nosso país, sendo este, chamado coloquialmente, de foro privilegiado, mostrando que para a população, nada mais é que um privilégio utilizado para aumentar as possibilidades de impunidade ou de proteção jurisdicional, visto que em certas etapas processuais que se seguem por esse instituto, a posição política privilegiária ou não o andamento jurídico, pois, apesar do instituto visar a centralização do julgamento de certos cargos, pois este instituto é atrelado ao cargo e não a pessoa em si, é sabido dizer que o supremo colegiado é constituído por nomeações feitas pelo chefe do poder executivo, este, totalmente enviesado de opiniões políticas, desde a candidatura, até a execução do mandato, sendo que nem sempre busca o benefício da população e sim o de seu partido e opinião política. Metodicamente, serão abordadas e analisadas Propostas de Emenda à Constituição e também, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, nas passagens que se referem ao instituto em ênfase neste artigo. Em partes, o artigo tratará de apresentar o instituto, desde sua criação, propósito inicial e modificações ao longo do tempo; destrinchar o instituto da maneira que ele existe hoje em nosso país, minudenciando o foro especial por prerrogativa de função; exemplificar o instituto com base em fatos, números, notícias, lei e processos, para que seja demonstrado e validado o objetivo em voga, de maneira não enviesada; expor outras ideias e posicionamentos sobre o tema abordado, este, criticado por muitos juristas; e será concluído com a apresentação do posicionamento pessoal do autor, junto com uma breve exposição do todo, para que se emente o exposto e que se finde o objetivo.

Palavras-Chave: Foro Especial Por Prerrogativa. Foro Privilegiado. Constituição Federal. Crfb/88. Pec10/2013

Trabalho: 6690

A MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO

Giovana Zampieri Forteza Rocha Rodrigues, Eliana Kátia Pupim

Curso de DIREITO, Faculdade de Direito da Alta Paulista, Rua México, 316. Tupã, SP. juridgzf@gmail.com, dulcineaforfeza@ig.com.br

Resumo: O objetivo do tema abordado, é destacar pontos relevantes, ou seja, sua proeminência na solução de impasses dos direitos do cidadão e ajuda a ordem jurídica. Vale destacar, que o tema apresentado passou por inúmeras modificações até chegar ao nível de afeição que hoje se atina, tratando-se de um artefato de extrema importância para a sociedade, mas que não era vista desta forma, isto posto este resumo irá expor tais fatos. O presente trabalho tem como propósito a demonstração dos métodos extrajudiciais de solução de controvérsias como alternativas à justiça pública brasileira, quais sejam a Mediação e a Conciliação. Existem meios autônomos e heterônomos de resolver os litígios decorrentes da exacerbação conflituosa das relações entre o capital e o trabalho. No direito trabalhista possui a existência de meios extrajudiciais para a resolução dos conflitos trabalhistas, além do tradicional meio judicial que se caracteriza pela morosidade. A conciliação e a mediação se constituem na solução de conflitos, e são capazes de evitar a chegada da demanda a um juiz para conseguir promover a paz. Estes institutos trazem novas formas para disseminar o diálogo e a pacificação social. A mediação respalda na conduta de um determinado agente, sendo terceiro imparcial, sobre os interesses contraditórios e das respectivas partes em conflito, buscando auxiliar, inclusive tentando instigar à composição, em que o teor será, porém, decidido pelas próprias partes. A conciliação, por sua vez, é método de solução de conflitos em que as partes agem na composição, mas coordenadas por um terceiro, desprovido do poder decisório final, mantendo os próprios sujeitos originais da relação. A força da atuação da conciliação por um terceiro é real, em sua maioria conseguindo introduzir um resultado jamais imaginado pelas partes. Ambas têm se caracterizado como métodos eficazes na concretização da harmonia social por meio da solução pacífica das controvérsias, atendendo assim, aos valores que norteiam a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. O acordo consensual resultado do ajuste entre a vontade das partes em conflito tem elevada parcela de contribuição para a pacificação social, abrangendo diversos benefícios, tais como a celeridade no procedimento, a diminuição do desgaste emocional dos conflitantes e a redução do custo financeiro. O principal objetivo dos meios extrajudiciais é a célere resolução dos conflitos surgidos em decorrência da relação trabalhista. A alternatividade desses institutos possui volumosa vantagem, uma vez que não possuem a extrema morosidade do sistema judiciário tradicional e proporcionam o ideal de plena satisfação às partes. As explanações aqui apresentadas foram baseadas na Resolução 125/2010 do CNJ e em pesquisas de trabalhos de diferentes autores.

Palavras-Chave: Alternativa. Mediação. Conciliação. Justiça Do Trabalho. Conflitos

Trabalho: 6651

A MORTE POR COVID-19: A AUSÊNCIA DO ADEUS

Fernanda Cavalari Marrero, Maria de Fátima Belancieri

Curso de PSICOLOGIA, Centro Universitário de Adamantina, Rua Amazonas, 985. Dracena, SP. fernanda.cavalari@hotmail.com, 82217@fai.com.br

Resumo: Com a pandemia da Covid-19, tornou-se necessária uma série de adaptações, entre elas, nos rituais de despedida e velórios, impossibilitando um último adeus de familiares e amigos. Nesse sentido, nossos objetivos neste estudo foram: identificar de que maneira a exposição a taxa de mortalidade crescente e a interdição dos rituais no processo de luto decorrentes da pandemia podem afetar a população, bem como, verificar as possíveis intervenções do psicólogo à pacientes acometidos pela Covid-19 e a seus familiares. A metodologia utilizada foi a revisão integrativa de literatura, integrando artigos científicos e vídeos com depoimentos. Os depoimentos em vídeos foram coletados nas plataformas digitais Youtube e Globo.com, a partir do cruzamento das seguintes palavras-chaves: Luto, Pandemia, Covid-19, Morte e Psicologia. Foram encontrados 28 vídeos no Youtube, sendo selecionados 11. Na plataforma Globo.com foram encontrados seis vídeos, sendo selecionados dois. Os artigos foram coletados em bases de dados científicos como: BVS, SciELO, LILACS, MEDLINE, Sociedade Brasileira de Psicologia SBP, Plataforma RENAST, Conselho Regional de Psicologia (CRP), Revista Augustus, Revista Oficial do Conselho Federal de Enfermagem e Repositório Institucional UFSC, a partir do cruzamento das palavras Luto e Pandemia, Covid-19 e Luto, Morte e Pandemia, Psicologia e Pandemia, Psicologia e Covid-19. Foram encontrados 23 estudos nessas bases de dados, descartando-se 12 após leitura. A partir dos depoimentos, foram organizadas três categorias, sendo a primeira composta por depoimentos com os sentimentos de familiares e amigos diante da perda de um ente querido para a Covid-19, na qual foram identificados sentimentos de negação, dor, tristeza e surpresa. A categoria dois, reuniu depoimentos que demonstram a mudança nos rituais de despedida por conta da pandemia, tendo sido identificada a ausência da despedida, que se repetiu em diversas falas e a questão da crença, na qual apesar da dor da perda, percebe-se um apego a um ser superior em vários relatos. Por fim, a categoria três reuniu depoimentos que esboçam a identificação e solidariedade com outras famílias

enlutadas, assim como, o incentivo para a conscientização e cuidados na prevenção do contágio pela Covid-19. Considera-se que a interrupção dos rituais da despedida influenciou na elaboração do luto de familiares. Frente a isso, o papel do psicólogo se faz necessário para promover o acolhimento e auxiliar nos rituais de despedida, visando ao enfrentamento e superação deste momento de tantas perdas e sofrimento.

Palavras-Chave: Psicologia. Pandemia. Covid-19. Morte. Luto

Trabalho: 6696

A MÚSICA NO PRINCÍPIO DA ALFABETIZAÇÃO: CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA NA AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM ESCRITA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Jaime Alex Parra Martinez, MARCOS MARTINELLI, MATEUS BARROSO SACOMAN

Curso de PEDAGOGIA, Faculdades Adamantinenses Integradas, Rua Tetsushi Haga, 635. Adamantina, SP. JAIMEALEXBASS@GMAIL.COM, 92719@fai.com.br

Resumo: O artigo mostra o processo de aprendizagem apresentado em sala de aula com a música, desenvolvido versos musicais com a escrita dos alunos juntamente com a professora orientadora, recurso aplicado que busca a valorização da arte e manifesta o lúdico no trabalho com a alfabetização. O objetivo mergulha os conteúdos e habilidades necessárias no progresso da aprendizagem, um propósito que a música facilita a ação pedagógica e o desenvolvimento cognitivo. A metodologia do trabalho foi a bibliográfica juntamente com pesquisa de campo. Os resultados se compreendem na abordagem com as composições das músicas com os conteúdos da parte curricular, onde propicia a aquisição da linguagem verbal e o aumento das percepções, são vantagens que nos conceitos fonéticos da consciência fonológica subsidiam a educação oral e escrita. Através das habilidades propostas em uma ação interdisciplinar o estudo busca melhorias na aquisição da língua escrita. As discussões do contexto nas experiências no levantamento de dados, evoluiu entre jogos de alfabetização grafema e fonema, produzindo significado para as fases epistemológicas com a composição de pequenos textos para o início da compreensão do sistema alfabético. Essas atividades musicais juntamente com jogos que conscientizam a fala na aquisição da escrita através do pensamento, obtém melhoras para memorização, princípio em que o gênero textual estabeleça ligações e significados dos sons das sílabas, demonstrando ao aluno que há formas diferentes de escrever palavras com aliterações e rimas. A conclusão parte para a relação entre música e o alfabetizar, um processo que parte da complexidade de aprender e dominar o objeto, onde o sujeito precisa de métodos e conteúdos claros para todo trabalho na sala de aula seja efetivo. A alfabetização corresponde a autonomia para o exercício do aprender. Elaborada de forma coerente com a música, promove um ensino mais significativo ao entendimento, ao domínio e a forma de interagir com o meio e as dificuldades inerentes a cada indivíduo.

Palavras-Chave: Alfabetização. Música. Escrita. Consciência Fonológica

Trabalho: 6613

A NÃO-MATERNIDADE: UMA QUESTÃO DE ESCOLHA

Franclie Cristina Rocha dos Santos, Maria de Fátima Belancieri

Curso de PSICOLOGIA, Centro Universitário de Adamantina, Rua São Carlos, 95. Lucélia, SP. 55617@fai.com.br, franrocha94@hotmail.com

Resumo: Discorrer sobre a temática da Não-Maternidade, pode ser um tanto delicado, visto que histórica, cultural e socialmente, a maternidade é considerada um marco na vida da mulher e a opção por não vivenciá-la ainda reflete pressões por parte da sociedade, que não deixa de levantar questionamentos diante dessa decisão. Nesse sentido, temos como objetivo compreender as motivações das mulheres na escolha pela não-maternidade. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica sistemática, sendo a coleta realizada nas bases de dados científicas como Scientific Electronic Library Online (SciELO), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePsic), Biblioteca virtual (dissertações), utilizando as seguintes palavras chaves: maternidade, não-maternidade, mulher, filhos. Ao todo, foram encontrados 18 artigos e, após a leitura, foram descartados nove, restando, assim, nove para compor as análises. Foi empregada a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (1977) para a organização dos dados coletados, resultando em três categorias: 1) Motivos relacionados à não identificação com a maternidade: nesta, os autores trazem relatos de mulheres que apontam a necessidade destas apresentarem um instinto materno e, pontuam ainda, que, por uma questão de feminilidade e conservação do corpo, alegam que ser mulher e ser mãe são realidades distintas, visto que a maternidade exige sacrifícios em prol do filho. Na categoria 2) Motivos relacionados a experiência familiar, as mulheres relatam suas experiências vivenciadas com a própria genitora sendo mãe. Relatam ainda, as experiências do cuidado materno com outros parentes (primos, sobrinhos, irmãos), o que substitui a experiência da maternidade. Na categoria 3) Motivos relacionados a vida profissional, os autores destacam que, em vários relatos, a carreira profissional é prioridade na vida da mulher. Essas motivações explicam o adiamento da maternidade, considerando a trajetória de vida de cada mulher em sua especificidade, o que, em geral, buscam é a sua independência financeira, autonomia, liberdade para priorizar seus ideais, os sonhos, desejos e planos, ou seja, a maternidade é uma escolha.

Palavras-Chave: Maternidade. Não-maternidade. Mulher. Filhos

Trabalho: 6830

A NORMALIZAÇÃO DO ABANDONO SOCIOAFETIVO E A FALTA DE REGULAMENTAÇÃO ESTATAL PARA FINS DE PUNIÇÃO DO GENITOR AUSENTE

Larissa Alves Rocha,, Jose Eduardo Lima Lourencini

Curso de DIREITO, Faculdades Adamantinenses Integradas, Fazenda Fortuna, Cx11. Mariápolis, SP.
larissa.rocha.study@outlook.com, instantescapturados@outlook.com

Resumo: Nos últimos anos vem sendo possível visualizar a mudança de óptica sobre a qual os legisladores passaram a enxergar os resultados da falta de presença física por um dos genitores, ou seja, o abandono socioafetivo. Esta ação, por parte de um dos genitores para com os filhos menores, se configura, em tese, em abandono material crime previsto em nosso atual Código Penal- acarretando uma série de prejuízos para os sujeitos passivos desta ação. O presente trabalho tem por objetivo analisar e estudar casos de abandono socioafetivo dos pais para com os filhos menores e as consequências psicológicas e sociais advindas do não cumprimento ao princípio da afetividade no Direito de Família. Pretende-se trazer a discussão, de forma secundária, a respeito da falta de regulamente estatal para fins de punição do genitor ausente, tendo em vista que, para se obter algum tipo de reparação, é necessária comprovação de efetivo dano a integridade psíquica, não se levando em consideração que apenas o ato de não manter-se presente nas relações familiares e no desenvolvimento social do menor de idade já resulta em consequências no desenvolvimento de suas habilidades sociais e de relacionamento. Afinal, os direitos e as obrigações dos genitores para com sua prole se encontra expresso em nosso Código Civil, prevendo, inclusive, a possibilidade de reparação por quaisquer danos a moral destes, porém, conforme será discutido na presente pesquisa, tal normativa não é suficiente para abarcar todos os danos causados pelas relações familiares e que não possuem disposições expressas na lei, deixando aqueles que dela necessitam sujeitos a subjetividade do direito.

Palavras-Chave: Abandono Socioafetivo. Direito. Responsabilidade Civil

Trabalho: 6827

A POSTURA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS

Braian Inácio Santos Silva, Fernanda Stefani Butarelo

Curso de DIREITO, Faculdades Adamantinenses Integradas, Alameda Brasil, 484. Pracinha, SP. braianisantosilva@outlook.com, 28018@fai.com.br

Resumo: PEIXOTO, João Paulo M. Presidencialismo: organizador história, organização e funcionamento. Senado Federal, 2015. Disponível em < <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518604>>. Acesso em 26 setembro 2021. COUTO, Claudio Gonçalves. Sistema de governo e políticas públicas. Disponível em < <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4160>>. Acesso em 26 setembro 2021. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em. Acesso em 1 outubro 2021. BRASIL. Constituição (1934) CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRAZIL (DE 25 DE MARÇO DE 1824). Rio de Janeiro, 1934. Disponível em. Acesso em outubro 2021. OLIVEIRA, Eduardo Santos de. O Sistema Político Brasileiro hoje: o governo do Supremo Tribunal Federal e legitimidade democrática. Scielo. Disponível em. Acesso em 1 outubro 2021. TORRES, João Camilo de Oliveira. A Formação do Federalismo no Brasil. Disponível em. Acesso em: 3 de outubro 2021 ALBUQUERQUE, Ana Luiza. Motocicletas de Bolsonaro já custaram quase R\$ 3 milhões aos cofres públicos. Folha de S. Paulo. Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/09/motocicletas-de-bolsonaro-ja-custaram-quase-r-3-milhoes-aos-cofres-publicos.shtml>>. Acesso em: 18 setembro 2021 GONÇALVES, C. A natureza das crises nos sistemas socioeconômicos capitalistas. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), [S. l.], v. 21, n. 3, p. 755-770, 2017. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2017.110792. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/110792>. Acesso em: 3 out. 2021. BUGALHO, Henry. Minha especialidade é matar: Como o bolsonarismo tomou conta do Brasil. [s.l.]: [s.n.], 2020. Mônica Andrade & Eduardo da Motta e Albuquerque. Alternativas para uma crise de múltiplas dimensões. Disponível em <https://www.cedeplar.ufmg.br/component/phocadownload/category/18-noticias?download=1099:alternativas-para-uma-crise-de-multiplas-dimensoes> Acesso em 02 outubro 2021. MILONAKIS, Dimitris. Crise Econômica, a Crise da Economia e o Futuro da Economia Política. Disponível em < <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/download/1621/1664/3551>>. Acesso em: 03 outubro 2021.

Palavras-Chave: Pandemia da Covid-19. Sistema de Governo. Presidencialismo. Presidente da República. Harmonia

Trabalho: 6714

A PRODUÇÃO DO CORPO FEMININO NA PUBLICIDADE DE PERFUMARIA E COSMÉTICA

Isabela Toso, Cassiano Ricardo Rumin

Curso de PSICOLOGIA, Faculdades Adamantinenses Integradas, Avenida Quinze de Novembro , 658. Flórida Paulista, SP. 26617@fai.com.br, isabelatoso_42@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho buscou abordar um tema atual no cenário contemporâneo, onde investigou o discurso publicitário de perfumaria e cosmético que propõe um ideal de beleza e explora a insatisfação com a imagem corporal, tendo como destaque a figurabilidade feminina. O objetivo envolve a discussão dos parâmetros de beleza estabelecidos nas publicidades da empresa de cosméticos de beleza e perfumaria, O Boticário. Realizou-se um estudo de caso sobre as peças publicitárias da empresa O Boticário que estavam disponíveis ao público de todas as idades na plataforma digital do Youtube. A análise do discurso verbal (falas dos personagens) e não-verbal (imagens) possibilitou a compreensão do modo de produção do feminino enunciado pela empresa em decorrer do tempo. Os resultados indicam que o discurso publicitário dos primeiros anos da empresa dirigia-se a mulheres jovens que poderiam experimentar a contratualidade de sua existência explorando a imagem corporal e os limites de sua sensualidade. A integração da concepção da sensualidade com aspectos da juventude, resultou em peças publicitárias dirigidas a mulheres adultas que alcançariam o corpo do verão, conseguiriam um namorado e realizariam tudo o que fosse idealizado. Também para as mulheres que se aproximam da velhice haveria um artifício para encobrir o distanciamento em relação à juventude, propondo a superação dos indicativos do envelhecimento como forma de fruição.

Conclui-se que a evolução dos discursos publicitários sobre o feminino oscilam entre a contratualidade de moldar o corpo no encaixe dos padrões e a proposição de manter-se feminina ao sustentar a juventude encobrindo o envelhecimento.

Palavras-Chave: Feminino. Ideal de Beleza. Insatisfação Corporal. Peças Publicitária

Trabalho: 6555

A RELIGIÃO E O DIREITO: ANÁLISE CONTEMPORÂNEA SOBRE RITOS QUE SE MANTIVERAM AO LONGO DOS SÉCULOS

Maria Beatriz Oliveira Pereira, Tiago Rafael dos Santos Alves

Curso de DIREITO, Faculdade da Alta Paulista, Rua José Bernardino, 301. Tupã, SP. maria_beatrizoliveira@hotmail.com, m_beatrizo@outlook.com

Resumo: Entendendo a importância que se há em cada cultura, tradição, meios que transpassam costumes e conhecimento, fez-se necessário, uma vez que exista certa predileção para o estudo de condutas e hábitos em países de origem inglesa ou colonizados pelos ingleses, o intuito desta pesquisa, é demonstrar que cultura e tradição, leis e regimentos tendem a seguir linhas muito diferentes nos países orientais, principalmente naqueles islamizados, sendo estes os objetos de pesquisa. Tendo em vista esta demanda, a intenção do presente trabalho é compreender e realizar um breve estudo comparativo entre o direito islâmico e o direito ocidental, neste caso com o uso do direito brasileiro. A metodologia utilizada para a construção deste trabalho, se dará por meio de pesquisas bibliográficas em doutrinas específicas de direito, história do direito e filosofia, bem como em artigos científicos direcionados ao tema. No mundo contemporâneo, é muito comum que indivíduos elitizem determinados elementos sociais, sejam eles religião, política, crenças, tradições etc., marginalizando em sua grande maioria o que não é branco, e aquilo que é considerado útil, é ligado ao povo de forma reescrita, fraudando sua origem e a considerando europeia. Nesse sentido, a representação de qualquer coisa que seja bela e boa, é ligada ao branco europeu, então, observando esse pré-conceito existente, que inúmeras vezes se dá pela má representação de alguns povos ou falta de conhecimento de um povo de determinada cultura, é possível reconhecer a necessidade dessa apresentação dessas comunidades, e entender o que é diferente, porque é diferente, e qual o motivo da marginalização desses povos, e acredito que contrapondo os fatos seja de mais fácil entendimento. O objeto de estudo da pesquisa, focaliza um país ocidental-laico e um oriental-confessional. Nesse sentido, faz-se necessário elencar a história e cultura de cada qual. Desse modo, é preciso apresentar ao leitor como cada sistema legal funciona, considerando o Alcorão e Constituição Federal. Demonstrando por meio do direito como são validadas algumas instituições, esclarecendo quais os limites da religião em cada região, como ela se amplia e como reflete na instituição propriamente dita e entendida como Direito. Dadas as lacunas existentes na exploração acadêmica sobre o assunto abordado, bem como a exploração limitada no que se refere ao direito principalmente quando conectado a assuntos religiosos, há nesta pesquisa o interesse de esclarecer, comparar e apresentar algumas significações à ambas às sociedades para redução do preconceito presente. E, por fim, tentar entender porque muitos dos conflitos religiosos perduram por tanto tempo e quanto a carência de certo esclarecimento à motivação de grande parte desses conflitos, realizando então, uma análise comparativa entre duas Federações (Irã e Brasil), visto que uma delas a religião é vista como lei sagrada e a outra não. A fim de que seja possível compreender até onde vão os limites da laicidade. E se de fato, o Brasil é resultado de um país completamente laico ou apenas um conceito que existe somente em teoria.

Palavras-Chave: Irã e Islã. Direito Religioso. Direito Muçulmano. Oriente Médio. Direito Oriental

Trabalho: 6544

A REPRESENTAÇÃO DA FIGURA FEMININA ATRAVÉS DA HISTÓRIA SOB O ASPECTO DA ARTE E O IMPACTO SOCIOJURÍDICO NA LEGISLAÇÃO NO DECORRER DOS SÉCULOS.

Gabriela Barros Valero, Eliana Kátia Pupim

Curso de DIREITO, Faculdade de Direito da Alta Paulista, Rua Prudente, 75. Tupã, SP. gabyvalerob@hotmail.com, 229538@fadap.br

Resumo: O presente artigo tem a finalidade de proporcionar uma reflexão ao leitor sobre a persistência da violência e descrença para com a mulheres vítimas de abusos físicos e morais em decorrência da herança deixada pelo domínio absoluto ou no mínimo predominante dos homens na arte, história, literatura, política e entre outros, vem apontar também, como a perspectiva masculina dominadora nesses espaços sociais, artísticos, midiáticos, jurídicos e familiares resultou em anos de repressão, submissão, omissão e sexualização da figura feminina que incidem como justificativa mingua das praticas abusivas, concretizando assim preconceitos arraigados até a contemporaneidade, contribuindo para os fatores de descrença e depreciação da vítima feminina. Por meio de consultas bibliográficas de artigos e leituras de análises críticas de especialistas renomados, esse artigo traça um paralelo entre as mudanças na legislação mundial e nacional e, as diversas produções culturais e artísticas como meio de produção de conhecimento filosófico e jurídico. A análise da representação dos fatos e histórias contadas será feita através das obras de Rembrandt e Guido Reni dois artistas Barrocos que retratam a mesma personagem histórica: Lucrecia de Roma. Rembrandt a retratou em 1666 e Guido em meados de 1625; a tragédia de Lucrecia ficou popular e rendeu variadas representações tanto em óleo sobre tela quando em poemas, à exemplo nas palavras de Willian Skakespeare, ou ainda em tragédias teatrais repetidas incontáveis vezes ao público nas ruas, teatros e óperas no decorrer dos séculos. O que nos interessa é como tais representações contam a história de violência que essa figura emblemática sofreu e como tal representação impactou na perspectiva social no tratamento da vítima e do agressor.

Palavras-Chave: Artes Visuais. Direito. Herança Histórica. Preconceito de Gênero. Obra de Arte

Trabalho: 6911

A TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO E SUA APLICABILIDADE COM IDOSOS

Rafael Lima Cervelheira de Oliveira, Cassiano Ricardo Rumin

Curso de PSICOLOGIA, Centro Universitário de Adamantina, Rua Augusto Padovan , 15. Adamantina, SP. cervelheiralima@gmail.com, rafa_cerve@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho volta olhares especificamente para os idosos dependentes (ID), ou seja, aqueles que por diversos fatores passam a necessitar do cuidado de outrem em razão da redução de sua autonomia. Nas condições de redução da autonomia, o idoso pode ser alocado em instituições ou sob o cuidado de pessoas inibem a expressão de sua subjetividade, pois suas vidas passam a ser formalmente administradas por quem o cuida. Partindo da problematização da vivência limitada de sua subjetividade em decorrência a perda de autonomia, esta pesquisa objetivou discutir como a técnica de Acompanhamento Terapêutico (AT) poderia beneficiar o ID quando aplicada como prática integral de cuidado. Para tanto, foram realizados estudos de literaturas pertinentes ao tema em plataformas digitais como Google Acadêmico e YouTube assim como em Bases de dados indexados, tais como BVS-Psi, Scielo, PePSIC e portal BVS Brasil. Quanto aos resultados, foram identificados poucos autores que escreveram sobre a prática de AT com idosos, desta forma, buscou-se encontrar autores que descrevem o contexto e as dificuldades do envelhecimento que ocorre dentro de instituições, e autores que abordam os contextos onde o AT pode ser pensado como alternativa, e quais os benefícios que este pode trazer ao acompanhado. mesmo havendo restritas referências, alguns autores demonstraram como o AT pode ser estabelecido como possibilidade de cuidado para os ID. Para os autores, compreende-se que a proposta de oferecer a estas pessoas uma modalidade de tratamento que acontece para além do amparo a suas necessidades biológicas, permitindo estarem envolvidos em situações de trocas afetivas e inseridos em contexto que possam expressar seus desejos, é um modo de oferta de cuidados que preserva a subjetividade. Conclui-se, que além de identificar práticas de AT dirigidas à ID, a revisão bibliográfica também identificou recursos técnicos de

diversas modalidades de AT que poderiam ocasionar benefícios aos IDs caso fossem articuladas ao cuidado dirigido a esta população.

Palavras-Chave: Idoso. Acompanhamento Terapêutico. Institucionalização

Trabalho: 6888

A UTILIZAÇÃO DOS INFLUENCIADORES DIGITAIS PARA IMPULSIONAR OS NEGÓCIOS DAS EMPRESAS DE VESTUÁRIO DA REGIÃO DE TUPÃ, SP

Priscila Alves da Silva, Fernanda Yamauchi

Curso de ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS, FACULDADES FACCAT, Rua Clodomiro Dias Negrão, 59. Quatá, SP. priscillah telemarketing@gmail.com, gabriellabarbossa3157@gmail.com

Resumo: INFLUENCIADOR PESSOAL, MÍDIA E REDE DE MASSAS O influenciador em meados de 1955 lançou um livro Personal Influence, onde através de um estudo explicavam um modelo sobre o líder de influência e o duplo fluxo de comunicação. MARKETING NA INFLUENCIA DIGITAL WEB 2.0, MARKETING 4.0 e MARKETING 5.0 Em 2000, Tim O'Reilly criou o termo Web 2.0, onde ele estudou a transição da internet que era apenas um meio de fazer o uso da informação, e depois ela não só apenas informava, mas passava também a gerar conteúdo. Depois em 2010, Philip Kotler, o pai do marketing moderno, explorou o marketing 4.0, defendendo a ideia de que um cliente satisfeito é o melhor advogado de uma marca, fazendo a inclusão do marketing horizontal e encurtando as barreiras até o consumidor, porque até então só os famosos poderiam fazer o marketing. Em 2020, devido a pandemia e suas restrições, entramos então numa outra era, onde a tecnologia e as redes sociais se tornaram o melhor meio para divulgar produtos: chegamos ao marketing 5.0, que engloba mais um contexto cultural, onde busca a parte sensorial do consumidor entrando nas questões relativas ao neuromarketing e a inteligência artificial. PANDEMIA COVID 19 E A MUDANÇA DE HÁBITOS OCORRIDOS PELAS RESTRIÇÕES DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNDIAL A atual estirpe do Coronavírus, mais conhecido por COVID 19, foi identificada pela primeira vez em meados de outubro de 2019 na China, na cidade de Wuhan. E assim ocorreu à disseminação levando o vírus para várias partes do mundo, sendo em março de 2020 declarado epidemia mundial. O CONCEITO DIGITAL INFLUENCIADOR MULTIMARCAS Categorias de influenciadores são os Top celebridade; Fit celebridade; Autoridade; Ecosistema; TrendSetter; Jornalista e Público interno. REDES SOCIAIS E USUÁRIOS As mais utilizadas no Brasil, nos últimos anos, são o Instagram, com 95 milhões de usuários, o TikTok, com 7 milhões de usuários, o Facebook com 2,7 bilhões de contas ativas, o Facebook Messenger, com 1,3 bilhão de pessoas, o Twitter, com 16,6 milhões de tuiters, o Youtube, com 105 milhões de pessoas vendo e postando, o WhatsApp, com 120 milhões de brasileiros com conta ativa, o Snapchat, com 11 milhões de usuários, o Pinterest, com total de 38 milhões de usuários e o LinkedIn com 46 milhões de usuários. TEMPO QUE AS PESSOAS GASTAM EM REDES SOCIAIS Segundo a pesquisa Global Digital Overview 2020, o tempo que cada usuário fica conectado à internet, em média, é o equivalente a 100 dias por ano. As mídias sociais mais utilizadas pelas digitais Influencers: Instagram 89%; YouTube 70%; Facebook 45%; Blogs 44%; O CONSUMIDOR, A ERA DO CONSUMISMO DIGITAL Com pleno entendimento das mudanças dos consumidores, de suas necessidades e o crescimento das compras on-line fez com que o faturamento do setor em 2020 crescesse 122%, com um total de R\$ 155,3 bilhões em vendas, as pessoas mais consomem na internet, são: Moda e acessórios; Eletrônicos; Casa e decoração; Saúde e beleza e Cursos EAD.

Palavras-Chave: Influenciadores Digitais. Pandemia. Marketing Digital. Redes Sociais. Setor Vestuário

Trabalho: 6742

ALFABETIZAÇÃO DO EDUCANDO COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

Marileia Cristina Pigozzi Suarez, Franciele Ruiz Pasquim

Curso de PEDAGOGIA, Faculdade de Ciências Contábeis e Administração de Tupã, Rua Joaquim Abarca 400. Tupã, SP. marileiasuarezdesouza@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem por finalidade refletir, a busca de uma prática docente que vise auxiliar o trabalho com crianças com dificuldades de aprendizagem, sugerindo atividades que poderão ser desenvolvidas, bem como esclarecimentos aos professores sobre dificuldades da aprendizagem: a dislexia, a dislalia, a disgrafia, a discalculia, a disortografia e a psicomotricidade nas dificuldades da aprendizagem envolvendo a afetividade em suas causas, diagnóstico, avaliação e tratamento. Tem como principais objetivos tornar conhecido entre nós educadores, proporcionando igualdade, a partir de técnicas e métodos, durante o processo de aprendizagem. As dificuldades da aprendizagem apresentadas por crianças em sala de aula vêm aumentando acentuadamente. Na realidade muitas dessas dificuldades poderiam ser resolvidas e até evitadas precocemente se houvesse um olhar atento e qualificado no desenvolvimento psicomotor da criança. A psicomotricidade existe para oportunizar as crianças condições de desenvolver capacidades básicas, aumentar seu potencial motor e utilizar o movimento para atingir aquisições como as intelectuais e assim pode ajudar a sanar essas dificuldades. Dando continuidade ao relato do estudo do trabalho final de curso valorizando a importância e a contribuição da psicomotricidade para o processo de aprendizagem, visto que ela leva a criança a ter noção de seu corpo, a concepção de espaço, a dominar seu tempo e lateralidade, a adquirir habitualmente a coordenação de seus gestos e movimentos, pré-requisitos, para a aprendizagem da leitura, escrita e matemática. Assim, dificuldades no desenvolvimento psicomotor podem estar relacionadas às dificuldades também na aprendizagem. Por fim, as inovações auxiliam os professores e a comunidade em relação à importância no desenvolvimento psicomotor da criança, na compreensão do processo de ensino de aprendizagem e relacionando-se a atrasos ao desenvolvimento cognitivo e psicomotor.

Palavras-Chave: Dificuldade da Ap. Dislexia. Dislalia. Disortografia. Afetividade

Trabalho: 6616

ALIENAÇÃO PARENTAL, ORIGEM E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Claudia Izabel Cardilho Aguiar, Eliana Kátia Pupim

Curso de DIREITO, Faculdade de Direito da Alta Paulista, Rua José Camilo dos Santos N 4. Bastos, SP. claudiacardilhoaguiar@gmail.com, ccacucardilho@gmail.com

Resumo: O objetivo deste artigo é estudar a estrutura familiar, voltando a atenção para o poder familiar, analisando como questão principal a prole e sua relação com os pais, com os demais familiares após o divórcio ou dissolução de união estável, visando o bem estar das crianças e adolescentes, assegurando que elas tenham um convívio harmonioso com os familiares de ambas partes, de maneira que mesmo com os pais separados elas tenham uma relação familiar feliz e saudável, recebendo amor, cuidado e atenção, independentemente de os pais se encontrarem em um novo relacionamento, visando assegurar que os direitos e garantias fundamentais da criança e adolescente sejam efetivos; no entanto, caso não ocorra esse convívio harmonioso, quais características poderão ser apontadas para que o pai, que está sofrendo alienação, possa tomar ciência do fato e quais medidas podem ser adotadas para que o genitor causador deste problema seja legalmente responsabilizado; para que seja constatada a alienação, é necessário uma série de fatores, podendo contar com auxílio de uma equipe de apoio, pois na maioria dos casos o causador não tem noção dos danos que pode causar a seu filho, e a alienação pode se dar propositalmente ou involuntariamente, podendo ser causada por pai, mãe, avô ou avó, normalmente pelo detentor da guarda do menor. O artigo foi baseado através de resultados de pesquisa em artigos e bibliografias. A pesquisa tem como objetivo principal elencar os fatores causadores deste tema e orientar como proceder em caso de constatação da Alienação.

Palavras-Chave: Alienação Parental. Poder Familiar. Leis. Direitos

Trabalho: 6633

ANÁLISE DAS CONSEQUÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS DA MONOCULTURA NO MUNICÍPIO DE FLÓRIDA PAULISTA

Flávio Luiz Fernandes dos Anjos, Jacqueline Pereira dos Santos

Curso de TECNOLOGIA EM GESTÃO COMERCIAL, Adamantina, Rua Antônio Botton, 538. Flórida Paulista, SP. anjos.brasil@gmail.com, anjos.luiz@hotmail.com

Resumo: A monocultura da cana-de-açúcar se faz presente na maioria nos municípios da Nova Alta Paulista por décadas, sendo o setor de maior geração de empregos diretos e indiretos dessa região. Diante desse contexto o município de Flórida Paulista, situado na mesma região, caracteriza-se pela predominância da atividade canavieira, possuía uma agroindústria que gerava cerca de 1.900 empregos diretos e indiretos. O estudo teve como objetivo geral analisar as consequências de uma crise socioeconômica na monocultura de cana-de-açúcar, em Flórida Paulista, SP, e identificar quais foram os principais fatores que desencadearam tal desequilíbrio. Buscou-se em seus objetivos específicos: analisar a história da cana-de-açúcar no município; identificar os impactos econômicos da crise da unidade sucroalcooleira e efetuar um comparativo econômico com os municípios circunvizinhos, por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e literaturas específicas relacionadas à temática. No município, assim como a maioria dos municípios circunvizinhos, predomina o cultivo de lavouras canavieiras, nesse sentido pode-se perceber que os principais fatores que levaram ao desequilíbrio da monocultura da cana de açúcar em Flórida Paulista, foram a dependência de uma única unidade agroindustrial lá instalada, pois essa era a maior geradora de recursos, diretos e indiretos para a população, sendo que tais desequilíbrios impactaram significativamente todos os municípios vizinhos. Assim, constatou-se que o município de Flórida Paulista desenvolveu grande vínculo econômico com a indústria sucroalcooleira, com índices de ocupação de solo que se aproximaram de 50% de seu território. Observou-se uma grande redução no produto interno bruto do município e uma inversão no ciclo de geração de empregos com redução de mais de 70% no mesmo no período em que ocorreu uma crise na agroindústria, que impactou de maneira negativa direta ou indiretamente em todos *stakeholders* do município, reduzindo sua margem de crescimento em relação aos municípios circunvizinhos da mesma região no período analisado.

Palavras-Chave: Monocultura. Cana-de-açúcar. Indústria Sucroalcooleira

Trabalho: 6883

ANÁLISE DAS VANTAGENS DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROCESSO DE AUTOMAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE SISTEMA DE COLETA DE OVOS EM GRANJAS DO MUNICÍPIO DE BASTOS

Richard

Curso de ADMINISTRAÇÃO, Faculdade de Ciências Contábeis e Administração de Tupã, Maria de Lurdez Correia Manzano, 451. Tupã, SP. riconrado_piveta@outlook.com

Resumo: Observando o aumento do custo da produção, é necessário cada vez mais investir em melhorias, diante disso uma implementação na automação de coleta de ovos acaba reduzindo custos e melhorando a produção. Quais as vantagens de uma automação na coleta de ovos em uma granja? Avaliar a viabilidade econômica da implantação do processo de automação da coleta de ovos em uma granja. Temos como objetivo analisar as vantagens operacionais e financeiras de uma automação na parte de coleta de ovos, mostrando as vantagens implementar esse procedimento. Uma granja com automação pode proporcionar vantagens econômicas, com um custo de mão de obra mais enxuto graças a diminuição da necessidade de pessoas para a coleta dos ovos, uma automação é capaz de produzir de forma mais rápida e controlada.

Palavras-Chave: Granja. Ovos. Galinha. Automação. Produção

Trabalho: 6731

ANÁLISE DO PROCESSO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO: UM ESTUDO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURN-OVER IDEAL EM EMPRESAS DE MÉDIO A GRANDE PORTE DO SETOR DO AGRONEGÓCIO NO ESTADO DE SÃO PAULO

Guilherme Henrique da Cruz, Fernanda Yamauchi

Curso de ADMINISTRAÇÃO, Faculdade de Ciências Contábeis e Administração de Tupã, Rua Rui Barbosa, 1883. Iacri, SP. guicruz741@gmail.com, guilhermecruz2015@outlook.com

Resumo: A contratação de colaboradores é uma das atividades mais importantes dentro de uma organização. Uma empresa é composta por pessoas, são elas que irão desenvolver as tarefas diárias da organização, e para que essas tarefas sejam desenvolvidas com eficiência e eficácia é necessário que as pessoas sejam bem selecionadas e treinadas. O setor do agronegócio, que envolve áreas dentro e fora de zonas rurais, também é operacionalizado por pessoas, com o crescimento deste setor faz-se ainda mais necessário selecionar pessoas de maneira eficiente que irão contribuir para o desenvolvimento da organização. Assim o presente trabalho tem como objetivo verificar a importância de um processo de recrutamento e seleção bem estruturados para o desenvolvimento de um índice ideal de turn-over, em empresas do setor do agronegócio de médio e grande porte, no estado de São Paulo. Em relação a metodologia utilizou-se a abordagem qualitativa, através de pesquisa bibliográfica e pesquisas de campo, sendo a última desenvolvida por meio de questionários online com cinco empresas, com o intuito de analisar como é o processo de recrutamento e seleção das empresas pesquisadas e verificar como esses processos interferem nos índices de rotatividade das mesmas. Entre os resultados obtidos foi possível verificar que a maioria das empresas pesquisadas possuem índices equilibrados de turn-over, o que é ideal, ou seja, equilíbrio na rotatividade. É importante ressaltar que recrutar e selecionar corretamente pode evitar altos índices de rotatividade (turn-over) nas organizações, números elevados de turn-over são ruins para a organização, visto que ocasiona gastos, tanto rescisórios, quanto de novas contratações, contudo índices muito baixos indicam estagnação, isto é, a organização não traz inovação para si, não conduz novas visões e conhecimentos. De acordo com as análises da pesquisa de campo, verificou-se que é possível obter um índice adequado de turn-over, para a realidade das organizações pesquisadas, através do uso de ferramentas e realização do processo de recrutamento e seleção bem estruturados.

Palavras-Chave: Recrutamento. Seleção. Turn-over. Agronegócio. Equilíbrio.

Trabalho: 6576

ANÁLISE SOBRE A SISTEMÁTICA DOS RECURSOS REPETITIVOS E DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS

Gizelli Tolentino Passi Pantoffi, Eliana Kátia Pupim

Curso de DIREITO, Faculdade da Alta Paulista, Rua José Camilo Do Santos. Bastos, SP. gizelli_passi@hotmail.com

Resumo: Este estudo visa analisar qual o objetivo da sistemática dos recursos repetitivos e do incidente de resolução de demandas repetitivas. Será abordado sobre o conceito, os objetivos a forma de seleção de processos submetidos à essa sistemática e os requisitos para instauração dos recursos repetitivos nos Recursos Especiais e nos Recursos Extraordinários (Artigos 1.036 a 1.041 do Código de Processo Civil). Além disso, será explicado o surgimento do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas com o novo Código de Processo Civil (Artigos 976 a 987 do Código de Processo Civil). Será que essa sistemática de análise dos recursos é eficaz? Quais os princípios do direito são alcançados? O uso desse método prejudica a análise de cada caso concreto? Quais as diferenças entre recursos repetitivos e incidentes de resolução de demandas repetitivas? Serão analisados dados retirados dos sites do Tribunal de Justiça, do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal de Justiça. Aprofundando ainda mais os estudos, serão abordados casos concretos, como por exemplo, o IRDR (Recurso de Resolução de Demandas Repetitivas) Tema 009 ICMS Energia TUSD TUST que também é um recurso repetitivo do Superior Tribunal de Justiça. Além do exemplo acima, também serão consultados outros processos submetidos à técnica de julgamento dos recursos repetitivo. Além de dados estatísticos, serão revisadas algumas bibliografias de doutrinadores,

entendimentos jurisprudenciais, alguns artigos do Código de Processo Civil, da Constituição Federal e dos Regimentos Internos do STJ e STF. Por fim, será esclarecido como se deve aplicar as teses jurídicas criadas e qual a importância da aplicação.

Palavras-Chave: Recursos Repetitivos. Incidentes de Resolução de Dem. Teses Jurídicas. Recursos Especiais. Recursos Extraordinários

Trabalho: 6621

ANDADOR DE QUATRO PERNAS

Alexandre Hiroaki Kobori, Márcia Regina Molina Martins da Fonseca

Curso de DESIGN, unifai, R. Yassuyuki Kassai, Adamantina, SP. 5520@fai.com.br, xandikobori@hotmail.com

Resumo: Muitas pessoas possuem dificuldade de locomoção e para isso um andador é essencial para que possam se locomover sem o auxílio de terceiros. O presente projeto visa a criação de um andador de qualidade mas de custo acessível, que conte também com um assento acoplado, de forma que o usuário possa fazer pausas durante o deslocamento. Inovação Incremental tem a finalidade de melhorar um produto que existe, já a inovação Radical trata-se de criar um produto completamente novo, vamos trabalhar com a inovação incremental, melhorando os andadores existentes, a fim de melhorar a qualidade de vida do usuário, mas de baixo custo, para uma melhor disponibilidade a pessoas de renda mais baixa. A ideia inicial seria criar um produto que auxiliasse as pessoas que não possuem mais tanta força em seus membros ao se levantarem de assentos de uma forma segura e confortável. Após debates e pesquisas a ideia inicial se modificou surgindo o conceito de criar um produto que tenha como utilidade servir de suporte para a locomoção de idosos. Através de pesquisas surgiu a ideia de melhorar o projeto original de um andador, incluindo quatro bases de sustento (pernas) e um assento. Inicialmente pensou-se em colocar uma rede no lugar do assento de forma a manter o produto bem leve. Porém, em função de mais conforto e uma melhor postura do usuário, optou-se por assento com encosto. O andador será composto por matéria prima padrão desse tipo de produto: Barras de alumínio e bases de borracha. A barra de apoio será acolchoada com espuma e coberta de manta. O assento e o apoio serão um estofado: base de madeira; espuma; molas e manta.

Palavras-Chave: Criatividade. Inovação. Andador. Cadeira Motorizada. Dificuldade Para Andar

Trabalho: 6612

AS CIRCUNSTÂNCIAS DO ENVIDAMENTO DA CLASSE C

Thaina da Silva Macedo, Eliana Kátia Pupim

Curso de DIREITO, faculdade de direito da alta paulista, R Euclides da Cunha,, Herculândia, SP. thainasilva-ts@hotmail.com, cyberadiction@gmail.com

Resumo: O tema será relacionado com o superendividamento da classe, como ele acontece, e como o leitor pode perceber a materialização do problema em sua vida. Com a justificativa a importância do tema será mostrada, para que sejam desmitificados que a classe mais baixa seja a que mais é endividada, servindo como um alerta também, aos vários perigos do consumo excessivo. Existem algumas perguntas que serão respondidas ao decorrer do artigo como: Porque a classe que ganha razoavelmente melhor que outras, é a que entra em maiores dívidas? Como as empresas contribuem para o excesso de endividamento? O que o direito faz para proteger o consumidor dessas situações? O objetivo geral é mostrar o motivo da classe que ganha teoricamente bem estar tão acima da média em dívidas. A metodologia será dedutiva, com esteio de pesquisa

bibliográfica. A pesquisa se iniciará mostrando de onde vem e de que é formada a classe C (levando em consideração o que as doutrinas tem a oferecer quanto a formação das classes), destacando como a divisão de classes é feita, e de que maneira o excesso de dívidas veio parar justamente nessa classe (com a ajuda de dados colhidos em pesquisas)

Palavras-Chave: Classe C. Endividamento. Superendividamento. Consumidor. Propagandas

Trabalho: 6893

AS DORES E AS DELÍCIAS DE ESTAR ESTUDANTE DE PSICOLOGIA: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO DE ESTÁGIO EM ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

Rubia da Silva

Curso de PSICOLOGIA, Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium, José Pereira, 185. Lins, SP. rubia-s@hotmail.com, rubia.101000@gmail.com

Resumo: Este trabalho trata-se de relato de experiência de um projeto de intervenção de estágio de formação profissional em orientação profissional, em desenvolvimento com graduandos do terceiro ano de psicologia de uma faculdade particular de uma cidade no interior do estado de São Paulo. A orientação profissional para graduandos de psicologia tem como objetivo construir uma visão crítica e participativa para que eles, enquanto estudantes possam encontrar caminhos propícios vinculados a interesses e habilidades durante sua formação para fazer escolhas de forma reflexiva e madura, para o presente e futuro, tendo em vista que esta escolha pode ser alterada diversas vezes a partir de vivências e experiências que vão moldando a construção de suas existências enquanto estudantes e futuros profissionais. Acreditamos que a escolha para este campo de estágio foi construída durante nosso momento enquanto estudantes de psicologia, ao observar a rotina dos alunos que ingressavam na clínica de psicologia da faculdade, notava-se que este momento se mostrava muito desafiador para eles, por vezes faziam suas escolhas, mas havia envolta muitas dúvidas e fantasias que permeavam os imaginários dos alunos, tornando por vezes estas escolhas impessoais. Somado à isso, os graduandos precisam lidar com o desconhecido, com o medo de escolher algo e os possíveis arrependimentos que isso traria em sua vida profissional, o desafio frente a atuação clínica, a escolha de um tema para o trabalho de conclusão de curso, as possibilidades ofertadas para os alunos que gostam de pesquisa científica, currículo Lattes, entre outras questões que foram aparecendo em nossa caminhada e que sabemos de sua importância para uma formação mais clara e assertiva a estes alunos. A metodologia empregada pensando em uma forma de acessar este público seria a criação de um grupo com os alunos interessados afim de acessar junto aos orientandos temas como escolhas e renúncias, identidade profissional e suas condições enquanto estudantes, transpondo conteúdos como autoconhecimento, ampliando suas respectivas visões relacionadas aos estágios e possibilidades ofertadas durante a graduação, utilizando como recurso atividades com escrita e dinâmicas. A partir dos encontros realizados até o presente momento, nota-se uma evolução significativa no modo como os orientandos encaram sua condição enquanto estudante, tendo em vista que no início se mostravam inseguros e com muitas incertezas quanto ao seu atual momento vivido na graduação, a partir dos encontros os alunos constroem subsídios facilitadores na qual permitem a ampliação de suas possibilidades, colocando luz a alguns pontos que até o presente momento se mostravam nebulosos, este fato se evidencia através do discurso dos próprios participantes que ressaltam que por meio da orientação profissional eles estão se permitindo construir um olhar mais autêntico e menos fantasioso sobre sua realidade, denotando a eficácia da orientação profissional aos alunos matriculados no terceiro ano de psicologia.

Palavras-Chave: Graduandos de Psicologia. Orientação Profissional. Psicologia. Construção Histórica. Ser E Estar Estudante

Trabalho: 6851

AS ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DOS TRABALHADORES DA SAÚDE EM CONTEXTO PANDÊMICO.

Stephanie Sant'anna Valderramos Bittencourt, Claudia Regina Parra

Curso de PSICOLOGIA, Fundação Dracênense de Educação e Cultura, Rua General Osório, 583, Casa. Junqueirópolis, SP. stephanie_bitt@hotmail.com

Resumo: Este estudo tem como objetivo a observação e pesquisa de adultos inseridos no setor da saúde em contexto pandêmico, sendo estes trabalhadores que não possuem formação específica e que em sua maioria ocupam cargos chamados "serviços gerais", suas estratégias de enfrentamento, do sofrimento psíquico em contexto pandêmico, a falta de reconhecimento e a manutenção das relações. A pesquisa foi realizada em um Centro de Saúde do SUS, localizado na cidade de Junqueirópolis, São Paulo. Participaram das observações colaboradores de serviços gerais como motoristas, telefonista, além dos cargos administrativos e demais funcionários inseridos no contexto. Os resultados apontam que estes trabalhadores em sua maioria demonstram sintomas ansiosos, tédio, despersonalização e aumento do esgotamento do sofrimento psíquico através da fala. Há uma certa necessidade em driblar esse sentir através da palavra falada, surgindo desabafos e conversas paralelas a respeito do cotidiano e as questões de cada um. Destaca-se maior esgotamento de mulheres em função de sobrecarga de trabalho doméstico e o aumento de consumo de bebidas alcoólicas. Para estes trabalhadores a recomendação de permanecer em casa não se aplica, são eles os responsáveis pelo funcionamento dos serviços essenciais. Diante da percepção da finitude da vida, observou-se a necessidade de confraternizar, estar vivo, mantendo vínculo social e de amizade. Para enfrentar tal sofrimento, são utilizadas estratégias que aumentam o bem-estar em geral, maior frequência de interação e pertencimento à um grupo, para buscar reconhecimento e aumento da autoestima. Todos estes trabalhadores estão expostos à riscos de contaminação e diretamente ligados com o enfrentamento da pandemia, portanto, faz-se necessário o reconhecimento dos trabalhadores da saúde em estudos sobre os efeitos da Covid-19 na saúde dos trabalhadores da saúde.

Palavras-Chave: Sofrimento Psíquico. Estratégias de Enfrentamento. Trabalhadores da Saúde. Covid

Trabalho: 6594

AS NOVAS FORMAS DE RELAÇÃO DE CONSUMO NO MUNDO VIRTUAL

Jhonathan Balhistero Vieira da Silva, Tiago Rafael dos Santos Alves

Curso de DIREITO, Faculdade de Direito da Alta Paulista, Rua Ivanilde, 300. Tupã, SP. jhonathan.balhistero@gmail.com, jhonathan_-_pe@hotmail.com

Resumo: O século XXI trouxe um avanço tecnológico que jamais poderia ter sido previsto antes, um desses avanços foi a internet que hoje pode ser acessada através de diversas formas diferentes e muitos não conseguem pensar como seriam suas vidas sem ela, porém antigamente só tinha acesso a internet os computadores e só depois podendo ser acessada através de smartphone, tablet e dentre muitos outros aparelhos. Com base nessa evolução tecnológica o presente estudo irá tratar a relação de consumo nesse novo mundo chamado internet, pois com a internet a globalização teve uma expansão inimaginável, já que hoje é possível um indivíduo que mora no interior do estado de São Paulo efetuar uma compra de um teclado para seu computador, em um site estrangeiro cuja a empresa reside no Japão, sem ao menos precisar falar japonês, coisa que sem a internet seria praticamente impossível de se imaginar antes da criação da mesma. Será tratado os princípios do direito do consumidor para se ter uma maior compreensão do assunto tratado e entender as mudanças nesse novo mundo digital junto com as vantagens desse novo mercado e também as desvantagens que esse novo mercado pode vir a proporcionar. Tratando também sobre a função social do comércio e como podem impactar a sociedade nessa nova maneira de comércio através da internet, junto com a evolução do código de defesa do consumidor de uma maneira geral e como isso teve impacto nas leis vigentes junto com as devidas mudanças que foram necessárias para essa adaptação nesse novo mercado que vem crescendo cada dia mais.

Palavras-Chave: Marketplace. Lgdp. Cdc. Compra Online. Internet

Trabalho: 6571

ASPECTOS JURÍDICOS DA CESSÃO DE CRÉDITO

Nohan Felipe de Oliveira Souza, Jose Eduardo Lima Lourencini

Curso de DIREITO, CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ADAMANTINA, Rua Manuel Bandeira, 3. Adamantina, SP. 24720@fai.com.br, nohan.felipe@gmail.com

Resumo: A plena compreensão do direito obrigacional exige uma pesquisa cuidadosa sobre as peculiaridades inerentes a cada um dos negócios jurídicos previstos pelo Código Civil. Entre eles, a cessão de crédito abarca vários aspectos que suscitam a imperiosa necessidade de constituírem objeto de estudos aprofundados e permanentes. O presente trabalho pretende tecer uma breve análise bibliográfica no que tange aos principais aspectos jurídicos relacionados ao instituto da cessão de crédito. A princípio, vale ressaltar o friso feito por Carlos Roberto Gonçalves a respeito do tema, segundo o qual a relação obrigacional admite mudanças em seus elementos essenciais, inclusive nos sujeitos envolvidos, possibilitando a transmissão da obrigação. Uma das espécies dessa transmissão é a cessão de crédito, um negócio jurídico bilateral e consensual, em que o credor transfere seus direitos a outrem, com todos os acessórios e garantias. Em linhas gerais, pode ser explicada da seguinte maneira: um credor (cedente) tem um crédito a receber, mas o cede a um terceiro (cessionário) que efetua o pagamento e passa a deter o direito de receber o crédito diretamente do devedor (cedido). Isso pode se dar por título gratuito, como nos casos de doações, ou oneroso, em que o cessionário auferir lucro ao comprar a dívida por valor inferior ao montante devido, como é comum em casos de empréstimos e contratos de compra e venda. Para sua celebração não é obrigatório que haja o consentimento do devedor, sendo necessário apenas notificá-lo do fato (art. 290, CC). Contudo, é importante destacar que não é possível ceder o crédito nos casos em que houver prejuízo da natureza da obrigação, como em relações de caráter personalíssimo, ou por definição de cláusula contratual (art. 286, CC). Flávio Tartuce acertadamente infere que, assim como ocorre com outros institutos jurídicos, a cessão de crédito só terá efeito erga omnes se celebrada por instrumento público ou por instrumento particular, desde que neste último conste lugar, qualificação, data, objetivo, designação e extensão (art. 288 e § 1º, art. 654 CC). São três as espécies de cessão de crédito, a saber: convencional, que se dá por livre acordo entre as partes; legal, nos casos em que a lei determina a substituição do credor; e judicial, que decorre de sentença. Pode ainda ser pro soluto, em que ocorre a quitação do débito para com o cessionário e a exoneração do cedente; ou pro solvendo, em que o cedente opta por correr o risco de eventual insolvência por parte do devedor. Desta forma, tendo em vista o amparo legal e doutrinário que sustenta a cessão de crédito, é possível confirmar tanto a importância do tema quanto sua profundidade, de maneira que não deve o novel acadêmico poupar sua dedicação no estudo do direito obrigacional, que constitui parte significativa de seu contato com as ciências jurídicas e sociais.

Palavras-Chave: Cessão de Crédito. Obrigações. Direito Obrigacional. Direito Civil

Trabalho: 6871

ATENDIMENTO CLÍNICO EM TERAPIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL EM UM SERVIÇO-ESCOLA

Tainara Sigoli Micali, Fulvia de Souza Veronez

Curso de PSICOLOGIA, CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ADAMANTINA, Rua Stelio Machado Loureiro, 192. Flórida Paulista, SP. 4017@fai.com.br, tainaramicali@outlook.com

Resumo: A Terapia Cognitivo-Comportamental compreende que os comportamentos e sintomas disfuncionais passam pela instância cognitiva (crenças nucleares, atitudes, regras, pressupostos e pensamentos automáticos). As emoções, comportamentos e reações fisiológicas são influenciados pelas percepções que o indivíduo apresenta sobre um determinado

evento. A TCC propõe que a melhora para os comportamentos e sintomas disfuncionais provém da modificação dos pensamentos e crenças disfuncionais. OBJETIVOS: O presente trabalho se apresenta com o intuito de discutir sobre o Estágio Supervisionado em Psicologia Clínica realizado pelas estagiárias do curso de psicologia do Centro Universitário de Adamantina. METODO: Foi realizado levantamento dos casos atendidos neste ano de 2021. As queixas e as principais técnicas aplicadas foram listadas e discutidas à luz da terapia cognitiva comportamental. RESULTADOS: A procura pelo serviço de psicologia é tanto espontânea quanto por encaminhamento de outros profissionais ou órgãos de saúde. Os clientes aguardam em uma lista de espera, posteriormente, são triados para dar início ao processo psicoterápico. Os atendimentos são realizados semanalmente, nas modalidades presencial e online, no Núcleo de Psicologia da UNIFAI, bem como em domicílio quando se faz necessário na abordagem Terapia Cognitivo Comportamental pela prática psicoterápica clínica à comunidade, sob supervições semanais. No presente estudo serão retratadas técnicas de atendimento realizadas e discutidas em supervisão relacionada aos casos acompanhados. Dos 22 pacientes acompanhados, apenas 9 assinaram o termo de consentimento para uso de dados para pesquisa. Havia clientes que já estavam em acompanhamento psicoterápico no Núcleo de Psicologia e, também, ocorreram novas atribuições de novos pacientes. Em um primeiro momento, foram elaboradas as conceitualizações cognitivas de cada paciente (com atualizações no decorrer dos atendimentos), contendo: descrição do caso; dados da história de vida do cliente antes e depois da queixa principal; as crenças centrais do cliente; expectativas do cliente; estratégias de enfrentamento do cliente; e consequências identificadas. Por conseguinte, com base nas queixas de cada cliente, foram aplicadas técnicas específicas dentro da abordagem em questão. Foram encontradas queixas de vaginismo, Estresse Pós-Traumático (TEPT), Transtorno de Ansiedade, Transtorno Depressivo e problemas de relacionamento. Ao longo do processo ocorreram desligamentos por desistência, sendo que, a maioria, se deu em decorrência das normas da clínica-escola. CONCLUSÃO Os atendimentos ainda se encontram em andamento, nesse sentido, estratégias e técnicas de intervenção ainda estão sendo trabalhadas e estudadas para cada paciente em particular, de forma que, através da compreensão do perfil dos pacientes, é possível que ocorra uma construção de práticas frente ao objetivo, aumentando assim, a adesão do paciente em relação ao processo terapêutico.

Palavras-Chave: Terapia Cognitivo-comportament. Serviço-escola. Psicologia. Estágio Supervisionado

Trabalho: 6802

BRASIL RECONHECIDO NO CENÁRIO INTERNACIONAL POR FALTA DE REPRESSÃO ÀS CONDUTAS VIOLADORAS DOS DIREITOS HUMANOS

Daise de Sa Cardoso, Fernanda Stefani Butarelo

Curso de DIREITO, Centro Universitário de Adamantina, Rua Parana, 643. Adamantina, SP. daise.cardoso123@gmail.com, daise.cardoso1234@outlook.com

Resumo: O trabalho em tela tem como finalidade o estudo analítico de como o Brasil é reconhecido no cenário internacional, frente às condutas violadoras dos Direitos Humanos. Iniciando-se com os conceitos e acepções do Estado, bem como seus elementos constitutivos, por conseguinte uma análise dos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, primordialmente os princípios fundamentais da Soberania (Art. 1º, I CF), da Dignidade da Pessoa Humana (Art. 1º, III CF), da Prevalência dos Direitos Humanos (Art. 4º, II CF) e da Solução Pacífica do Conflitos (Art. 4º, VII CF). Apresentando à ótica do Sistema Internacional de Direitos Humanos e proteção desses direitos, com o estudo sistematizado do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, assim como o desmembramento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos Comissão IDH e a Corte Interamericana de Direitos Humanos Corte IDH. Em continuidade, será feito à análise dos temas relacionados ao desempenho do Estado nesse âmbito. Dessa forma, está pesquisa foca especificamente nos casos em que o Brasil foi submetido à Corte Interamericana de Direitos Humanos Corte IDH, dentre as condenações que foram sujeitas à contenciosidade da Corte IDH estão 11 processo, oportunidade em que o Brasil foi absolvido uma vez. Por fim, de forma concreta, será analisado efetivamente dois casos em específico, sendo o Caso Ximendes Lopes VS. Brasil que foi julgado em 2006 e o Caso Garibaldi VS. Brasil já em 2009. O primeiro caso, de Ximendes Lopes VS. Brasil, a Comissão IDH que apresentou a demanda com a finalidade de decidir se o Estado brasileiro foi responsável pela violação ao direito à vida (artigo 4º), ao direito à integridade pessoal (artigo 5º), as garantias judiciais (artigo 8º) e a proteção judicial (artigo 25) todos previstos na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, com referência à obrigação de respeitar os direitos, dispositivo relativo ao artigo 1.1, do mesmo documento. Ao passo que o Caso Garibaldi VS. Brasil, segundo, foi submetido à Corte IDH, apresentada pela Comissão IDH, para analisar e decidir se a República Federativa do Brasil foi responsável pela violação de direitos humanos, como as garantias judiciais (artigo

8º) e de direito à proteção judicial (artigo 25), previstos na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, alusiva à obrigação geral de respeito e garantia dos direitos humanos e ao dever de adotar medidas, conforme inteligência dos artigos 1.1 e 2, do diploma. Assim, portanto, o presente vem verificar se os direitos humanos, como embasamento fundamental da Carta Magna Brasileira está devidamente tutelado e com proteção internacional.

Palavras-Chave: Direitos Humanos. Corte Interamericana de Direit. Caso Ximendes Lopes Vs. Brasil. Caso Garibaldi Vs. Brasil. Estado

Trabalho: 6922

BRASIL: AS CONSEQUÊNCIAS DAS DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIAS FEDERATIVAS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Victor Augusto Baptiston, Fernanda Stefani Butarelo

Curso de, , Av. Dr. Paulo Antonio Ribeiro Fraga, 203. Flórida Paulista, SP. victor_augusto203@hotmail.com, victor_metin2@live.com

Resumo: O presente trabalho, de natureza qualitativa, fundamentado em pesquisa documental e bibliográfica, é parte das atividades do Grupo de Estudos de Direito Constitucional da UNIFAI. O estudo teve por objetivo a análise das decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) na distribuição de competências federativas durante a pandemia da Covid-19, bem como a sua guinada jurisprudencial sobre conflitos de competências entre os entes federativos no país. Para tanto, foi necessário analisar decisões do STF, especialmente o entendimento lançado na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.341, o qual trouxe importante questão sobre a possibilidade de os entes federativos estadual e municipal adotarem medidas mais restritivas de combate à pandemia do que àquelas adotadas pelo ente federal. Do estudo, constatou-se que o Pretório Excelso mantinha uma linha histórica e majoritária de decisões que tendiam fortemente para a centralização das competências nos casos em que havia conflitos entre os entes federativos sobre suas atribuições no plano material e legislativo, de modo a restringir significativamente a autonomia dos Estados e dos Municípios em relação à União. Ressalte-se que as competências federativas em matéria de saúde estão elencadas nos artigos 23 e 24 da Constituição Federal vigente. Enquanto o plano material das políticas públicas de saúde prevê uma competência comum entre todos os entes federativos (art. 23, II), a competência legislativa sobre a saúde é concorrente (art. 24, XII), cabendo apenas à União a edição de normas gerais (art. 24, §1º). Diante do cenário criado pela pandemia da Covid-19, os entes federativos passaram a promulgar normas sanitárias em todas as esferas, com a finalidade de frear a propagação do vírus na sociedade, ocorrendo inúmeras divergências que tornaram a estrutura federativa um verdadeiro caos, trazendo insegurança jurídica e ineficiência no combate ao avanço do coronavírus. A desordem federativa resultou em grandes impactos negativos para a sociedade. Os conflitos de competências entre os entes federativos chegaram ao STF, guardião da Constituição Federal, que, ao julgar os limites federativos quanto à adoção de medidas ligadas ao isolamento social e às políticas de saúde pública de enfrentamento à pandemia da Covid-19, alterou sua estratégia decisória utilizada em julgamentos de conflitos federativos anteriores, de modo que permitiu a descentralização, assegurando maior autonomia aos Estados e Municípios, os quais podem até descumprir as normas gerais editadas pela União, desde que a atuação local configure-se como medida mais protetiva em relação à saúde pública. O STF, assim decidindo, consagrou a aplicação do Princípio da Predominância de Interesse. Conclui-se que as decisões do STF sobre as competências federativas durante a pandemia da Covid-19, reconhecendo a autonomia dos entes federativos estaduais e municipais para adotarem medidas mais restritivas do que àquelas adotadas pelo ente federal, com o fim de proteção da saúde coletiva, conduziu uma mudança na trajetória decisória da Suprema Corte Brasileira que pode impactar de maneira significativa as decisões vindouras sobre a matéria, firmando precedente em prol da efetiva descentralização político-administrativa nos moldes previstos pela Lei Maior.

Palavras-Chave: Supremo Tribunal Federal. Pandemia da Covid-19. Competências Federativas. Descentralização Político-administrativo. Conflitos de Competências

Trabalho: 6564

COMO O PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE É AFETADO PELO PROCESSO DIGITAL NO BRASIL

Gabriel Romero Gouvêa, João José Pinto, Eliana Kátia Pupim

Curso de DIREITO, Faculdade de Direito da Alta Paulista, Alameda Cardiff, 625. Tupã, SP. gbrgouvea@gmail.com, gabriswiming@gmail.com

Resumo: O tema deste estudo se debruça sobre o Princípio da Publicidade e quais as influências oriundas do Processo Digital em território nacional. Os princípios fundamentais do Direito, são diretrizes, guias, que norteiam os atos jurídicos, e como estes interagem com a realidade e com casos concretos. Dentro do Brasil, existem diversos princípios basilares, os quais em sua maioria estão dispostos na Constituição Federal de 1988, dentre estes, existem os princípios que dizem respeito a administração pública e como as instituições que a compõe devem proceder. Dentre estes há o princípio da publicidade, que explicita o dever de a administração pública tornar público e possibilitar a maior exposição possível de seus atos, de forma que a população fiscalize os atos públicos, este princípio por sua vez é aplicável ao âmbito jurídico, onde se faz ainda mais importante, vez que, as decisões proferidas dentro de procedimentos jurídicos afetam a sociedade como um todo. O grande questionamento, surgiu com o advento do processo digital, que possibilitou talvez uma maior agilidade, e celeridade aos processos, contudo restringiu sua publicidade, o que por si só prejudica a solemnidade do procedimento judicial. Dessa forma, o objetivo deste estudo, é estudar de forma objetiva os efeitos que a adoção do processo digital trouxe ao princípio da publicidade. Para realização dessa pesquisa está sendo adotada a revisão de literatura sendo que a pesquisa bibliográficas iniciou-se no portal de periódicos CAPES e SCIELO, e para complemento o GOOGLE acadêmico.

Palavras-Chave: Princípios Fundamentais. Publicidade. Administração Pública. Processo Digital. Acessibilidade

Trabalho: 6781

COMPENSAÇÃO E SEUS EFEITOS JURÍDICOS

Tifany Pacheco Leite Costa, Jose Eduardo Lima Lourencini

Curso de DIREITO, Faculdades Adamantinenses Integradas, Rua: Cônego Scipião, 105. Miracatu, SP. tifanyleiteplc@hotmail.com, 86420@fai.com.br

Resumo: Compensação é a forma de extinção das obrigações aplicável quando duas pessoas forem, concomitantemente, credora e devedora uma da outra, contanto que preenchidos os demais pressupostos legais (...) As obrigações somente são extintas até o limite em que se alcançarem. Por isso é que, quanto à extensão, a compensação classifica-se em total ou parcial. Será total quando ambas as obrigações extinguem -se por inteiro e sem que remanesça crédito ou débito de uma das partes para com a outra. Será parcial quando, embora operada a compensação, a exoneração de uma das partes não é completa, ficando ainda pendente certa fração obrigacional. Subdivide-se em três espécies compensação legal; opera em pleno direito e sem interferência das partes. Compensação convencional, tem origem na autonomia privada e vontade das partes. No meio jurídico a compensação serve para extinguir a obrigação como no pagamento, ficando os credores reciprocamente satisfeitos após o acerto dos débitos no caso de várias dívidas compensáveis entre dois sujeitos, observam-se as regras da imputação de pagamento, é um instituto originário do Direito civil, que tem por prisma a extinção de obrigações, até o valor da quantia, entre pessoas, que forem ao mesmo tempo, credor e devedor uma da outra, ou seja, para que haja compensação essencial que o devedor é ao mesmo tempo credor da mesma pessoa, devendo as dívidas, serem liquidadas e estar vencidas. Concluímos que se dá compensação judicial quando uma das dívidas recíprocas não é líquida, e exigível e o juiz a declara, liquidando-a, ou suspendendo a condenação De acordo como artigo 368 do CC, a compensação pode ser arguida e realizada por uma das partes independente da vontade da outra.

Palavras-Chave: Compensação. Jurídico. Obrigações. Exigível. Artigo

Trabalho: 6551

COMPETÊNCIA E SUA INCIDÊNCIA NAS CLÁUSULAS DE ELEIÇÃO DE FORO DOS CONTRATOS

Mateus Sanches Vessoni Rossi Pantolfi, Sílvia Regina Stefanini Fernandes, Eliana Kátia Pupim

Curso de DIREITO, faculdade de direito da alta paulista, Rua Pajé, 51. Tupã, SP. mateuspantolfi@hotmail.com, mateuspantolfi@outlook.com

Resumo: A competência é a capacidade adquirida por um juízo para julgar uma lide, e em uma relação contratual, lides podem ser geradas oriundas daquele contrato, e por isso se coloca no contrato uma cláusula elegendo um determinado foro de uma determinada comarca para julgar a possível lide que se originar. A cláusula de eleição de foro (choice of forum) é cláusula inserta em um contrato, a qual determina a escolha pelas partes de qual tribunal terá jurisdição sobre um eventual litígio envolvendo o contrato. (TIMM, 2013, p.2). Geralmente as cláusulas de um contrato são estipuladas em comum acordo entre as partes, que elegem a cláusula de eleição de foro após chegarem a um consenso. Porém, temos um tipo de contrato, o contrato de adesão, em que as cláusulas já vem pré-estipuladas pela parte contratada, neste caso, a parte mais forte, podendo gerar abusividade na cláusula de eleição de foro. Dúvida não há que a cláusula eletiva de foro, estabelecida em contrato de adesão pela parte economicamente mais forte, poderá revelar-se abusiva se e quando impuser, ao contratante mais fraco, sérios (e por vezes insuperáveis) óbices ao pleno acesso à jurisdição e à sua defesa no processo [...].(MARCATO, Antônio Carlos, 1997, p. 7-8). Também podemos encontrar a cláusula de eleição de foro nos contratos internacionais, onde pode haver desentendimento sobre qual o juízo competente para julgar aquele contrato, devendo ser respeitado o juízo escolhido pelas partes. [...]juiz nacional deve respeitar a cláusula de eleição de foro, inserida no contrato com elementos de internacionalidade, declarando-se incompetente, em favor do juiz estrangeiro escolhido de comum acordo pelos contratantes. (VIEIRA; FERNANDES, 2017, p.242). A cláusula de eleição em um contrato de compra e venda pode ser caracterizada abusiva se for analisada de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, pois o CDC traz a ideia de que o foro é o domicílio do consumidor para facilitar sua defesa, observando o que se diz no Artigo 101, I do Código de Defesa do Consumidor (BRASIL, 1990): Art. 101. Na ação de responsabilidade civil do fornecedor de produtos e serviços, sem prejuízo do disposto nos Capítulos I e II deste título, serão observadas as seguintes normas: I - a ação pode ser proposta no domicílio do autor; Segundo Pupim (2009), existem 120 empresas ligadas ao ramo fotográfico em Tupã, sendo que uma destas empresas em seus contratos de compra e venda de material fotográfico, elege junto com a parte o contrato de compra e venda com o foro de Tupã como foro competente, portanto, qual foro será competente para julgar aquele contrato? Esta questão virá a ser abordada neste artigo. Portanto, este artigo vai trazer uma noção de competência e uma noção do que é a cláusula de eleição de foro para que o leitor possa evitar esta abusividade, e quando for pactuar um contrato, debater com a outra parte a eleição desta cláusula para que seja eleita em comum acordo.

Palavras-Chave: Eleição. Foro. Competência. Cláusula. Contrato

Trabalho: 6606

CONCEITO DE MULTIPARENTALIDADE E CONSEQUENCIAS AO DIREITO SUCESSÓRIO

Cíntia Volpe Jado da Silva, Eliana Kátia Pupim

Curso de DIREITO, Faculdade de Direito da Alta Paulista, Veriano Marques Pereira, Veriano Marques Pereira. Tupã, SP. cintiavolpe29@gmail.com

Resumo: A presente pesquisa irá abordar o tema da multiparentalidade, dentro do conceito de família eudemonista, ou seja, especificamente sobre a definição da família formada a partir da construção afetiva, aqueles que se tornam parentes pelo

vínculo socioafetivo. Conjuntamente serão apontadas problemáticas em virtude do reconhecimento da multiparentalidade e quais os reflexos desse instituto na sucessão. A multiparentalidade, trouxe uma pluralidade simultânea de filiações, dentre elas a socioafetiva, que é construída pelo afeto entre os filhos e os futuros parentes formados por esse vínculo. O fato ser considerado um tema recente, ainda gera muitos impasses e debates sobre o assunto, um desses problemas é objeto de estudo desse artigo. Ao analisar como a multiparentalidade vem sendo reconhecida, podemos verificar que no âmbito administrativo não há mais necessidade de se provar a veracidade de relação socioafetiva, essa possibilidade facilita a alteração da filiação no registro, mas também pode vir a ser uma brecha na lei e se tornar prejudicial, a partir desse ponto, é centralizado o estudo, com ênfase nos atuais contornos do direito sucessório. O reconhecimento da multiparentalidade ainda é um tema novo, e a falta de legislação sobre o mesmo, nos faz notar que falta empenho do Poder Legislativo junto ao Poder Judiciário para sanar lacunas e oferecer mais segurança jurídica para essas estruturas familiares e quaisquer outras que possam decorrer da filiação afetiva. Dessa forma o enfoque do estudo situa-se em duas questões: como compreender o direito de partilha de bens, quando ocorre morte dos filhos de famílias socioafetivas, e até que ponto as analogias aplicadas suprem a falta de um dispositivo legal.

Palavras-Chave: Multiparentalidade. Filiação. Socioafetividade. Direito Sucessório. Sucessões

Trabalho: 6735

CONSEQUÊNCIAS LEGAIS NO ÂMBITO DAS FAKE NEWS

Denise Raissa Laviani Vieira, Jose Eduardo Lima Lourencini

Curso de DIREITO, Centro Universitário de Adamantina, Rua Augusto Pachoaletto, 269. Flórida Paulista, SP. denisevieiral@outlook.com, denise_rayssa@hotmail.com

Resumo: Temos que a mídia, grande geradora de influência e atualmente mais presente em nosso cotidiano, tem como campo de atuação as informações e devem cumprir seu papel de acordo com a função social delineada pela Constituição Federal de 1988, isto é, havendo situação contrária a inobservância da função social e extrapolando o uso dos direitos de liberdade de expressão/imprensa, gera impacto social, causando danos a sociedade em geral, não somente a vítima, cujo abuso deve ser punido. A virtude da circulação de notícias falsas, gera preocupação e dúvida se o fato publicado é verídico ou não, a partir desta ótica, analisa-se em como o ordenamento jurídico vem mapeando estas situações já corriqueiras. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo abordar os reflexos jurídicos causados àqueles que fazem circular notícias falsas. Dentro dessa perspectiva, o Código Penal, com seu artigo 339, abordando o crime de denunciação caluniosa, bem como, os crimes contra a honra, dentre eles difamação, injúria e calúnia abordam consequências jurídicas sobre a disseminação de fake news. Já que as notícias que tem como principal característica a ofensa, apresenta um viés deletério da honra, imagem, isto é, logra o emocional da vítima. Ainda, na esfera digital, o Marco Civil da Internet aborda medidas sobre a retirada do conteúdo infringente e violadores de direitos de terceiros, explicitamente em seu artigo 19, além disso, a jurisprudência pontua que decorrente o conhecimento ilícito o provedor do conteúdo deve realizar a retirada dentro de 24 h. No mais, em âmbito cível, temos como parâmetro norteador a responsabilidade civil, para que no viés de violação ingressa-se com ação reparadora de danos decorrentes de circulações de notícias falsas.

Palavras-Chave: Responsabilidade. Consequências Jurídicas. Fake News. Violação. Reparação

Trabalho: 6548

CONSTITUIÇÃO DE 1824

Vanessa Cristina da Silva Machado, Tiago Rafael dos Santos Alves

Curso de DIREITO, faculdade de direito da alta paulista, Bartolomeu Bueno , 45. Osvaldo Cruz, SP. vanessa.c.machado91@gmail.com, 229094@fadap.br

Resumo: Este trabalho integra uma pesquisa realizada na disciplina de História do Direito e tem como principal objetivo apresentar uma visão geral sobre a Constituição do Império do Brasil de 1824, a qual foi outorgada por D. Pedro I, bem como compreender e analisar as características do Poder Moderador. Para sua realização consultamos os referenciais bibliográficos indicados pelo professor orientador, bem como os diferentes repositórios acadêmicos. Como já mencionado, a Constituição Imperial de 1824, fora outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em meio ao contexto de separação dos laços coloniais entre Portugal e Brasil. Nesse sentido, é importante salientar que a criação deste documento também refletiu e partiu das aspirações de alguns membros de certas oligarquias, o que representava uma pequena parte da população brasileira à época, excluindo desse modo a população menos favorecida. Tal documento previa em seus dispositivos, itens como: o direito ao voto censitário, o Catolicismo como Religião oficial do Brasil, a definição da capital do Brasil como a cidade do Rio de Janeiro e principalmente a divisão do Governo em 4 (quatro), poderes, sendo o Executivo, Legislativo, Judiciário e o Moderador. A inserção deste último poder, exercido especificamente pelo Imperador, representava em teoria como um dispositivo intermediário entre os demais Poderes, tendo por escopo resolver eventuais conflitos existentes entre os demais poderes. Por fim, em nossas considerações, tecemos a nossa compreensão sobre como esta Constituição estabelecia os direitos sociais, civis e políticos, a uma pequena parcela da população brasileira. Da mesma forma, também destacamos quem e de que forma era exercido o Poder Moderador.

Palavras-Chave: Constituição Imperial do Brasil. Poder Moderador. Dom Pedro I. História do Direito. Império

Trabalho: 6619

CONTINGÊNCIAS SOBRE AS MORTES PRECOSES NA PERSPECTIVA DA TERAPIA DE GRUPO

Fernanda Cavalari Marrero, Fulvia de Souza Veronez

Curso de PSICOLOGIA, Centro Universitário de Adamantina, Rua Amazonas, 985. Dracena, SP. fernanda.cavalari@hotmail.com, 82217@fai.com.br

Resumo: Com o aumento de mortes repentinas nos anos de 2020-2021, assim como a falta e consequente modificação dos rituais de despedidas por conta de óbitos provenientes da Covid-19, ambos aspectos acabaram por interferir negativamente no processo de luto. **OBJETIVOS:** Assim, os objetivos do projeto foram: oferecer um espaço de escuta e acolhimento aos familiares que perderam seus entes queridos em decorrência de mortes repentinas, como a Covid-19 e Cardiopatias, oferecendo auxílio a fim de possibilitar a minimização das angústias na condução do processo de luto. **METODO:** o grupo foi iniciado com aproximadamente 15 participantes, composto por familiares de pacientes falecidos na Santa Casa de Adamantina que foram contatados e convidados a participar. Foram realizados encontros semanais presenciais com duração de 1 hora e meia, a condução do grupo foi composta por quatro moderadoras, sendo formandas de psicologia. Como base para a execução das atividades, foi utilizado o modelo de Grupo Comunitário de Saúde Mental, desenvolvido pelo Dr. Sérgio Ishara na USP Ribeirão Preto. **RESULTADOS:** As trocas de experiências que são estabelecidas entre familiares enlutados gera identificações entre os participantes, compreendendo que não estão sozinhos e que há outras famílias que compartilham da mesma dor. O grupo é considerado terapêutico justamente por possibilitar um espaço para o compartilhamento de sentimentos. Frente a perda, a elaboração do luto depende de diversos aspectos, além de ser muito singular de cada indivíduo, o que aponta para um trabalho que, mesmo em grupo, deve preservar essa singularidade, criando um espaço de escuta e de acolhimento que permita que o paciente compreenda quais as particularidades de seu processo de luto. **CONCLUSÕES:** A proposta tem atingido os objetivos, permitindo aos participantes vivenciar os medos, as angústias e os anseios que esse processo pode trazer, amenizando assim, as dificuldades que podem ser encontradas e favorecendo para um luto não adoecido.

Palavras-Chave: Luto. Covid-19. Grupo. Morte. psicologia

Trabalho: 6692

CONTOS DE FADAS: SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Isabela Rodrigues Corvelloni, Marcos Martinelli

Curso de PEDAGOGIA, Centro Universitário de Adamantina, Avenida 15 de Novembro, 1220. Flórida Paulista, SP. 51219@fai.com.br, isabelacorvelloni099@gmail.com

Resumo: Os contos de fadas são histórias populares, nas quais vêm ao longo das gerações sendo narrados através da tradição oral ou por textos. É uma ferramenta de grande relevância para explorar e compreender o mundo. As crianças são incentivadas a superar obstáculos da vida através do mundo mágico e da imaginação apresentada dentro das historinhas. O objetivo deste artigo é apresentar a dimensão pedagógica que esses textos literários favorecem para a formação da criança no contexto da Educação Infantil. Metodologicamente foi utilizada a pesquisa bibliográfica para esta revisão da literatura com base em pesquisas qualitativas, em que buscou conhecer o papel da literatura infantil no desenvolvimento da criança na educação infantil, o contexto histórico dos contos de fadas e os benefícios de se conta-los em sala de aula, trazendo informações fundamentadas a partir de um levantamento em estudos bibliográficos sobre a temática. Desde a mais tenra idade, a leitura é algo que deve transmitir significado e ser praticada com vitalidade para estimular as crianças a participarem ativamente em seu desenvolvimento integral. A literatura infantil visa promover um progresso significativo na mentalidade das crianças e fornecer entretenimento enriquecedor para seu bem estar, emoções e sentimentos referentes ao enfrentamento de confrontos, impostos pela sociedade. Portanto, os contos de fadas são de extrema importância por serem fontes de informação, cultura e valores, tendo um papel importante na formação social, afetiva e cognitiva, motivando-os a aprender por meio de momentos lúdicos na primeira etapa da educação básica a cultivar a criticidade e a reflexão.

Palavras-Chave: Contos de Fadas. Desenvolvimento da Criança. Literatura Infantil. Educação Infantil

Trabalho: 6736

CONTRIBUIÇÕES DA LEITURA SIMULTÂNEA PARA A FORMAÇÃO DO LEITOR

Beatriz Giovana Leão dos Santos, Franciele Ruiz Pasquim

Curso de PEDAGOGIA, Faculdade de Ciências Contábeis e Administração de Tupã, Izac Estrela da Silva, 10. Tupã, SP. beatriz_giovana_2012@hotmail.com, beatriz.giovana.leao@gmail.com

Resumo: O presente trabalho é decorrente de uma pesquisa didática realizada por meio intermediário do programa Bolsa Alfabetização Escola Pública e Universidade em uma escola municipal. Tem por finalidade refletir sobre as contribuições da leitura simultânea para as crianças em fase de alfabetização. Um dos principais objetivos da escola é formar pessoas capazes de exercer a cidadania, atuando em sociedade, e cabe a ela o papel de estimular a leitura, tendo em vista que auxilia na aquisição da linguagem escrita, que é primordial para aquisição e produção de conhecimento. O trabalho foi realizado inicialmente por meio de pesquisas bibliográficas, em segundo momento por meio de questionário com a professora regente para coleta de dados e após, foi realizada a pesquisa de campo, onde dados sobre a leitura simultânea foram coletados e a prática foi gravada e analisada. A leitura simultânea possibilita ao aluno identificar e realizar diferentes práticas de leitor, promovendo a interação, aprendizagem e compreensão de diferentes gêneros, títulos e autores, ampliando o prazer pela leitura. Tal prática pode ser oferecida desde a Educação Infantil até a Educação Superior e seus benefícios se estendem para a vida, uma vez que os conhecimentos são relevantes para a vida acadêmica e social do aluno. A leitura simultânea também desenvolve a autonomia do sujeito, uma vez que as crianças são convidadas a escolher a história que elas querem ouvir e interagem com professores e alunos de outras séries. Inúmeros são os benefícios atribuídos a essa prática, que é realizada com frequência pela escola. A seleção das opções de livros que serão disponibilizados para escolha dos alunos é realizada pelos professores, que buscam apresentar histórias de excelente qualidade e que instigarão os alunos a elaborarem bons critérios de avaliação dos livros. Por fim a leitura simultânea contribui grandemente para a formação do leitor, levando o discente a desenvolver autonomia e

critérios de escolha no momento de seleção de um livro, além de desenvolver capacidade de escrita, levando o aluno a prática e aperfeiçoamento de hábitos leitores.

Palavras-Chave: Leitura Simultânea. Práticas. Interação. Aprendizagem. Leitura

Trabalho: 6793

COVID-19: OS IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO

Stefani Gabriela Arantes de Lino, Maria de Fátima Belancieri

Curso de PSICOLOGIA, Centro Universitário de Adamantina, Rua Mário Pattaro, 190. Adamantina, SP. 27417@fai.com.br, stefani-arantes@hotmail.com

Resumo: A pandemia da Covid-19 afetou toda a humanidade em nível mundial, a qual foi se agravando a cada dia. Os casos diagnosticados da doença se espalharam por toda população, que além do adoecimento e das mortes, trouxe consequências em diversos âmbitos, como os econômicos, culturais e políticos. Nesse sentido, nos surge a questão: quais são os impactos da pandemia da Covid-19 na saúde mental da população? A partir deste questionamento, tivemos o propósito de investigar os impactos da pandemia da Covid-19 sobre a saúde mental da população. A metodologia empregada neste estudo foi a revisão bibliográfica sistemática, em que a coleta de dados foi realizada em bases científicas como: SciELO e Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PEPSIC), a partir das seguintes

palavras-chave: Covid e Saúde mental, Pandemia e Saúde Mental. Foram encontrados 253 títulos na base SciELO, sendo selecionado após a leitura, apenas 10. No PEPSIC, foram encontrados 48 títulos, sendo selecionados apenas um, totalizando-se 11 estudos para constituir as análises. Pelo alto grau de contágio da Covid-19, o principal meio de prevenção da doença é o isolamento social, o que gerou impactos na saúde geral da população e, especialmente na saúde mental, aumentando a incidência dos sintomas de estresse, ansiedade, medo do contágio e morte, instabilidade emocional, sentimentos de raiva, desamparo, entre outros. Neste cenário, onde a ameaça é invisível e a única prevenção é impedir a propagação do vírus, alguns trabalhadores tiveram que deixar seus postos para trabalhar em home-office, e para outros, houve a necessidade de encerrar o medo do contágio e adoecimento para exercer sua função no trabalho, como é o caso dos profissionais da saúde, que dispuseram de sua segurança para cuidar dos adoecidos. Observamos, por fim, que as consequências da pandemia são marcantes, afetando toda a população, sejam elas crianças, adultos ou idosos.

Palavras-Chave: Psicologia. Covid-19. Pandemia. Saúde Mental. Isolamento Social

Trabalho: 6629

CRIMES SEXUAIS, ESTUPRO DE VULNERAVEL A PALAVRA DA VITIMA E OS RISCOS DA CONDENAÇÃO

Talita Gabriela de Souza Gimenes

Curso de DIREITO, Faculdade de Direito da Alta Paulista, Avenida Jose de Michele Filho 95. Tupã, SP. talita_gabrielagimenes@hotmail.com

Resumo: O tema principal desse artigo tem como base o estupro de vulnerável. Ele se caracteriza como uma prática na clandestinidade onde se relata no artigo 217-A. Além da conjunção carnal a também a possibilidade de atos libidinosos, onde se

torna carente de provas Nos crimes sexuais a uma externa necessidade de tutela do Estado em benefício do vulnerável. Existe uma possibilidade de uma condenação por estupro apenas com a palavra da vítima, caso concretadas as provas. O delito foi incluído ao rol de crimes hediondos. Desta forma, pode-se afirmar que essa atenção dispensada sobre crimes que atingem a dignidade sexual da vítima é um enorme avanço constitucional. Ocorre que, são de difícil comprovação, pois o ato em si, engloba além da conjunção carnal quaisquer atos libidinosos que por vezes não deixam vestígios, sendo, portanto, um desafio para a aplicabilidade e efetividade do direito penal. a prova testemunhal é o meio de prova mais utilizado no processo penal brasileiro e, ao mesmo tempo, é o mais perigoso, manipulável e pouco confiável. O ato libidinoso trata-se do desejo sexual, ações para satisfação da libido, ou seja, a satisfação do apetite sexual, compreendendo como ato libidinoso e a própria conjunção carnal, a masturbação, sexo oral, anal e o beijo lascivo. De acordo com o Código de Processo Penal a vítima será questionada em seu depoimento sobre as circunstâncias do delito, autoria deste e as provas que seja capaz de indicar de acordo com o artigo 201 do código de processo penal. É cabível apontar que crianças fantasiam e também são facilmente manipuláveis por adultos, tal situação não enseja o completo descrédito das declarações infanto juvenis, porém sua integral credibilidade não é, igualmente uma realidade, dependendo do caso concreto.

Palavras-Chave: Crime. Vulnerável. Estupro. Riscos. Condenação

Trabalho: 6609

DA TRANSFORMAÇÃO DA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA EM SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL COM O ADVENTO DA LEI 14.195/2021

Liandra Contelli Delmori, Juliana Ortiz Minichiello Palu, Eliana Kátia Pupim

Curso de DIREITO, Faculdade da Alta Paulista, Rua Itapecurus, 798. Tupã, SP. liandracd@hotmail.com

Resumo: O objetivo deste artigo é o estudo das inovações trazidas pela Lei 14.195/2021 que, dentre elas transformou a Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI) em Sociedade Limitada Unipessoal (SLU), sendo que, ambas as figuras permitiam a atividade empresarial com responsabilidade limitada. Respalçado no fato de que até a sua existência a atividade empresarial somente seria possível ser desenvolvida por meio da figura do empresário individual ou da sociedade empresária inseriu-se no Código Civil a Empresa Individual de Responsabilidade Limitada preocupada com a proteção patrimonial dos empreendedores. Com o advento da Eireli, possibilitou-se a criação de uma pessoa jurídica constituída por um único titular com total integralidade do capital social e com limitação na responsabilidade. Mais recentemente, instituiu-se a Lei 13.874/19, conhecida como Lei da Liberdade Econômica que introduziu a possibilidade da criação da sociedade limitada unipessoal, sendo que, as únicas diferenças que permaneciam entre os dois modelos que possibilitavam o desenvolvimento da atividade empresarial eram alguns dos requisitos de constituição. Assim, havia no Brasil, dois métodos de se desenvolver atividade empresarial, sozinho com responsabilidade limitada, a qual findou no ano de 2021 com obrigatoriedade de transformação das Empresas Individuais de Responsabilidade Limitada em Sociedades Limitadas Unipessoais. Para a realização do presente foi realizada análise bibliográfica disponibilizada pela FADAP- FAP, como o catálogo da Biblioteca Impressa Sophia; base de livros contidos em Minha Biblioteca; artigos do Portal de Periódicos da CAPES, estudo da nova legislação, da literatura pertinente, das doutrinas especializadas, refletindo na trajetória histórica da introdução das duas modalidades levando a conclusão das diferenças entre essas duas figuras que permitiam o exercício da atividade empresarial além de expor quais foram os motivos e os benefícios trazidos com a citada transformação.

Palavras-Chave: Eireli. Sociedade Limitada. Sociedade Limitada Unipessoal. Empresário Individual. Atividade Empresarial

Trabalho: 6928

DAÇÃO EM PAGAMENTO

Letícia Paula Bertuolo

Curso de DIREITO, Centro Universitário de Adamantina, Rua Condor,31. Adamantina, SP. leticiabertuolo@gmail.com

Resumo: A dação em pagamento é uma modalidade de pagamento indireta, em que há um acordo privado entre os sujeitos da relação obrigacional, é muito comum utilizar-se desta modalidade nas negociações de dívidas. Para que ocorra a dação em pagamento é preciso que o credor concorde em receber do devedor prestação diferente da que lhe é devida. Assim, ao invés de receber o que foi acordado originalmente, o credor, concordará em receber outro tipo de pagamento. Contudo, é importante destacar que, para que a dação ocorra é preciso o consentimento expresso do credor, concordando com a troca, sendo assim o pagamento se caracterizará como negócio jurídico bilateral. Além disso, vale ressaltar que, não há necessidade de equivalência de valor na substituição, uma vez que o objetivo de tal instituto é a extinção da dívida. Dessa forma, se for entregue um objeto, não é obrigatório declarar seu preço, entretanto, se foi prefixado o valor da coisa, cuja propriedade e posse se transmitem ao credor, o negócio se rege pelos princípios de compra e venda, como está estabelecido no artigo 357 do Código Civil de 2002. Outro ponto relevante é que, se houver vícios redibitórios, ou seja, defeitos ocultos no bem, a responsabilidade será do devedor. Ainda, se o bem for indicado por devedor insolvente (falência), este não será válido. Também salientamos que, se houver evicção, isto é, uma garantia legal ofertada ao adquirente, para o caso de perder a posse do bem por decisão judicial, ele possa recobrar de quem lhe transferiu, restabelecer-se-á a obrigação primitiva. Neste caso, a quitação dada ficará sem efeito e quem recebeu o bem em pagamento o perderá para o legítimo dono, como estabelece o artigo 359 do CC. Todavia, o restabelecimento da obrigação primitiva não pode prejudicar os terceiros de boa-fé. Assim, em casos de evicção a obrigação será constituída por três partes: alienante (devedor), evicto (credor) e evictor (terceiro, legítimo titular da propriedade titular do bem). Da mesma forma, também existe a possibilidade de o pagamento ser substituído por título de crédito, se isto ocorrer, o artigo 358 do CC estabelece que a transferência importará em cessão. Desta forma o credor se responsabilizará pela existência e efetividade do título de crédito.

Palavras-Chave: Pagamento. Dação. Credor. Devedor

Trabalho: 6882

DIFICULDADES NA INCLUSÃO DE EX- DETENTAS NA SOCIEDADE E NO MERCADO DE TRABALHO

Taila Carolina dos Santos , Cassiano Ricardo Rumin

Curso de PSICOLOGIA, Centro Universitário de Adamantina, Rua Ideal,88. Osvaldo Cruz, SP. taila.carolina@hotmail.com, tayla_deusefiei@hotmail.com

Resumo: A experiência de encarceramento deixa memórias dolorosas em decorrência da violência experimentada no contexto prisional. Além disso, ocasiona diversificadas vivências de constrangimento, já que a singularidade é constrangida pelo regimento da instituição prisional e pela retração da privacidade. A prisão, em seu modo específico de regular as relações sociais entre aprisionados e vigilantes, cria um ambiente que se distancia da realidade externa, da vida na comunidade, o que ocasiona dificuldades para os egressos alcançarem a ressocialização. Este trabalho tem o objetivo de compreender como egressas do sistema prisional vivenciaram a reinserção na sociedade. A metodologia abrangeu a análise do discurso de egressas do sistema prisional que foram protagonistas do documentário Flores no Cárcere. Após a transcrição dos enunciados das protagonistas realizou-se a categorização das informações conforme as categorias analíticas propostas pela teoria do sofrimento ético-político. Os resultados indicam que a dor mediada pela injustiça social se apresenta como uma constante no ambiente prisional, particularmente quando se referem aos limitados dispositivos de educação, saúde e trabalho que estão disponíveis ao longo da pena privativa de liberdade. Quando alcançaram a liberdade, apontam terem sido atingidas pelos estereótipos de deslegitimação e perceberam a impregnação da identidade pelos aspectos pejorativos inerentes à população carcerária. Conclui-se que, ao alcançar a liberdade, necessitaram em grande medida do apoio social de familiares e das relações de sociabilidade. As restrições políticas públicas de reinserção social, deixa as egressas que não encontraram apoio social com dificuldades para o enfrentamento da vida em sociedade. A restrição das políticas públicas mostra-se como uma fratura no

projeto de correção prisional, já que estando em situação de vulnerabilidade, as egressas que não encontraram apoio social podem se articular novamente às práticas delituosas.

Palavras-Chave: Cárceres. Detentas. Cadeias Publicas

Trabalho: 6910

DIREITO A TER DIREITOS: A EDUCAÇÃO EM SAÚDE E A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO

Victor Gabriel Sciola, Abner Silva Xavier

Curso de PEDAGOGIA, Universidade Virtual do Estado de SÃ£o Paulo, Rua Capitão Fidelis, 140, Bloco 25, Apto 22. Sao Paulo, SP. victor_gabrielbr@yahoo.com.br, 1829064@aluno.univesp.br

Resumo: A ideia da criança como sujeito de direitos no Brasil é um processo que se iniciou de forma mais contundente no século 20, mas que ainda está em desenvolvimento. Seu direito ao estudo é assegurado; no entanto, cabe refletir sobre a segurança dentro do ambiente escolar, pois ela passa cerca de um quarto de seu dia nesse espaço. A Lei 13.722 (4 de Outubro de 2018), conhecida como Lei Lucas, determina que professores e funcionários de escolas de educação infantil e básica, públicas ou privadas e também de qualquer tipo de estabelecimento de recreação infantil tenham capacitação em primeiros socorros. Apesar de haver vasto conhecimento científico, padronização internacional de fácil acesso sobre primeiros socorros, e existirem leis que amparem sua aplicabilidade, ainda é incipiente o conhecimento de pedagogos e demais profissionais que atuam na educação a respeito da temática. Ressalta-se que tal assunto não é abordado na formação desses profissionais, o que deixa a capacitação sobre a temática a seu critério e interesse particular. É fundamental que existam ações de ordem econômica, administrativas e sociais, propondo medidas educativas, políticas e persuasivas para atender a esses direitos. A saúde é direito fundamental estabelecido pela Constituição Brasileira de 1988. A Lei Orgânica de Saúde estabeleceu, em 1990, a criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Ele traz como um de seus princípios a universalização do acesso a saúde. O presente artigo pretende realizar uma revisão de literatura a fim de conhecer o debate a respeito do assunto no Brasil. Discutir o percurso histórico que as ações de educação em saúde seguiram ao longo do século 20, no território nacional, sem dúvida é uma tarefa complexa pois questões dessa natureza, via de regra, se relacionam com problemas estruturais da formação do Estado Nacional, tais como desigualdade social, desenvolvimento econômico, acesso aos serviços públicos, conceito de cidadania e outras contradições ligadas ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Em última análise, essa é uma discussão que nos remete a um debate sobre o modelo de sociedade pensado e estruturado no Brasil a partir da Proclamação da República em 1889. Os programas de universalização do ensino e da saúde e a maneira como o estado lidou e ainda lida com o assunto trazem um debate visceral, relacionado ao conceito de patrimonialismo e ao próprio ideal de democracia construído em na sociedade.

Palavras-Chave: Criança. Escola. Pedagogos. Primeiros Socorros. Sus

Trabalho: 6587

DIREITO AO ESQUECIMENTO E INCONSTITUCIONALIDADE

Raíra de Souza Pereira, Sílvia Regina Stefanini Fernandes, Eliana Kátia Pupim

Curso de DIREITO, Faculdade de Direito da Alta Paulista, Rua Walter Campione, 60 Antonio Pereira Gaspar. Tupã, SP. 229383@fadap.br, bboyjunior2119@gmail.com

Resumo: Resumo: Ao longo da aplicação do direito ao esquecimento no país, foram surgindo várias dúvidas em relação a sua autenticidade e forma de aplicabilidade, ou seja, tal direito realmente existe? Partindo do pressuposto de sua existência, dentro de quais limites ele deve ser aplicado sem ferir princípios constitucionais dos quais ele conflita. Tendo em vista essa problemática, o presente artigo no decorrer de seu curso buscara esclarecer os principais pontos entre direito ao esquecimento e inconstitucionalidade de forma que a princípio trará um capítulo conceituando o chamado direito ao esquecimento, em seguida abordará alguns aspectos históricos do tema, como surgimento do termo direito ao esquecimento e os primeiros casos que tiveram esse direito como fundamentação em âmbito internacional, também será feita uma abordagem quanto a divergência do direito ao esquecimento e princípios constitucionais e sua não posituação no ordenamento jurídico brasileiro, tendo como conclusão o apontamento das formas possíveis de aplicação desse direito sem conflitos com a Constituição Federal. Os métodos utilizados para a realização deste artigo será o método bibliográfico, com pesquisas feitas por meio de doutrinas, artigos, jurisprudência e leis que abrangem o conceito do tema e também dissertem sobre a problemática a ser abordada. Qualitativo, pois, a resolução da problemática será construída através de interpretações textuais que serão feitas por meio dos textos extraído da pesquisa bibliográfica. Quanto à justificativa da escolha do tema, dar-se-á pelas necessidades de esclarecer questões de aplicabilidade do direito ao esquecimento no ordenamento jurídico brasileiro, tendo em vista as inúmeras polêmicas envolvendo o tema.

Palavras-Chave: Direito Ao Esquecimento. Inconstitucionalidade. Posituação. Princípios Constitucionais. Aplicabilidade

Trabalho: 6598

DIREITO MÉDICO

Erica Moreno, Kátia Cristina Pelegrino Sellin

Curso de DIREITO, Faculdade da Alta Paulista, Rua Luiz Mouro. Herculândia, SP. erica.moreno.advogada@gmail.com, italiymoreno@gmail.com

Resumo: Resumo: Quando se pensa no Direito Médico é apenas com a visão de defender o médico, mais quando a leitura do direito médico já incumbi a questão Vida do paciente a situação já muda, pois a na lei do Direito Médico e do Código de Ética Médica está bem-posto zelo pela vida. Sendo que atualmente, vem sendo dado aos tribunais e decisões jurídicas os médicos (não generalizando), não vem cumprindo com os seus propósitos, e assim sendo o zelo pela vida acaba sendo, trocado pelo zelar pelo dinheiro, pois na realidade muitíssimos pacientes são obrigados a sair de seus planos de saúde, para entrar no SUS é nisto que me agarro na questão do Direito não ser o defensor do dinheiro, ou seja (do mal cuidado médico) com paciente com câncer por motivos particulares que o levou a ter retornado ao Sistema Único de Saúde. Assim, o Direito Médico tem o DEVER de ser o curador e protetor da vida independente da situação financeira do paciente, pois além da discussão, sendo o retorno do paciente para SUS, o mesmo Sistema Único de Saúde carrega erros éticos e dentro deles médicos, como um exemplo: Ex: Um paciente com câncer perde ou pára de pagar seu plano de saúde e precisa retornar ao SUS; neste retorno, este paciente tem que brigar com o Estado juridicamente, tem que passar na Assistência Social de seu Município, para que ele possa retornar o seu tratamento. Você leitor, tem ideia de quanto custa sua vida para o Estado? ..ou.. Sua doença? O tema posto em resumo é sobre minha pesquisa de estudo que rebate questões vivida por muitas pessoas com câncer, pelo histórico de minha família

Palavras-Chave: Direito Médico. SUS e seus Direitos. Planos Sobre SUS. Direitos do SUS. SUS e Seus Direitos

Trabalho: 6622

DIREITOS DOS ANIMAIS: SERES SENCIENTES E A DESCOISIFICAÇÃO DOS ANIMAIS NÃO HUMANOS

Graziella Soares José, Eliana Kátia Pupim

Curso de DIREITO, Faculdade da Alta Paulista, Pioneiro Abílio Pedro de Souza, 51. Tupã, SP. 229387@fadap.br, grahsaores1998@gmail.com

Resumo: Este artigo tem o objetivo a conscientização do estado de proteger os animais não humanos de atos cruéis, mostrar que os animais não são coisas, e sim que são seres sencientes. De acordo com o Carlos Naconey seres sencientes são animais assim como os humanos que tem sentimentos, e também que conseguem sentir emoções com felicidade, raiva, e são capazes de sentir onde são bem tratados e onde não são. Os animais fazem parte da sociedade desde tempos antigos, e com isso os seres humanos escravizaram, maltrataram, exploraram e torturaram os animais de todos os jeitos possíveis, para gerar algum tipo de lucro. Com esses acontecimentos o ordenamento jurídico criou leis para quem cometer tal atos iriam ser punidos, porém essas leis são vagas como o art. 32, § 1º da Lei nº 9.605/98. Incorre nas mesmas penas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos. (Brasil, 1998). Podemos dizer que essa lei tem que ser melhorada para ter um direito digno que possa abranger todos de forma iguais, para fins de punir quem violar os direitos e a dignidade animal. No código Civil não é diferente pois ele trata o animal como um bem jurídico de acordo com Antônio Junqueira de Azevedo (p.119, 2010): A concepção dualista e mecanicista do mundo, herdada de Descartes, condicionou o olhar para que se veja o animal como sendo uma máquina, e a vida na natureza como sendo algo axiologicamente vazio, neutro, bruto, que poderia ser manipulado e, depois, convertido em moeda. Mas com outro pensamento abordado em um periódico: O Código Civil constitui que os animais não podem possuir personalidade jurídica algo que precisa ser alterado, pois torna a legislação insuficiente para a resolução de conflitos, como no caso de separação de cônjuges que envolve a guarda do animal. Os magistrados têm utilizado o princípio da dignidade da pessoa nos casos relacionados a guarda do animal, para que seja dada uma solução razoável para os casos; há também casos em que o acordo da guarda é estabelecido em pacto antenupcial. (Amorim; Ferreira, 2021, p. 7) Cada animal assim como os seres humanos é único, tem seu direito a identidade e fazer parte de um ordenamento jurídico, Segundo Caroline Amorim. Direito animal - Supremo Cast #51.Youtube, 2020: O animal não humano deve ter proteção do estado por si só, não pelo que pode gerar a uma sociedade. A metodologia para a elaboração deste artigo forma pesquisas realizadas com o estudo em doutrinas da área de proteção dos animais além de estudo da legislação nacional sobre o tema abordado. Vídeos foram assistidos para a elaboração deste artigo, vídeos este que traziam discussão em suas pautas. Foram lidos artigos científicos tendo como base de pesquisa o portal de periódicos CAPES e o Google Acadêmico. Foram estudadas jurisprudências que eram favoráveis a proteção do direitos dos animais. Tendo como base de pesquisa Jus Brasil e banco de jurisprudência dos tribunais.

Palavras-Chave: Direito dos Animais. Animais Não Humanos. Sencientes. Protegidos. Leis

Trabalho: 6774

EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Eduardo Augusto Fernandes da Silva, Franciele Ruiz Pasquim

Curso de PEDAGOGIA, Faculdade de Ciências Contábeis e Administração de Tupã, Rua Pintor José Alexandre. Tupã, SP. duduaufs894@gmail.com

Resumo: O presente trabalho apresentará os desafios enfrentados no ano de 2020, dos alunos pesquisadores e escola, diante dos reflexos da pandemia na educação. Juntamente com a coordenadoria do Bolsa tiveram a oportunidade de angariar conhecimentos e fazer reflexões sobre os conceitos da educação e alfabetização, através de palestras virtuais. O Programa Bolsa Alfabetização tem por finalidade demonstrar na prática como é a rotina de um futuro profissional educador, possibilitando ajuda teórica e prática na formação acadêmica. Houve a necessidade de adequação ao trabalho remoto junto aos professores, medida emergencial adotada para que a educação não fosse interrompida, desta forma ofertando um novo olhar educacional pôde ser compreendido através da adequação virtual. Esse novo isolamento social e essas aulas à distância modificou nosso papel como alunos do bolsa. Na rotina normal, alunos pesquisadores trabalham com crianças que sofrem de alguma deficiência física ou mental e ajudam em seu processo de escolarização. Diante dessa mudança radical, passamos a ter outros papéis dentro das escolas e essa pesquisa traz os aspectos vivenciados durante este momento da pandemia da Covid-19. Passamos a observar abordagens pedagógicas da professora Luciana Esteves Prates, a qual trabalha com alunos do 1º ano do ensino fundamental na escola EMEIEF Professor Osmar Genovez - Núcleo Educacional Raul de Mello Senra e, que em suas aulas remotas compartilhadas em grupo de aplicativo de mensagens, apresenta as atividades que deveriam ser desenvolvidas

dentro da sala de aula. Por fim, nesses momentos difíceis a educação se moldou e nos adaptamos a novas maneiras de seguir em nossos estudos, dando continuidade com o nosso trabalho para poder fazer a diferença no futuro de nossos alunos.

Palavras-Chave: Música. Educação Infantil. Práticas Educativas. Pandemia. Escola

Trabalho: 6748

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS PARA SUA IMPLEMENTAÇÃO NO ENSINO REGULAR SEGUNDO O CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ADAMANTINA

Ana Julia Valente Do Nascimento, Karen Regiane Soriano

Curso de PEDAGOGIA, Faculdades Adamantinenses Integradas, Alameda Cônego João Batista de Aquino 564. Adamantina, SP. jujuvalente79@gmail.com

Resumo: A Educação Inclusiva visa transformar a sociedade para que todos tenham participação ativa, ou seja, é um processo de expansão da participação dos alunos em instituições de ensino regular, constituída por uma reorganização das práticas escolares e da cultura política para que possam responder à diversidade dos alunos, além de ser um método humanístico e democrático capaz de perceber os indivíduos e sua singularidade. É importante ressaltar que o termo se difere de Educação Especial, uma modalidade de ensino, uma vez que a Educação Inclusiva busca o crescimento, a satisfação pessoal e a tolerância social de cada um, independentemente de deficiência ou não. Sendo assim, o objetivo deste estudo, ainda em desenvolvimento, é identificar, nas últimas 10 edições com os anais publicados (2010-2019) do Congresso de Iniciação Científica do Centro Universitário de Adamantina, na área de humanas, trabalhos que abordaram a temática da Educação Inclusiva na Educação Infantil. De modo específico, este estudo busca caracterizar cada uma das produções de acordo com o título, autor, curso de graduação, instituição de ensino, cidade, palavras-chave e ano de publicação. Para alcançar tal objetivo, primeiramente, como parte da disciplina de Fundamentos da Educação Infantil, foi realizada uma busca nos anais da área de humanas dos Congressos mencionados, com o uso do descritor Educação Infantil, em seguida, como segunda etapa do estudo, os resultados foram planejados e, numa terceira etapa, por meio da análise dos títulos e das palavras-chave, foram identificados e selecionados aqueles que apresentavam relação com a Educação Inclusiva. Por último, os resultados foram caracterizados, seguindo os objetivos específicos traçados para este estudo. No total, foram selecionados apenas dois estudos para a caracterização e análise na íntegra e estes têm apontado, de maneira geral, que o próprio termo Educação Inclusiva ainda não é tão utilizado nas publicações. Sendo assim, uma das possibilidades ainda é utilizar o termo Educação Especial e analisar, posteriormente, se a pesquisa abordou uma perspectiva inclusiva ou não.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva. Educação Infantil. Ensino Regular

Trabalho: 6846

ESTÁGIO INSTITUCIONAL I

Cinthia Wahiany de Lima Souza, Luis Santo Schicotti

Curso de PSICOLOGIA, Centro Universitário de Adamantina, Rua Carlos Gomes, 49. Inúbia Paulista, SP. 97417@fai.com.br, cinthia_wahiany@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho refere-se ao relatório de estágio em Psicologia institucional I, e tem como proposta desenvolver um trabalho de psicoterapia individual e grupal, criando um espaço de reflexão onde o paciente possa buscar o sentido de suas

próprias vivências, na tentativa de encontrar uma resposta diferente, que não a droga, para a transformação de sua realidade, criando assim um espaço de catarse. Faz-se isso prestando atendimento psicológico às demandas de saúde dos internos da instituição aos CATOC- Centro de Apoio Terapêutico de Osvaldo Cruz localizada no endereço Estrada Vicinal Osvaldo Cruz/ Sagre. Desta forma, o estágio tem por objetivo proporcionar atendimento psicológico aos internos do CATOC, bem como articular um grupo de mediação com o intuito de contribuir para as reflexões sobre o sofrimento vivenciado pelos sujeitos no ambiente de ressocialização e produzir formas de elaboração, entender a experiência do vazio, e analisar a angústia que cada sujeito vive, que é de aniquilamento, destruição e morte, transformar a relação narcísica com a droga pela interação com o outro, até agora rejeitada e evitada, pois confronta com as dificuldades, limitações, a própria finitude de cada um. Deste modo, foi desenvolvido um estudo bibliográfico direcionado a dependentes químicos, a fim de identificar fatores individuais e grupais. A relevância de discutir esse tema concerne ao fato do grupo terapêutico ser um grande instrumento para discussão de assuntos que emergem no cotidiano dos usuários. Neste sentido, é fundamental buscar na literatura conceitos que possam nos garantir uma compreensão a respeito do tema. O Estágio em Psicologia Institucional articula a teoria estudada em sala de aula com a prática realizada em forma de atendimentos clínicos e grupais com a população presente na instituição CATOC. Para foi isso considerando o referencial psicanalítico e os seus pressupostos usando alguns princípios básicos, como a escuta, muito importante dentro desse conjunto de métodos e técnicas, e nisso também podemos falar sobre a atenção fluante que segundo a literatura nos diz Freud que a técnica da psicanálise é muito simples. "Consiste simplesmente em não dirigir o reparo para algo específico e em manter a mesma atenção uniformemente suspensa (atenção fluante) em face de tudo o que escuta" (Freud, 1912: p. 125 - grifos nossos). Todos os trabalhos realizados no ambiente CATOC, foram presenciais, sendo assim, realizou-se encontros variados, uma troca entre plantão psicológico e intervenção em grupo, dinâmicas e entrevistas com novos acolhidos e seus familiares. Foram realizadas intervenções no sentido de acolher a ansiedade dos novos acolhidos. Assim, citamos a relevância do trabalho realizado e das condições de abuso de drogas e álcool, que é um problema social. Foi explorar o espaço da palavra que costuma estar devastado pelas angústias, culpas, ansiedades, impotência, aumentando a extensão simbólica entre o sujeito, assimilando novos laços sociais que estão seriamente abalados. Para que se pudesse proporcionar um espaço onde haja a livre expressão de seus sentimentos e vivências.

Palavras-Chave: Psicanálise. Adicção. Acolhidos. Substâncias. Psicoativas

Trabalho: 6783

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL EM UMA INSTITUIÇÃO SOCIAL DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Roseana Souza Das Neves, Luis Santo Schicotti

Curso de PSICOLOGIA, Centro Universitário de Adamantina, Rua Ipiranga, 750. Pracinha, SP. roseanas1999@hotmail.com, roseanaroo@gmail.com

Resumo: A promoção de espaços de escuta e acolhimento é uma possibilidade de atuação psi no âmbito institucional, podendo ser oferecido aos trabalhadores e profissionais da instituição, familiares do público atendido pela instituição e os próprios usuários da instituição. Entende-se que a escuta das demandas faz parte do processo de acolhimento, que representa o primeiro contato momento de estabelecimento de vínculos e prestação de esclarecimentos quanto ao alcance das intervenções propostas. Ao realizar a escuta das demandas psicológicas, busca-se facilitar espaços de atenção às demandas de sofrimento, uma vez que as práticas de clínica estendida, para além do tradicional espaço terapêutico o consultório, aumentam o alcance da população atendida. A prática teve como objetivo oferecer espaços de atenção e escuta às demandas institucionais dos usuários. As escutas foram realizadas semanalmente num período de 50 minutos dentro de um espaço cedido pela instituição. O referencial teórico adotado para realização das escutas foi o de abordagem psicanalítica, valendo-se da proposta do plantão psicológico. Evidenciou-se, a partir desse trabalho, resultados preliminares que indicam que a promoção de espaços de atenção às demandas, em contextos para além da clínica, representam uma alternativa às longas filas de espera nos serviços de saúde, sendo possível clarificar a queixa e realizar os encaminhamentos necessários a depender da demanda. Considerando o contexto pandêmico, verificou-se que a promoção de espaços de atenção às queixas contribuem para a manutenção do vínculo institucional com o público atendido. Conclui-se que, ao promover um espaço de escuta institucional, é necessário considerar as diferentes singularidades e diferenças que se apresentam entre os indivíduos no ambiente institucional para que seja possível viabilizar uma maior autonomia emocional, bem como o esclarecimento da realidade social.

Palavras-Chave: Instituição. Estágio Supervisionado. Social. Escuta

Trabalho: 6700

ESTUDO DE CASO DA ATUAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ADAMANTINA EM RELAÇÃO À REPARTIÇÃO CONSTITUCIONAL DE COMPETÊNCIAS

Bruno Rigoletto de Souza, Fernanda Stefani Butarelo

Curso de DIREITO, Faculdades Adamantinas Integradas, Avenida São Paulo, 153. Flórida Paulista, SP. brigoletto@hotmail.com, brrigoletto@gmail.com

Resumo: Diante da teoria constitucional de repartição de competências, com ênfase na competência dos Municípios, o objeto de pesquisa é a análise da aplicação prática da competência legislativa no âmbito do Poder Legislativo municipal. O ofício parlamentar é imprescindível na elaboração de normas que contribuam para uma vida digna e honrosa à maioria das pessoas. O Estado exerce uma permanente supervisão sobre o regular convívio social e, por meio dos representantes do povo, deve fazer adequações necessárias para manter as leis eficazes ou inovações legislativas para atender às necessidades que surjam com o progresso da humanidade. Dessa forma, a atuação dos parlamentares atinge diretamente a formação da sociedade. Essa constatação já demonstra a importância do tema e a necessidade de uma evolução constante na atividade legiferante. Destaca-se que os vereadores são os representantes estatais mais próximos da população e conseguem acompanhar suas necessidades de natureza pública mais prementes. O trabalho analisa a Federação brasileira, com enfoque na posição dos Municípios como entes federativos, na autonomia político-administrativa e na repartição constitucional de competências legislativas. O cerne da pesquisa, de natureza qualitativa, está no estudo de caso da atuação do Poder Legislativo do Município de Adamantina, que se baseia na pesquisa documental, por meio de análise dos projetos apresentados na Câmara Municipal, aprovados e rejeitados, entre os anos de 2013 e 2020. O acesso a esses documentos foi realizado pelo portal eletrônico do órgão. Em complemento, apoia-se a elaboração do trabalho em pesquisas bibliográficas de autores com grande relevância no cenário jurídico nacional e em julgados atuais sobre a repartição constitucional de competências entre os entes federativos, permitindo a construção de uma base teórica sólida e abrangente sobre o tema abordado. O presente estudo analisa se a tutela do interesse público local desempenhado pelos edis sofre adequações e aprimoramentos no sentido de se atualizarem e se adaptarem à realidade social, à medida que novos padrões de convivência são adotados. Intenta-se, também, verificar o protagonismo na elaboração das leis locais com base na origem dos projetos apresentados na Câmara Municipal, examinando como a estrutura constitucional influencia na prática da atividade legislativa municipal e como as atividades dos parlamentares locais são executadas. Os resultados encontrados apontam que embora todas as leis passem pelo crivo dos vereadores, há uma certa parcimônia na iniciativa legislativa, de forma que a atuação dos representantes do povo se concentra nas atividades de acompanhamento e fiscalização dos trabalhos desenvolvidos pelo Poder Público local em prol da comunidade, conforme se verifica pela quantidade de Requerimentos, Indicações e Moções apresentados pelos edis no período analisado. Esse trabalho objetiva oportunizar uma compreensão detalhada quanto à atuação do Poder Legislativo municipal, durante o referido lapso temporal, em relação à satisfação do interesse público ou da necessidade pública. Busca-se, com o projeto, contribuir com a publicidade dos atos legislativos, servindo de instrumento informativo para que a população entenda como atuam seus representantes municipais e quais são suas prioridades políticas.

Palavras-Chave: Federação. Município. Repartição de Competências Leg. Poder Legislativo Municipal. Vereadores

Trabalho: 6913

ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICA DA IMPLANTANÇÃO DE UMA EMPRESA DE TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ NA CIDADE DE LUCÉLIA-SP.

Gustavo Gonçalves Mendes, Rogério Buchala, REINALDO DE OLIVEIRA NOCCHI

Curso de ADMINISTRACAO, Faculdades Adamantinenses Integradas, Rod. Comandante Joao Ribeiro de Barros, 584,5. Lucélia, SP. 9818@fai.com.br, guh_mendes22@outlook.com

Resumo: O café está entre os maiores destaques do mercado internacional, exigindo de seus produtores maior empenho e qualidade em sua produção. Devido a sua importância, optou-se pela escolha do tema como uma boa oportunidade para investimento, pois seu consumo atinge números grandiosos também no mercado nacional e da região em estudo tem aptidão para a produção de café. O presente estudo, de viabilidade econômica de uma torrefação de café na cidade de Lucélia, interior de São Paulo, buscou resgatar essa aptidão na busca de geração de renda com uma cultura que amparou o desenvolvimento regional até meados dos anos 70. Com base nos levantamentos estatísticos de consumo regional extraídos das cooperativas de produtores, associações e supermercadistas, pôde-se estimar o mercado inicial de abrangência deste empreendimento. Estudo optou em iniciar as vendas com sessenta e cinco por cento da sua capacidade instalada no primeiro ano para que se pudesse retratar a realidade de uma nova empresa no mercado. Foram abordados o uso de estudo de mercado, planejamento, descrição dos processos produtivos e dos materiais e maquinários necessários no processo, com estudo de investimento, custo fixo e variável, avaliando a situação financeira com as ferramentas payback e valor presente líquido. Baseando-se nos cálculos obtidos, concluímos pela viabilidade econômica da implantação da empresa. O estudo apontou uma VPL (Valor Presente Líquido) de R\$309.500,79, uma TIR (Taxa Interna de Retorno) de 15,96% ao ano e um Índice de Rentabilidade de 17% a.a. O retorno do capital investido aconteceria em cinco anos e dez meses, mesmo com os cálculos estimados em 65% da capacidade instalada da fábrica. Levando em consideração o contexto nacional e mundial, a economia tem se mostrado prósperas quanto ao setor cafeeiro, ocasionando a alta do consumo e consequentemente aquecendo os setores de importação e exportação.

Palavras-Chave: Viabilidade. Empresa. Café. Planejamento. Administração

Trabalho: 6601

EVOLUÇÃO DAS CONQUISTAS DO DIREITO DA COMUNIDADE NEGRA NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Guilherme Rodrigues da Silva, Sérgio Fabrício de Lima Bindilatti, Eliana Kátia Pupim

Curso de DIREITO, Faculdade de Direito da Alta Paulista, Francisco Parra, 54. Pompéia, SP. rodriguesguilherme@icloud.com, guiba54@hotmail.com

Resumo: O referente artigo científico tem por objetivo discorrer sobre as conquistas da comunidade negra no Brasil, sob o tema: Evolução das conquistas do Direito da Comunidade negra na sociedade brasileira. No referido artigo científico iremos apontar as conquistas e evoluções que a comunidade negra teve no direito brasileiro. Também considerando a ascensão social que se deu com o convívio social nas antigas favelas, hoje nomeadas comunidades. Iremos também apontar fatos históricos que alavancaram as conquistas históricas da comunidade negra ao decorrer dos anos, assim também com nomes que marcaram gerações com seus posicionamentos no campo das ideias, política, direitos e conquistas, bem como colocação em mercado de trabalho, escolaridades e cargos de destaque. Nós queremos abordar o assunto de forma clara e sucinta e destacando pontos dos quais apresentam os avanços e triunfos da comunidade negra no Brasil. Ao passar dos anos o movimento negro foi formando entidades importantes da história pelo direito dos negros, assim como o movimento começou a chegar no Brasil, destacando personalidades como Martin Luther King, Nelson Mandela, Rosa Parks. Apresentaremos pontos que a comunidade busca hoje como compensação por todos anos de trabalho escravo forçado e à falta de inclusão social após esse período; ausência de políticas públicas destinadas a maior presença do negro no mercado de trabalho e nos campos educacionais e também os avanços da aceitação e respeito à cultura e respeito a herança histórica do movimento negro no Brasil. Metodologia para realização do Artigo: Revisão bibliográfica.

Palavras-Chave: Movimento. Negro. Direito. Conquistas. Brasil

Trabalho: 6798

EXPERIÊNCIAS DE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA ESCOLAR: BUSCANDO UMA FORMA DIFERENTE DO ENSINO DA ARTE

Leonardo Tukiya de Souza, Luis Santo Schicotti

Curso de PSICOLOGIA, Centro Universitário de Adamantina, Rua Adem, 78. Adamantina, SP. leonardotukiya@gmail.com, 4718@fai.com.br

Resumo: A arte como disciplina no Brasil passou por grandes mudanças desde sua criação. O que vemos hoje são professores formados em Licenciatura em Arte com um olhar antiquado, não preparado para exercer um papel crítico do currículo existente e da atualização necessária dele, a falta de recursos dentro da instituição, a in experiência advinda de uma formação defasada, além da disciplina também não ser valorizada pela escola. É nosso foco, através desse estágio educacional, proporcionar aos alunos uma forma diferente e mais abrangente de se estudar arte. A arte merece ser estudada como assunto único e particular, com conceitos e habilidades específicas, pois é através do exercício dela que vemos que o homem cria novas capacidades de observar, de sentir, analisar, selecionar, associar, entre outras, além de se criar um senso crítico único, um pensamento divergente do considerado comum, assim como adquire a capacidade de se expressar em formas diferentes. Durante o estágio, foram realizadas aulas virtuais com alunos voluntários, duas vezes na semana, no horário da tarde. Os alunos variaram desde o ensino fundamental até o ensino médio. Nosso objetivo foi descomplicar e ao mesmo tempo complicar a arte, onde iremos tirar o peso de se decorar algo que deveria ser apreciado (como por exemplo, a métrica de um poema: algo complicado e que deve ser decorado em matérias de literatura que tira o foco do elemento da arte de uma poesia) e ao mesmo tempo trazermos a análise por outro ângulo que não seria o comum dentro de uma instituição pública. Por se tratar de alunos em sua maioria adolescentes, fase complexa do desenvolvimento, busquei por mídias que se conectarem com eles, atuais ou que tratam de temas atuais ao mesmo tempo que não são maçantes e muito complexas - um equilíbrio entre a mídia comercial e a subjetiva. Durante o estágio me senti muito desafiado: criar duas aulas semanais de um tema tão complexo e que tem uma abrangência de assuntos tão vasta quanto a arte pode ser assustador no começo. Mas é exatamente esse sentimento que os alunos sentem ao se deparar com arte dentro e fora da sala de aula é algo que era meu objetivo desmitificar: arte não precisa ser entendida, apenas sentida. Na minha experiência vi que há muita oportunidade para um psicólogo escolar atuar dentro de qualquer instituição de ensino, por mais qualificada que sejam os funcionários dela. Há sempre lugar para melhora e quando buscamos ativamente e nos questionamos sobre o sistema, percebemos que há muitas portas que necessitam ser abertas e muitas discussões que são necessárias.

Palavras-Chave: Arte. Educação. Psicologia Escolar. Ensino da Arte

Trabalho: 6617

FUNDAMENTOS JURÍDICOS DA CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

Ana Caroline Rodrigues Pigari, Jose Eduardo Lima Lourencini

Curso de DIREITO, Faculdades Adamantinas Integradas, Avenida da Saudade, 1442. Adamantina, SP. 35820@fai.com.br, 10720@fai.com.br

Resumo: O pagamento em consignação funciona como uma espécie de arma que o devedor tem para cumprir a mesma, é utilizada pelo devedor sempre que o credor não possa ou se recuse a receber uma obrigação que ora lhe seja devida. O novo Código Civil, no art. 335, admite cinco possibilidades de pagamento em consignação, sendo elas: I) Circunstâncias onde se verifica a mora do credor em dar cumprimento ao pagamento do objeto da obrigação quando não puder receber, ou, sem justa causa se recusar a receber o pagamento ou dar sua quitação. Não há justificativa plausível para a recusa em receber o pagamento apresentado pelo devedor. Caso exista não há como citar a consignação; II) O referido inciso trata de duas situações que podem dar fundamento a consignação em pagamento, o primeiro trata da dívida portable, onde fica estabelecido que a dívida deverá ser quitada no endereço do credor, cabendo ao devedor se deslocar até o endereço em questão para dar extinção ao negócio jurídico, nesses casos para que a consignação em pagamento possa ocorrer é necessário que o credor não esteja em sua residência sem justificativa prévia. Já a segunda situação que possibilita a consignação em pagamento presente no inciso em análise, tem como objeto a dívida quérable, àquela que tem como local da quitação um

diverso da residência do credor, nesse caso, o não comparecimento injustificado é o que fundamenta a faculdade da consignação ora em estudo; III) O terceiro inciso do pagamento em consignação, é a hipótese em que o credor é incapaz de receber, ou no caso de que ele seja declarado ausente, ou resida em um local incerto ou de acesso perigoso ou difícil, neste caso, o devedor, se vale do depósito em consignação judicial, garantindo-lhe o direito de quitação da mesma, já que, não há outra maneira de assim o fazer, de forma segura, seja juridicamente, seja em relação à sua integridade (nos casos de perigo); IV) A dívida deverá ser sanada durante o procedimento judicial, decidindo o juiz quem é o credor legítimo da obrigação. Nesses casos, se ninguém comparecer para reivindicar a titularidade do bem depositado, o depósito converte-se em arrecadação de bens de ausentes; V) Havendo uma disputa entre o credor e o terceiro, sobre quem deve receber o objeto da obrigação, o devedor não deve se arriscar e pagar com incerteza, pois ao fazer o pagamento nessa situação ele corre o risco de não se exonerar da obrigação, a maneira correta de prosseguir nessa situação é o pagamento em consignação. Exemplo A e B disputam judicialmente quem é o legítimo herdeiro de C, que chegou a falecer, o devedor então fica em dúvida a quem entregar o objeto da obrigação. De modo a concluir, o pagamento em consignação, faz-se de extrema importância na proteção ao direito de efetivação do saldo da obrigação, impedindo que direitos sejam lesados, aos devedores bem intencionados.

Palavras-Chave: Direito. Fundamentos. Jurídicos. Consignação. Pagamento

Trabalho: 6738

GESTÃO E ERGONOMIA

Weslei Eduardo dos Santos, Eliane Vendramini de Oliveira

Curso de TECNOLOGIA EM GESTÃO COMERCIAL, Adamantina, Rua Ernesto Zerbin, 57. Adamantina, SP. wesleisantos336@gmail.com, weslei.santos01@fatec.sp.gov.br

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo construir um mapa de risco, no setor de manutenção agrícola de uma empresa do agronegócio. Descrever sua importância na segurança e bem estar dos colaboradores, e através da ergonomia propor melhorias no ambiente de trabalho. Mapa de risco é uma representação gráfica um conjunto de fatores encontrados nos ambientes de trabalho, onde esses fatores são originados nos mais diversos elementos do processo de trabalho. Deve ser elaborado por profissionais que integram o ambiente de trabalho, identificando os riscos presentes. De acordo com as NRS - Normas Regulamentadoras visa a estabelecer parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente. A Ergonomia Organizacional aperfeiçoa o sistema sócio técnicos, que abrange as estruturas organizacionais, políticas e de processos, ou seja, ligados a comunicações, projeto do trabalho, programação do trabalho em grupo, projeto participativo, trabalho cooperativo, cultura organizacional, organizações em rede, tele trabalho e gestão da qualidade. E considerado risco qualquer situação que possa trazer dano ou prejuízo à saúde de algum indivíduo em um determinado espaço. Foram descritos riscos ambientais e ocupacionais sendo classificados por riscos físicos, biológicos, químicos, acidentais e ergonômicos. De acordo com o resultado foi possível identificar que os riscos ergonômicos estão presentes em todo ambiente, em grau médio, ou seja, a ergonomia apresenta relevância nesse trabalho. O papel do gestor em relação aos aspectos técnicos contribui para maior adesão dos colaboradores. Portanto e de grande importância, os gestores junto às organizações tomar conhecimento de como está a sua gestão de ergonomia, para que seja possível aperfeiçoar as condições de trabalho de seus colaboradores por meio do uso de processos e métodos, tornando as atividades desenvolvidas, mais eficientes dentro das diretrizes e recomendações da legislação.

Palavras-Chave: Ergonomia. Trabalho. Riscos. Organizações

Trabalho: 6649

IDENTIDADE EM CONSTRUÇÃO. ESTUDO ETNO-HISTÓRICO DA MANIFESTAÇÃO DE TRAÇOS IBÉRICOS NA ARQUITETURA TUPÃENSE DA DÉCADA DE 1950

Bruno Vinicius Martielo Rondon, Izabel Castanha Gil

Curso de HISTORIA, Faculdades Adamantinenses Integradas, Rua Jose Aporta Flor 95. Tupã, SP. viniciusmartielo@gmail.com, crisiane.martielo2@gmail.com

Resumo: A presente pesquisa visa compreender o contexto sócio-político-econômico da imigração portuguesa e sua influência na arquitetura tupãense da década de 1950. Propõe-se também a identificar o uso inicial e o uso atual dessas edificações, caracterizando dois tempos históricos, bem como investigar a legislação municipal voltada à preservação dessas edificações e a política local voltada à valorização dessa memória; esta valorização é atendida exclusivamente pela comunidade lusa que se propõe a preservar seu próprio patrimônio, entretanto é fornecido pela emenda à lei Orgânica de Tupã n° 15, de 2006, Art. 116 inciso 3 a preservação deste patrimônio. Os dados levantados e compilados são apresentados de forma quanti-qualitativa, buscando resgatar a história local. Tupã passa a receber imigrantes portugueses a partir da década de 1920, mas foi a partir da década de 1950 que a comunidade lusa consolidou-se efetivamente. Diversas etnias contribuíram na composição demográfica do município de Tupã, entre elas a imigração portuguesa, portanto, no que tange ao terceiro grande fluxo da imigração portuguesa está a necessidade de mão-de-obra nas lavouras de café e o trabalho no comércio urbano, não sendo difícil encontrar estes ibéricos em padarias, quitandas, vendas, lojas e indústrias. Atento aos interesses do recorte desta pesquisa destaca-se o modelo arquitetônico, imprimindo marcas ibéricas na paisagem urbana tupãense. Para tanto, a figura do arquiteto Lucilo Jordão de Oliveira de 96 anos, faz-se fundamental para entender o contexto histórico e arquitetônico lusitano da cidade de Tupã, sendo ele arquiteto, desenhista e organizador do projeto de duas casas lusitanas. Compreender a diversidade de fluxos étnicos na história local e regional é também lançar um novo olhar sobre um estilo arquitetônico que adorna a paisagem municipal, lançando sobre esses lugares perspectivas que contemplem o pensamento e a história de seus idealizadores.

Palavras-Chave: Imigração Portuguesa. Tupã. Arquitetura. Identidade Local. História Local

Trabalho: 6583

IDENTIFICAÇÃO DOS CENTROS DE EXCELÊNCIA NOS DIVERSOS SEGMENTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA GESTÃO PÚBLICA BRASILEIRA

Maria Leticia Teixeira dos Santos, Reinaldo de Oliveira Nocchi

Curso de ADMINISTRACAO, Faculdades Adamantinenses Integradas, Avenida Aguapeí , 30. Flórida Paulista, SP. maria.teixeira.mlt@gmail.com, 31618@fai.com.br

Resumo: A gestão pública brasileira passou por grande evolução com o passar dos anos, cada vez buscou mais melhorias e prestações de serviços com eficiência para a população. Os centros de excelência são um grande exemplo dessas inovações. O presente estudo pretendeu identificar e apresentar os centros de excelência, além de explicar sobre a importância deles para o desenvolvimento competitivo e socioeconômico do país. A administração pública tem o dever de atender as necessidades básicas de uma sociedade, e essas redes de excelência existem justamente para desenvolver atividades que auxiliam a população de forma mais eficiente. A relevância do assunto é muito grande, pois, para que um país cresça de forma social, econômica e constante, é preciso atender a todos os princípios constitucionais, mas, além disso, o líder e toda equipe que administra a situação pública, precisa ter noção dos deveres e cumprimentos com a população, como, por exemplo, a condição em que o país está e o que deve ser feito para melhorar cada vez mais, diante disso surgem os centros de excelências e suas funções primordiais para qualquer sociedade. O método de pesquisa utilizado foi a revisão bibliográfica, pois, através da mesma deu-se o levantamento de informações, junto a livros e-books, sites especializados, onde foi possível encontrar os centros de excelência nos Ministérios Públicos, sendo esses no setor de saúde o SESC Centro de Excelência em saúde, de Minas Gerais; no Ministério da Justiça e Segurança pública foi lançado o projeto do Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas (CdE); o Centro de Excelência contra a Fome do Ministério das Relações Exteriores (MRE); em infraestrutura o Centro de Excelência Ferroviário instalado nas margens da Ferrovia Norte-Sul (FNS), no trecho de Anápolis a Porangatu; Centro

em Turismo (CET), lançado em Brasília; para ciência, tecnologia e inovações existe o Centro de Excelência MCTI em Tecnologia 4.0, em Sorocaba (SP); Centro de Excelência em Meio Ambiente em Poços de Caldas; Centro de Excelência em Agricultura Exponencial (Ceagre), Goiás; para o setor de direitos humanos o Centro de Excelência para Pessoas com Deficiência localizado em Bento Ferreira, na Capital; para cidadania o Centro Nacional de Treinamento de Atletismo (CNTA) Cascavel, Paraná; em educação o Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais e o Centro de Excelência em Energia do Acre. Como visto, são áreas distintas, onde cada centro tem seus próprios objetivos em atender determinada área pública. A metodologia dos centros e redes de excelência tem um objetivo claro: servir de instrumento para que o país atinja o desenvolvimento econômico alcançando a excelência em áreas vitais do conhecimento tecnológico, através da integração de Governo, Universidades e Empresas. Com todas as informações expostas no trabalho ficou concluído que o desenvolver do estudo atendeu todos os resultados esperados, sendo esses de identificar os centros de excelência, explicar a real importância do desenvolvimento de cada um para os ministérios públicos e principalmente mostrar a eficiência dos centros nos serviços públicos brasileiros.

Palavras-Chave: Excelência. Pública. Gestão. Centro. Ministério

Trabalho: 6568

IMPACTOS NA VIDA E NO TRABALHO DE MULHERES ACOMETIDAS POR FIBROMIALGIA

Maria Clara Romão Moreira Bachi, Evelyn Yamashita Biasi

Curso de PSICOLOGIA, Centro Universitário de Adamantina, Rua Juvenal de Santis, 25. Adamantina, SP. 109217@fai.com.br, mariabachi1006@gmail.com

Resumo: Este trabalho refere-se ao trabalho de conclusão de curso e teve como objetivo compreender como ocorre o desenvolvimento laboral em mulheres com Fibromialgia, bem como investigar qual a relação entre o processo de adoecimento e o trabalho das mulheres com fibromialgia, como elas desenvolvem sua independência financeira e como se dá o reconhecimento da Fibromialgia em relação à concessão de direitos previdenciários. A pesquisa justifica-se a partir da relação do impacto que a Fibromialgia traz na qualidade de vida dos sujeitos, considerando que a paciente com Fibromialgia sofre limitações frente às suas condições de saúde, causadas pelas dores. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa, elaborada a partir de duas etapas metodológicas: a primeira, marcada pela pesquisa bibliográfica de textos indexados em bases de dados científicos como Bvs-psi e Scielo que tratam sobre a temática proposta, bem como em livros científicos e validados pela comunidade acadêmica e científica para compor o referencial teórico e analítico e a segunda, pela coleta de dados através de entrevistas semi-estruturada. A metodologia de análise utilizada foi a análise do discurso francesa, sendo possível interpretar os sentidos e os efeitos do conteúdo das falas das entrevistadas no que tange aos aspectos psicológicos e sociais que permeiam a vida desses sujeitos, bem como as dificuldades vivenciadas a partir da vivência dolorosa e incapacitante que acompanham as mulheres com Fibromialgia. Os resultados apontam que a Fibromialgia acarreta prejuízos na qualidade de vida das mulheres, entre eles, podemos citar a perda da capacidade laboral, visto que em razão das dores, elas não conseguem exercer suas atividades laborais, vivenciando assim, sentimento de impotência, marginalização e exclusão diante da incapacidade física. Também destacam perda da identidade de trabalhadora formal; falta de amparo societal no que se refere ao reconhecimento de direitos previdenciários que agravam ainda mais o sofrimento vivenciado e o quadro de saúde-doença. Contudo, essa pesquisa torna-se de grande importância para a comunidade acadêmica e científica, uma vez que poderá produzir a compreensão sobre as condições apresentadas por mulheres acometidas por fibromialgia, contribuindo para as reflexões sobre a problemática do processo de adoecimento e afastamento do trabalho e seus impactos para qualidade de vida dessas pessoas.

Palavras-Chave: Trabalho. Fibromialgia. Mulheres. Sofrimento

Trabalho: 6545

IMPLEMENTAÇÃO DAS TÉCNICAS DE MOTIVAÇÃO DE EQUIPE COM BASE NA EXPERIÊNCIA DE HAWTHORNE

Thais de Oliveira Martins, Lilian Pacchioni Pereira de Sousa

Curso de TECNOLOGIA EM GESTÃO COMERCIAL, Adamantina, Rua Ceará, 90. Adamantina, SP. thaisoliveira.adt@gmail.com, manuolcotre20@gmail.com

Resumo: A experiência de Hawthorne foi um período de descoberta ocorrido, em 1927, em uma fábrica da Western Electric Company localizada em Chicago, EUA, a qual mostra que a produtividade de uma empresa não estava relacionada com a intensidade da luz, mas sim com a atenção dada às pessoas. Tal descoberta revelou diversos fatores influenciadores no desempenho dos avaliados. Tal avaliação foi dividida em quatro fases: 1. estudos da iluminação, onde os colaboradores foram divididos em dois grupos, um operando sem modificação, enquanto o outro teve a iluminação do ambiente intensificada 2. sala de montagem das reles, fase em que foram implantadas mudança no horário de descanso, redução da carga horária e sistemas de pagamento 3. fase referente ao programa de entrevistas, na qual ouve uma busca maior de conhecimento em relação as atitudes e sentimentos dos colaboradores e 4. ala de montagem de terminais, fase em que foi montado um grupo experimental que passou a ser monitorado constantemente. Assim, este trabalho tem por objetivo principal propor uma reflexão sobre a importância da Gestão de Pessoas e o uso da experiência Hawthorne. Como objetivo secundário, demonstrar a importância das relações sociais no local de trabalho, e como elas podem influenciar no desempenho da equipe. Para este estudo, será realizado uma pesquisa bibliográfica sobre o tema tendo como base de dados, livros, periódicos e artigos científicos, além de um estudo descritivo de caráter quantitativo com 40 colabores, na Secretária Municipal de Saúde de Flórida Paulista/SP. Esperamos encontrar a comprovação de que a remuneração não é o único fator responsável por motivar os colaboradores, no local de trabalho.

Palavras-Chave: Hawrhorne. Pessoas. Gestão. Desempenho. Colaboradores

Trabalho: 6725

IMPORTÂNCIA E USOS DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ASPECTOS PRELIMINARES

Gleice Kelli Maia Soares, João Adalberto Campato Júnior

Curso de PEDAGOGIA, Faculdade de Ciências Contábeis e Administração de Tupã, Rua Gabriel da Silva Teixeira, 151. Tupã, SP. kellytupa@gmail.com

Resumo: Tematizando as numerosas relações possíveis entre música e educação, o presente trabalho tem como objetivo principal apresentar, de forma sistemática, a importância da música no processo de ensino-aprendizagem, especialmente como elemento decisivo para o desenvolvimento dos alunos da educação infantil. Além disso, constitui objetivo secundário evidenciar de que maneira a música é usada por alguns educadores que lecionam nessa etapa escolar. Nessa perspectiva, a música não deve ser abordada apenas como uma técnica de composição que se vale da alternância de sons e de silêncios, mas como um meio de refletir e despertar o indivíduo para um mundo prazeroso e satisfatório, sendo, então, a música um meio de facilitar a aprendizagem e também a socialização. A música é considerada importante, pois promove o desenvolvimento humano, auxiliando nas habilidades criativas. Mais especificamente, a música proporciona vários benefícios para as crianças, como o despertar do desenvolvimento da cognição, o conhecimento musical, o aumento da percepção corporal e da coordenação motora, o desenvolvimento da fala e do vocabulário. Para além disso, ela aguça a sensibilidade e a afetividade dos pequenos alunos, enriquecendo a comunicação inclusive nas crianças tímidas, trabalhando a autoestima e a confiança. A metodologia adotada para esta pesquisa foi qualitativa e de cunho bibliográfico, com subsídios de livros, textos e trabalhos que tratam da temática. No seguimento a isso, para a coleta de dados, empregou-se uma pesquisa de campo, por meio da qual se procurou sistematizar com o auxílio de questionários abertos como alguns professores da educação infantil lidam com a música em sua prática pedagógica do dia a dia. Entre os resultados obtidos, chama atenção o fato de que os professores não mostram dúvidas em reconhecer a elevada relevância da música na educação infantil, e como ela contribui para aulas mais dinâmicas, lúdicas e agradáveis

Palavras-Chave: Música. educação infantil. desenvolvimento da criança. inserção. usos e objetivos

Trabalho: 6812

INCIDÊNCIA DA SÍNDROME DE BURNOUT EM UNIVERSITÁRIOS NA PANDEMIA: INVESTIGAÇÃO COMPARATIVA DE UNIVERSITÁRIO BRASILEIROS E PORTUGUESES

Wesley Pereira Belini Ferreira, Regina Maria de Souza

Curso de PSICOLOGIA, CENTRO UNIVERSITÁRIO DE SANTA FÃ DO SUL, Rua F. Ilha Solteira, SP. wpferreira@gmail.com

Resumo: O objetivo deste estudo é verificar a incidência da Síndrome de Burnout em universitários brasileiros e portugueses durante a pandemia da Covid-19, em um estudo comparativo realizado entre graduandos do Centro Universitário de Santa Fé do Sul/Brasil e da Universidade de Coimbra/Portugal. A Síndrome de Burnout pode ser caracterizada como um quadro de exaustão física e emocional que é resultado da pressão sofrida pelo indivíduo no ambiente laboral ou de aprendizado, acometendo indivíduos que se encontram em situações que induzem à sua fragilização tanto física quanto psíquica. O estudo foi executado por meio de qualitativa, com aplicação de entrevista semiestruturada a partir google forms, sendo que os resultados parciais obtidos com os estudantes brasileiros apontam que os mesmos entendem a formação superior como fator de satisfação, se materializando em identidade pessoal, tendo em vista que o labor representará uma parte significativa de seu cotidiano. Entretanto, durante o período da pandemia da Covid-19, o isolamento social, o ensino remoto, as dificuldades financeiras, a demora para o acesso à vacinação e as mortes verificadas no interior das famílias dos estudantes, gerou um contexto de angústia e sofrimento, em vista das condições biopsicossociais inadequadas a que foram submetidos, verificando-se preponderância de sintomas da Síndrome de Burnout. Os dados obtidos, para os estudantes brasileiros, apontam um rebaixamento do interesse pelo curso de graduação em que estão matriculados, cansaço generalizado, rebaixamento do humor, esgotamento de energia, insônia e desânimo em relação ao futuro profissional. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que a Pandemia da Covid-19 impactou negativamente os estudantes brasileiros, gerando a ocorrência de vários sintomas da Síndrome de Burnout.

Palavras-Chave: Síndrome de Burnout. Estudantes universitários. Pressão. Isolamento

Trabalho: 6667

INCONSTITUCIONALIDADES NO REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO

Nayara Castanheda de Oliveira, Marcelo Petuba Llombert, Eliana Kátia Pupim

Curso de DIREITO, Faculdade da Alta Paulista, Rua 6. Osvaldo Cruz, SP. nay.castanheda@gmail.com

Resumo: O presente estudo visa analisar o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), abordando seus aspectos principais, trazendo à tona a indagação e efeitos dentro do sistema carcerário, bem como o posicionamento doutrinário e sua constitucionalidade. O regime disciplinar diferenciado, como sanção disciplinar (art. 52, *caput*), ou medida cautelar (art. 52, §1 e §2). As críticas referentes ao tema, diz respeito à sua constitucionalidade de tal vertente que o Regime Disciplinar Diferenciado é uma afronta ao princípio da Dignidade da Pessoa Humana (Brasil, 1988, art. 1º, III), tratamento desumano (Brasil, 1988, art. 5º, III) e também afronta o princípio da humanidade das penas (Brasil, 1988, art. 5º, XLVII), assim como violações aos Tratados Internacionais de Direitos Humanos. Pois trata-se de uma das medidas mais rigorosas para se evitar o crime organizado dentro dos estabelecimentos prisionais. É certo que muitos autores já se depararam com o tema. Entretanto, o presente trabalho visa analisar a necessidade sobre o uso do Regime Disciplinar Diferenciado, como forma de manter a ordem e segurança do sistema prisional, bem como para a sociedade. A medida é adotada quando o condenado comete fato

entendido como crime doloso que ocasione desordem e a indisciplina no presídio em face do preso já condenado, o RDD vem como uma segunda forma de punição. As críticas no que diz respeito a sua constitucionalidade, porém a jurisprudência entende tal medida como constitucional. Paulo Bonavides cita que Nenhum princípio da Constituição Federal é mais valioso que o princípio da dignidade da pessoa humana. Já para José Afonso da Silva (Dignidade da pessoa humana é um valor supremo que atrai o conteúdo de todos os direitos fundamentais (Canotilho, 2013). Segundo Salla, Gauto e Alvarez (2006): O crescimento da população encarcerada trouxe alterações na ideologia predominante de reabilitação dos criminosos. Uma política severa de controle dos presos passa a preponderar e se concretiza no aparecimento das unidades especiais de encarceramento *special units, supermax*. Em suma, o estudo busca entender a proporcionalidade da aplicação da medida e sua individualização, enveredando por diversos ramos do ordenamento jurídico, como Direito Penal, Direito Constitucional, Direitos Humanos, Lei de execução Penal conjugados aos princípios relevantes, como os da proporcionalidade e legalidade.

Palavras-Chave: Inconstitucionalidade. Direitos Humanos. Execução Penal. Regime Disciplinar Diferenciado. Artigo Científico

Trabalho: 6546

INVENTÁRIO E PARTILHA EXTRAJUDICIAL: A IMPORTÂNCIA DE ALIVIAR O SISTEMA JUDICIAL DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Débora Beatriz Alves de Lima Pinheiro, Eliana Kátia Pupim, CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA TRONCON

Curso de DIREITO, Faculdade de Direito da Alta Paulista, Rua Aimore's, 471 A. Tupã, SP. 229401@fadap.br, deboorapinheiro@hotmail.com.br

Resumo: Com o crescente número de vítimas durante a pandemia de Covid-19, conseqüentemente o número de processos judiciais de inventário e partilha tiveram um aumento significativo, fazendo com que estes demorassem ainda mais para serem sentenciados. Por outro lado, existe a alternativa de realizar o procedimento de inventário por meio de escritura pública, de modo extrajudicial, o que facilita, agiliza e alivia o sistema judicial. Os cartórios desempenham perfeitamente essa função, trazendo destreza e competência na hora de elaborar o inventário e a partilha. Com a sanção da Lei 11.441 (4 de janeiro de 2007), foram trazidos vários benefícios a quem necessita de uma partilha rápida, correta e dentro dos parâmetros da lei. Para isso, são necessários alguns requisitos, como por exemplo, todos os herdeiros devem ser maiores e capazes, bem como deve haver consenso quanto à partilha dos bens. É mister relembrar a importância que todos tenham acesso ao conhecimento de todos os meios possíveis para a realização não só do inventário, mas de outros segmentos que os meios extrajudiciais podem oferecer, facilitando certos procedimentos. O objetivo do presente artigo é informar aos leitores sobre essa possibilidade, além de demonstrar as práticas dos cartórios em meio ao cenário conturbado vivido por todos, trazendo resposta às seguintes perguntas: Os meios extrajudiciais podem desempenhar a função de elaborar um inventário e partilha de maneira mais ágil? Como os cartórios podem ser aliados do sistema judicial? Como o procedimento administrativo auxiliou na desobstrução do judiciário durante a pandemia de Covid-19? A metodologia adotada será baseada em pesquisa bibliográfica, de cunho exploratório.

Palavras-Chave: Inventário. Partilha. Extrajudicial. Pandemia. Covid-19

Trabalho: 6553

JOGO, BRINQUEDO E BRINCADEIRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM ANAIS DO CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ADAMANTINA

Ariane Gatti da Silva, Karen Regiane Soriano

Curso de PEDAGOGIA, Faculdades Adamantinenses Integradas, Rua Manoel Ogeda. Flórida Paulista, SP. ariani.gatti@gmail.com, 67120@fai.com.br

Resumo: Num contexto histórico, principalmente durante a Idade Média, a criança era considerada adulta em miniatura e a questão das atividades lúdicas não estavam inseridas ou sequer previstas como parte do desenvolvimento infantil. Atualmente, com a evolução do sistema escolar, a percepção do lúdico (jogo, brinquedo e brincadeira) nas práticas educacionais ganhou destaque, pois essas atividades colaboram para diversos aspectos do desenvolvimento da criança: moral, cognitivo, afetivo, físico, motor e de linguagem em geral. Sendo assim, o objetivo deste estudo, ainda em desenvolvimento, é identificar, nas últimas 10 edições com os anais publicados (2010-2019) do Congresso de Iniciação Científica do Centro Universitário de Adamantina, na área de humanas, trabalhos que abordaram a temática do jogo, brinquedo e brincadeira na Educação Infantil. De modo específico, este estudo busca caracterizar cada uma das produções de acordo com o título, autor, curso de graduação, instituição de ensino, cidade, palavras-chave e ano de publicação. Para alcançar tal objetivo, primeiramente, como parte da disciplina de Fundamentos da Educação Infantil, foi realizada uma busca nos anais da área de humanas dos Congressos mencionados, com o uso do descritor Educação Infantil, em seguida, como segunda etapa do estudo, os resultados foram planilhados e, numa terceira etapa, por meio da análise dos títulos e das palavras-chave, foram identificados e selecionados aqueles que apresentavam relação com jogo, brinquedo e brincadeira. Por último, os resultados foram caracterizados, seguindo os objetivos específicos traçados para este estudo. No total, foram selecionados 13 estudos para a caracterização e análise na íntegra e estes têm apontado, de maneira geral, que com o uso de jogos, brinquedos e brincadeiras, o espaço escolar se torna mais leve, agradável, aconchegante, um ambiente onde a criança pode explorar o lugar e se expressar espontaneamente sobre a situação que está diante a ele.

Palavras-Chave: Educação Infantil. Jogo. Brinquedo. Brincadeira

Trabalho: 6847

JOGOS PEDAGÓGICOS OFF-LINE NAS DISCIPLINAS DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA: UMA ABORDAGEM POR MEIO DE REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE IMIGRAÇÃO PARA ALUNOS DO QUINTO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Luciana Ferreira Neves Gallo, Abner Silva Xavier, Daniel Alves Duganieri

Curso de PEDAGOGIA, Universidade Virtual do Estado de SÃO Paulo, Av. Salgado Filho 3938 Bl 12 Apto 24. Guarulhos, SP. lucianagallos2@gmail.com, soulrobbass@gmail.com

Resumo: Esta pesquisa propõe uma maneira atrativa de abordagem da temática imigração, relacionada às disciplinas de história e geografia, por meio do uso de jogos pedagógicos para professores e alunos do quinto ano do ensino fundamental, que possuem acesso reduzido a internet. Realizado por análise situacional e a metodologia baseada em revisão sistemática. A estruturação das ideias se deu por Brainstorming e Design Thinking. Com o objetivo de proporcionar aprendizagem sobre imigração, temática pertencente às disciplinas de História e Geografia contemporâneas, por meio de aplicativo que também funcione off-line, aos alunos do quinto ano do Ensino Fundamental. Após análise das respostas aos questionários disponibilizados aos professores, verificou-se que uma das dificuldades encontradas foi que professores e alunos tem o acesso reduzido à internet. Sendo assim, foi proposto o uso de uma ferramenta digital chamada Edilim, o qual foi disponibilizada sua criação no formato executável. Sendo assim, no momento em que tivessem o acesso à internet, os alunos poderiam baixar a videoaula proposta e também o aplicativo. Posteriormente a apreciar o conteúdo proposto no vídeo, os alunos desfrutaram de uma atividade atrativa e divertida, registrada em forma de jogo no Edilim, e que auxiliará na assimilação das ideias passadas pelo professor. Considera-se que a atividade planejada para os alunos do quinto ano do ensino fundamental foi relevante, uma vez que puderam aproveitar o tempo disponível, que normalmente seria utilizado com jogos tradicionais e não pedagógicos, de maneira instigante e divertida, e ao mesmo tempo em um processo de construção e reconstrução do conhecimento conforme são desafiados.

Palavras-Chave: Aprender. Geografia. História. Imigração

Trabalho: 6865

MARKETING DE INFLUÊNCIA: O IMPACTO DOS INFLUENCIADORES DIGITAIS PARA A GESTÃO DA COMUNICAÇÃO NO COMÉRCIO DE ADAMANTINA/SP

Isabela Amaral Medeiros Chumann, Lilian Pacchioni Pereira de Sousa

Curso de TECNOLOGIA EM GESTÃO COMERCIAL, Adamantina, Rua dos Estudantes. Adamantina, SP. isaamaral90@gmail.com, isabelaamakha@gmail.com

Resumo: Devido ao grande impacto da era digital para a gestão de marketing nas empresas, novas ferramentas vêm sendo aperfeiçoadas para que as marcas possam ter contato direto com seus públicos, dentre elas o marketing de influência, envolvendo a atuação dos influenciadores digitais ("influencers"), especialmente em Redes sociais Facebook e Instagram. Considerando este cenário, a presente pesquisa tem por objetivo geral discutir sobre o impacto dos influenciadores digitais para gerar resultados positivos às empresas. Os objetivos específicos serão: verificar como estes influenciadores começaram a atuar nas redes sociais e quais os impactos de suas atuações para as empresas que os contratam para divulgar seus produtos e serviços. Como metodologia, será realizado um estudo descritivo de caráter qualitativo com aplicação de entrevistas em profundidade, para avaliar o ponto de vista de 4 influenciadores digitais e na perspectiva de 2 comerciantes da cidade de Adamantina/SP, sendo que os influenciadores e os comerciantes tiveram seus nomes preservados. Este tipo de investimento, desde que planejado estrategicamente e selecionada uma voz influente e de credibilidade para agregar valor à marca, loja ou prestador de serviços à comunidade, pode ser lucrativo, tanto na geração de receitas quanto para dar visibilidade e engajamento à uma marca. Analisaremos as respostas que, espontaneamente, esses influenciadores nos darão em relação ao retorno de seus serviços prestados e também verificamos se houve alguma inspiração para o início da carreira, para se tornarem atuantes nas redes sociais; se conseguem analisar a dimensão do retorno que suas opiniões interferem nos hábitos de consumo, entre outras questões. O questionamento principal que permeará a problematização do tema do Marketing de Influência é se realmente a atuação desses indivíduos em redes sociais são eficazes ferramentas de comunicação dentro de uma cadeia de consumo.

Palavras-Chave: Influenciadores. Marketing Digital. Redes Sociais

Trabalho: 6808

MARKETING DIGITAL: COMO O MARKETING DIGITAL AJUDA NA FIDELIZAÇÃO DE CLIENTES EM UMA EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO NA ÁREA DE MOTORES ELÉTRICOS EM GERAL NA REGIÃO DE TUPÃ

Ariel Ataíde Gonçalves Levado, Jose Tonon Junior, Manoel Augusto de Freitas Alves

Curso de ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS, Faculdade de Ciências Contábeis e Administração de Tupã, Avenida Pedro Gasquez Gimenez, 152. Herculândia, SP. alevado95@gmail.com, santosmichelli0509@gmail.com

Resumo: Considerando a perspectiva atual, onde cada vez mais o acesso à informação é instantâneo e existe à necessidade das pessoas se manterem conectadas, é fundamental que as micro e pequenas empresas estejam mantendo contato periodicamente com os seus clientes, para que serviços indispensáveis que são prestados no modelo presencial não deixem de chegar até esse público. O uso do marketing digital, através da internet, devido a sua velocidade de informação e propagação dos dados, torna-se uma alternativa acessível e benéfica para as micro e pequenas empresas investirem na divulgação de seus serviços. Diante disso, o presente trabalho busca apresentar possíveis estratégias e ferramentas voltadas para o marketing digital de uma empresa prestadora de serviço que atua na área de motores elétricos na região de Tupã. O método de pesquisa aplicado é o exploratório-descritivo, proporcionando uma maior interação com o tema, e uma análise da literatura existente, e sua abordagem é considerada quali-quantitativa, pois, busca coletar dados para a compreensão do atual cenário vivenciado pela empresa, esta etapa foi desenvolvida por meio de pesquisa de campo realizada com 36 clientes. De acordo com o resultado da pesquisa, pode-se concluir que os clientes possuem uma alta taxa de fidelização a empresa, conforme os dados apurados, mais de 70% dos entrevistados são clientes há mais de cinco anos, com faixa etária predominante acima de 35 anos,

onde mais de 70% utilizam as mídias sociais diariamente, e 90% possuem o contato da empresa via WhatsApp. Assim, o WhatsApp é o meio de comunicação que mais gera impacto positivo na prestação de serviços, e que agrega visibilidade para a empresa criando vínculos com a finalidade de fidelizar os clientes.

Palavras-Chave: Fidelização de Clientes. Marketing Digital. Mídias Sociais. Prestação de Serviço. Whatsapp

Trabalho: 6859

MASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO, CRIMES VIRTUAIS E A VITIMOLOGIA

Pamela Panisa Coutinho, Jose Eduardo Lima Lourencini

Curso de DIREITO, CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ADAMANTINA, Rua Elísio Zanardi, 11. Adamantina, SP. 22621@fai.com.br

Resumo: O presente trabalho objetiva chamar a atenção sobre a massificação da informação trazida pela internet, os crimes no ambiente virtual e a vitimologia. O advento da internet trouxe vários benefícios e veio facilitar a vida das pessoas, que passaram a utilizar o meio virtual para transações bancárias, cursos a distância, entretenimento, comércio etc; mas junto com todos esses benefícios, também vieram os malefícios, pois os criminosos também passaram a migrar para o ambiente virtual para a prática de crimes, tais como: estelionatos, crimes contra a honra, *cyberbullying*, *cyberstalking*, dentre outros. As estatísticas policiais apontam que os crimes no ambiente virtual aumentaram drasticamente, principalmente após a pandemia causada pela Covid-19, pois o isolamento social fez com que as pessoas passassem a utilizar cada vez mais a internet como forma de comunicação e entretenimento. As pesquisas demonstraram que as denúncias sobre crimes virtuais, em nosso país, durante a pandemia, foram de 57.428 em 2019 para 156.692 casos em 2020, segundo matéria do Portal G1 Notícias. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, buscando conhecimento na legislação vigente, na doutrina, nos vídeos de alerta de perfis policiais e artigos científicos que tratam do assunto de forma geral. É de fundamental importância enfatizar a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709, 14 de agosto de 2018). Finalmente, abordaremos os aspectos vitimológicos nos crimes virtuais. A Vitimologia é parte da Criminologia que estuda a vítima não como efeito consequente da realização de uma conduta delitiva, mas como uma das causas, às vezes a principal, que influenciam na produção de um delito (*apud* Piedade Júnior, 1993: 81). Concluímos que a internet caminha a passos largos, enquanto boa parte da sociedade, de um modo geral, não conseguiu acompanhar a sua evolução, o que faz com que se tornem alvos fáceis para os criminosos virtuais. É imprescindível alertar a população sobre os riscos e os cuidados que devem ser tomados ao se usar a *internet*.

Palavras-Chave: Crimes Virtuais. Massificação da Internet. Vitimologia. Benefícios e Malefícios da Internet. Pandemia

Trabalho: 6665

MEIOS PARA FACILITAR A REINserÇÃO DE EGRESSOS NA SOCIEDADE

Ruan Antonio Agudo de Souza, Eliana Kátia Pupim

Curso de DIREITO, Faculdade de Direito da Alta Paulista, Rua Rui Sérgio Quinhoneiro, 60. Tupã, SP. 229467@fadap.br, ruansouza1977@hotmail.com

Resumo: O presente artigo tem como objetivo expor e indicar como sanar uma das grandes problemáticas de nosso país, que é a reinserção do egresso a sociedade, consequentemente diminuindo o excesso de detentos em nosso sistema carcerário, pois grande parte desse número se dá por réus reincidentes. Sendo assim, com uma boa aplicação do corrente método, haverá uma diminuição do tal número. Dentre as opções, a que mais se destaca é a negociação de tributos a empresas que se dedicarem a

ceder uma certa porcentagem de vagas a egressos em sua área de trabalho. É sabido que há empresas que destinam porcentagem de suas vagas para aprendizes, portadores de deficiência, entre outros, logo, por mais que seja dificultoso, a separação de vagas para candidatos egressos poderá ser de bom proveito para a empresa e também para a sociedade, pois a empresa pagará menos tributos e o ex detento com um emprego garantido, dificilmente será reincidente, aliviando o sistema carcerário brasileiro e ajudando na reinserção ou reeducação do egresso. Diante dos comentários acima, é conhecido que tais dados são destinados a iniciativas privadas, já que se tratando de órgãos públicos, não poderá haver a suavização de tributos, simplesmente haverá a destinação das vagas em determinada instituição, visto que são exatamente instituições federais, estaduais ou municipais que cobram impostos, sendo assim, não poderão se apropriar identicamente do método para empresas privadas, mas não quer dizer que seja um problema, é até mais fácil e prático para o egresso ser avaliado para uma iniciativa pública do que uma empresa privada.

Palavras-Chave: Egresso. Reinserção. Detento. Réu. Reincidente

Trabalho: 6580

MICROCRIMINALIDADE E MACROCRIMINALIDADE: A IMPUNIDADE DOS CRIMES DE CIFRA DOURADA E COLARINHO BRANCO

Stephanie ádine Gonçalves Bettiol, Eliana Kátia Pupim

Curso de DIREITO, Faculdade de Direito da Alta Paulista, Hugo Cavalini 155. Osvaldo Cruz, SP. stephaniebettiol@icloud.com

Resumo: O presente trabalho tem como tema o estudo de crimes previstos no Código Penal brasileiro e em Leis Penais Especiais, praticados por integrantes do crime organizado, expandindo o fenômeno da macrocriminalidade cada vez mais forte no Brasil. A pesquisa da reação social na criminologia é aliada para investigar como desenvolve o modus operandi dos crimes de cifra dourada e novos mecanismos de combate. Este artigo científico é imprescindível pois busca abordar um assunto pouco explorado pelos doutrinadores e muito lesivo ao nosso país, sendo de grande valia a visibilidade do assunto através pesquisas e estudos para alcançar futuros resultados e evoluções legislativos, analisando possíveis estratégias de repressão. Serão abordados conceitos doutrinários com foco na microcriminalidade e macrocriminalidade, e o estudo de Leis envolvendo os crimes de Tráfico de Drogas; Tráfico de Armas; Organização Criminosa; Lavagem de Dinheiro; Corrupção Ativa e Passiva. A tese acompanha-se de diversas problemáticas dando ênfase por qual motivo os agentes saem impunes de seus atos ilícitos, e se a resposta jurídica do Estado é eficaz para essas modalidades de crimes. Aliás, aprofunda-se na extensão dos prejuízos econômicos em decorrência dos crimes de colarinho branco. O objetivo é utilizar como base o Direito Penal para investigar a macrocriminalidade, propor pesquisas doutrinárias e evoluções legislativas como forma de repressão a atuação do crime organizado, identificando quem são os criminosos e como eles atuam para atingir a impunidade objetivando sempre o alto lucro. Ademais este estudo se desenvolve através de pesquisas doutrinárias; estudos em artigos científico presentes em revistas de periódicos renomadas e principalmente em monografias, com menção também as legislações e jurisprudências.

Palavras-Chave: Macrocriminalidade. Crime Organizado. Cifra Dourada. Colarinho Branco

Trabalho: 6857

NECESSIDADE DE APLICAÇÃO DAS TÉCNICAS DE ESCUTA ESPECIALIZADA E DO DEPOIMENTO ESPECIAL NOS CASOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL COM VÍTIMAS ADULTAS.

Pamela Panisa Coutinho, Evelyn Yamashita Biasi

Curso de DIREITO, CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ADAMANTINA, Rua Elísio Zanardi, 11. Adamantina, SP. 22621@fai.com.br

Resumo: O presente estudo justifica-se pela necessidade da aplicação das técnicas de escuta especializada e do depoimento especial nos casos em que se tem como vítimas de violência sexual também as pessoas adultas. Os objetivos são, além de uma análise da Lei de Escuta Protegida (13.431/17), que estabelece medidas voltadas a impedir a vitimização secundária nos menores que sofreram qualquer tipo de violência, também expor as consequências de uma violência sexual para sensibilizar a sociedade, a fim de que não ocorra a revitimização (tornar-se vítima novamente) de pessoas vítimas desses crimes, e também a vitimização terciária. Também trazer à tona esse assunto, com o intuito de que profissionais do Direito, legislador e a sociedade em geral, tenham conhecimento da gravidade das consequências causadas por um abuso sexual, não só em crianças e adolescentes, mas também em adultos, pois na maioria dos casos desenvolvem traumas, transtornos e, não raro, a repressão social. Serão apresentadas propostas de soluções para que, mesmo sem uma Lei específica para essas vítimas, como é o caso da Lei de escuta protegida, para que essas pessoas consigam se recuperar de maneira mais rápida, das sequelas dessas violências, além de mostrar qual a relação da sociedade com órgãos públicos no processo de vitimização. Foram feitos estudos de direito comparado, pesquisas na legislação vigente, além de consulta à doutrina. Concluímos que, embora a legislação tenha avançado, quanto à proteção de crianças e adolescentes, ainda é necessário continuar avançando, pois na vítima adulta também sofrem os efeitos traumáticos da violência sexual, pois esse tipo de crime deixa marcas intensas por atingir a intimidade em sua forma mais profunda, afetando não só o corpo, mas o lado psíquico da vítima, podendo inclusive, por conta da não elaboração do trauma, desenvolver transtornos psicológicos, o que impacta na vida das pessoas e seus familiares. A violência sexual, gera danos que podem ser transmitidos de geração em geração de maneira inconsciente. Há necessidade da implementação de lei ou emendas na legislação vigente a fim de assegurar a essas pessoas a segurança que todas merecem, além de ações afirmativas para proteger as vítimas, sobretudo, as mulheres, como descrito na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição Federal de 1988.

Palavras-Chave: Lei da Escuta Protegida. Depoimento Especial. Violência Sexual. Inclusão. Vítima

Trabalho: 6745

NOVAÇÃO E SEUS EFEITOS

Mariana Santos, Jose Eduardo Lima Lourencini

Curso de DIREITO, Faculdades Adamantinenses Integradas, Rua Osvaldo Ferracine, 371. Flórida Paulista, SP. marianasantos1106@gmail.com, 18420@fai.com.br

Resumo: Novação é um modo de extinção de obrigação pela criação de uma nova automaticamente, que tenha intenção de substituir a anterior, é essa criação que extingue a primeira obrigação, dispensando assim, o recurso a duas operações distintas. Com esta apresentação trazemos as informações necessárias para compreensão e aplicação do recurso de Novação como meio de extinção de obrigação, quanto à nova obrigação bastará acentuar que se cogita de um débito criado ex novo, em consequência da novação, sem outra vinculação com a obrigação anterior senão a de uma força extintiva. Embora a novação tenha alguma importância na vida prática, sob o prisma funcional, a ampla possibilidade de transmissão das obrigações restringiu-lhe o uso. Existem três tipos de requisitos como: a existência jurídica de uma obrigação - "obligatio novanda", a constituição de nova obrigação - "aliquid novi", e o ânimo de novar - "animus novandi". O primeiro requisito, dado que o objetivo principal da atualização é eliminar a relação obrigatória que existia na altura, evidentemente, é necessária a existência de tal relação. No entanto, essa obrigação obliterada deve ser válida, porque uma obrigação inválida ou obliterada não pode produzir efeito por meio de renúncia (artigo 367). Acontecerá quando a obrigação inválida não produzir nenhum efeito jurídico, e ocorrer a obrigação que é eliminada porque a substituição não causará dano ou benefício. Em ambos os casos, existe uma obrigação a ser eliminada. O segundo requisito, a criação de uma nova obrigação, é diferente do primeiro, por exemplo, o acordo entre as partes da relação de obrigação visa substituir e eliminar a obrigação anterior no sentido de criar uma nova obrigação. Portanto, a criação de uma "nova obrigação" é um requisito indispensável para as características de substituição. A intenção da atualização é uma condição necessária para a existência da atualização. Também é chamado de animus novandi, portanto, o credor é obrigado a ter a intenção de substituição, pois essa forma de eliminação da dívida obriga o credor a renunciar ao crédito antigo e dos direitos de subordinação subsequentes. Não há intenção de substituição, expressa ou implícita. Desde que seja clara, a segunda obrigação é apenas a de confirmar a primeira (segundo o artigo 361), não havendo nova hostilidade. Porque existem dois tipos de dívidas que se excluem, o credor pode pedir um ou outro, mas se um ficar satisfeito, o outro sairá. Em virtude dos fatos mencionados percebe-se que a novação é um ponto a ser abordado com mais

notabilidade, tem como corolário a extinção das dívidas contraídas naqueles tendo sido substituídas por outra nova e distinta. O novo contrato vige independentemente dos anteriores que, uma vez extintos, impossibilita a discussão da origem da dívida.

Palavras-Chave: Novação. Obrigação. Requisito. Efeito Jurídico. Dívida

Trabalho: 6575

O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL E A LEGITIMIDADE COM O DIREITO PROCESSUAL PENAL

Rafael Felipe Vaz da Costa, Eliana Kátia Pupim

Curso de DIREITO, faculdade de direito da alta paulista, Rua Armando Fonseca Agudo 800. Tupã, SP. 229421@fadap.br, rafinhafvc12@hotmail.com

Resumo: O resumo discorre sobre o Acordo de Não Persecução Penal. O Direito Penal Processual inovou-se com o projeto de Lei do pacote anticrime, Lei 13.964/19. Ela incluiu à legislação brasileira diversas novidades, e uma delas é a possibilidade do Acordo de Não Persecução Penal firmado entre o investigado e o Ministério Público. Nesse contexto, o problema do presente artigo é contudo analisar além do que se trata o próprio Acordo de não Persecução Penal, como também analisar de se ele vem sendo aplicado em uniformidade com o Direito Penal Processual e com o Poder Judiciário, após sua vigência na Lei 13.964/20. Juntamente será necessário analisar o contexto histórico das vertentes que o nosso Processo Penal vem seguindo para que chegassemos à implantação deste acordo em nosso ordenamento. O objetivo é analisar e explicar como o funciona o Acordo. E dando uma breve solução aos possíveis problemas que este acordo pode trazer as partes do processo. Por ser um tema recente mas que vem tomando muito seu espaço no âmbito Criminal a Metodologia que será adotada neste trabalho é de cunho bibliográfico e; ainda utilizando a base de dados como Capes portal de periódicos, catálogo Sophia, também será utilizada neste trabalho a Minha Biblioteca disponibilizada pela FADAP-FAP. Serão utilizados livros, leis e jurisprudências. Por fim, esclareceremos que o artigo não foi concluído e está em processo de aprimoramento ao longo da graduação em Direito pela Faculdade de Direito da Alta Paulista FADAP-FAP.

Palavras-Chave: Acordo Penal. Persecução Penal. Não Persecução. Acordo Processual

Trabalho: 6582

O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL E O PRINCÍPIO DA CELERIDADE PROCESSUAL

Lucas Emanuel Oliveira, Eliana Kátia Pupim

Curso de DIREITO, faculdade de direito da alta paulista, Carijós, 765. Tupã, SP. lucasemanuel1999@hotmail.com

Resumo: O presente artigo tem por sua principal finalidade o objetivo de elucidar ao leitor o tema referente ao acordo de não persecução penal e o seu impacto em meio à celeridade dentro do âmbito jurídico, que acaba por refletir na eficácia da produtividade dentro do próprio sistema, diminuindo parte da chamada morosidade processual, o que acaba tirando certa sobrecarga e por sua vez influenciando positivamente até na área financeira, para a melhor elucidação do assunto, deve-se ter em foco alguns dispositivos do próprio mecanismo em si, com ênfase no princípio disposto sobre a celeridade processual já citada acima, analisando passo a passo seus requisitos e pressupostos, debates sobre sua constitucionalidade, seu impacto no sistema judiciário como um todo e sua aplicação na prática. Esse instituto figura no rol das medidas despenalizadoras, recebendo o status de mecanismo consensual penal, visto que o investigado pode negociar o acordo diretamente com o Ministério Público, que por sua vez se compromete a não oferecer a denúncia ao juízo, em contrapartida o investigado fica

obrigado a cumprir todos os dispositivos que ficaram acordados. Só é permitida a celebração do instituto despenalizador quando a situação em questão se enquadra nos moldes postulados no Art. 28-A do Código de Processo Penal, como por exemplo; a reparação do dano; prestar serviço à comunidade ou a entidades públicas ou pagar prestação pecuniária; dentre outros descritos no referido artigo. Um dos maiores benefícios gerados por esse mecanismo, é o fato de que após sua celebração, não constará menção sobre o delito na certidão de antecedentes criminais do então acusado, apenas para fins de avaliar a possibilidade de novo benefício no mesmo campo jurídico. Com o cumprimento total do acordo, o juízo competente deve então decretar extinta a pretensão de punir. Como método de pesquisa foi utilizado em sua grande parte através de estudos bibliográficos, pesquisas jurisprudenciais além da própria legislação vigente.

Palavras-Chave: Processo Penal. Justiça Penal Negociada. Ministério Público. Acordo. Instituto Despenalizador

Trabalho: 6817

O ATENDIMENTO PSICOLÓGICO INFANTIL NA PERSPECTIVA FENOMENOLÓGICO-EXISTENCIAL.

Carolina Cortellini Ferreira, Maria de Fátima Belancieri

Curso de PSICOLOGIA, Centro Universitário de Adamantina, Rua 15 de Novembro, 343. Osvaldo Cruz, SP. 107717@fai.com.br

Resumo: A psicologia fenomenológica-existencial se caracteriza por responsabilizar o ser humano por cuidar de seu existir, priorizando a compreensão do paciente a partir de seu ser-no-mundo-com-outros. Na prática clínica infantil, a produção científica é quase inexistente. Nesse sentido, nosso estudo teve com finalidade realizar uma revisão bibliográfica, visando buscar elementos para compreender o processo terapêutico infantil na perspectiva psicológica da fenomenologia-existencial. Os dados foram coletados nas bases de dados científicas: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS-Psi) e da Biblioteca Eletrônica Científica (SciELO), utilizando-se os seguintes descritores: ludoterapia x fenomenologia, criança x fenomenologia, psicoterapia infantil x fenomenologia, ludoterapia x psicologia fenomenológica-existencial. Foram encontrados 38 títulos na Base SciELO, sendo selecionados, após a leitura apenas cinco. Na BVS-Psi foram encontrados 17 títulos e selecionados apenas dois, totalizando sete estudos para a constituição da análise. A partir dos dados, observamos que na psicoterapia fenomenológico-existencial, a expressão da criança ocorre por meio do brincar e da fala. Pelo lúdico a criança recebe um convite para se comunicar de forma espontânea e original, o que lhe preserva a liberdade de poder-ser. O atendimento psicoterápico infantil permite que a criança aprenda lidar com suas emoções, sentimentos e experiências. A criança, ainda que não compreenda a importância e o caráter responsivo de suas ações, é capaz de se responsabilizar. A visão da criança como ser incompleto e ingênuo pode influenciar sua capacidade de responder às situações que vivencia com sua singularidade existencial, o que culmina em sofrimento infantil, se mostrando em diversas formas de adoecimento. Assim, é fundamental compreender a criança em sua capacidade responsiva, pois essa noção de responsabilidade do ser apresenta-se interligada ao crescimento pessoal do ser-no-mundo. Deve-se deixar que a própria criança tutele suas decisões e escolhas para que, assim, ela sinta que cabe a ela a responsabilidade por sua existência. A partir do acolhimento e do cuidado, a criança se permite demonstrar suas fragilidades e medos e, assim, se aproximar um pouco mais de si, permitindo-se ser-com-os-outros.

Palavras-Chave: Psicologia. Ludoterapia. Psicoterapia Infantil. Fenomenologia. Existencialismo

Trabalho: 6631

O AUMENTO DOS CRIMES FEMINICÍDIO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA PANDEMIA.

Oziane Amaral da Silva Souza, Eliana Kátia Pupim

Curso de DIREITO, faculdade de direito da alta paulista, Rua:nazarino Strur N# 74. Arco-íris, SP. oziane_amaral@hotmail.com, anderson.mudas@gmail.com

Resumo: O Presente artigo, tem o intuito de falar sobre, os crimes de Femicídio e a Violência doméstica, que infelizmente com a pandemia tem aumentado cada vez mais esses crimes, Femicídio é uma hipótese de Homicídio qualificado, é também uma espécie de crime hediondo, o crime de Femicídio se configura, quando alguém mata uma mulher, com menosprezo, porque é do sexo feminino, Femicídio é diferente de feminicídio, o feminicídio é o ato de matar mulher, também se configura Femicídio quando; o crime de homicídio doloso, ocorre no contexto de violência doméstica. Infelizmente o Brasil ocupa o quinto lugar, no ranking mundial de violência contra mulher, isso faz desse assunto um grave problema mundial de saúde pública, nos últimos meses houve um grande aumento nos relatos. **INTRODUÇÃO** O tema deste artigo aborda, os crimes de Femicídio e Violência doméstica, o homicídio é o primeiro dos crimes contra a vida, no Código Penal nos temos um capítulo, que trata dos crimes contra a vida, feminicídio é uma qualificadora do crime de homicídio, introduzida pela lei, 13.104/2015, Femicídio significa matar Mulher, em razão de ser do sexo feminino, matar com menosprezo em razão de ser do sexo feminino, não pode se confundir com feminicídio, feminicídio não é qualificadora, feminicídio é matar mulher. O crime do Femicídio, que é o homicídio qualificado, está descrito no Código Penal; O homicídio contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, pena- reclusão, de doze a trinta anos, está no art. 121 § 2º inciso VI. Considera-se que há razões de condição do sexo feminino quando o crime envolve: violência doméstica e familiar(art.5º da Lei 11.340/2006), menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Palavras-Chave: Femicídio. Violência Doméstica. Crimes. Homicídio Doloso. Femicídio

Trabalho: 6552

O DIREITO DO CONSUMIDOR NAS COMPRAS PELA INTERNET.

Ana Laura da Silva Queiroz, Sérgio Fabrício de Lima Bindilatti, Eliana Kátia Pupim

Curso de DIREITO, Faculdade de Direito da Alta Paulista, Rua Duque de Caxias, 81. Tupã, SP. queirozanalaura2@gmail.com

Resumo: No presente artigo tem como objetivo esclarecer no Direito do Consumidor nas compras pela internet, estudando o nosso ordenamento jurídico e vendo o que ele nos disponibiliza para a proteção do consumidor no comércio eletrônico, observando as garantias que o CDC nos proporciona para este meio virtual. Haja vista que, por conta da comodidade e facilidade ainda um dos meios mais comuns de realizar compras hoje em dia se dá por meio da internet, o comércio eletrônico vem crescendo cada dia mais e movimentando grande parte das relações financeiras no Brasil todos os dias, e com a situação atual que vivemos no mundo o comércio eletrônico ganhou números muito expressivos acelerando a expansão do mercado digital, e é notável a grande quantidade de pessoas que fizeram compras online pela primeira vez, acarretando assim, medo, insegurança e muitas dúvidas nesse meio virtual. Por isso o consumidor deve ter a garantia de segurança e veracidade de todas as informações sobre o produto ou serviço veiculado naquele determinado *site* acessado, em todas as fases do contrato. Então queremos esclarecer através desse trabalho os principais assuntos, trazendo informações necessárias, transparência em todas essas relações de consumo e também, realçando a importância de mecanismos efetivos para conduzir esse comércio eletrônico, a fim de assegurar a confiança de todos os consumidores e principalmente para aqueles consumidores que ainda estão inseguros com tal assunto, pois são acostumados a realizar negócios somente com a presença física. Lembrando que esse tema é extrema importância, já que tratamos de um assunto recente e de grande revolução tecnológica que veio para permanecer.

Palavras-Chave: Consumidor. Comércio Eletrônico. Tecnologia. Proteção. Direito

Trabalho: 6592

O EXERCÍCIO DA ADVOCACIA MODERNA FRENTE AO PARADOXO DO MARKETING DIGITAL

Daiane Cristina Bezerra Angelo, Eliana Kátia Pupim, Michele Ribeiro de Melo

Curso de DIREITO, Faculdade de Direito da Alta Paulista, Rua Colômbia, 30. Tupã, SP. daianeangelo.advocacia@gmail.com, kelverps@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem como escopo a demonstração do atual cenário da advocacia frente ao uso da mídia e de redes sociais por advogados e profissionais do ramo jurídico, o foco central do presente trabalho versa sobre a evolução expositiva da figura do profissional de direito e os paradigmas criados em torno da previsão legal direcionada a esta classe de profissionais. Serão trazidos aspectos gerais do Estatuto da Advocacia e Código de Ética, mormente no que tange a conduta do advogado e as delimitações expressamente admitidas quanto a publicidade. O aumento do uso de redes sociais e adequação comportamental dos advogados frente ao uso da internet serão abordados, bem como a abrupta elevação de acessos e inclusão de conteúdo jurídico nos meios digitais. São observadas as ambiguidades e problemáticas que envolvem o marketing jurídico, as alterações de estilo sociais e elementos vinculadores da publicidade, bem como os reflexos de marketing digital e seus pontos positivos e negativos. Para termos de embasamento metodológico foram coletadas informações por meio de pesquisa bibliográfica relacionadas ao tema, bem como artigos científicos ligados a evolução tecnológica de procedimentos judiciais e que se referem ao uso de ferramentas, mecanismos eletrônicos e mídias, foram analisados os dispositivos legais, e a criação de provimento específico para regulamentação da atuação nas plataformas digitais. A demonstração da complexidade atrelada a difusão de conteúdo no ambiente virtual e a indulgência equivocada perante a mercantilização da advocacia é fator fundamental da temática abordada e de suma importância para os advogados e demais profissionais atuantes do ramo jurídico.

Palavras-Chave: Advocacia. Código de Ética E Disciplina D. Conselho Federal da OAB. Publicidade na Advocacia. Marketing Jurídico

Trabalho: 6615

O INQUÉRITO POLICIAL E A PALAVRA DO POLICIAL COMO ELEMENTO PROBATÓRIO

Gianny Marielly Pereira

Curso de DIREITO, Faculdade de Direito da Alta Paulista, ângelo Sevilha Romeiro. Tupã, SP. gymarielly@icloud.com, 229327@fadap.br

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo propor uma análise da influência do inquérito policial e a palavra do policial como elemento probatório e fonte de veracidade, na ação penal e no julgamento do indivíduo e principalmente seu peso para a formação do juízo condenatório ou absolvição. Com intuito de apurar a autoria e materialidade do crime, o inquérito policial é instaurado pela autoridade policial, e encaminhado ao Ministério Público, que tem como função preparar a denúncia para a possível ação penal pública. No atual sistema, onde a corrupção e interesses políticos estão repetidas vezes sendo postos acima dos interesses da justiça, iremos analisar até onde podemos considerar apenas o inquérito policial ou sua palavra como prova suficiente para condenação do indivíduo. Para a presente proposta, usaremos consulta de obras doutrinárias, monografias e trabalhos de conclusão de curso publicados, matérias jurisprudenciais, jornais, revistas, periódicos e sites da internet. Existe um grande conflito entre os doutrinadores da área que visam defender se o inquérito processual tem apenas valor informativo e que as provas nele colhidas não servem para moldar uma opinião do juiz. Já outros defendem a posição contrária, e alegam que o inquérito influencia sim a visão do juiz. No primeiro capítulo, iremos tratar sobre a origem do inquérito policial, como ele é formado e também como as provas são obtidas, a fim de termos um norte para o início da presente proposta de discussão. No segundo capítulo trataremos do papel do policial no Estado democrático de direito, sobre sua Fé pública e da presunção de veracidade. Abordaremos alguns temas também como a corrupção policial e o princípio de ampla defesa.

Palavras-Chave: Inquérito Policial. Ministério Público. Veracidade. Ação Penal

Trabalho: 6559

O INSTITUTO DA INTERDIÇÃO: CONFLITOS TRAZIDOS PELO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E A APLICAÇÃO DO INSTITUTO DA INTERDIÇÃO

William Pantolfi, Eliana Kátia Pupim, CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA TRONCON

Curso de DIREITO, faculdade de direito da alta paulista, Rua José Camilo dos Santos, 42. Bastos, SP. william.pantolfi@hotmail.com, william.pantolfi@gmail.com

Resumo: Com a entrada em vigor da Lei 13.146/2015, chamado de Estatuto da Pessoa com Deficiência, ocorreram grandes mudanças em nosso ordenamento jurídico, entre elas a mudança no Art. 3º do código civil que deixou de considerar a pessoa com deficiência como absolutamente incapazes E diante dessa alteração se faz necessário perguntar: Como ainda é possível vigorar o instituto da interdição para pessoas com deficiência, uma vez que, essa pessoa não é mais considerada absolutamente incapaz? O referido estatuto trouxe mudanças não só ao artigo 3º, mas também diversas mudanças em todo o título IV do código civil, incluindo o novo instituto da Tomada de Decisão Apoiada, porém não houve a exclusão da interdição apesar da revogação da maioria de seus artigos. Haveria então um equilíbrio entre a interdição e possibilidade de ser respeitada a capacidade relativa da pessoa com deficiência? Seria equilibrado pensar que o curador pode atuar respeitando os limites do curatelado? E embora detenha poderes sobre a vida daquela pessoa ainda restariam decisões que poderiam ser tomadas sem a influência do curador? Essa hipótese consegue ultrapassar a linha da possibilidade para a realidade? Mas considerando essa hipótese, qual seria a ferramenta para que a possibilidade fosse fiscalizada e efetivamente exercida? Como se pode ver o tema desperta muitas perguntas e ao se analisar sentenças de diferentes juízes percebe-se que existem variáveis formas de pensar e abordar o tema da interdição. Com isso se mostra extremamente importante para garantia da Isonomia formal o estudo do tema. A metodologia utilizada, como se vê, será a de revisão bibliográfica e entendimento jurisprudencial. Dessa forma, o objetivo principal deste trabalho será analisar as aplicações práticas do estatuto da pessoa com deficiência, delimitando ao instituto da interdição, para que se entenda o pensamento majoritário da doutrina e da jurisprudência quanto ao tema, servindo assim de ferramenta útil na vida de todos os envolvidos na operação do direito em nosso país.

Palavras-Chave: Estatuto da Pessoa Com Deficiê. Interdição. Incapacidade. Deficiência

Trabalho: 6549

O INSTITUTO DO USUCAPÃO EXTRAJUDICIAL COMO INSTRUMENTO DE DESJUDICIALIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO.

Bruna Amaro Luiz Ribeiro, Eliana Kátia Pupim, CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA TRONCON

Curso de DIREITO, Faculdade de Direito da Alta Paulista, Rua Humaitá, 620. Tupã, SP. 229395@fadap.br, balribeiro0023@gmail.com

Resumo: O presente artigo aborda o tema da usucapião extrajudicial, ou seja vislumbra a desjudicialização, tendo assim a possibilidade de ser realizado por meio do cartório de notas e registro de imóveis, portanto será apresentado a devida atuação dos cartórios sobre esse procedimento, e quais os requisitos legais para que se possa utilizar do instituto do usucapião extrajudicial. As vias judiciais no cenário atual de grande litígios não é uma opção rápida, e que gera um alto custeio para a parte usucapiente, e a temática proposta, aborda se o uso deste meio de desjudicialização produz a devida eficácia e celeridade processual. O instituto a ser abordado esclarecerá a distinção entre posse e propriedade, haja vista que no usucapião se adquiriu a propriedade sobre um bem imóvel ao indivíduo que requerer e provar ter dado ao imóvel a sua função social e ter o conservado, elencando todas formas e requisitos previstos em lei. Por conseguinte, a presente pesquisa possui vasto interesse pessoal e profissional, apresentando o escopo de demonstrar o processo de desjudicialização através da usucapião

extrajudicial, bem como demonstrar a maneira como a esse procedimento garante e assegura os direitos fundamentais das partes de um litígio, abordar o instituto de usucapião extrajudicial é de extrema importância para a regularização fundiária no Brasil, proporcionando às partes celeridade frente a determinadas demandas. A metodologia adotada será baseada em pesquisa bibliográfica, de cunho exploratório. Portanto será desenvolvido a pesquisa no viés do direito de propriedade, haja vista tratar-se de indivíduos que desejam apropriar-se de bens, observados os requisitos para deferimento do usucapião que serão expostos no presente artigo.

Palavras-Chave: Usucapião. Extrajudicial. Cartório. Desjudicialização. Propriedade

Trabalho: 6595

O LIAME AXIOLÓGICO-NORMATIVO ENTRE A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E A FINALIDADE SOCIOECONÔMICA DA TRIBUTAÇÃO PROGRESSIVA: UMA ANÁLISE DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO IPTU.

Vitor Henrique Morandi Geromini, Eliana Kátia Pupim, GABRIEL CUNHA SALUM

Curso de DIREITO - Faculdade de Direito da Alta Paulista, Rua Vereador Orlando Modelli, 105. Tupã - SP. 229439@fadap.br, vitorhgeromini@gmail.com

Resumo: O artigo dispõe sobre Direito Constitucional, Direito Tributário, Urbanismo e viabilidade socioeconômica da tributação progressiva, sob a finalidade de alertar e propulsionar a objetivação da função social da propriedade urbana em confronto a especulação do mercado imobiliário dos imóveis que permeiam a capitalização de lucros sem a devida finalidade constitucional. Neste sentido é necessário que os leitores estejam a par do saber legislativo, da hierarquização normativa do ordenamento jurídico brasileiro, bem como a par de aspectos dos princípios de Direito Constitucional e Direito Tributário. O estudo objetiva soluções jurídicas sobre o entrave axiológico-normativo vivenciado na prática da ordem socioeconômica em consonância à aspectos urbanísticos da moradia social e destinação de imóveis cujo não atendam as funções sociais exigentes. Há atrelamento legislativo no tocante a competência hermenêutica para aplicação do texto constitucional sob o devido alcance da função social da propriedade urbana, neste passo a competência para tal aplicação das medidas jurídicas cabíveis é passada ao Plano Diretor Municipal, onde este irá traçar sobre as disposições da tributação do IPTU, bem como delimitar a incidência de suas alíquotas. Há divergência da aplicação do IPTU progressivo em relação ao desenvolvimento socioeconômico do município onde o imóvel se localiza. A problemática está entre as pressões setorializadas sob a devida aplicação e disposição da progressividade do IPTU para fins extrafiscais. A finalidade constitucional está pautada para o atingimento da função social da propriedade em combate a imóveis que não atenda a finalidade do princípio. O mercado imobiliário, junto a especulação de imóveis destinados a obtenção de lucros causa a problemática de segregação da moradia, bem como segregação social, pois muitas vezes, imóveis bem localizados em suas respectivas cidades, encontram-se parados, apenas para fins de especulação, enquanto boa parte da população luta pelo direito de moradia digna e acessível do ponto de vista urbano. Além da análise do problema oriundo do acesso a moradia, encontra-se também o enriquecimento de forma destinado a determinados grupos sociais, sendo que por muitas vezes tais imóveis poderiam estar gerando renda ao Poder Público ou até mesmo distribuição demográfica. No tocante aos princípios de Direito Tributário há entrave entre a limitação constitucional da aplicação do IPTU progressivo em razão do Plano Diretor Municipal, portanto a extrafiscalidade está permeada do princípio da subsidiariedade, onde há estabelecimento da hierarquização axiológica sobre a atuação estatal. Outro princípio que induz à limitação é o princípio da proporcionalidade e necessidade, este binômio jurídico está intrínseco a capacidade de disposição do imóvel em razão do descumprimento de sua função social, bem como ao meio jurídico para se alcançar determinado imóvel por vias do Poder Público. Conclui-se que a progressividade do IPTU visa a objetivação da extrafiscalidade, para pressionar grupos setorializados do mercado imobiliário para destinação de imóveis sem a devida destinação social, para seu efetivo cumprimento, sob pena de sanções, como por exemplo a desapropriação do imóvel de domínio particular para o domínio público.

Palavras-Chave: Progressividade Tributária. Extrafiscalidade. Função Social. Iptu. Direitos

Trabalho: 6733

O PAPEL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS DURANTE A PANDEMIA DE COVID 19

Davi Rogério Silveira, Fernanda Stefani Butarelo

Curso de DIREITO, Centro Universitário de Adamantina, Chacara Primavera, S/n. Irapuru, SP. dslogistica01@gmail.com, servfestas@gmail.com

Resumo: O presente trabalho, de natureza qualitativa, baseado em pesquisa documental e bibliográfica, é parte das atividades do Grupo de Estudos de Direito Constitucional da UNIFAI. O objetivo é analisar a efetividade dos mandamentos constitucionais que reconheceram autonomia político-administrativa aos Municípios, bem como o papel do ente federativo local na implementação de políticas públicas de combate à pandemia da Covid-19. A Constituição Federal de 1988 é considerada a mais efetiva quanto à proteção dos direitos fundamentais, com vistas a combater o arbítrio do Estado e contribuir para uma sociedade justa e pacífica. Ela inovou ao atribuir aos Municípios status de ente federativo, dotado de autonomia, aproximando os administradores dos administrados. Assim, os Municípios, que já exerciam atribuições importantes na organização político-administrativa do Estado brasileiro, passaram a exercer papel ainda mais fundamental, tornando-se autônomos, com poderes de autogoverno, recebendo competências administrativas e legislativas exclusivas. Assim, as Municipalidades passaram a ocupar um espaço crucial no contexto sociopolítico brasileiro, considerando que a aproximação do poder estatal em relação aos administrados possibilita respostas mais rápidas no que tange à entrega de políticas públicas, atendendo às demandas específicas de cada comunidade e criando um ambiente de participação da população nas decisões públicas. Em 2019, com o advento da pandemia da Covid-19, o protagonismo dos Municípios tornou-se explícito, evidenciando a efetividade da previsão constitucional que dotou os Municípios de autonomia governamental. As dificuldades no enfrentamento da pandemia surpreenderam o mundo todo, causando milhões de vítimas. No Brasil, as dificuldades comuns a um Estado de dimensões continentais foram agravadas pela negação do vírus, informações imprecisas e pela falta de coordenação por parte do governo federal que, inclusive, se posicionou contrariamente à grande parte das medidas recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Diante das divergências entre governos federal, estadual e municipal sobre medidas que se tornaram necessárias para a proteção da saúde, tais como, isolamento social, restrição da circulação de pessoas, fechamento do comércio, paralisação de atividades em escolas, universidades, igrejas e clubes, o Supremo Tribunal Federal (STF) foi acionado (ADI 6341 e ADPF 672), decidindo que Estados e Municípios poderiam adotar medidas de combate à pandemia no âmbito de seus territórios. Consta-se que em relação aos Municípios, tal decisão foi fundamental, pois possibilitou a adoção de medidas específicas e de acordo com a realidade local no combate da pandemia da Covid-19, com maior probabilidade de participação da população e fiscalização do cumprimento das determinações públicas. Considera-se, neste sentido, acertada a decisão do STF, pois, caso contrário, um número ainda maior de pessoas poderiam ter sido vítimas pela doença, agravando ainda mais os trágicos números de vítimas no Brasil. Portanto, evidencia-se o acerto do legislador constituinte originário quando elevou os Municípios à condição de ente federativo, reconhecendo o seu papel fundamental na organização político-administrativa brasileira e na proteção dos direitos humanos e garantias fundamentais.

Palavras-Chave: Federação. Município. Repartição de Competências. Combate à Pandemia de Covid-19. Supremo Tribunal Federal.

Trabalho: 6766

O PARALELO ENTRE A NECESSIDADE DE DIVULGAÇÃO DA LISTA DE VACINADOS CONTRA A COVID-19 E A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS

Raíssa Nathielle da Silva, Fernanda Stefani Butarelo

Curso de DIREITO, Faculdades Adamantinenses Integradas, Rua Costa Aguiar, 501. Pracinha, SP. raissa.nathielle7642@gmail.com, raissansilva@outlook.com

Resumo: O presente trabalho, baseado em pesquisa documental e bibliográfica, tem natureza qualitativa e é resultado das atividades do Grupo de Estudos de Direito Constitucional da UNIFAI. O objetivo é analisar o sistema de divulgação da lista de vacinados contra a Covid-19 no Brasil, apresentando como enfoque principal os dados pessoais sensíveis que estão sendo

expostos nestes documentos, bem como a forma pela qual a exposição de informações íntimas poderia afetar a vida das pessoas que receberam a dose do imunizante. Verificou-se o desdobramento da vacina no país e como a problemática se instalou, abordando a existência de uma linha tênue entre a importância e obrigação dos Municípios paulistas, tal como do Estado de São Paulo, de comprovarem a veracidade das vacinações, servindo como meio de prova da real aplicação das doses, sem lesar o direito fundamental à privacidade. Deve-se dar maior atenção aos dados pessoais que são divulgados nestas listas, haja vista que as informações precisam ser cristalinas, mas, em contrapartida, faz-se necessário o questionamento sobre a necessidade de propagação nos canais públicos virtuais, assim como de que forma essa divulgação deve ser feita e o que poderia ou não ser divulgado sem que isso ocasionasse dano ao direito individual à privacidade. Há uma preocupação sobre a possibilidade de uso indevido de informações pessoais por parte de terceiros, pois não se pode admitir violação à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas, direitos expressamente protegidos pelo artigo 5º, inciso X da Constituição Federal. Foram analisados casos práticos envolvendo alguns Municípios do interior de São Paulo, como Lucélia, Pracinha e Inúbia Paulista. Na Ação Civil Pública nº 1002728-14.2021.8.26.0114, a 1ª Câmara de Direito Público do Estado de São Paulo entendeu que todos os direitos devem ser respeitados, tanto o do acesso à informação, quanto o da privacidade do indivíduo, sendo assim, foi determinado aos Municípios supracitados que as tais listas fossem entregues somente ao Ministério Público, não havendo necessidade de exposição nos sites oficiais das cidades, isto posto, seriam remetidas aos autos do processo. Em controvérsia ao primeiro caso, também foi examinada uma decisão dada por Órgão Especial do Estado de São Paulo, em Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2047923-56.2021, em que o desembargador relator constatou que se os dados pessoais fossem divulgados pela metade, por exemplo, metade dos números do CPF e nome incompleto, se daria por solucionado tal problema, haja vista, que dessa forma, tanto o direito à transparência e publicidade pública, quanto à privacidade das pessoas seriam preservados. Conclui-se, assim, pela importância de compatibilizar o direito à informação e o Princípio da Publicidade ligados ao dever de transparência a que se submete o Poder Público com a imprescindível proteção dos dados pessoais sensíveis, assegurando o direito humano à privacidade.

Palavras-Chave: Direito À Privacidade. Lista de Vacinados. Princípio da Publicidade. Direito à Informação. Dados Pessoais Sensíveis

Trabalho: 6908

O PROCESSO SAÚDE-DOENÇA E A DEPENDÊNCIA QUÍMICA

Cinthia Wahiany de Lima Souza, Cassiano Ricardo Rumin

Curso de PSICOLOGIA, Centro Universitário de Adamantina, Rua Carlos Gomes, 49. Inúbia Paulista, SP. 97417@fai.com.br, cinthia_wahiany@hotmail.com

Resumo: Segundo Birman (2006b), o consumo de substâncias psicoativas existe desde os primórdios da humanidade, mas nem sempre as drogas foram tratadas como algo que afetasse negativamente a saúde de seus usuários, porém, na contemporaneidade, onde se vê um excesso de consumo dessas substâncias o tema vem sendo tratado como relevante e preocupante. A medida que o uso recreativo de substâncias psicoativas é disseminado como elemento identificado com o prazer, as formas de sociabilidade integram a substância psicoativa como recurso para o pertencimento social. Desse modo, assim que os indivíduos se distanciam do contexto familiar e fortalecem seus vínculos no espaço de sociabilidade o que acontece particularmente a partir da adolescência são crescentes as chances de integrar o consumo de substâncias psicoativas às práticas sociais. O presente trabalho refere-se a uma pesquisa bibliográfica do Trabalho de Conclusão do Curso de Psicologia e tem como proposta identificar as formas de adoecimento e sofrimento psíquico decorrentes do uso e abuso de substâncias psicoativas, desenvolvendo um revisão que tem como metodologia uma pesquisa qualitativa, definindo-se como aquela em que os pesquisadores têm como alvo melhor compreender o comportamento e a experiência humanas. Eles procuram entender o processo pelo qual as pessoas constroem significados e descrevem o que são aqueles significados. A pesquisa qualitativa tenta dar sentido ou interpretar fenômenos em termos dos significados que as pessoas lhes trazem (Denzin e Lincoln, 1994). Fará-se isso embasado em discursos de indivíduos que relatam seu sofrimento decorrente da dependência de substâncias psicoativas, retirados de depoimentos do canal YouTube. A relevância de discutir esse tema concerne ao fato de que este trabalho pode contribuir para as reflexões sobre o sofrimento vivenciado pelos sujeitos no ambiente de recuperação, bem como suas formas de elaboração. Como resultado foram colhidas experiências vivenciadas pelos sujeitos, e analisadas frente ao referencial teórico psicanalítico, sendo assim A Síndrome de Abstinência Alcoólica (SAA) pode ser desencadeada pela redução ou interrupção do consumo alcoólico crônico excessivo, sendo caracterizada por um conjunto de sinais e sintomas,

com um aumento significativo na morbidade e mortalidade associados ao consumo de álcool. (Laranjeira et al. 2000) Segundo Mc Keonm Frye & Delanty (2008), os indivíduos que desenvolvem uma dependência alcoólica, tem uma probabilidade acrescida de desenvolver SAA, normalmente nas primeiras 24-48 h depois do último consumo. Do ponto de vista psicológico o doente encontra-se desorientado temporal e espacialmente, não tendo juízo crítico da realidade, com pensamento descontínuo, rápido e com conteúdos desagradáveis e delirantes, havendo, por vezes alucinações e além disso, apresenta ansiedade intensa, havendo referências de história de violência auto ou hetero dirigida. (Laranjeira, R. et al, 2000)

Palavras-Chave: Psicanálise. Adição. Saúde. Substâncias. Psicoativas

Trabalho: 6607

O TRABALHO DA PSICOLOGIA HOSPITALAR NA UTI

Fernanda Cavaleri Marrero, Fulvia de Souza Veronez

Curso de PSICOLOGIA, Centro Universitário de Adamantina, Rua Amazonas, 985. Dracena, SP. fernanda.cavaleri@hotmail.com, 82217@fai.com.br

Resumo: Visando a minimização do sofrimento gerado pela hospitalização, a psicologia hospitalar vem ganhando espaço, atuando em diversos setores no hospital, entre eles, a UTI. A UTI pode ser compreendida como um ambiente que oferece ao sujeito um suporte de vida, em que seja oferecido uma maior assistência médica. Este trabalho tem objetivo de ilustrar como a psicologia hospitalar atua junto aos pacientes e familiares numa Unidade de Terapia Intensiva. Método: As atividades foram realizadas na Santa Casa da Misericórdia de Adamantina na modalidade de Estágio Supervisionado. Foram realizados atendimentos semanais no setor da UTI, com duração de até 15 minutos, por formandas de psicologia supervisionadas por uma psicóloga. Resultados: A atuação se deu por meio do acolhimento, que visasse minimizar os agentes estressores e geradores de ansiedade que o ambiente pode proporcionar, além disso, buscou-se avaliar a percepção do paciente sobre sua doença, sua gravidade e prognóstico e diante disso, proporcionar expressões de sentimentos e emoções através de uma escuta empática e além disso, em um trabalho multiprofissional, buscamos favorecer a comunicação do paciente com seus familiares, nos horários de visita e com a equipe médica, esclarecendo dúvidas ou inquietações. Conclusões: Entendendo ser a UTI um lugar de intensidades, onde tudo é intenso, emoções, os riscos, o trabalho, os custos e também a esperança, o trabalho do psicólogo consiste na educação pela consequência, em que, no contato com o paciente, auxilia na identificação das crenças disfuncionais e no restabelecimento de novos comportamentos, que favoreçam a recuperação e que demonstrem que os comportamentos estabelecidos até o momento da internação, já trouxeram prejuízos e que a não modificação destes, podem agravar mais ainda o quadro, o trabalho do psicólogo não se baseia na modificação da condição biológica ou de condições sociais, mas se fundamenta na expectativa de mudanças internas que permitam viver melhor aquilo que se apresenta como conflito assim como lidar com as novas possibilidades que se revelam, seja ela em qualquer momento da vida.

Palavras-Chave: Psicologia Hospitalar. Uti. psicologia médica. Família

Trabalho: 6721

O TRABALHO DO MOTOBOY EM UMA PERSPECTIVA DEJOURIANA

Nayara Macera de Oliveira, Cassiano Ricardo Rumin

Curso de PSICOLOGIA, Centro Universitário de Adamantina, Rua Santa Terezinha, 1126. Junqueirópolis, SP. nayaramacera.nm@hotmail.com, maceranayara@gmail.com

Resumo: Este trabalho compreende a análise relacionada à saúde do trabalhador, especificamente ao trabalho executado pelos motoboys, categoria profissional reconhecida pelo Ministério do Trabalho e emprego em 2003, mas já executada anteriormente de modo informal. Em 2009, com a Lei nº 12.009, a profissão passou a dispor de regulamentações de segurança no serviço de transporte remunerado de mercadorias em motocicletas. A moto, anteriormente vista como veículo de lazer passa a ser um instrumento de trabalho, que possui baixo custo de aquisição e manutenção, além de possibilitar agilidade no trânsito intenso. O objetivo deste trabalho consiste em discutir a organização do trabalho, as condições no trabalho e insatisfação dos motoboys. A metodologia compreende o estudo de caso do documentário *Motoboys: Vida louca* (2002), disposto na plataforma do Youtube. Para a análise de conteúdo discursivo do documentário, utilizou-se o referencial teórico da psicodinâmica do trabalho proposta por Christopher Dejours. Indica-se que a organização do trabalho busca atender a demanda de consumidores, que concentra-se em ciclos curtos ao longo da jornada de trabalho. A agilidade atende a necessidade dos clientes e ao incremento da renda dos trabalhadores. No entanto, a agilidade em meio ao trânsito é um risco de acidente e morte dos motoboys. As condições de trabalho abrangem aspectos psicossociais conflituosos, tanto no trânsito quanto nas relações com os clientes. A propriedade dos instrumentos de trabalho e a responsabilidade sobre sua manutenção são exigências que recaem sobre os motoboys, restringendo a renda líquida decorrente do trabalho. A informalidade do trabalho dificulta a contagem de tempo para a obtenção da aposentadoria e em casos de incapacidade (temporária ou permanente) e morte não haveria amparo previdenciário do trabalhador e sua família. Conclui-se que a relevância do trabalho dos motoboys para atender o setor econômico de serviços não encontra contrapartidas nas políticas públicas de trabalho e proteção social, o que confere prejuízos ao reconhecimento social deste trabalhadores.

Palavras-Chave: Motoboy. Saúde do Trabalhador. Christopher Dejours. Condição de Trabalho. Organização Do Trabalho

Trabalho: 6750

O TRABALHO DO PSICÓLOGO NO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Tainara Sigoli Micali, Cassiano Ricardo Rumi

Curso de PSICOLOGIA, CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ADAMANTINA, Rua Stelio Machado Loureiro, 192. Flórida Paulista, SP. 4017@fai.com.br, tainaramicali@outlook.com

Resumo: O estabelecimento das políticas públicas de proteção social no Brasil foi ampliado particularmente após a redemocratização do país. A Lei Orgânica da Assistência social (LOAS), regulamentada em 1993, priorizava a garantia da vida, redução de danos e prevenção de riscos, para a proteção da família, maternidade, infância, adolescência e velhice. Outro importante passo para a estruturação da Política Pública de Assistência Social, foi NOB-SUAS/2005 que implantou serviços socioassistenciais em todo território nacional. A presente pesquisa tem o objetivo de descrever o trabalho do psicólogo nas políticas públicas de assistência social. A metodologia compreendeu a revisão bibliográfica de artigos em bases de dados indexadas sobre serviços que são realizados pelos psicólogos. O levantamento bibliográfico focalizou as evidências sobre as intervenções de Psicólogos na assistência social. Os resultados indicam a dificuldade dos psicólogos para encontrar estratégias para o enfrentamento das demandas do cotidiano do trabalho. A limitação estrutural das redes de proteção da infância, adolescência, mulheres e idosos restringem o atendimento às necessidades da população. A organização dos relatórios de gestão e visitas domiciliares parecem figurar apenas como uma atividade burocrática, particularmente pela morosidade com que se avança na promoção da justiça social e até mesmo são experimentados os retrocessos. A formação do psicólogo alicerçada na psicoterapia individual é uma circunstância que dificulta o desenvolvimento das práticas realizadas pelos profissionais de Psicologia. Conclui-se que as ações do Centro de Referência em Políticas Públicas em Psicologia fomenta as intervenções críticas dos Psicólogos na assistência social. De tal modo sustenta um espaço coletivo para publicizar as ações afirmativas da proteção social e pauta-se no compromisso da Psicologia com a transformação da sociedade.

Palavras-Chave: Psicólogo. Sistema Único de Assistência S. Políticas Públicas. Psicologia. Trabalho

Trabalho: 6723

OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NAS DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS

Isabela Spilla Veneno, Fernanda Stefani Butarelo

Curso de DIREITO, CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ADAMANTINA, Rua Coroados, 430. Pacaembu, SP. isa.veneno@hotmail.com, 94318@fai.com.br

Resumo: O presente trabalho, construído a partir de análise bibliográfica e documental, tem natureza qualitativa e é resultado das atividades do Grupo de Estudos de Direito Constitucional da UNIFAI. Propõe-se analisar os impactos da pandemia da Covid-19 no aumento das desigualdades socioeconômicas no Brasil. Como pode ser observado mundialmente, as medidas de combate à pandemia, em especial o isolamento social, paralisaram cadeias de produção. Todavia, as consequências dessas medidas não têm afetado a todos da mesma forma. As pessoas pertencentes aos grupos mais excluídos do sistema são, sob diferentes pontos de vista, as mais prejudicadas, pois essa parcela da população possui renda de subsistência caracterizada por vínculos empregatícios precários, informais e de mão de obra barata, o que dificulta a adesão às medidas de isolamento social. Esses trabalhadores não possuem, por exemplo, a mínima condição de laborar e auferir renda por meio do teletrabalho e, sem alternativas, colocam-se em risco de contágio maior em relação aos que puderam optar pelo serviço remoto. Outro ponto a ser considerado é que, segundo artigo publicado por Demenech et al, 2020, os agentes infectocontagiosos costumam atingir desigualmente a população, na medida em que resultam em índices de incidência e mortalidade maiores nos subgrupos de pior posição socioeconômica. Por outro lado, sobre os impactos da pandemia nas desigualdades socioeconômicas, não se pode deixar de mencionar os danos causados pelo agravamento do desemprego no país. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), antes da pandemia, 11,6% das pessoas economicamente ativas estavam desempregadas. Os dados atuais do PNAD demonstram que a taxa de desemprego no primeiro trimestre de 2021 alcançou 14,7%. Este percentual é o maior índice trimestral da série histórica, iniciada em 2012. Os índices de desemprego e informalidade que já eram altos no Brasil, frutos da crise econômica que vinha se alastrando desde 2015, foram agravados com o surgimento da pandemia. Com o fim de minimizar os impactos socioeconômicos, o Governo Federal lançou programas sociais como o Auxílio Emergencial e o Programa de Manutenção do Emprego e Renda. Segundo o Governo Federal, 66 milhões de pessoas receberam o auxílio emergencial e, considerando o impacto familiar, esse dinheiro teria beneficiado cerca de 60% da população brasileira, gerando uma sensação de redução da pobreza, porém um tanto equivocada. Isso porque esses auxílios esporádicos não são capazes de alterar de maneira duradoura outras formas de privação que atingem principalmente os mais pobres, como a dificuldade de acesso à moradia, à educação de qualidade, a saneamento básico, a emprego formal, não contribuindo de fato para a redução das desigualdades socioeconômicas. Nesse cenário de crise econômica e sanitária que assola o país, é fundamental o efetivo papel dos Poderes da República a fim evitar novos retrocessos. Espera-se atuação governamental efetiva, para além da pandemia de Covid-19, na proteção dos direitos constitucionais à vida, à saúde, à alimentação, dentre outros que asseguram a dignidade humana, fundamento do Estado brasileiro previsto expressamente no artigo 1º, inciso III da Constituição Federal.

Palavras-Chave: Impactos Sociais e Econômicos. Pandemia de Covid-19. Desigualdades Socioeconômicas. Dignidade Humana

Trabalho: 6694

OS IMPACTOS DA PANDEMIA NA ROTINA DOS ATLETAS

Diene Aparecida Silva Costa, Cláudia Regina Parra

Curso de PSICOLOGIA, FACULDADES DE DRACENA, Av. Presidente Vargas, 1981. Dracena, SP. diene258@gmail.com, diene9876@gmail.com

Resumo: Este estudo tem como objetivo compartilhar as experiências relatadas por atletas de alto rendimento de futebol durante a pandemia. Os dados foram obtidos durante a realização do Estágio Básico em Psicologia que propôs a experiência acadêmica junto a um campo onde se desenvolve competências básicas nas práticas articuladoras do saber/fazer psicológico. Os atletas observados atuam em times da série \A\ do campeonato brasileiro que foram acometidos a fazer parada obrigatória de seus trabalhos devido a pandemia. Os procedimentos metodológicos para a realização do estudo, envolveram pesquisas

bibliográficas de artigos científicos, as observações realizadas com 6 atletas profissionais de futebol que atuam em cidades do estado de São Paulo que se disponibilizaram a responder uma entrevista que pontuaram como a pandemia interferiu em suas vidas em questões físicas, econômicas e psicológicas. Foram realizadas por smartphone, utilizando documento world e enviadas por aplicativo. Trata-se de uma entrevista semiestruturada, com abordagem qualitativa, visando o depoimento dos atletas, com carreiras já consolidadas no esporte, mas sem um grande enfoque midiático. Os resultados apontam alguns dados de como a pandemia interferiu diretamente não só no cotidiano do atleta, em sua vida familiar, mas também em sua rotina profissional, como aconteceu com os atletas que precisaram recriar sua rotina de treinamento em casa. O afastamento das atividades esportivas rotineiras causou uma crise financeira no meio esportivo, colocando em risco a atividade profissional dos atletas. Pontuou-se no estudo algumas questões preocupantes são elas: dificuldade das federações em manter campeonatos em situações de crise; dificuldade em manter um condicionamento físico satisfatório; e ainda dificuldades dos clubes em manter o elenco completo, o que resulta em demissões e incertezas por parte dos atletas atingindo o cotidiano familiar. O esporte, embora faça parte do entretenimento da sociedade, às vezes não é percebido em sua relevância, pois os atletas não raramente são tratados como mercadorias, sem considerar suas limitações físicas e psicológicas. Percebe-se que a pandemia ocasionada pelo vírus da Covid-19 afetou e continua afetando consideravelmente a prática esportiva, em especial aqueles que praticam o esporte profissionalmente, pois sofreram grandes impactos fisicamente, psicologicamente e socialmente e junto com eles, toda a família. Este momento histórico está sendo único para todos, evidentemente, as informações chegam e mudam em uma velocidade impressionante, isso sem dúvida causa alterações na rotina, impacta a realidade física, mental e social de todos, com os atletas não é diferente, é preciso, mesmo diante do caos, estabelecer melhores conexões e para se obter resultados satisfatórios. É preciso focar/dar atenção às emoções e aos sentimentos positivos de gratidão, confiança, esperança, fé, otimismo, perseverança, é possível estar mais próximo da saúde mental. O atleta em geral, tem já desenvolvida a habilidade para o foco, neste momento ele precisa generalizar para algo que lhe fortaleça, o psicólogo pode contribuir para esse exercício.

Palavras-Chave: Pandemia. Atletas. Rotina. Impactos. futebol

Trabalho: 6542

OS IMPACTOS SOCIAIS, ECONÔMICOS, CULTURAIS E POLÍTICOS DA PANDEMIA COVID 19 E A SAÚDE MENTAL DA SOCIEDADE

Marilúcia da Silva de Souza, Eliana Kátia Pupim

Curso de DIREITO, Faculdade de Direito da Alta Paulista, Rua João Nepomuceno, Número 115. Tupã, SP. 229520@fadap.br, marilucia16725@gmail.com

Resumo: O presente artigo é um estudo que está sendo realizado a respeito dos impactos causados na sociedade devido à Covid-19, trazendo consequências em vários aspectos como social, econômico, cultural, político e principalmente prejudicando diretamente a saúde mental dos indivíduos na sociedade, desenvolvendo consequentemente, doenças psicológicas e em muitos casos, irreparáveis. Desde março de 2020, o mundo vem chorando a morte de pessoas que foram vítimas da Covid-19. Para além da tragédia emocional, muitas famílias perderam pais ou mães que eram as principais fontes de renda da casa, agravando ainda mais a situação econômica, o Brasil é hoje o segundo país em maior número de órfãos, passando de 113 mil jovens e crianças, atrás apenas do México. No mundo os órfãos já são mais de 1,5 milhão. Contudo o sistema ainda não é capaz de identificar e prestar o atendimento necessário para essas famílias e vítimas. O estudo tem o objetivo de avaliar os impactos causados principalmente, quando as famílias não estão prontas financeiramente e emocionalmente para receber a responsabilidade de receber um novo membro vítima da doença que tirou seus pais, nesse momento o Estado precisa intervir juntamente com as autoridades competentes em saúde pública, econômica e social, buscando adotar soluções para amenizar o fardo das vítimas e do novo responsável pela criança. A importância de profissionais especializados em saúde mental como a psicologia e psiquiatria nesse momento, certamente farão a diferença na vida de tantos que foram afetados e impactados sendo vítimas da doença pandêmica, tais profissionais especializados, poderão amenizar a dor e sofrimento ocasionados afetando a mente ocasionando diversos problemas, traumas psicológicos decorrentes da Covid-19. A preocupação vai muito além da saúde, a economia foi globalmente afetada, os problemas sociais aumentam diariamente, crianças que tinham família estruturada terão que viver com um familiar mais próximo, amigo ou até mesmo uma família estranha, precisando se adaptar em um novo lar, em uma nova cultura. O determinado trabalho tem como metodologia, pesquisas bibliográficas, encontradas no Portal de periódicos da SciELO Brasil, elaborada em base de dados proporcionadas pela FADAP-FAP, dados governamentais, monografias, revistas científicas, artigos e entrevistas com profissionais técnicos para melhor compreensão do tema abordado.

Palavras-Chave: Covid-19. Impactos. Sociedade. Estado. Pandemia

Trabalho: 6884

OS LIMETES CONSTITUCIONAIS DAS RESTRIÇÕES A DIREITOS FUNDAMENTAIS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Maria Fernanda Milanezi Maranha, FERNANDA STEFANI BUTARELO

Curso de DIREITO, Centro Universitário de Adamantina, Jarbas Bento da Silva, 707. Adamantina, SP. Mfernandamam@gmail.com, 26519@fai.com.br

Resumo: O presente trabalho, de natureza qualitativa, baseado em pesquisa documental e bibliográfica, é resultado das atividades do Grupo de Estudos de Direito Constitucional da UNIFAI. O objetivo é demonstrar a constitucionalidade das restrições a direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal pelas medidas de combate à pandemia da Covid-19. Analisou-se os dispositivos constitucionais relacionados, bem como a relativização dos direitos individuais e coletivos da população brasileira que foram impactados pelas medidas de combate à Covid-19. A pandemia gerou desafios que exigiram medidas governamentais de enfrentamento e de contingenciamento, desta forma, os Poderes de Estado, legitimamente constituídos, enfrentaram sérios obstáculos quanto à organização e à adoção de medidas eficazes para o enfrentamento da crise sanitária que também se mostrou como uma crise humanitária. As divisões de poderes e de competências estatais provocaram uma série de divergências, sobre as quais o Poder Judiciário foi acionado para intervir. As restrições de direitos fundamentais em decorrência do necessário isolamento social, como o direito de locomoção (art. 5º, inciso XV da CF), o direito à liberdade de culto religioso (art. 5º, inciso VI da CF), o direito dos empresários ligados à livre iniciativa (art. 170, parágrafo único) e o direito de reunião (art. 5º, XVI da CF), também geraram controvérsias que demandaram atuação jurisdicional para estabelecer solução no caso concreto. É importante salientar que durante a pandemia da Covid-19 em geral os limites constitucionais das restrições a direitos fundamentais foram respeitados, pois o Poder Público competente buscou preservar o direito à vida, à saúde coletiva e à segurança nacional, colocando, pelo seu juízo de ponderação, sua prevalência em relação a outras liberdades individuais. Tal constatação não implica dizer que a proteção da vida e da saúde da coletividade foi administrada da melhor forma possível, conforme registram os trágicos números brasileiros relacionados com o impacto da pandemia. O direito à vida engloba diversos fatores e para viver bem é necessário que se atinja a dignidade humana, Princípio expressamente previsto na Constituição Federal (art. 1º, inciso III da CF). Entretanto, prezando pela vida e pela saúde da coletividade ao adotar medidas restritivas de direitos individuais não significa que o Estado alcançou o ideal da dignidade humana e da proteção integral dos cidadãos. Ademais, a economia foi seriamente afetada e vários desafios estão por vir futuramente, em consequência do novo cenário mundial. Registra-se que houve uma desorganização político-administrativa que gerou instabilidade entre governos federal, estadual e municipal, provocando insegurança jurídica para toda a sociedade. Todavia, entende-se que, do ponto de vista jurídico-constitucional, diante da árdua tarefa de equacionar conflitos entre direitos, as restrições a direitos individuais e coletivos em prol da vida, da saúde e da segurança foram razoáveis, encontrando amparo constitucional.

Palavras-Chave: Direitos e Garantias Fundamentais. Pandemia de Covid-19. Constitucionalidade. Relativização de Direitos

Trabalho: 6630

OS LIMITES DE CERCEAMENTO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO PELAS REDES SOCIAIS

David dos Santos Gonçalves da Silva, Eliana Kátia Pupim

Curso de DIREITO, Faculdade da Alta Paulista, Deolinda Maria da Silva. Osvaldo Cruz, SP. 229608@fadap.br, david_sgs@outlook.com

Resumo: O presente artigo tem por finalidade analisar os limites legais de restrição da liberdade de expressão nas redes sociais, especialmente aquelas nos quais não são frutos de uma determinação judicial/legal. O debate está presente desde os primórdios da origem da internet, mas se intensificou recentemente, devido acesso massivo desde meio de comunicação por grande parcela da população global. Um dos fatos recentes mais emblemáticos ocorreu nos EUA, onde o então ex-presidente, Donald Trump, teve suas redes sociais banidas das principais redes sociais existentes (Facebook, Twitter, Instagram), em caráter permanente, visto que após alegar fraudes nas eleições, inflamou sua base eleitoral que consequentemente, invadiram e vandalizaram o Capitólio. Tal fato gerou críticas inclusive outros líderes mundiais, como v.g. a Chanceler Alemã, Angela Merkel, que sempre manteve críticas rígidas a figura do ex-presidente retro citado, mas que afirmou em tom de preocupação que "nenhuma companhia privada deveria ter um poder tão grande e é a legislação do país que deveria regular o funcionamento das redes sociais". O fato de um CEO poder desconectar o "alto-falante" do ex-presidente dos Estados Unidos sem qualquer controle e equilíbrio, demonstra profundas fragilidades na forma como nossa sociedade se organiza no espaço digital. Sem entrar no mérito de tais falas deveriam ter responsabilidade no âmbito jurídico ou se são dignas de repúdio, essa limitação na liberdade de expressão deveria ser algo discutido de forma mais abrangente. No contexto atual, as mídias sociais tem atuado no sentido de remover conteúdos de seus servidores, que supostamente estariam violando suas diretrizes. Ademais, busca-se especialmente determinar qual é o limiar fronteiriço entre uma opinião legítima e um discurso que merece ser coibido. Primeiramente, aborda-se o surgimento das redes sociais, em seguida, passa-se a analisar o papel de plataformas na democratização do acesso à informação, posteriormente, faz-se uma distinção entre liberdade de expressão e discurso de ódio/antidemocrático, que por vezes discriminatório e intolerante, instiga a violência, mais tarde analisa-se jurídica dos limites de atuação dessas redes, frente o Direito Constitucional à Liberdade de Expressão. A pesquisa foi bibliográfica e exploratória, sendo bibliográfica, será elaborada em bases governamentais (SciELO e CAPES), bem como base de dados disponibilizadas pela FADAP-FAP.

Palavras-Chave: Liberdade de Expressão. Redes Sociais. Discurso de Ódio. Limites

Trabalho: 6825

PAGAMENTO EFETUADO POR TERCEIRO INTERESSADO E NÃO INTERESSADO E SUAS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS

Ketelin de Oliveira, Jose Eduardo Lima Lourencini

Curso de DIREITO, Faculdades Adamantinenses Integradas, Rua Arnaldo Pozzetti 2580. Lucélia, SP. ketelindeoliveira2016@gmail.com, 50120@fai.com.br

Resumo: Uma obrigação tem um surgimento a partir de um vínculo jurídico, que se dá por meio de força de leis ou pela vontade das partes, e deixa de existir a partir do momento que o devedor cumpre o objeto da obrigação, onde temos o pagamento. O pagamento é a extinção de qualquer obrigação, ele é qualquer meio que cumpra o objeto da obrigação, será conforme o que foi estipulado no contrato, conforme as partes combinaram, sendo em dinheiro ou entre quaisquer objeto. Tem como características o adimplemento voluntário, que é o cumprimento voluntário, exemplo: Carlos tem que entregar um carro para Bruno em Lucélia, e o entrega de maneira voluntária, sem nenhuma ordem judicial. Pode ser feito pelo devedor na maioria das vezes, por terceiro interessado, por pessoas que são responsáveis pelo pagamento da dívida juridicamente, ou que tem um vínculo moral. Nesse sentido, por meio de uma pesquisa bibliográfica, destacamos os principais aspectos do pagamento realizado por terceiro interessado e não interessado e suas implicações jurídicas. Abordando-se o terceiro interessado se o devedor não pagar, ele fica responsável pelo pagamento, como se configura em um contrato de fiança, cabendo, todavia, direito de regresso. Já no caso do pagamento realizado por terceiro não interessado, se o devedor não pagar a dívida, não acarretará danos para ele, mas mesmo assim ele tem a escolha de se tornar pagador da dívida, valendo-se das prerrogativas do artigo 304 do Código Civil. Resultados e conclusões Caso terceiro não interessado pagou a dívida, ele tem direito de receber reembolso dependendo da situação, se a dívida estava plenamente válida, se todos os requisitos estavam válidos, ele tem direito a reembolso. Agora, se credor está cobrando algo que não era mais válido, ou negócio jurídico é nulo, prescrito e terceiro não interessado vai e paga, não tem reembolso, as circunstâncias devem ser analisadas. Se terceiro não interessado assume a dívida em seu nome, ele tem direito a reembolso, já se ele paga no nome do antigo devedor, não tem direito, é o que fala o artigo 305 do CC.

Palavras-Chave: Obrigação. Pagamento. Extinção. Terceiro Interessado. Terceiro Não Interessado

Trabalho: 6550

PESQUISA SOBRE A IMPORTANCIA E A FORMA DE ADQUIRIR CONHECIMENTO NA REALIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS

Weslei Ozeias Nogueira dos Santos, Reinaldo Turra Junior

Curso de CIÊNCIAS CONTÁBEIS, Faculdades Adamantinenses Integradas, Av. 15 de Novembro, 35. Flórida Paulista, SP. 1820@fai.com.br, wesleinozeias08@gmail.com

Resumo: Os primeiros aspectos deste trabalho partiram sobre a relevância de investir no mercado financeiro nos estilos convencionais como: renda fixa, fundos de investimentos, fundos imobiliários, ações nacionais ou internacionais e outros que são feitos através da Bolsa de Valores. E estilos não convencionais, que nos últimos anos, tendo ainda mais força neste período de pandemia, ganhou mais força até pelo seu alto retorno de capital investido, porém com grande volatilidade, como: mercado de cripto moeda, day trade, venture Capital, no qual também podem ser negociadas através da bolsa de valores de forma direta ou indireta, porém há também outros meios de se investir, os quais serão explicados ao decorrer do trabalho. A pesquisa irá se destinar aos jovens para saber seu nível de conhecimento sobre esses tipos de investimentos, se eles já iniciaram em algum deles e olhar sua perspectiva sobre investir tendo em vista períodos de curto, médio e longo prazo, independente da carreira em que forem seguirem. Com a importância de investimentos aumentando nos últimos anos, através de diferentes mídias e principalmente influencers, uma quantidade significativa de pessoas passou a realizar investimentos com o objetivo de ter uma renda extra ou até mesmo viver de dividendos a partir de conhecimentos adquiridos por conta própria. De acordo com dados divulgados pela Bolsa de Valores de São Paulo, existem mais de 3,8 milhões de contas cadastradas na instituição, comparado a 2019, isso significa um aumento de 43%. Segundo a B3, o levantamento mostra ainda que os investidores estão entrando na bolsa mais jovens e com quantidades menores de dinheiro. Entre os que chegaram neste ano à bolsa, metade tem entre 25 a 39 anos.

Palavras-Chave: Mercado de Ações. Investimentos. Recursos. Médio Prazo. Longo Prazo

Trabalho: 6656

PLANEJAMENTO ESTRATEGICO PARA EMPRESA DE HIDROPONIA DE MORANGOS

Ana Paula Aguiar Barbosa, Reinaldo de Oliveira Nocchi

Curso de ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS, Centro Universitário de Adamantina, Rua São Sebastião, 631. Mariópolis, SP. 418@fai.com.br

Resumo: A hidroponia é uma técnica de cultivo em que as plantas se desenvolvem sem estarem fixadas ao solo e, são nutridas através de uma solução especificamente preparada com a cultura. Pode-se produzir hortaliças, frutas, plantas ornamentais e medicinais, entre outros. Hoje é um método de produção utilizado em pequenas propriedades para que se alcance uma produtividade satisfatória em função da disponibilidade de terras. Já é, comprovadamente, a melhor maneira para se alcançar níveis satisfatórios de produção. O objetivo do trabalho é apresentar o planejamento estratégico para uma plantação hidropônica de morangos para pequenos proprietários rurais em Junqueirópolis, São Paulo. O planejamento estratégico vem auxiliar os empreendedores nas tomadas de decisões, e ampara em como alavancar o negócio e atingir as metas, no decorrer do tempo. Para que o empreendimento seja inserido devidamente no mercado, faz-se necessário o estudo e o dimensionamento de medidas internas e externas referentes à produção, mercado, marketing e formação de preço, além, claro, da agregação de valor. Conforme o estudo realizado, o investimento inicial será necessário em torno de 190 mil reais destinado à instalação. Para análise do projeto, é importante verificar os indicadores financeiros, desta forma, identificou um Valor Presente Líquido (VPL) de R\$1.118.521,68, uma Rentabilidade de 82% ao ano e a Taxa Interna de Retorno (TIR) de 82% ao

ano. Foi determinada a Taxa Mínima de Atratividade (TMA), sendo de 7% ao ano. A empresa atingi o seu ponto de equilíbrio com 50,98% sendo favorável vender a metade da sua produção e a margem de segurança 49,02%. O retorno sobre o investimento aconteceria em um ano e três meses. A pesquisa não foi finalizada apesar de evidenciar os cálculos dos índices econômicos e financeiros. O planejamento estratégico é um processo utilizado para todos os tipos e tamanhos de empresas, por meio dele são determinadas as metas e ações para o curto, médio e longo prazo. No estudo realizado para a produção de morangos em Junqueirópolis, estipulou-se, a curto prazo, a instalação e comercialização da produção, considerando cinquenta por cento da produção no primeiro ano. Levou-se em conta esse percentual por se tratar de uma empresa nova no mercado. Para o médio prazo, investimentos para a estruturação de uma fábrica de geleias e compotas de morangos. Isso agregaria valor à produção de morangos e destinaria, de forma satisfatória, o percentual de morangos fora das especificações de mercado para mesa. A longo prazo, estipulou-se a expansão da produção hidropônica e dos agregados processados, motivando e amparando a expansão para o mercado nacional, deixando de enfatizar somente o local e regional. As informações para a elaboração deste trabalho foram obtidas em artigos científicos disponibilizados em meio eletrônico, utilizando-se de buscas através de palavras-chaves relacionadas ao tema, além de pesquisas com produtores rurais que utilizam essa técnica. Conclui-se que o método de hidroponia de morangos apesar de pouco utilizado na região, é uma técnica vantajosa e promissora comparado aos demais métodos de produção.

Palavras-Chave: Estratégia. Planejamento. Hidroponia. Morango. Produção

Trabalho: 6814

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: ABERTURA DE UMA FABRICA DE CHUTEIRAS

João Victor Lopes da Silva, REINALDO DE OLIVEIRA NOCCHI, ROGÉRIO BUCHALA

Curso de ADMINISTRACAO, Faculdades Adamantinenses Integradas, Rua Mauro dos Santos, 172. Lucélia, SP. 47218@fai.com.br, jv_lopees@hotmail.com

Resumo: De acordo com Sapiro (2004), o planejamento estratégico é um processo essencial dentro da organização por os traçar planos de ação que resultaram em vantagens competitivas. Ele identifica os recursos potenciais e as fraquezas para estabelecer um conjunto de medidas integradas a serem implementadas que assegurem o sucesso dos resultados planejados. Visando a realidade do mercado de chuteiras no Brasil e a fim de projetar um cenário onde o planejamento estratégico mostrasse ser crucial, partimos do ponto de que a indústria só produza 40% de sua capacidade máxima que foi estimada em 4.500 unidades. Para que se atinja, um planejamento de crescimento da produção e das receitas, o presente estudo abordou planos de ações como, investimentos em tecnologias da informação e pesquisa de mercado, a fim de acompanhar a fundo o mercado das chuteiras e sua tendência que se mostra otimista com o fim da pandemia cada vez mais perto. Além da implementação de um plano de ação visando a padronização sobre todos os processos de fabricação e investimentos no treinamento de capacitação para todos os funcionários, evitando grandes perdas de matérias primas o que agilizará o processo de fabricação assim, poderá ser alcançada um volume próximo de fabricação a capacidade máxima instalada. Com o reaquecimento da economia, que de acordo com a Receita Federal teve no primeiro semestre do ano R\$ 881,99 bilhões, em arrecadação de impostos e contribuições federais, um avanço de 24,5% em relação ao mesmo período de 2020. O cenário atual mostra-se favorável; logo estaremos no fim de uma pandemia que paralisou o mundo e conseqüentemente os jogos de futebol profissional e amadores e que estão voltando a normalidade após um ano e meio. O planejamento estratégico da empresa a curto prazo será um aumento gradual em sua produção real de 5% ao ano, realizar a busca de novas parcerias para vendas (atacado e varejo), além de vendas *online*. Também firmar parcerias com grandes fornecedores para agilizar a compra de matérias-primas necessárias e atender o aumento da demanda estipulada e implementar novas tecnologias que estão no mercado para a melhor qualidade dos produtos. O orçamento estudado para que atinja 5% de crescimento anualmente foi de R\$ 1.000,00 mensais, tendo em vista que a média para se criar, manter um site, e a publicidade em redes sociais como *Facebook* e *Instagram* (dados coletados das próprias redes sociais) durante um ano seja estimado entre 10 e 15 mil reais para uma empresa de pequeno porte. No médio prazo, desenvolver o processo de marketing com planejamento e execução, desde a concepção, apuração, promoção e distribuição de ideias para implementação de novos produtos em seu portfólio. A longo prazo e com o avanço estabelecido, o passo de investimento no mercado seria o patrocínio, pois este tem um poder de avançar à valorização e o posicionamento da marca, com foco em parcerias de clubes brasileiros que competem nos maiores campeonatos brasileiro de futebol além de buscar por novos mercados no Mercosul visando por tanto, a exportação.

Palavras-chave: Planejamento. Processo. Empresa. Prazo. Investimentos

Trabalho: 6581

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: ABERTURA DE UMA FABRICADA CHUTEIRAS

João Victor Lopes da Silva, REINALDO DE OLIVEIRA NOCCHI, ROGÉRIO BUCHALA

Curso de ADMINISTRACAO, Faculdades Adamantinenses Integradas, Rua Mauro dos Santos, 172. Lucélia, SP. 47218@fai.com.br, jv_lopees@hotmail.com

Resumo: Ao longo da vida aprende-se muito, porém pode ser notado que poucas coisas funcionam ou dão certo sem antes sofrer uma organização e uma elaboração de um planejamento estratégico, estudado e analisado por profissionais. Pode-se dar como exemplo a ida do homem à lua, para conseguir este ato não foi somente achar astronautas e mandar eles para lua, mas sim possui grandes estudos para que este ato acontecesse, logo após os estudos os responsáveis pelo acontecimento teve que elaborar um plano estratégico para que tudo acontecesse como o esperado. Todo planejamento consiste uma importante tarefa de gestão e administração, e está relacionada com a preparação, organização e estruturação de um objetivo, para que uma empresa remanescente no mercado, como a que foi desenvolvida (para a monografia de conclusão de curso), sendo assim mostrasse fundamental para o seu crescimento e sucesso, e também para manter-se viva e ativo no meio do vasto mercado dos dias atuais. O objetivo do presente trabalho é o de verificar a viabilidade econômica de um empreendimento, voltado a fabricação e comercialização de produtos esportivos, em especial chuteiras campo (tradicional de cravos grandes) e chuteiras society (chuteiras de gregos pequenos para minicampo e gramados sintéticos). A metodologia utilizada, para elaboração do presente trabalho, foi uma pesquisa exploratória, com simulação de resultados voltada em artigos esportivos, o planejamento estratégico desta empresa foi pensado, estudado e desenvolvido para estar atendendo as diversas áreas de uma empresa como marketing, vendas, financeiro, produção, entre outras. O planejamento estratégico da empresa terá como foco o curto prazo, e a elaboração e construção de parcerias nas vendas (atacado e varejo), além de vendas on-line. Também estar firmando parcerias com grandes fornecedores para estar agilizando o fornecimento das matérias primas necessárias. De médio a longo prazo, terá com ênfase a ampliação de seu portfólio, além de estar ampliando a capacidade instalada e produtiva em ao menos 50% a mais, e também a criação de uma sede e construção da própria fábrica. Este documento terá ainda metas como; vendas mensais sendo de pelo menos, 40% da produção. Ampliação do portfólio para ao menos duas novas linhas de produtos, além da ampliação da capacidade instalada e produtiva em ao menos 50% a mais dentro de 1 a 5 anos e pôr fim a expansão do mercado (das vendas através de exportação) e uma expansão ainda maior na produtividade e capacidade dentro de um prazo de 5 anos a 20 anos.

Palavras-Chave: Planejamento. Objetivos. Metas. Planejamento Estratégico

Trabalho: 6618

PLANO ESTRATÉGICO DE UMA PADARIA DRIVE THRU

Tainara Marquette Orundo, Reinaldo de Oliveira Nocchi

Curso de ADMINISTRACAO, Faculdades Adamantinenses Integradas, 540 Avenida Ipiranga. Adamantina, SP. tmtaiornundo@gmail.com

Resumo: Este Plano Estratégico conta com aspectos necessários para que a empresa do ramo de padaria cresça com constância, através da criação de estratégias que auxiliarão em uma visão do mercado, e também para tomada de decisões. O tema deste trabalho é a Padaria drive thru, este tema surgiu através de muita pesquisa, do pensamento de inovação, e na vida

corrida das pessoas atualmente, mostrando aos moradores de Adamantina (local de implantação) um serviço diferenciado dos concorrentes. O segmento de mercado apresentado é muito amplo, existe um grande leque de produtos a serem agregados para revenda, além dos produtos de fabricação própria. A princípio a empresa atuará no fornecimento de pães e produtos feitos em padarias, também contará com produtos revendidos (produtos esses de primeira necessidade). O estudo trata do planejamento estratégico de uma padaria drive thru na cidade de Adamantina, interior de São Paulo. Um dos principais fatores que influencia positivamente esta ramificação de comércio é o período pandêmico no qual estamos inseridos, onde se exige a adoções de fortes estratégias, sendo assim, esta proposta consegue, de forma eficiente, evitar aglomerações e transtornos, além de oferecer toda praticidade necessária para os clientes. Mas a primeira Padaria *drive thru* não se deu por conta da pandemia, tudo começou em 2013, quando um empresário estava em seu carro na rua com filho e cachorro em um dia de chuva e precisava comprar pães, diante desta situação não tinha muitas opções de lugares e acabou levando mais de uma hora para comprar os pães, então o que era pra ser uma tarefa simples do dia-a-dia, acabou se tornando algo muito incômodo e, a partir disto, que ele teve uma ideia, criar um lugar onde se pudesse comprar pão sem ter que descer do carro e de forma rápida. Assim nasceu o conceito de padaria *drive thru* desta modalidade. A empresa em questão terá por nome fantasia: Encontro da manhã. Funcionará das 6 às 19 h, de segunda a sábado e aos domingos e feriados das 7 às 13 h. Diferentemente das outras panificadoras, esta oferecerá, além dos serviços tradicionais, em que seus clientes poderão comprar dentro da padaria, os produtos de sua preferência, o delivery que é feito os pedidos através do telefone ou WhatsApp, e é entregue na porta de sua casa, ou onde eles estiverem, e o *drive thru* que é o diferencial dessa padaria, onde os consumidores nem precisam sair de seus carros para serem atendidos, nem para retirada de seus produtos. Os custos fixos mensais foram estimados em R\$ 40.463,54 e os variáveis em R\$ 51.448,31; as receitas mensais estimadas em R\$ 102.313,62. Com um Índice de Rentabilidade de 36% a.a., uma TIR Taxa Interna de Retorno de 38,48%, um Valor Presente Líquido VPL de R\$ 621.040,13; e um Pay Back Retorno do Investimento de 2 anos e 9 meses. Conclui-se que esse ramo de negócio pode gerar um retorno financeiro satisfatório, acima das oportunidades oferecidas pelo mercado financeiro, com a administração correta e assertiva.

Palavras-Chave: Planejamento. Padaria. Estratégia. Drive Thru

Trabalho: 6776

POLÍTICA E RELIGIÃO NO PROCESSO CONSTITUINTE DE 1933-34

Maria Tereza Silva Maranhão, Marta Rosa Borin

Curso de HISTÓRIA, Universidade Federal de Santa Maria, Sítio São Paulo. Flórida Paulista, SP. mariaterezamaranh03@gmail.com, mmartereza03@gmail.com

Resumo: O presente trabalho, pretende compreender o modo como o clero católico e sobretudo, os seus leigos, articularam-se durante o processo de formulação da Constituição de 1933-34. De antemão, devemos dizer que este estudo procede de três eventos significativos para a Igreja Católica: a Constituição de 1891, a instituição da Ação Católica, em 1922 e as revoluções de Vargas, em 1930 e a Constitucionalista, em 1932. Quero enfatizar, no entanto, que não me prenderei a estes momentos específicos, apenas irei citá-los como contexto de pesquisa, já que eles nos ajudam a compreender a precedência histórica do nosso objeto e objeto de pesquisa, como veremos adiante. Analisaremos, portanto, a relação entre política e religião, a partir do estudo a respeito da Liga Eleitoral Católica (LEC), que visou formar a consciência católica de eleitores e deputados a fim de que se fizesse cumprir o seu programa nesse momento de decisão constitucional. Utilizaremos como fonte histórica de pesquisa as publicações e artigos referentes à LEC pertencentes ao ainda quinquenário paulistano O Legionário, de modo que, a partir dos conceitos de campo religioso, de Pierre Bourdieu, e alteridade, de Peter Berger, buscaremos compreender os limites que se projetaram entre religião e política, bem como entender a posição do Legionário, enquanto formador político-religioso, sobre o papel e a importância desempenhadas pela LEC, desenvolvendo também uma breve compreensão sobre a importância da devoção mariana neste recorte proposto. Além disso, iremos expor os motivos pelos quais a articulação católica se tornou mais expressiva no momento em que estudamos, atentando-se ao cenário de crescente pluralidade religiosa e ideológica no Brasil. Esta pesquisa encontra-se em fase preliminar do nosso Trabalho de Conclusão de Graduação, o qual está relacionado ao projeto Religião e religiosidade: política e imigração, onde sou bolsista PROBIC/FAPERGS, coordenado pela Prof^a Dr^a Marta Rosa Borin.

Palavras-Chave: Política. Religião. Liga Eleitoral Católica. Campo Religioso

Trabalho: 6826

POLÍTICAS PÚBLICAS E INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA JUNTO A JOVENS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Marianny Barbosa Do Prado, Regina Maria de Souza, Ana Paula dos Santos Prado

Curso de PSICOLOGIA, CENTRO UNIVERSITÁRIO DE SANTA FÃ DO SUL, Rua PERNANBUCO 400. Urandia, SP. mariannyprado46@gmail.com, rgeconomia@gmail.com

Resumo: O objetivo do trabalho é analisar a realidade de jovens socialmente vulneráveis e as possibilidades de intervenção para sanar essa adversidade no Brasil, por meio de políticas públicas de assistência social e na atuação profissional dos psicólogos. Cumpre considerar que existem no Brasil, diversos fatores, como ausência de acesso à educação, saúde, habitação e emprego, que tem gerado o aumento dos números de crianças/adolescentes e suas famílias, que se encontram em situação de vulnerabilidade social, gerando reflexos em seu bem-estar, saúde mental e desempenho escolar. De modo efetivo, situações de privação e injustiça ocupacional impedem ou dificultam o acesso necessário e desejadas a recursos na infância e adolescência. Ao contrário, existe um conjunto de fatores que limitam o bem-estar e uma vida digna das pessoas e grupos de comunidades vulneráveis, tais como o acesso precário ao trabalho, renda e escolarização, o que afeta a trajetória das famílias, e de forma direta o cuidado com suas crianças e adolescentes. A metodologia utilizada é a revisão de literatura, sendo que foram utilizados artigos científicos, consulta a livros e bases de dados como Scielo, Capes periódicos, Open library, Microsoft Academic, Google Academic, Science Direct, BDTD e Sciencimundi. A partir do estudo foi possível compreender que existe na sociedade brasileira uma complexidade permanente de contradições que oscila entre a garantia de direitos e a manutenção de velhas práticas presentes nas políticas públicas de assistência social e dos psicólogos exigindo ações multidisciplinares e intersetoriais. As intervenções psicoterapêuticas e as políticas públicas sociais precisam apresentar medidas que venham de encontro com as reais necessidades e condições de adolescentes e suas famílias vulneráveis, sendo pautadas no acolhimento, na escuta e na busca coletiva por soluções para a demandas do cotidiano.

Palavras-Chave: Vulnerabilidade Social. Política Social. Atuação Do Psicólogo. Educação

Trabalho: 6717

PROBLEMAS GERADOS PELA ALIENAÇÃO PARENTAL NO CONVÍVIO FAMILIAR

Izabela Miguel Marques, Ana Paula dos Santos Prado, Regina Maria de Souza

Curso de PSICOLOGIA, CENTRO UNIVERSITÁRIO DE SANTA FÃ DO SUL, Rua Itália 270, Apto 1. Santa Fe Do Sul, SP. izabelamiguelmarques@gmail.com, drareginasouza@gmail.com

Resumo: O objetivo deste trabalho é investigar os problemas gerados pela alienação parental no convívio familiar. A partir das informações obtidas por meio do referencial teórico é possível compreender que alienação parental ocorre quando há interferência na formação psicológica da criança e adolescente, provocada por um de seus genitores. Essa condição, pode ser decorrência da privação de vínculos parentais, tais como o impedimento de visitas a um dos genitores e influências negativas de maneira que induza a sentimentos de ódio, desrespeito e distanciamento para com um de seus responsáveis, dificultando o convívio familiar. É fundamental que a sociedade se atente para possíveis casos de alienação parental, para que deste modo, tal situação seja evitada, entretanto, é de suma importância a existência da proteção psicológica da criança e do adolescente que sofre com os malefícios deste ato. Para tal, é necessário o uso de psicólogos em prol da recuperação da saúde mental das vítimas. O trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, com o uso de pesquisa em livros, periódicos e bases de dados como Scielo, Capes periódicos, Open library, Microsoft Academic, Google Academic, Science Direct, BDTD e Sciencimundi. Diante do exposto, concluímos que há um aumento gradativo de casos de alienação parental no contexto familiar, em

decorrência do crescente aumento de situações conflitantes de separação conjugal, conseqüentemente, ao mesmo tempo ocorre aumento na quantidade de crianças e adolescentes que sofrem com danos psicológicos, sendo indispensável o acompanhamento psicológico dos mesmos para que os danos psíquicos sejam previamente identificados e que ocorra a devida intervenção psicológica.

Palavras-Chave: Alienação parental. Criança e adolescente. Convívio familiar

Trabalho: 6860

QUEBRANDO PARADIGMAS SOBRE RESIDÊNCIAS TERAPÊUTICAS

Kassandra Aparecida Cova, Luis Santo Schicotti

Curso de PSICOLOGIA, Centro Universitário de Adamantina, Rua Rondon, 375. Osvaldo Cruz, SP. kah_cova@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho foi realizado no estágio de psicologia institucional, e tem como objetivo mostrar o dia a dia de internos de uma residência terapêutica localizada em uma cidade do interior de São Paulo, naquele ambiente foi promovido meios para trabalhar o individual e o coletivo entre eles. Quando se trata a respeito de instituições de apoio já se tem uma visão formada como pré-conceitos que são estipulados por outras pessoas que por vez não tiveram uma boa interação por vezes com receios do que se relatam, partindo desse princípio notamos a necessidade desse trabalho para quebrar os paradigmas já criados mostrar a real importância dessas instituições para a sociedade e para pessoas que dependem desse serviço por algum motivo. Por ser um dos serviços substitutivos ao manicômio, que lidam cotidianamente como o Serviço Residencial Terapêutico ou Residência Terapêutica, que são casas inseridas na comunidade, destinadas a cuidar de portadores de transtornos mentais, egressos de internações psiquiátricas de longa permanência, que não possuam suporte social e laços familiares e que viabilizem sua inserção sócia. Nessa instituição em específico há 10 internos, número limite dentro do permitido, em sua maioria idosos que não tem família para cuidar de suas necessidades básicas. As casas de apoio vem com o objetivo de dar um lar para pessoas institucionalizadas ou não, que tem alguma doença mental, por algum motivo não pode voltar à suas famílias no geral esses ambientes são feitos para dar um lar a quem não tem, ali eles passam a ter suas necessidades básicas supridas, medicamentos aos que precisam, visitas médicas sempre que necessário. Estando ali com eles foi possível acompanhar as rotinas e trazer atividades diferenciadas para trabalhar, motivando-os a ter uma participação maior com as coisas que ocorrem dentro da instituição e com suas vidas.

Palavras-Chave: Residências Terapêuticas. Idosos. Psicologia

Trabalho: 6875

REFLEXOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA IDOSOS

Beatriz Barbosa de Oliveira, Maria de Fátima Belancieri

Curso de PSICOLOGIA, Centro Universitário de Adamantina, Av. 7 de Setembro, 1801. Tupi Paulista, SP. 66317@fai.com.br, biabarbosa21303@gmail.com

Resumo: A violência contra os idosos ocorre nas mais variadas formas e, principalmente, dentro do ambiente doméstico. A ideia do lar seguro, como local de proteção, se torna ameaçador e sombrio, pois, pessoas da própria família maltratam, abandonam em asilos e, até mesmo, cuidadores não tem a paciência e zelo nos cuidados ao idoso. Assim, este estudo tem como objetivo compreender as formas e as conseqüências da violência doméstica cometida contra os idosos. Trata-se de um

estudo de revisão bibliográfica, sendo que a busca dos artigos foi realizada nas bases de dados científicas: Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Periódicos de Enfermagem (UFPE), utilizando as seguintes

Palavras-Chave: idoso, velhice, violência doméstica. Foram localizados 158 artigos, destes, 40 foram descartados, pois estavam em desacordo com nossos objetivos. Dos seis estudos selecionados foi possível organizar duas categorias: a primeira trata das formas de violência intrafamiliar vivenciadas por idosos com comprometimento da capacidade funcional, sendo que a violência mais cometida se refere a negligência e a agressão psicológica. A segunda, tem como resultados as consequências da violência cometida contra os idosos, sendo elas: os machucados físicos, doenças psicológicas que podem gerar medo, insegurança, ansiedade, depressão. Os idosos podem ser lesados financeiramente quando ocorre violência patrimonial que é a tentativa de controlar a vida de alguém usando dinheiro, bens ou documentos e também podem ser vítimas de violência institucional, onde são maltratados e discriminados em instituições públicas ou privadas. Sofrem negligências que é a recusa ou omissão de cuidados a pessoa idosa, por parte dos responsáveis familiares ou institucionais.

Palavras-Chave: Idoso. Velhice. Violência Doméstica

Trabalho: 6566

RELAÇÕES TRABALHISTAS SOBRE O DESVIO E ACUMULO DE FUNÇÃO

Leonardo Leandrini, Sérgio Fabrício de Lima Bindilatti, Eliana Kátia Pupim

Curso de DIREITO, Faculdade de Direito da Alta Paulista, Rua Aristin Fernandes, 180. Tupã, SP. leo_leandrini@hotmail.com

Resumo: Diante do presente trabalho apresentada objetiva ampliar o conhecimento e aplicar o discernimento de seus direitos sobre o mundo dentro o mercado de trabalho e preparar o futuro dos seguintes trabalhadores com relação ao desvio e acúmulo de funções sobre seus próximos cargos empregatícios. Pois desde o princípio em empresas oportunas se obtém esse caso de inúmeras formas o empregado dentro do ambiente de trabalho sendo inserido em uma diversidade e acúmulos de funções que não lhe foram atribuída em seu contrato, porem para o empregado muitas vezes por não conhecer seus direitos protegidos que lhe abrangem pela nossa Lei, acaba que deixando a empresa se oportunizar disso para levar vantagem em cima do qual, levando o mero e leigo trabalhador a ser abusado desse vício. Portanto nossa Constituição Federal de 1988 proíbe a diferença de salários no exercício da mesma função e oferece o reconhecimento ao trabalhador que tem seu direito lesado ao prestar o desvio ou acúmulo de função, dentre eles os princípios constitucionais, do direito civil a exemplo de boa-fé objetiva, a proteção aos trabalhadores e sobre sua dignidade diante da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), igualmente, devendo alertar que o direito de alegar o fato oportuno sobre o desvio e acúmulo é do empregado que esta sendo prejudicado por a situação abusiva, levando todos meios de provas lícitas aos autos por meio de um representante legal. Tendo em vista que se resulta que de importância ao conhecimento legal de direitos deferidos pela nossa Lei.

Palavras-Chave: Acúmulo de Funções. Desvio de Funções. Contrato de Trabalho. Dupla Função. Trabalhista

Trabalho: 6881

RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM PSICOLOGIA EDUCACIONAL

João Paulo Ferrari, Luis Santo Schicotti

Curso de PSICOLOGIA, Faculdades Adamantinenses Integradas, Sítio Andorinha, 00. Osvaldo Cruz, SP. joao_paulo_ferrari@hotmail.com

Resumo: O relato apresentado descreve algumas das vivências no âmbito educacional oriundas do estágio em questão, que permitiu não só vivência da prática, mas também maior conhecimento em uma das áreas da Psicologia, a Escolar, área ainda nova, em que há demanda por profissionais interessados e, por consequência, ainda ausentes no ambiente escolar. O objetivo maior desta classe é a promoção da saúde biopsicossocial dos alunos, pela cooperação com diversos grupos na escola - alunos, professores, equipes, etc. As vivências destas práticas têm me permitido observar como ponto emergencial a dificuldade na comunicação e no cumprimento das atividades por parte de alguns alunos, dado que a atual pandemia reformou as formas interativas, que acabava interferindo de forma direta no aprendizado dos alunos. Desta forma, tenho tentado analisar e diagnosticar a relação entre professores, alunos e também os pais, que presentemente têm agido como intermediadores dos anteriores. Entretanto, o fazer do psicólogo escolar ainda se confunde com práticas clínicas e atendimentos individualizados, porém, na verdade, a prática do psicólogo escolar ou educacional baseia-se em intervenções coletivas, envolvendo grupos e sistemas no qual o sujeito está inserido, e esta divergência de expectativas versus prática predomina em profissionais que prestam o serviço. A partir da ótica sócio interacionista de Vygotsky, verifica-se que a criança se desenvolve porque a experiência é determinada pelo ambiente social e cultural. Em suma, a interação com o meio é um importante fator de aprendizagem, a partir do qual as pessoas influenciam o ambiente, mas também dão sustento à sua subjetividade pelos conteúdos assimilados de forma reversa.

Palavras-Chave: Educação. Ensino. Gestão. Escola. Aprendizagem

Trabalho: 6706

REPRESENTAÇÃO FEMININA NA PUBLICIDADE E NO CINEMA: UMA ANÁLISE DOS FILMES MULHER-MARAVILHA 1984 E VIÚVA NEGRA

Beatriz da Silva de Freitas, Lilian Pacchioni Pereira de Sousa

Curso de COMUNICAÇÃO SOCIAL, PUBLICIDADE E PROPAGANDA, Centro universitário Católico unisalesiano Auxilium, Rua Gerônimo Marques da Silva, 144. Glicério, SP. beatrizsilvafreitas67@gmail.com, beatriz@banderas.com.br

Resumo: A presente pesquisa é um Trabalho de Conclusão do Curso de Comunicação Social Habilitação em Publicidade e Propaganda. Nele, buscamos compreender a evolução da representação feminina na mídia, especialmente na publicidade, ao longo do tempo, iniciando na década de 1940, onde há um empoderamento feminino devido à necessidade de trabalhadores durante a Segunda Guerra Mundial e como, nos dias atuais vemos essa representação no discurso das heroínas do cinema. Ao longo do texto, analisa-se o quanto a representação midiática era fiel aos anseios e objetivos femininos de sua época, em especial na publicidade e no cinema. Para isso, foi realizado um apanhado histórico de acontecimentos e movimentos que culminaram em verdadeiras revoluções para as mulheres, como as três ondas do feminismo. O objetivo é compreender se a representação feminina tem evoluído desde a década de 1940 ou se os clichês, as crenças misóginas e os interesses políticos ainda têm tanta força na mídia quanto antes, ditando como as mulheres devem ser ao invés de representá-las como são. Para isso, usou-se do método das ciências humanas e sociais destinado à investigação de fenômenos por meio de um conjunto de técnicas de categorização para a qual se fará uma Análise de Conteúdo de duas obras recentes protagonizadas por mulheres no cinema, Mulher-Maravilha 1984 (2020) e Viúva-Negra (2021), visto que essa indústria apresenta-se tão forte nas mídias atuais quanto na propaganda. Os filmes de super-heróis ganharam tamanha notoriedade que, em 2019, um dos filmes do tema atingiu o maior sucesso de toda a história do cinema, influenciando inúmeras campanhas publicitárias ao redor do mundo.

Palavras-Chave: Feminismo. Representatividade. Mulher. Mulher-maravilha. Viúva Negra

Trabalho: 6602

RESPONSABILIDADE CIVIL (OBJETIVA E SUBJETIVA)

Ana Eduarda Rodrigues da Silva Gimenez, Eliana Kátia Pupim

Curso de DIREITO, Faculdade de Direito da Alta Paulista, Orlando Romeu Peregrino da Silva. Tupã, SP. anaeduardagimenez@hotmail.com

Resumo: A responsabilidade objetiva tem como requisitos a conduta, o dano e o nexo causal. Sendo nesse caso o causador do dano que deverá indenizar a vítima mesmo que não seja comprovada a culpa. A responsabilidade subjetiva é preciso comprovar a conduta, o dano, o nexo causal e culpa do agente. Sendo assim, o causador do dano só deverá indenizar a vítima se ficar caracterizado a culpa. A diferença entre essas duas modalidades de responsabilidade é a necessidade de comprovação da culpa para que o causador do dano tenha o dever de indenizar. Se requer culpa, é subjetiva; se não, é objetiva. A problemática em questão é: Qual a diferença entre a responsabilidade subjetiva e objetiva nas relações empresariais? O objetivo geral consiste em realizar uma análise sobre as características da responsabilidade subjetiva e da responsabilidade objetiva. Os objetivos específicos, são: Contextualizar responsabilidade civil; Apontar os tipos e espécies de responsabilidade civil; Citar a responsabilidade objetiva e subjetiva e suas aplicações em relações empresariais. Portanto, a responsabilidade é o dever jurídico que alguém tem de responder pela ação delituosa que cometeu. A escolha da metodologia aplicada para a apropriação do tema estudado será de pesquisa bibliográfica e exploratória, sendo que a pesquisa bibliográfica será elaborada em bases de dados disponibilizadas pela FADAP- FAP e a outra forma será através: I - catálogo da Biblioteca Imprensa Sophia; II - pela base de dados eletrônica Minha Biblioteca; III - Scielo; IV - Portal de Periódicos da CAPES. Também contarão com a pesquisa em livros, artigos científicos e leis. Para complemento da pesquisa a autora se aprofundará em jurisprudências sobre o tema abordado.

Palavras-Chave: Palavra 1. Palavra 2. Palavra 3. Palavra 4. Palavra 5

Trabalho: 6584

RESPONSABILIDADE CIVIL E CRIMINAL DA PESSOA JURÍDICA NOS CASOS DE DANO AMBIENTAL

André Luis Lio Miravete, Eliana Kátia Pupim

Curso de DIREITO, Faculdade de Direito da Alta Paulista, Rua Francisco Belarmino Novaes, N 25. Tupã, SP. 221600@fadap.br

Resumo: O presente resumo trata sobre o tema dos danos causados ao meio ambiente, e tem por finalidade uma abordagem sobre a responsabilização civil e criminal da pessoa jurídica nos danos ambientais. O objetivo do estudo é alertar e informar, expondo a legislação atualmente vigente e oferecendo pareceres legítimos, sobre a responsabilização da pessoa jurídica, tanto na esfera cível quanto na criminal, podendo responder a processo crime e a reparação de danos, nos casos de lesão ao meio ambiente. A discussão principal se pauta na irresponsabilidade das empresas, no que tange as poluições, devastações, bem como as práticas diretas e indiretas do ser humano, que afetam o meio ambiente. A Metodologia empregada para o alcance do objetivo, está relacionada a buscas metodológicas qualitativas, através de pesquisas bibliográficas e documentais, em periódicos físicos e virtuais, possibilitando permitir a efetiva responsabilização do causador do delito, sobretudo à pessoa jurídica. O assunto tratado foi baseado, consoante as explorações encontradas em estatísticas com uma série de dados significativos, em pesquisas no Portal de Periódicos da CAPES e Scielo, bem como em base de dados para a pesquisa bibliográfica proporcionada pela FADAP-FAP, sendo encontradas no catálogo Sophia e base de dados eletrônica Minha Biblioteca. A justificativa para a escolha do tema é buscar conscientizar as pessoas sobre a importância de um meio ambiente equilibrado, para garantir a existência de todos os tipos de vida que habitam nosso planeta, dos seres humanos aos animais e plantas, sendo necessário o uso de leis que responsabilizam o infrator e inibe a prática de delitos ambientais. Do exposto, conclui-se, como entendimento da temática, a importância do conteúdo em questão, por possuir indiscutível relevância nos dias atuais, uma vez que vivemos desastres ambientais cada vez maiores, como conseqüências reais ao uso desenfreado e indiscriminado dos recursos naturais, sendo necessário viver de forma sustentável, com uso consciente, sem degradar ou poluir o meio ambiente, com o fim de garantir o futuro das próximas gerações.

Palavras-Chave: Responsabilidade Civil. Responsabilidade Criminal. Pessoa Jurídica. Dano Ambiental

Trabalho: 6632

RESUMO ARTIGO CIENTÍFICO METODOLOGIA JURÍDICA DIREITO CONSTITUCIONAL REMÉDIOS

Ruan Meira Gasparoto, Eliana Kátia Pupim

Curso de DIREITO, Faculdade de Direito da Alta Paulista, Rua Piratinins ,1132. Tupã, SP. 229396@fadap.br, ruan_gmeira@hotmail.com

Resumo: O presente artigo científico foi elaborado através de pesquisas teórico-dogmática abordando conceitos doutrinários e jurisprudenciais para que o acesso à justiça seja efetivado de acordo com os princípios constitucionais, possibilitando acesso à justiça gratuito para todos os cidadãos. A investigação teórica é a respeito da proteção jurídica do direito fundamental de acesso às informações personalíssimas, direito à intimidade e a vida privada, e o direito de ir e vir, liberdade de locomoção nos casos de coação e abuso de poder, promovendo sua efetivação por meio da garantia constitucional do habeas corpus e habeas data, expressamente tutelados no Artigo 5º da Constituição federal, analisados com base em decisões jurisprudenciais e posições doutrinárias. O procedimento do habeas corpus tem preferência sobre os demais, devendo ser apreciado com a urgência que lhe cabe, a concessão do habeas corpus, não obstará o prosseguimento do processo penal, salvo hipótese de arquivamento do inquérito ou da extinção da ação penal; Trata-se de duas espécies de habeas corpus no âmbito jurídico: o liberatório ou repressivo e o preventivo; e o Habeas data é uma ação constitucional que tem por objeto a proteção do direito líquido e certo que tem o impetrante de conhecer as informações relativas à sua pessoa que constem de registros ou bancos de dados de entidades públicas ou de caráter público, bem como o de retificar os dados que lhes servem de conteúdo, sendo gratuito o seu exercício, independentemente de lei infraconstitucional. Encaminhado à apreciação do Poder Judiciário para se obter uma ordem judicial dirigida a outro órgão do Estado, que se manifestará por meio de uma sentença de mérito que de alguma forma, arquivando o inquérito ou extinguindo a ação penal, ou mesmo afaste a ordem ilegal que viola a liberdade do paciente. Já o segundo remédio habeas data visa proteger os direitos individuais e coletivos.

Palavras-Chave: Direitos Fundamentais. Abuso de Poder. Coação Ilegal. Direitos Fundamentais; Garanti. Garantias Constitucionais

Trabalho: 6626

RITO DA AUDIENCIA TRABALHISTA

Lais Dias da Silva, Eliana Kátia Pupim

Curso de DIREITO, Faculdade de Direito da Alta Paulista, Rua da Liberdade, 182, Jardim Ideal. Tupã, SP. 229355@fadap.br, laisinhadias16@gmail.com

Resumo: O presente estudo tem como objetivo estudar os procedimentos da audiência trabalhistas. Através do estudo iremos entender cada detalhes de cada capítulo. Sendo assim, começando com o primeiro capítulo com o objetivo de facilitar a compreensão da pesquisa proposta, iremos abordar os três tipos de ritos da audiência, que são, o Rito sumaríssimo; o Rito Ordinário e o Rito Sumário, também iremos abordar qual dos ritos é a mais utilizada pelo Juiz. No segundo capítulo será abordado a Ausência das partes, os prós e contras que podem trazer para cada parte do processo no caso o reclamante e o reclamado, em decorrência da ausência de uma das partes no dia da audiência. E no terceiro e último capítulo serão abordado a tentativa de conciliação, e quais os momentos que podem ser realizado a tentativas de acordo e quantas vezes podem ser tentado. Sendo assim esse artigo tem também como objetivo sanar as dúvidas referentes aos tramites legais da audiência e do

processo. Utilizando de uma fundamental a metodologia como objetivo do desenvolvimento do trabalho e pesquisa bibliográfica, de cunho exploratório utilizando a pesquisa bibliográfica, dados eletrônico Minha Biblioteca, também serão pesquisados no Portal do Scielo e Portal de Periódicos da CAPES. Os termos a serem inseridos nos campos de pesquisas serão: Os 3 tipos de rito processual trabalhista. Conciliação. Ausência das partes. Artigos e Jurisprudências para complementar o artigo. 1 INTRODUÇÃO O tema deste artigo aborda o Rito Processual da Audiência Trabalhista. Nos quais tem como objetivo trazer aos leitores e ao público-alvo, pareceres necessários para que de certa forma, facilite o entendimento de como tramita uma audiência e o processo. Sendo assim, tendo como fundamento visar e preservar os direitos adquirido processual, o ato jurídico processual e a coisa julgada. Em defesa do tema proposto uma das motivações da criação desse artigo, estaria no sentido de sanar as dúvidas referentes aos tramites legais do procedimento da audiência trabalhistas e do processo. No primeiro capítulo dos elementos o objetivo e facilitar e contribuir para a compreensão da pesquisa proposta, que vai abordar os três tipos de ritos da audiência, que são, o Rito sumaríssimo; o Rito Ordinário e o Rito Sumário e quais são os mais utilizados pelo Juiz. No segundo capítulo será abordado a Ausência das partes à audiência. E no terceiro e último capítulo serão abordado a tentativa de conciliação, e quais os momentos que podem ser realizado. A hipótese para a solução desse problema seria a criação de palestras, pesquisas em sites institucionais e em livros, sanando as dúvidas e pontos de interrogações que porventura, seja um assunto que muitas pessoas desconhecem. O método da metodologia tem como objetivo o desenvolvimento do trabalho e pesquisa bibliográfica, de cunho exploratório, em razão do tema escolhido;

Palavras-Chave: Jurisprudência. Público-alvo. Rito Ordinário. Sumario. Sumaríssimo

Trabalho: 6624

SAPATO ORTOPÉDICO

Nathaly Evangelista dos Anjos, Márcia Regina Molina Martins da Fonseca

Curso de DESIGN, Centro Universitário de Adamantina, Av. Ver. Clemente Joaquim Bonfim 19. Pacaembu, SP. 6820@fai.com.br, nathalynatal@hotmail.com

Resumo: O nosso trabalho aborda sobre a criação e inovação dos modelos de sapatos ortopédicos, que pode agradar principalmente o público feminino, pois mostramos que fizemos uma parte que pode ser acoplada ao sapato que de início é uma sandália ou papete como alguns preferem chamar e assim a transformamos em um salto mais formal, onde ele poderá ser usado em ocasiões mais formais e que a pessoa permaneça por muito tempo em pé, ou em trabalhos que fazem questão do uso desse tipo de sapato assim se tornando uma opção mais confortável para essas pessoas que acabam sendo obrigadas a fazer o uso deste modelo de sapato. Ele pode ser usado tanto pelo público feminino quanto masculino, tem a parte que pode ser comprada para o sapato para transforma-lo em um salto e também tem uma palmilha texturizada que se for do gosto da pessoa ela pode adquiri-la para assim trazer ainda mais conforto aos pés deste usuário. Como uma linha de produção inicial ela teria quatro variações de cores assim tentando abranger o público feminino e o masculino, a palmilha é como se fosse um EVA e pode ser colada facilmente no sapato. Esse trabalho foi uma inovação incremental, pois para esse trabalho utilizamos um produto já existente e fomos adicionando características a ele que o trariam mais benefícios e que poderiam atender a um público maior, como por exemplo mulheres que trabalham no banco e que muitas vezes devem ir para o trabalho utilizando salto, assim elas têm uma forma de estar dentro dos regulamentos da empresa e estar de maneira formal e confortável.

Palavras-Chave: Sapato. Ortopédico. Criatividade. Conforto. Inovação

Trabalho: 6720

SISTEMA PRISIONAL: OS REFLEXOS DOS CRIMES NA SOCIEDADE

Amanda Aparecida Claudino de Souza Sirqueira, André Prates Sirqueira

Curso de DIREITO, Faculdade de SãEo Sebastião, Rua João Pinheiro Nº23. Sao Sebastiao, SP. amanda.ap.c@hotmail.com

Resumo: Trataremos o comportamento dos reclusos como um fato social e como a sociedade se comporta diante disso. Outro fator importante, se diz em relação a responsabilização, será que quando se trata dos problemas que esses reclusos enfrentam dentro dos presídios e os crimes que eles cometeram, o problema é apenas do Estado? Os conflitos em torno das prisões não estão ligados internamente, mas externamente. Qual o valor da punição? Há necessidade de repressão? Atuação dos juizes se dá de maneira correta? Nossa cultura política foi formada pelo medo e pela repressão. Penalidades rigorosas sempre foram a regra na sociedade brasileira. O Estado nunca resolveu nada. Nós vivemos com medo e por isso que temos dificuldade em entender o problema. Agimos de forma reativa, motivados pela comoção momentânea. Assim, não pensamos no problema de maneira estrutural e não percebemos sua complexidade. Estudando o pensamento jurídico do século XVIII, Foucault escreveu: "Quanto mais fraca uma sociedade, mais facilmente ela é posta em risco por um crime, e mais pesada é uma penalidade". A história coletiva é um reflexo de nossas fraquezas. Estamos doentes, o crime é apenas um dos sintomas. Precisamos, portanto, de uma profunda reflexão sobre como vivemos. Apontar culpado e eleger inimigos é apenas uma maneira de cavar mais fundo no poço em que entramos. A restauração de um ambiente degradado muitas vezes faz a diferença no combate à criminalidade. O fruto disso é agir nas causas da violência, e não apenas nas consequências. Por ora, é preciso reformar o sistema prisional, toda violência que ocorre na rua, é coordenada de dentro dos presídios, uma vez que lá dentro estão presentes diversas facções. Simplesmente tirar o preso da rua, jogar no sistema prisional, para que ele entre e passe a ser um escravo das facções não resolve o problema. Precisamos de uma política pública de segurança que tenha prevenção sobretudo voltado para juventude, cuidar e melhorar nossa polícia e reforma o sistema prisional. Nossa sociedade é o reflexo da junção social mais o reflexo da questão prisional.

Palavras-Chave: Sistema Prisional. Políticas Públicas. Ressocialização. Facções Criminosas. Repressão

Trabalho: 6614

SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

Luana Bianca Rodrigues da Silva, Eliana Kátia Pupim

Curso de DIREITO, Faculdade de Direito da Alta Paulista, Presidente Eurico Gaspar Dutra 284. Pompéia, SP. luana_bianca98@outlook.com, luanabiancarodrigues98@gmail.com

Resumo: A pesquisa sobre o fenômeno da suspensão do contrato de trabalho ainda é um tema polêmico em alguns casos e requer uma análise mais aprofundada para resolver as diferenças entre as duas instituições, conceituá-las e esclarecê-las separadamente e analisá-las. Os pressupostos de que ocorrem e o que realmente aconteceu no contrato de trabalho durante o seu processo. A suspensão do contrato de trabalho significa a suspensão da execução do contrato, em suas várias cláusulas, mas continua a ser um contrato de trabalho. Corresponde à suspensão generalizada e bilateral da validade do contrato de trabalho, mas mantém a sua validade. Por outro lado, a interrupção do contrato traduz-se na suspensão legal temporária da prestação de serviços e da disponibilidade dos trabalhadores no contrato de trabalho. O contrato continua a ser executado, exceto para a prestação e disponibilização de serviços aos trabalhadores, Entretanto, durante o período de suspensão, em decorrência da interrupção temporária da prestação dos serviços, os salários não são pagos e não se considera a finalidade legal das férias. Este trabalho se dedica a estudar o fenômeno da suspensão do contrato de trabalho. Pretende resolver o problema da diferença entre as duas instituições, conceptualizá-las e clarificá-las separadamente, e analisar os pressupostos de que ocorrem e o impacto efetivo no contrato de trabalho quando ocorre. A racionalidade da pesquisa sobre os temas e as questões que os envolvem é que a disputa pela distinção caso a caso de tais instituições ainda existe. O principal ponto de partida para este trabalho é entender o que realmente aconteceu quando o contrato de trabalho foi interrompido ou suspenso; as circunstâncias relacionadas ao tempo de serviço durante este período; como esse tipo de desligamento ocorreu; ou que impacto teve no contrato de trabalho

Palavras-Chave: Suspensão. Contrato. Emprego. Acordo. Pausa

Trabalho: 6746

TRABALHO INSALUBRE: ASPECTOS E IMPLICAÇÕES PSICOLÓGICAS

Patrícia Nogueira Guelfi, Cassiano Ricardo Rumin

Curso de PSICOLOGIA, CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ADAMANTINA, Rua General Osorio, 638. Inúbia Paulista, SP. 108517@fai.com.br

Resumo: Para garantir e prever os direitos e segurança dos trabalhadores foram estabelecidas normas para diferentes contextos de trabalho e riscos ambientais. Atualmente existem 36 normas regulamentadoras sobre segurança e saúde no trabalho, sendo que a norma regulamentadora número 15 trata especificamente sobre a insalubridade. O trabalho insalubre consiste em atividades que possam causar danos à saúde do trabalhador, onde é assegurado por lei uma gratificação a esses trabalhadores, a fim de compensar a exposição ao risco, embora não os proteja dos mesmos. Essas atividades são classificadas em graus mínimo, médio e máximo, de acordo com o risco no exercício do trabalho, e também resulta em diminuição no período de contribuição previdenciária para ter direito à aposentadoria. Esta pesquisa tem o objetivo de discutir aspectos da norma regulamentadora sobre a insalubridade (NR-15). A metodologia envolveu a análise documental da NR-15 e, a partir de informações disponibilizadas em artigos científicos, estabeleceu-se discussões sobre o conceito de saúde e adoecimento preconizado na NR-15. Os resultados indicam que a determinação de atividades insalubres especifica os limites de tolerância orgânica para agentes químicos, físicos e biológicos, e a consequente indenização pelo desgaste à saúde que foi provocado. Contudo, a abreviação do período de contribuição previdenciária para a aposentadoria e a remuneração adicional em decorrência da exposição ocupacional aos agentes insalubres não oferecem garantias para o cuidado à saúde após a extinção do contrato de trabalho. A demissão dos trabalhadores que desempenhavam atividades insalubres pode ocorrer antes da manifestação ou identificação de algum agravamento à saúde e, anos mais tarde, o adoecimento ocorreria sem que houvesse algum amparo legal para o custeio dos cuidados à saúde. Recentemente a NR-15 foi revisada, mas não houve nenhuma referência às circunstâncias que trariam amparo aos trabalhadores que desenvolvessem adoecimentos ligados ao trabalho insalubre nos anos posteriores a interrupção do contrato de trabalho. Além disso, o conceito de insalubridade restringe o reconhecimento dos agravos à saúde mental em seu nexo com ao trabalho, apenas as formas de adoecimento decorrentes de exposição a agentes químicos. Os aspectos psicossociais do trabalho não são considerados como insalubres para o surgimento de agravos à saúde mental. Conclui-se que a regulamentação sobre insalubridade ocupacional é restritiva, por oferecer algumas garantias apenas aos trabalhadores da ativa, não considerar formas de proteção para os casos em que o adoecimento é identificado posteriormente à extinção do contrato de trabalho e não considerar os aspectos psicossociais do trabalho como determinante de desgaste à saúde mental.

Palavras-Chave: Trabalho. Insalubre. Adoecimento. Psicológico

Trabalho: 6543

TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL

Daniela Fernanda Pereira Pinto, Eliana Kátia Pupim

Curso de DIREITO, faculdade de direito da alta paulista, Rua Caetés, 683. Tupã, SP. dannifernanda.pereira@outlook.com, dannifernanda.fernanda@gmail.com

Resumo: A presente pesquisa tem por objetivo apresentar o tema Tráfico Internacional de Pessoas Para Fins de Exploração Sexual com base na legislação brasileira. É um assunto que reflete tanto a natureza da globalização quanto a evolução do discurso e da prática dos Direitos Humanos. O objetivo desse trabalho é estudar o Tráfico Internacional de Mulheres Para Fins de Exploração Sexual, observando qual a forma de enfrentamento a esse combate, quais os organismos internacionais que combatem o Tráfico de Mulheres, e como se comporta a literatura diante dessas práticas. Para prevenir e combater este tipo de criminalidade será útil completar a Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional com um instrumento internacional destinado a prevenir, reprimir e punir o Tráfico de Pessoas, especialmente mulheres e crianças. A Convenção de Palermo, criada pela Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, tem como principal instrumento global o combate ao Crime Organizado transnacional, a Convenção foi importante para a luta contra o Crime Organizado transnacional e significa que houve o reconhecimento por parte dos Estados-Membros da gravidade do problema; também a necessidade de promover e de reforçar a estreita cooperação internacional para enfrentar o Crime Organizado transnacional. Há uma exigência por parte dos países de origem, de trânsito e para os países para onde essas pessoas serão traficadas uma abordagem global, medidas para a prevenção do Tráfico, para punir os traficantes e proteger as vítimas do Tráfico, protegendo assim seus direitos fundamentais internacionalmente reconhecidos. A metodologia adotada é a pesquisa bibliográfica, como base livros e artigos sobre o tema.

Palavras-Chave: Tráfico Internacional. Tráfico de Pessoas. Exploração Sexual. Prostituição. Escravidão

Trabalho: 6818

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E A APLICAÇÃO DO DIREITO SOBRE A LEI DE POLUIÇÃO SONORA.

Pamela Panisa Coutinho, Evelyn Yamashita Biasi, JOSE EDUARDO LIMA LOURENCINI

Curso de DIREITO, CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ADAMANTINA, Rua Elisio Zanardi, 11. Adamantina, SP. 22621@fai.com.br

Resumo: Esse trabalho é fruto de uma pesquisa que tem como foco expor sobre o transtorno do espectro autista (TEA) e sua relação com o som, bem como problematizar sobre o papel do Direito na preservação dos direitos de pessoas com TEA no que se refere à lei sobre poluição sonora e sensibilizar a sociedade e os legisladores quanto à necessidade de preservação de direitos e qualidade de vida dos portadores de TEA. A base metodológica foca em pesquisas bibliográficas, a partir de monografias, artigos científicos, análise da lei de Adamantina Lei 3.547/2012 (alterada pela Lei 3.975/2020) e das leis federais 12.764/2012 e 10.216/2001, além de jurisprudência a respeito da proteção jurídica destinada aos autistas. Os resultados demonstram que o excesso de ruído prejudica a qualidade de vida desses sujeitos, haja vista que muitos deles não conseguem fazer o processamento de sons de maneira concatenada, o que provoca a desorganização completa de seus pensamentos, gerando diversos sentimentos e muitas reações como a autoflagelação e a agressividade contra aqueles que estão próximos, ocasionando sofrimento para si e para os que estão a seu entorno. Além disso, os municípios têm competência para dispor em lei municipal sobre a poluição sonora. Em Adamantina, existe legislação que trata de controle de ruído urbano, que foi promulgada antes da lei federal que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; motivo pelo qual, não abordou nenhum artigo específico sobre a minoria autista. A partir do momento que o legislador observa esses indivíduos como um grupo prioritário e compreende a devida atenção que eles merecem, aplica-se definitivamente o que está regido no artigo 5º da Constituição Federal. Conclui-se também que, em geral, poucos têm conhecimento sobre o transtorno do espectro autista e isso dificulta a formulação de campanhas de conscientização e apresentação de propostas legislativas. Portanto, torna-se fundamental que a sociedade e os legisladores tenham entendimento sobre as características do TEA a fim de focar na conscientização e de evitar os efeitos causados pela poluição sonora nesses sujeitos, bem como nas pessoas próximas e familiares que também acabam sofrendo com os impactos gerados pelo desequilíbrio da qualidade de vida das pessoas com TEA.

Palavras-Chave: Transtorno Do Espectro Autista. Hipersensibilidade Auditiva. Legislação. Igualdade. Inclusão

Trabalho: 6903

UM ESTUDO DAS RELAÇÕES ENTRE PSICANÁLISE E EDUCAÇÃO NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA PRESENTE EM UM INDEXADOR.

Victor Breno Das Neves Rocha, Cristiane Pereira Marquezini, Lúri Yrving Müller da Silva

Curso de PSICOLOGIA, Faculdade de Direito da Alta Paulista, Francisco Turra. Tupã, SP. 230081@fadap.br, VICTORBRENO27@GMAIL.COM

Resumo: O interesse no que se refere à relação entre educação e psicanálise é bastante antigo, sendo esta temática discutida desde Freud (1996) em sua obra, até a atualidade. Sendo que no âmbito das construções teóricas, a aproximação, por vezes se deu de forma ambígua e controversa, gerando problematizações no que se refere a aplicabilidade da psicanálise à educação. (MILLOT, 1987). Mesmo diante do citado, muitos trabalhos foram publicados, resultando em produções teóricas expressivas e oportunas no que tange às aplicações da psicanálise na educação. O encontro entre psicanálise e educação, tem culminado na investigação de variados temas como: necessidade de compreensão do desenvolvimento psicoemocional da criança; a resolução de dificuldades escolares que impedem a expressão das potencialidades individuais; além da importância do aspecto relacional entre aluno e professor na aprendizagem. (KUPFER, 1989). O que contribuiu para a entrada de elementos de reflexão no campo da pedagogia que dão subsídios aos processos educativos, sobretudo, a questão da transferência e da contratransferência, dos mecanismos de defesa inconscientes, tal como a identificação projetiva, e o reconhecimento das angústias e medos presentes no processo educacional. Porquanto o interesse da psicanálise pela investigação do desenvolvimento em geral, e particularmente, do desenvolvimento infantil, aumentou consideravelmente, bem como contribuiu para uma maior compreensão dos processos psicoafetivos presentes no processo de ensino e aprendizagem. (SOUZA, 2003). Postas estas questões, a presente pesquisa averiguou artigos existentes em determinada base de dados; visando identificar quais são os trabalhos que orientados por um viés psicanalítico buscaram problematizar os fenômenos narrados como dificuldades de escolarização de crianças no Brasil, partindo de um estudo fundamentado na análise bibliométrica referente à produção no período de 2018 a 2020. Para tanto, realizou-se um levantamento de artigos científicos nacionais, em língua portuguesa, publicados em um indexador; Scientific Electronic Library Online (SciELO), utilizando as palavras-chave Psicanálise e Educação. Foram localizados 23 artigos, sendo que: 7 deles foram publicados no ano de 2018, 8 divulgados em 2019 e, por fim, 8 expostos em 2020. Tais resultados indicam que há um número significativo de trabalhos publicados na base de dados no que diz respeito à temática proposta demonstrando uma linearidade no período estipulado.

Palavras-Chave: Psicologia. Psicanálise. Educação. Dificuldades de Escolarização. Bibliometria

Trabalho: 6916

UMA REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE O USO DE TECNOLOGIAS NAS AULAS DO QUINTO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: A EVOLUÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO PARA ENTENDER OS CONCEITOS DE ESPAÇO E TEMPO

Nathalia Gomes Floresta da Silva, Abner Silva Xavier

Curso de PEDAGOGIA, Universidade Virtual do Estado de São Paulo, Rua Luis da Gama Rosa, 142. Sao Paulo, SP. nathalia.gfs@gmail.com, nathalia.gfs2@gmail.com

Resumo: A presente pesquisa é relacionada às disciplinas de História e Geografia, com foco nos conceitos de tempo e espaço dentro de uma perspectiva histórica prevista para o quinto ano do ensino fundamental. O tema escolhido tem como justificativa o contexto pandêmico, onde os professores se viram diante de uma realidade onde as aulas virtuais foram a única alternativa para que o ensino continuasse em meio ao isolamento social. É possível afirmar que o ensino remoto assumiu um papel essencial na educação, tanto no Brasil, quanto em diversos lugares do mundo. Desta forma, o objetivo geral do trabalho é introduzir o uso das tecnologias nas aulas de História e Geografia através de uma aula virtual, para uma aprendizagem significativa do tempo e espaço. Foram utilizados diferentes métodos para o desenvolvimento do relatório, dentre eles a pesquisa qualitativa, a revisão de literatura, a revisão sistemática e trabalhos selecionados a partir da escala PEDro. Como resultado, é possível apontar que o trabalho se aprofundou nas diferentes perspectivas de se inovar nas aulas remotas, com a possibilidade de interatividade até em uma aula assíncrona. Para isso, foram apresentados recursos tecnológicos como o Zoom, Youtube, Google Maps, entre outros, como aliados para a elaboração de uma videoaula interativa e interessante que percorreu

cronologicamente a história da evolução dos meios de comunicação. Como conclusão, é possível afirmar que é necessário envolver o aluno e trazer sentido para a sua aprendizagem. As ferramentas tecnológicas podem trazer elementos de inovação para as aulas remotas, algo de extrema importância para manter o interesse dos estudantes no contexto atual.

Palavras-Chave: Aprendizagem. Geografia. História. Tecnologias da Informação E C

Trabalho: 6840

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UM PROBLEMA PSICOLÓGICO OU JURÍDICO?

Josiane Calixto de Souza Oliveira, FERNANDA STEFANI BUTARELO

Curso de DIREITO, Faculdades Adamantinenses Integradas, Rua Eng. Jose Fonterrada Vieira 100. Flórida Paulista, SP. ianekalix18@gmail.com, kalix_psi@yahoo.com.br

Resumo: O presente trabalho foi construído a partir de análise bibliográfica e pensado a partir dos problemas intensificados no período da pandemia da Covid-19. Para tanto, buscou-se rememorar a triste história de várias mulheres que vivenciaram violência ao longo dos tempos não só em nossa sociedade, mas no mundo e discutir as contínuas incidências dessa problemática, ainda na atualidade. Para tanto, foram analisadas publicações e levantamento de dados sobre o tema. O objetivo foi de discutir e trazer à tona um problema que, embora real, frequentemente tem passado despercebido não somente pelas autoridades que dependem de uma série de fatores para solucioná-lo mas que, causa outras questões secundárias oriundas do fator agressão em si. Outros dois importantíssimos pontos que mereceram destaque neste trabalho foram, de um lado, o agressor que ou o faz de forma consciente e sem culpa alguma por seus atos, ou não se reconhece como tal, tamanho nível de inconsciência envolvida; de outro, a vítima, que ou não pode se desvencilhar do agressor por medo real, ou por dependência afetiva intensa que a leva crer piamente que sem o agressor, embora dentro de uma situação altamente nociva, não poderá viver e que sua vida não terá sentido. Buscou-se abordar o tema à luz da análise da Psicologia questionando as relações humanas, neste caso, as conjugais, por ter enfoque na pandemia e, por fim, à luz do Direito, onde através da Lei Maria da Penha, buscou-se analisar as implicações jurídicas para tais casos concretos.

Palavras-Chave: Violência. Crimes. Transtorno. Psicologia. Justiça

Trabalho: 6730

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: DEPOIMENTOS DE MULHERES SOBRE A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

Ana Laura dos Santos, Maria de Fátima Belancieri

Curso de PSICOLOGIA, CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ADAMANTINA, Rua Quinze de Novembro, 1265. Valparaíso, SP. 99817@fai.com.br, analaurad964@gmail.com

Resumo: A violência obstétrica é considerada um problema de Saúde Pública, sendo um fenômeno complexo e de múltiplos fatores, atingindo inúmeras mulheres ao longo dos anos, tanto em setores públicos quanto privados. Com a institucionalização do parto, os médicos passaram a assumir o poder sobre o processo de parturição, submetendo, por vezes, a mulher a condutas violentas e vexatórias. Nesse sentido, faz-se necessário abrir espaço para discussões e reflexões sobre a assistência prestada às

mulheres, especialmente, quanto à gestação, parto e puerpério. Assim, a finalidade deste estudo foi verificar a prevalência e os sentimentos das mulheres diante da violência obstétrica. Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, em que, a coleta de dados foi realizada a partir de vídeos com depoimentos de mulheres sobre sua experiência durante a gestação, parto e puerpério, no que se refere a violência obstétrica, na plataforma Youtube- Brasil, dos últimos 10 anos (2010-2020), empregando-se as seguintes

Palavras-Chave: violência obstétrica, maternidade, gestação, parto e puerpério. Foram recuperados 49 vídeos, sendo 35 descartados e 14 selecionados, com até 20 minutos de duração. Para subsidiar os dados oriundos dos depoimentos foi realizada também uma busca de artigos científicos dos últimos 10 anos (2010-2020) na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) que acopla diversas bases de dados eletrônicas de acesso aberto, sendo as principais Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe de Ciências da Saúde (LILACS), BDNF- Enfermagem e o Sistema de Busca e Análise de Literatura Médica (MEDLINE), empregando-se as

Palavras-Chave: violência obstétrica, maternidade, gestação, parto e puerpério. Foram recuperados 238 artigos, sendo que 218 foram descartados. Na análise dos dados, foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (2011). Assim os dados foram organizados duas categorias: Sentimentos das mulheres diante da violência obstétrica e A prevalência da violência obstétrica nos relatos das mulheres diante da violência obstétrica. Observamos, a partir dos dados coletados, que há um predomínio de sentimentos de medo, raiva e indignação em relação ao atendimento prestado pelos profissionais da saúde. Prevaleram nos relatos de violência obstétrica a negligência, o impedimento do acompanhante, a separação precoce da mãe e do bebê, intervenções indesejáveis e não consentidas, violência física, verbal e psicológica. Aspectos esses que são vivenciados com muita tristeza e a dificuldade para superação no decorrer dos anos subsequentes.

Palavras-Chave: Violência Obstétrica. Gestação. Parturição. Puerpério

Trabalho: 6820

VISÃO CRÍTICA DA PROGRESSÃO PENAL NOS CRIMES HEDIONDOS

Josiane Calixto de Souza Oliveira, RAFAEL GUERREIRO GALVÃO

Curso de DIREITO, Faculdades Adamantinenses Integradas, Rua Eng. Jose Fonterrada Vieira 100. Flórida Paulista, SP. ianekalix18@gmail.com, kalix_psi@yahoo.com.br

Resumo: O presente trabalho foi pensado como proposta para a defesa do Trabalho de Conclusão Científica apresentado a esta instituição, discutindo sobre como a tipificação justa da criminalidade tem sido um dos principais anseios sociais dos últimos tempos e em se tratando dos crimes hediondos, ou seja, aqueles com maior gravidade, o que se verifica é o crescente desejo de ver a figura do criminoso cruel devida e severamente penalizado, talvez, como meio de amenizar o sentimento de perda. Tão somente tem se verificado que tais anseios sociais nada ou pouco tem a ver com o fato de não punição, mas, sim, como uma punição tida como injusta em face das benesses trazidas pela Lei de Execução Penal em detrimento dos abrandamentos das penas por razão de bom comportamento ou primariedade criminal. Tal postura tem provocado no seio social a ideia de impunidade onde, todos podem fazer o que quiser que nada acontecerá. O presente trabalho teve por objetivo discutir os aspectos relevantes sobre a necessidade de revisão a atualização do Código Penal brasileiro atual, pois, devido aos anseios justicieros da sociedade civil, exacerbada pelo poder midiático, o legislador criou a lei 8.072/90 que tratava dos crimes hediondos e dos a ele equiparados, onde a ideia era promover solução para a onda de violência na época de sua promulgação. Não se tratando, porém de só e meramente discutir a existência de leis que recepcionem a temática, mas, também de analisar se não seria este o momento, ainda que tardio para alguns, para se repensar na efetiva aplicabilidade das mesmas de modo mais evidente e que, de fato, resulte em inibição de reincidências bem como de práticas desse teor como costumeiramente acontece em nosso país.

Palavras-Chave: Violência. Crimes. Punição. Sociedade

Trabalho: 6796

VIVÊNCIAS DE ESTÁGIO EM UMA INSTITUIÇÃO ASILAR

Patrícia Nogueira Guelfi, Luis Santo Schicotti

Curso de PSICOLOGIA, CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ADAMANTINA, Rua General Osorio, 638. Inúbia Paulista, SP. 108517@fai.com.br

Resumo: É sabido que a população idosa vem aumentando, sendo importante rever práticas e dar mais atenção às instituições asilares, na qual pode ser fonte de sofrimento para os idosos, além dos dilemas advindos da idade, como condições de saúde, dificuldades cognitivas e limitações, que podem interferir no estado emocional do idoso asilado. A partir disso, a prática de estágio supervisionado em uma instituição asilar, visou promover uma melhor qualidade de vida para os idosos, fazendo com que busquem um sentido em suas experiências de vida, auxiliando no enfrentamento da velhice, além de explicitar a importância do profissional de psicologia dentro dessas instituições, em que busca promover atividades grupais a fim de promover um espaço terapêutico, auxiliando na construção de laços afetivos e sociais. Dessa forma, alguns dos objetivos foram o de oferecer um espaço de escuta e acolhimento e oficinas de lazer, além de outras atividades pertinentes à instituição. Portanto, foram oferecidos espaços para que pudessem falar sobre suas angústias, atividades físicas, artísticas, de autocuidado, para que pudessem desenvolver a criatividade e subjetividade, além de um momento de prazer, diante de prováveis sofrimentos relativos a fase da velhice e da institucionalização, na qual é uma mudança muitas vezes sentida negativamente na vida dos idosos, exigindo adaptação. Diante disso, observa-se que através do estágio em uma instituição asilar, se teve contato com diversos aspectos do envelhecimento proporcionado exclusivamente pela vivência, dando enfoque aos aspectos psicológicos inerentes a idosos institucionalizados. Baseado nisso, foi importante um estudo prévio sobre a terceira idade e possíveis questões inerentes a essa população, para elaborar estratégias de intervenções, além de atender as demandas espontâneas, principalmente diante do novo cenário de pandemia da Covid-19.

Palavras-Chave: Idoso. Instituição. Asilar. Estágio. Supervisionado
